

N.º VIII
Nova fase



Homenagem a Leodegário
Amarante de Azevedo Filho

Editorial
Ensaios
Entrevistas
Resenhas
Homenagens Póstumas
Memória
Noticiário



**Revista da Academia
Brasileira de Filologia**

2011

REVISTA DA
**ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**N.º VIII
NOVA FASE
2011**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOLOGIA**

Nova Fase
N.º VIII - 2011

EXPEDIENTE

Diretor:

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo:

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe:

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário:

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade:

José Pereira da Silva

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2010 a maio de 2012

Presidente

Antônio Martins de Araújo

Vice-Presidente

Ricardo Stavola Cavaliere

Primeiro Secretário

Amós Coêlho da Silva

Segundo Secretário

Edila Viana da Silva

Tesoureiro

José Mário Botelho

Bibliotecário

Manoel Pinto Ribeiro

Relações Públicas

José Pereira da Silva

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
----------------	---

HOMENAGENS AO PROF. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO

1. Antonio Martins de Araujo - O legado humanístico de um Mestre	9
2. Antônio Nunes Malveira - Leodegário Amarante de Azevedo Filho - Magister Magnus	18
3. Sonia N. Salomão - Vida dedicada a Camões	19
4. Antonio Gomes da Costa - Grandes Mestres	21
5. Evanildo Bechara - Leodegário A. de Azevedo Filho.....	23
6. Arnaldo Niskier - Ao encontro de Camões	25
7. Albano Martins - Leodegário, In Memoriam	26
8. Amadeu Torres - In Memoriam	28
9. Helena Ferreira - Recanto de saudades	30

ENSAIOS

1. Afrânio da Silva Garcia - Retórica: Doze frases magníficas	32
2. Amós Coelho da Silva - Quasi Umbra...Te Semper Sequi(Seguir-te Sempre como uma Sombra)	45
3. Antônio Nunes Malveira - Alguns termos do léxico de Vila da Bica, no Ceará ..	49
4. Claudio Cezar Henriques - As duas gramáticas de Leodegário A. de Azevedo Filho	55
5. Helênio F. de Oliveira - O ensino de concordância: algumas sugestões	63
6. Horácio Rolim de Freitas - Serafim da Silva Neto	76
7. José Lemos Monteiro - Aplicações dos Estudos Estilísticos	84
8. José Mario Botelho - A Estilística da Langue, sob a perspectiva de três funções fundamentais da linguagem	91
9. Luiz Cesar Saraiva Feijó - Leodegário: Professor, Filólogo, Ensaísta, Contista e Poeta	97
10. Luísa Galvão Lessa - Dialectais do Atlas Etnolinguístico do Acre	102
11. Manoel P. Ribeiro - Formações discursivas: O malandro e a violência contra a mulher na MPB (1930-1945)	122
12. Maria Antonia da Costa Lobo - A expressividade em questão	135
13. Marina Machado Rodrigues - Para uma edição crítica da lírica de Camões ...	139
14. Roberval Teixeira e Silva - Forma e uso no ensino de línguas e a formação do professor de Português língua não materna	150
15. Terezinha Bittencourt - A função poética da linguagem	162
16. Walmirio Macedo - Said Ali – Sem rótulo	170

ENTREVISTA

Entrevista com o Professor Francisco Gomes de Matos 176

RESENHA

Álvaro Alfredo B. Jr. – A Obra Poética de Oswald Von Wolkenstein 179

MEMÓRIA

Discurso de posse de Jairo Dias de Carvalho 183

A cadeira 33 da ABRAFIL – Patrono: Eduardo Carlos Pereira 186

NOTICIÁRIO

Palavras de amigos, colegas e de diversas instituições culturais em homenagem ao professor Leodegário A. de Azevedo Filho 188

Missa em homenagem a Leodegário A. de Azevedo Filho 189

Educadores lamentam a perda 190

Entrevista de Leodegário A. de Azevedo Filho à Folha Dirigida 191

Homenagens da Academia Brasileira de Filologia 192

Homenagem da Academia Luso-Brasileira de Letras e fotos de eventos 193

EDITORIAL

Este número é dedicado à memória de Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Presidente de Honra de nossa academia. Pela palavra de amigos e colegas, reproduzida na seção inicial, ressalta-se a importância de seu excepcional trabalho acadêmico, em todos os níveis do estudo de Língua Portuguesa. Expressamos os sentimentos de seu grande amigo Evanildo Bechara:

Os estudos de Língua e de Literatura no Brasil perderam neste último domingo de janeiro um dos seus melhores cultores, cuja aposentadoria e emergência em duas das mais representativas universidades do país não o afastaram do magistério empolgante da sala de aula nem do investigativo magistério silencioso do texto impresso de livros e artigos em revistas especializadas e jornais para o público estudioso.

No Brasil e no exterior, professores e amigos manifestaram o pesar pelo falecimento de um dos maiores cultores de nossa língua.

Alguns artigos desta Revista tratam de aspectos variados de seu trabalho, como se lerá adiante. Luiz César Saraiva Feijó, ex-aluno e compadre de Leodegário, descreve, com exatidão, a carreira do extraordinário mestre:

Todos conhecem o Leodegário filólogo, teórico da literatura, especialista em Luís de Camões, professor de Língua Portuguesa, pesquisador da métrica e do ritmo de nossos mais significativos poetas, mas poucos conhecem a sua acurada sensibilidade para criar o belo. Leodegário esteticamente criou significativos textos poéticos, sendo premiado, inclusive, em concursos literários, como, por exemplo, um, do qual também participei promovido por Gilson Amado, nos idos de 1964. O Leodegário de *Sumarina*, que teve três edições recentes, já estava presente no Leodegário de *O Pente Branco*, publicado na década de 60.

Esta homenagem não poderia olvidar o nome de sua esposa, Professora Ilka de Azevedo, que o acompanhou em todos os momentos felizes ou de dificuldades.

Lembremos as palavras de Antônio Gomes da Costa, um de seus inúmeros amigos: “Que o seu nome nunca seja esquecido no espaço da lusofonia – é o mínimo que podemos pedir.”

Antonio Martins de Araújo e Manoel Pinto Ribeiro

HOMENAGENS AO PROF. LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO

O LEGADO HUMANÍSTICO DE UM MESTRE

Antonio Martins de Araujo
Presidente da Academia Brasileira de Filologia

1. Introdução

Conheci o Prof. Dr. Leodegário Amarante de Azevedo Filho no verdor dos seus trinta e poucos anos, em janeiro de 1959, em minha cidade natal, São Luís do Maranhão. Eu já me havia graduado na primeira turma de Letras Neolatinas da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela capital, patrimônio cultural da humanidade, em 1612 fundada pelos franceses de La Ravardière, sob o guante de Catarina de Médicis.

Como a minha Faculdade ainda não recebera a autorização definitiva do MEC para seu funcionamento pleno, resolvi inscrever-me no curso promovido pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) naquele mês e ano, a fim de conseguir logo a autorização para lecionar no primeiro e segundo graus de ensino da época. O professor de Conteúdo de Língua Portuguesa foi o cearense Otávio Faria que militava no ensino superior de Fortaleza; o de Didática da Língua Portuguesa foi o professor Leodegário.

Minha prova de aula constituiu-se de uma análise literária de texto romântico brasileiro. Munido de um mapa do Maranhão e de um arco e uma flecha indígenas, analisei a maldição do guerreiro do poema épico I Juca Pirama, de meu genial conterrâneo Antônio Gonçalves Dias. A banca me concedeu a nota máxima, e o prof. Leodegário, bem a seu modo de estimular os mais novos, declarou que, se eu tivesse dado aquela prova de aula num concurso para ingresso no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, eu seria aprovado com louvor.

Cansado de dar murro em ponta de faca na direção do Liceu Maranhense de janeiro de 1960 a fevereiro de 1964, em março desse último ano criei coragem e resolvi pôr à prova o conselho do meu saudoso amigo. Não no Colégio Pedro II, mas na Escola Técnica Federal (hoje CEFET), na Escola Técnica de Comércio Rio Grande do Sul, e depois na Escola Naval, vi que ele tinha toda a razão. Em prova escrita e de títulos fui aprovado nas três, e, de mala e cuia (como se costuma dizer em minha

terra), mudei-me sozinho para a Cidade Maravilhosa, a fim de abrir caminho para a mudança da numerosa família. Mas voltemos ao nosso tema.

Tendo perdido minha boa mãe quando eu tinha apenas treze anos de idade, e ela, trinta e três, aprendi desde cedo que a condição humana é efêmera e que só Deus é eterno. Sei, porém, que os grandes homens se vão, mas suas obras permanecem quando dignas de serem lembradas.

Nos seus fecundos e bem vividos oitenta e quatro anos de existência, o saudoso e pranteado mestre Leodegário Amarante de Azevedo Filho, cuja obra rememoramos agora, bem conhecia e vivia o postulado de que “viver é conviver”.

Muito jovem ainda, dedicou-se à educação de adultos, vindo a estreitar nas letras didáticas em 1953 com o ensaio *Alguns problemas do idioma*, e já em 1958 editaria sua apreciada *Didática especial de Português*.

Convém dizer, antes de tudo, que nosso homenageado foi em vida principalmente professor e que, estreando cedo, foi o mestre admirado e querido de várias gerações.

Submetido às limitações do espaço, aqui e agora focalizarei apenas algumas de suas principais obras, que alcançam a elevada cifra de mais de oitenta títulos, constituindo-se essa marca uma façanha que nenhum de seus confrades alcançou.

Esclarecidos esses pressupostos, propomo-nos focalizar os principais aspectos de sua trajetória humanística, passando ao exame de suas principais linhas de pesquisa ilustradas por suas obras, a saber: o periodista, o gramaticólogo, o versicólogo, o teórico da literatura, o crítico literário, o lusitanista, o brasilinista, o teórico da Ecdótica, e o editor crítico de obras medievais lusitanas como a de Pero Meogo e as de Luís Vaz de Camões.

2. O didata

Como dissemos, Leodegário foi, antes de tudo, um senhor professor, vocação que se projeta em suas obras de cunho pedagógico, como sua *Didática especial de Português* (RJ, 1958)

Em 1959, editou a plaquete *A educação de adultos no Distrito Federal*, seu discurso no Teatro João Caetano, como paraninfo de todas as turmas dos cursos ginasiais e comerciais básicos do Departamento de Educação da Prefeitura do nosso então Distrito Federal.

Em 2007, um parêntese para seu ensaio *Sobre a unidade e a variedade do português do Brasil*, em Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho (este o título da plaquete de trinta e três páginas de texto), no qual o autor faz ilações entre obras canônicas de nossa literatura em face do estilo literário de obras portuguesas afins.

Em 2008, um tema pelo qual se apaixonaria nos seus gloriosos últimos anos de existência, a saber: o tema do romance, cristalizado em seu ensaio *Realismo e expressão do tempo na ficção de Machado de Assis*.

A motivação e a orientação da aprendizagem da Língua Portuguesa (RJ, MEC, 1963) lhe valeu o prêmio de um estágio no Centro Internacional de Estudos

Pedagógicos na cidade francesa de Sèvres. Seria ocioso dizer que a preocupação com a clareza e a objetividade características de suas aulas o acompanhou regularmente na produção de seus ensaios o que lhes garantiu sempre um grande número de leitores.

3. O periodista

Como promotor de vários congressos internacionais de língua e literaturas de expressão portuguesa, publicou em 1963 e 1969, as atas dos dois Simpósios de Língua e Literatura que promoveu na UERJ; bem como as dos nove Congressos Brasileiros de Língua e Literatura por ele promovidos entre 1970 e 1976, quase todos na UERJ.

Foi, também, o editor dos quinze números da *Revista de Língua e Literatura* que sua Sociedade Brasileira de Língua e Literatura publicou entre 1979 e 1987 e dos Anais do XXVIII Congresso de Língua e Literatura realizado em 1997 na UERJ. Coordenou ainda a *Miscelânea Filológica Clóvis Monteiro* (RJ, Edit. do Prof., 1965) e a *Miscelânea Filológica Serafim da Silva Neto* (RJ, Edit. do Prof., 1965). Enfim, em nenhuma das *Miscelâneas Filológicas* editadas pela carioca Tempo Brasileiro, Leodegário faltou com sua esclarecida e prestigiosa colaboração, como as publicadas em honra de Said Ali, Antenor Nascentes e Clóvis Monteiro.

Entre 2004 e 2008, em plaquetes isoladas, de sua iniciativa e responsabilidade, editou estes dois ensaios: *A utopia do futuro no longo amanhecer – In memoriam Celso Furtado* (1920-2004), sobre a obra homônima de ilustre economista nordestino, e um lúcido paralelo entre as obras deste último com a de Euclides da Cunha.

Outro interessante ensaio, este editado em 2006, foi *As vozes da narrativa num romance de Darcy Ribeiro*, no qual aborda a técnica, o ponto de vista circulante, as vozes do romance, a linguagem literária, a carnavalização, e a filosofia do povo mairum – todos eles sobre aspectos do romance Maira, daquele antropólogo-romancista.

A convite, fez ainda a Apresentação da plaquete *A língua portuguesa e a unidade Brasil*, de Barbosa Lima Sobrinho. Finalizando este tópico, em 2004, pela H.P. Comunicação, publicou sua *Descrição e funcionamento da língua portuguesa*, a qual encerra suas lucubrações gramaticais.

4. O teórico da literatura

Para analisar criticamente a obra de vários poetas portugueses e brasileiros, mestre Leodegário se apetrechou das mais importantes obras teóricas editadas nos dois países, e publicou os seguintes ensaios sobre versificação: em 1963, pela Gráfica Carioca, *O verso decassílabo em português*, sua tese de concurso para professor catedrático da UERJ; em 1964, pela carioca Editora do Professor, *As unidades melódicas da frase*; pela carioca Acadêmica, *A técnica do verso em português*, cuja segunda edição sairá revista e ampliada pela H.P. Comunicação em 2008. Esses estudos técnicos de versificação portuguesa e brasileira comprovarão o seguro embasamento de seus futuros ensaios, como os sobre a lírica de Camões.

Mestre Leodegário também exerceu, com a competência de sempre, sua pre-

ceptiva na crítica literária. Como vimos em tópico anterior, antes de fazê-lo, costumava munir-se da teoria e aplicava-a largamente no exame das obras literárias eleitas por ele. Dessa preocupação, surgiu sua *Introdução ao estudo da nova crítica no Brasil* (RJ, Acadêmica, 1965); *Estruturalismo e crítica de poesia* (RJ, Gernasa, 1970); merecedora do Prêmio Banco Regional de Brasília, a ele outorgado no IV Encontro Nacional de Escritores; *Síntese crítica da Literatura Brasileira* (RJ, Gernasa, 1971); do *Curso de Literatura Brasileira* (RJ, Gernasa, 1975); *Modernismo e pós-modernismos na Literatura Brasileira: uma visão geral* (RJ, H.P. Comunicação, 2005).

Além de emprestar sua coautoria na obra coletiva *Teoria da Literatura* (RJ, Gernasa, 1973); também o fez na obra coletiva *Um debate sobre o discurso literário* (J, Padrão, 1982). Entre estes e aqueles, apenas alguns de seus estudos panorâmicos de nossa literatura.

5. O lusitanista

Iniciou sua produção lusitanística editando em 1985 seu estudo sobre *A situação atual da língua galega* (ed. do A.), que se quis uma abordagem rápida e objetiva sobre o tema. Respalhado pela base teórica já comentada, não lhe foi difícil aplicá-la na análise de obras canônicas da Literatura Portuguesa, disciplina que lecionou por muitos anos na UERJ. Daí saíram *A poética de Anchieta*, tese defendida para o cargo de professor catedrático do Instituto de Educação (RJ, Gráfica Carioca, 1962); *Anchieta, a Idade Média e o Barroco*, distinguida pela Academia Brasileira de Letras com o prêmio José Veríssimo (RJ, Gernasa, 1966); *Uma visão brasileira da Literatura Portuguesa* (Coimbra, Almedina, 1973); *A poesia dos trovadores galego-portugueses*, vol. I da *História da Literatura Portuguesa* (RJ, EDUFAL/Tempo Brasileiro, 1983); em colaboração com Sílvio Elia, editou *As poesias de Anchieta em Português* (RJ, Antares, 1981); *Manuel Maria du Bocage* (RJ, AGIR, 1985); *Literatura Portuguesa: História e emergência do novo* (RJ, Tempo Brasileiro/UFF, 1987); *A obra de Anchieta e a Literatura Novilatina em Português* (RJ, SUAM, 1985); *Sobre o espaço da Nova Lusitânia* (RJ, Ágora da Ilha, 2002); *Guerra da Cal e a estilística queiroziana* (RJ, SBL, 2003), que se desdobraria em *Guerra da Cal e a estilística de Eça de Queiroz* (RJ, ed. do A. 2007); *O Contra-Iluminismo de Bocage* (RJ, SBL, 2004); *Eça de Queiroz e o romance realista* (RJ, Sociedade Eça de Queiroz, 2006); *Fernando Pessoa e seus heterônimos* (Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2008 e 2009); e *Dinamene: Alma gentil que te partiste* (RJ, ed. do A., s/d).

Pela extensão que alcançou, constituirá tópico à parte sua camoniana.

6. O brasilianista

O coração de Mestre Leodegário balançava entre duas grandes paixões: a literatura portuguesa e a brasileira. Como já falamos daquela, falemos agora da nossa.

Seu primeiro ensaio *Tasso da Silveira e seu universo poético* lhe valeu o prêmio Sílvio Romero, da Academia Brasileira de Letras, e logo foi por ele editado pela Gráfica Carioca (RJ, 1963).

Seguiu-se-lhe o *Ensaio sobre Camões e Machado de Assis*, que proferiu como discurso de agradecimento à Academia Brasileira de Letras por lhe haver conferido o Prêmio Machado de Assis pelo conjunto de suas obras.

Entre 1971 e 1973, coordenou os vinte críticos literários que organizaram, por solicitação do Instituto Nacional do Livro, os seis volumes da obra *Poetas do Modernismo*.

Seguiram-se-lhe *Murilo Araújo e o Modernismo* (RJ, Gernasa, 1967); *Poesia e estilo de Cecília Meireles* (RJ, José Olympio, 1970); *A configuração do real em Euclides da Cunha*, que arrebatou o prêmio Mauá de Literatura (RJ, Tempo Brasileiro, 1996); e, sem data, *A presença de Gregório de Matos na Literatura Brasileira* (RJ, H.P. Comunicação).

A obra de Cecília Meireles mereceu-lhe carinhosa atenção. A editora carioca Nova Fronteira publicou-lhe os nove volumes de sua *Obra em prosa*, a saber: em 1998, o volume I das *Crônicas em geral*; em 1999, os três volumes das *Crônicas de viagem*; e, em 2000, os cinco volumes das *Crônicas de Educação*. Para a editora paulista Global, selecionou e prefaciou *As melhores crônicas: Cecília Meireles*.

O incomparável Machado de Assis também lhe mereceu especial atenção. Seu ensaio *Machado de Assis: o crítico literário* foi premiado em primeiro lugar pela Academia Brasileira de Letras e editado por ele em 2008. Nesse mesmo ano e espaço, pronunciou as conferências *A expressão do tempo no romance de Machado de Assis* e *Realismo e expressão do tempo na ficção de Machado de Assis*.

Entre os projetos interrompidos pelo seu falecimento a trinta de janeiro de 2011, estava o da publicação do primeiro volume da primeira série da Coleção Azevedo Filho, intitulada *Ensaaios de Literatura Brasileira* (RJ, H.P. Comunicação, 2007). No prólogo da coletânea dessas duas dezenas de ensaios, Leodegário teorizou sobre a ‘Relação de intersecção entre língua e literatura’ e declarou que esse primeiro volume da primeira série desses ensaios abriria caminho para mais outros quatro volumes de igual extensão.

O mestre abriu esse volume de estreia da série do seu interrompido projeto com o ensaio *Sobre Camões e Machado de Assis*, e encerrou-o com o ensaio *Língua portuguesa e expressão brasileira*. Os demais incápítulos intitulam-se: *O cunho metafísico da poesia de Tasso da Silveira, Euclides da Cunha e a ideia do Ser, Edição crítica de Gregório de Matos, Clarice Lispector e a visão do invisível, A difração poética em João Cabral de Melo Neto, A poesia reunida de Carlos Nejará, A obra em prosa de Cecília Meireles, A ficção e a criação da linguagem em Guimarães Rosa, As vozes da narrativa em um romance de Darcy Ribeiro, A universalidade de Jorge Amado, O romance regionalista de Heberto Sales, A ficção de Geraldo França de Lima, A construção de mundos possíveis na ficção de Josué Montello, Lygia Fagundes Teles e as antenas da criação, Nelida Piñon e a busca da palavra perdida, Moderna dramaturgia brasileira, O Auto da Compadecida no cinema e Portella e a poética da reconstrução*.

Os fiéis leitores dos Ensaaios de Literatura Brasileira aguardam com vivo

interesse a editoração dos cerca de oitenta ensaios anunciados para serem distribuídos pelos mais de quatro volumes de igual extensão, a fim de poderem dispor de uma visão mais ampla do juízo crítico de Leodegário sobre aquilo que julgava serem as mais representativas obras literárias em língua portuguesa.

7. O medievalista

Na editoração de antigos textos portugueses impõe-se lembrar-lhe o estabelecimento crítico de textos, a análise literária, o glossário e a reprodução fac-similar dos manuscritos d'As cantigas de Pero Meogo, por ele reeditada nos anos oitenta na Coleção Óscar Nobiling, da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, que ele fundou e por muitos anos dirigiu com a costumeira proficiência. O mesmo se pode dizer da edição crítica da *Lírica de Camões*, inicialmente prevista para ser editada em sete volumes distribuídos em dez alentados tomos, acolhe a história das edições quinhentistas e seiscentistas dos textos, a rigorosa metodologia utilizada, a descrição do *corpus* dos sonetos, das canções, das odes, das oitavas, das églogas, das redondilhas e do glossário.

No primeiro volume dessa série (infelizmente também interrompida pelo seu falecimento), *Da crítica e do seu exercício*, intitulada *Três ensaios de literatura medieval galego-portuguesa* (RJ, Ágora da Ilha, 2000), e editada sob a égide da S.B.L.L., após situá-los no tempo e no espaço, no prólogo da obra, Leodegário apresenta *Algumas achegas para a história da edição crítica de textos medievais galego-portugueses no Rio de Janeiro*, e propõe leituras modelares para as obras de Pero Meogo e de Martin Codax, encerrando-o com uma bibliografia básica consultada de nada menos que cento e quatorze obras

Como adiante veremos, embora tenha iniciado seu namoro com a literatura portuguesa medieval através das obras supracitadas, Leodegário depois acabou entregando-se de corpo e alma à poesia lírica de Camões.

8. O teórico da Ecdótica

Como já informamos, antes de empenhar-se em promover a edição, rigorosa e cientificamente crítica, da poesia lírica de Luís Vaz de Camões, o mestre munuiu-se de importantes manuais para poder estabelecer aqui que, no manual intitulado *Base teórica de crítica textual* (RJ, H.P. Comunicação, 1987 e 2004).

Nesse opúsculo, que mereceu a apresentação de Antônio Houaiss, o mestre procurou estabelecer a conceituação de crítica textual; comentou-lhe as ciências auxiliares, repassando um pouco da história de cada uma delas; falou dos diversos tipos de edição de textos, *máxime* da edição crítica; e discorreu sobre as várias etapas pelas quais ela terá necessariamente de passar. Na bibliografia, quase uma meia centena de edições canônicas, que vão dos clássicos ensaios de Joseph Bédier sobre a obra *Le lai de l'ombre* de Jean Renard (1890 e 1928) até a edição dos *Cancioneiros dos trovadores do mar*, preparada pela filóloga portuguesa Elsa Gonçalves, editada em 1999 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa.

Assim sendo, o mestre detidamente refletiu sobre os problemas ecdóticos com que iria defrontar-se ao editar a obra de Camões, com ensaios fundamentais, como *O cânone lírico de Camões* (RJ, Gernasa, 1976) e *A lírica de Camões e o problema dos manuscritos* (Paris, Arquivos do Centro Cultural Português, vol. XIII, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978).

Alicerçando mais profundamente sua fundamentação teórica, editou ainda pela carioca Ágora da Ilha seu ensaio de quarenta páginas *Camões épico, lírico e dramático (Problemas ecdóticos e busca de soluções)*.

Ressalte-se aqui também as cento e trinta páginas de seu *Estudo Filológico* da edição fac-similada do exemplar dos *Lusíadas* pertencente ao espólio do sábio imperador Dom Pedro II, hoje no acervo do I.H.G.B., estudo seguido da relação das mais de oitenta obras já editadas e algumas ainda por editar da autoria do mestre Leodegário.

Precedida de breve apresentação do Prof. Dr. Arno Wehling, presidente daquela instituição, e do prefácio do Prof. Dr. Nicolás Extremera Tapia, catedrático da Universidade de Granada, no seu *Estudo Filológico*, Leodegário levanta e comenta as variantes daquela obra maior da épica lusitana.

O estabelecimento do texto da *Ode ao Conde do Redondo* (RJ, Presença, 1988), precedido de uma breve e elogiosa ‘Apresentação’ do saudoso filólogo Olmar Guterres da Silveira, então professor titular da UERJ, é fundamentado por uma ‘Introdução Geral’ em que o ensaísta historia os textos de suas variantes nas precedentes edições da obra em tela promovidas por Faria e Sousa, Garcia d’Orta, pelo manuscrito apenso às *Rhythmas* (edições de 1595 e 1598), bem como pela edição da obra promovida pelo Visconde de Juromenha.

Sem dúvida alguma, mais um excelente trabalho do mestre que recentemente se afastou de nosso convívio, deixando um invejável legado humanístico para a posteridade.

Igualmente impõe-se incluir neste tópico sua *Iniciação em crítica textual* (RJ, Presença, 1987), que, apresentada elogiosamente pelo saudoso lexicógrafo Antônio Houaiss, é utilíssima para aqueles que se aventuram nesses domínios do saber; bem como seus *Ensaio de linguística, Filologia e Ecdótica* (RJ, S.B.L.L./U.E.R.J., 1998), que nos fornecem uma visão interessante de como se entrelaçam e completam essas três ciências da linguagem.

Em 1990, com introdução da ecdota Barbara Spaggiari, foi dado à estampa pela italiana Edizioni dell’Arquata seu trabalho *Luis de Camões: 13 imagens e 1 poesia*, com livre adaptação do texto poético de Camões ao italiano moderno por Maria Raffaella Trabalz.

Posterior e sucessivamente foram editados pela carioca H.P. Comunicação, os seguintes ensaios: em 2004, seus *Oito ensaios camonianos*; e, em 2005, seus *Estudos camonianos e Camões: um soneto do corpus possibile*.

Tão incansável e exaustivamente Leodegário trabalhou sobre o legado lírico do gênio português, que pouca coisa restará a quem se propuser navegar por essas águas onde ele velejou com tanta segurança.

Em sua edição dos *Sonetos de Luís Vaz de Camões* (RJ, Francisco Alves, 1974), cujo *corpus minimum* foi por Leodegário estabelecido a partir de manuscritos quinhentistas, há uma homenagem, mais do que justa, àquela que foi sua leal conselheira, sua incansável e paciente companheira por tantos e tantos anos. O oferecimento desse trabalho diz assim: “*Para Ilka Souza Lima de Azevedo, / minha mulher, / pelo incentivo e perfeita solidariedade.*” Isso vale como uma redeclaração de amor, “ampla, geral e irrestrita.”

Com apresentação de Antônio Sérgio de Lima Mendonça, essa seleção traz ainda dois belos ensaios de Leodegário intitulados ‘Problemática Geral da Lírica de Camões’ e ‘Uma poética de confluência,’ na qual estuda a presença renascentista, a maneirista e a barroca na poesia lírica do imortal gênio português.

Em seu ensaio *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*, que nesta cidade saiu com o selo da carioca Tempo Brasileiro em 1995, Leodegário mostra como caminham paralelamente fundo e forma.

Finalmente em 1995, ainda trabalha com literatura comparada traçando um difícil paralelo entre dois grandes escritores no ensaio *Sobre Camões e Machado de Assis*.

Estes os principais ensaios escoteiros sobre os temas da lírica do polimorfo escritor lusitano.

9. Ainda a lusitanística leodegariana

Onde mais se agigantou nosso ensaísta foi na realização de seu projeto maior, qual seja a editoração crítica dos poemas líricos de Camões. É de 1985, o vol. I de sua *Lírica de Camões* (Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda), também apresentada por Antônio Houaiss. Nesse volume, Leodegário levantou a ‘História’ dos poemas e esmiuçou a metodologia utilizada por ele e na eleição do *corpus* que utilizou.

No mesmo ano, o mestre editou pela Sociedade Universitária Augusto Mota seu ensaio *Luís de Camões: a instabilidade da fortuna*, em que o genial vate lusitano, em seus poemas líricos, refletiu sobre a relatividade da condição humana.

Apresentado pelo exigente linguista carioca Sílvio Edmundo Elia, é de 1987 o primeiro tomo dos *Sonetos da Lírica de Camões*; e, dois anos depois, também editado pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, de Lisboa, saiu o segundo tomo dessa obra.

Por essa prestigiosa instituição portuguesa, sucessivamente Leodegário publicou os seguintes volumes de sua *Lírica de Camões*: em 1996, saíram as *Canções*; no ano seguinte, com apresentação do camonista francês Roger Bismut, saíram as *Odes*; e, no seguinte, as *Elegias em Tercetos*; e, em 2001, o primeiro tomo das *Églogas*. No segundo tomo das *Elegias em tercetos* ele reuniu as *Oitavas*. O sexto volume reuniu as Redondilhas, enquanto o sétimo foi dedicado ao *Glossário*.

Seus *Estudos Camonianos / Considerações sobre os corpora minimum, additium e possibile* (RJ, H.P. Comunicação, 1994) reúnem três ensaios, a saber: *As três dimensões do corpus lírico de Camões, Sobre a constituição do corpus additium*

e *Sobre a constituição do corpus possibile*.

No Natal de 2001, foi a vez de seu ensaio *Camões épico, lírico e dramático; Problemas ecdóticos e busca de soluções* (RJ, Ágora da Ilha). Em 2003, pela S.B.L.L., editou *Guerra da Cal e a estilística queirosiana*; em 2005, pela carioca H.P. Comunicação, editou o ensaio *Camões: um soneto do corpus possibile – O dia em que naci moura e pereça* e, em 2008, *Eça de Queiroz e o romance realista*.

Iniciei esta tentativa de classificação da vasta obra leodegariana chamando a atenção dos possíveis leitores para a efemeridade da luminosa e sofrida existência de minha querida e saudosa mãe, a professora normalista Edith Raposo Martins Araújo, tão cedo arrebatada de nosso carinho aos trinta e três anos de idade.

Nos seus fecundos e gloriosos oitenta e quatro anos de existência, o humanista pernambucano Leodegário Amarante de Azevedo Filho sobreviverá ao seu desaparecimento na palavra dos muitos professores e das muitas professoras que ajudou a formar; mas sobreviverá principalmente nas muitas e variadas obras que editou.

Com seu dignificante exemplo, Leodegário consubstanciará *post-mortem* o princípio de que a Arte cria uma realidade muito mais real do que a própria realidade. Seu falecimento nos deixou órfãos de sua presença, mas suas obras mostrarão a seus pósteros, como nós outros aqui sobreviventes, que sua linda, longa e produtiva vida valeu mais do que a pena ser vivida.

LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO – *Magister magnus*

Antônio Nunes Malveira (ABRAFIL e colégio Pedro II)

Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Presidente de honra de nossa Academia, há vários anos, foi um *Magister Magnus*. Era, sobretudo, um idealista, defensor da cultura filológica em nosso país.

Há cerca de vinte anos, a nossa Instituição esteve em declínio, pois inúmeros sócios, além de não pagarem a Academia, não compareciam às reuniões específicas.

Com a renúncia do Presidente, já um pouco alquebrado em virtude da marcha do tempo, portanto sem resistência para enfrentar as circunstâncias, foi então, nesse momento agonizante, que o mestre Leodegário, ainda jovem, encarou com denodo dos homens fortes a situação difícil da Academia. Por sua atuação extraordinária, trouxe novo ânimo para a Academia Brasileira de Filologia, sendo sempre reeleito por unanimidade.

Ele não era apenas um Filólogo, pois atuava em setores outros no estudo de nosso vernáculo. Foi meu professor de Literatura, quando analisou conosco a obra de Mário de Andrade, mormente os contos, mostrando aqui e ali fatos divergentes dos gramáticos tradicionais, com relação à colocação dos pronomes, regência verbal e outros segredos linguísticos.

“Professor sine opere, est nubes est sine pluvia”.

O mestre Leodegário ficou para sempre na história cultural do nosso Brasil, através de dezenas de seus livros, que servirão de pesquisa, envolvendo temas diversos. Suas obras serão analisadas e avaliadas pelas gerações vindouras.

VIDA DEDICADA A CAMÕES

Leodegário de Azevedo Filho transformou os estudos sobre o poeta português

Sonia N. Salomão

O desaparecimento, na madrugada do último domingo, do professor Leodegário de Azevedo Filho deixa uma grande lacuna nos estudos filológicos brasileiros, luso-brasileiros e internacionais. Durante quatro décadas, o ilustre camonista se dedicou à árdua tarefa cotidiana da crítica textual, voltando aos códices quinhentistas numa análise texto a texto, verso por verso, que resultou na edição crítica da lírica de Camões em 10 volumes (dos quais 6 já publicados pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda de Lisboa e alguns ainda incompletos) distintos pelo rigor e apuro que consagram os avanços nos estudos do poeta maior da língua portuguesa.

É complexa a história editorial das líricas, com junções e expurgos de textos ao longo dos séculos, num processo já iniciado com a edição príncipe na qual se discutia a questão da autoria, apenas quinze anos após a morte de Luís de Camões (Rhythmas, 1595). Os textos publicados em vida, além dos “Lusíadas” (1572), são outros três: a ode ao Conde do Redondo (1563), um soneto e uma elegia (os “Tercetos”), ambos dedicados a D. Leonis Pereira e publicados na primitiva versão da História da Província de Santa Cruz, de Pero Magalhães Gândavo (1576). As demais composições, como se sabe, ficaram dispersas nos chamados “cancioneiros de mão”, sendo depois recolhidas pela tradição impressa que incluiu textos apócrifos ao núcleo inicial.

Para desenvolver o seu método, Azevedo Filho escolhe a proposta de 1967 (interrompida no seu desenvolvimento pela morte precoce, um ano após, em 1968) do filólogo brasileiro Emanuel Pereira Filho, o qual estabelecia um cânone mínimo ou irredutível, constituído a partir de dados documentais, uma vez que não se encontraram até hoje textos autógrafos. À proposta de estabelecimento de um índice básico, não exatamente um índice canônico, pela total impossibilidade de se propor um cânone máximo, Azevedo Filho introduz algumas modificações como a do dúplice testemunho ao invés do tríptico de Pereira Filho que havia reduzido o corpus das líricas das quase 600 a que chegara a 65. Trata-se da consideração de dois testemunhos quinhentistas mais próximos do período de vida do poeta, “sem qualquer contestação autoral por ausência de qualquer recusa fundamentada pela crítica erudita”, elevando o corpus mínimo a 133.

Reunião de mais de 20 fontes quinhentistas

No âmbito desse sistema, Azevedo Filho, reuniu mais de 20 fontes, ou seja, novos manuscritos quinhentistas de interesse para a lírica de Camões, em amostra representativa da tradição manuscrita da época, posteriormente confrontada com a tradição impressa erudita. E desenvolveu a segunda etapa do método, não realizada por Pereira

Filho, efetuando a análise interna entre os testemunhos da tradição manuscrita, considerando as formas linguísticas da época, o respeito do *usus scribendi* de Camões com base nos “Lusiadas”, resolvendo problemas de versificação e outras tantas questões técnicas. Afirma, em resumo, o princípio da flexibilidade, ou seja, da necessária revisão do índice mínimo em função da descoberta de novos testemunhos e do progresso metodológico e teórico da pesquisa de textos, falando, enfim, de outras possibilidades de inclusão no futuro.

Penso não ser necessário sublinhar o que representa tal trabalho, assim sinteticamente descrito. Não podemos também esquecer os estudos dedicados a Cecília Meireles, Fernando Pessoa, Bocage, Pero Meogo e Anchieta, além dos textos teóricos de crítica textual. Ao redigir esta memória, tenho presente a figura humana e intelectual, generosa, de Leodegário. E, talvez porque esteja no exterior, não posso deixar de pensar numa geração de grandes estudiosos, de Celso Cunha a Antônio Houaiss (e a Bechara, felizmente vivo e vivíssimo), para ficar com os filólogos, com os quais era possível estabelecer uma troca e obter um parecer crítico. Não posso deixar de pensar no que significa o quase total desaparecimento da filologia entre nós, liquidada como alguma coisa de ultrapassado, “ciência positivista” que deseja utopicamente chegar às “origens”, como repetido mecanicamente pelos primeiros arautos dos modismos estrangeiros que, justamente, por serem “modismos”, já passaram, esses, sim, ultrapassados.

Contra a apatia burocratizante da academia

Não posso deixar de pensar, ainda, numa tradição de estudos histórico-filológicos com grande abertura para pesquisas comparativas, sempre incorporando o que de melhor se produziu a nível teórico internacional com inclusão de métodos e de estratégias num processo de recuperação e de análise de uma memória a ser construída, reconstruída e atualizada, numa linha que vem de João Ribeiro a Câmara Cascudo ou Sérgio Buarque de Holanda. Muitos deles, porém, não puderam criar uma tradição institucional sistematizada. Eram outros tempos. Pensando nestes grandes, é difícil aceitar que os nossos melhores escritores continuem ainda a serem editados com erros de todos os tipos, de Vieira a Machado de Assis, para ficar em dois pilares da prosa. Erros que levam a ridículas interpretações críticas, no caso de Vieira, e a traduções truncadas, no caso de Machado.

Talvez a comoção desta hora, provocada pela amizade, leve a uma espécie de exortação geral, a uma chamada às armas no combate à apatia burocratizante a que pode conduzir a vida acadêmica, não só no Brasil. Leodegário dela escapou no seu longo magistério na UERJ e na UFRJ. Assim, esta homenagem deseja seguramente afirmar um modelo de estudioso combativo, apaixonado e dedicado que navegou com a sua filologia por mares nunca dantes navegados.

SÔNIA N. SALOMÃO é crítica e ensaísta, professora de Língua e Literatura Portuguesa e Brasileira na *Sapienza*, Universidade de Roma. Organizadora de *Sermões italianos*, de Antônio Vieira, e autora de *Introduzione a Machado de Assis fra Itàlia e Brasile*. (*O Globo, caderno Prosa e Verso*, 5.2.2011, página 5)

GRANDES MESTRES

Antonio Gomes da Costa
Presidente do Gabinete Português de Leitura

Com a morte, ocorrida há poucos dias, de Leodegário Amarante de Azevedo Filho, Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, perdemos um grande Mestre e um dos maiores camonistas de todos os tempos. O Prof. Leodegário pertenceu a uma plêiade de intelectuais que se dedicou com admirável competência aos estudos e às pesquisas sobre a Língua e a Cultura portuguesa no Brasil. E fizeram numa altura em que já havia contestação aos cânones dos clássicos e ganhavam força determinadas correntes que no campo da Filologia e da Gramática preconizavam rupturas com as matrizes d'além-mar, apontando na direção contrária à "língua comum".

Essa geração de grandes Mestres, que nos enriqueceu nas escolas e nas Universidades com o seu magistério, seu Conhecimento e suas Obras, sucedeu a outra, de que fizeram parte figuras marcantes no campo linguístico, como Serafim da Silva Neto, João Ribeiro, Antenor Nascentes, Matoso Câmara Júnior, Said Ali, Celso Cunha, Aurélio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho e tantos outros. Foi a geração de Silvio Elia, Gladstone Chaves de Mello, Antonio Houaiss, para citar alguns dos que já perdemos, enquanto outros, como Evanildo Bechara, Cleonice Bernardinelli, Maximiano de Carvalho e muitos mais, Deus Louvado! continuam ativos e empenhados na seara.

Quando nos referimos a essa plêiade de Professores, quase sempre destacamos a sua sabedoria, rendemos tributos ao seu talento e à sua persistência na investigação, admiramos a sua capacidade de ensinar e a importância e dimensão de seu trabalho. Esse reconhecimento é mais do que justo. Todos são merecedores do colar do "Petit Trianon", do Laurel de Gratidão do Real Gabinete Português de Leitura ou do título de "Doutor Honoris Causa" da Universidade de Coimbra. Nem se discute. Mas há um traço que passa sem registro e que foi comum na vida de todos esses Mestres: a sua entrega ao ensino e ao estudo da Língua Portuguesa, sem pensar em mais nada – nem na remuneração necessária para viver, nem no sufrágio para entrar na Academia.

Damos a seguir um depoimento que é uma pequena amostra desse desprendimento. Quando nos anos 80 foi criado o Instituto de Língua Portuguesa, no âmbito do Liceu Literário Português, com a finalidade de promover cursos sobre o idioma, pedimos apoio e orientação a esses Homens – e a sua adesão à iniciativa foi imediata. Desde o início contamos com eles para a estruturação e o funcionamento do Instituto; para a elaboração dos programas de pós-graduação; para a editoria da revista "Confluência" e da série de compêndios escolares intitulados "Na ponta da língua"; para a organização de congressos e colóquios; para as aulas e para a formatação das ativi-

dades docentes, etc. Realizaram um trabalho notável, dia após dia, ano após ano, sem outro interesse que não fosse o de colaborar com o Liceu Literário Português e o de enriquecer o ensino e melhorar o uso da Língua. Dezenas de outros cursos transversais, além do curso de pós-graduação, alcançaram sucesso, milhares de alunos foram e estão a ser beneficiados pelo trabalho e pelo espírito de missão desses Mestres, pela filantropia do Liceu e pela vontade de todos de servir o Brasil.

Que o seu nome nunca seja esquecido no espaço da lusofonia – é o mínimo que podemos pedir.

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

Uma trajetória de sucesso – 1927-2011

Evanildo Bechara

**Pres. de Honra da Academia Brasileira de Filologia e membro
da Academia Brasileira de Letras**

Os estudos de Língua e de Literatura no Brasil perderam neste últimos domingo de janeiro um dos seus melhores cultores, cuja aposentadoria e emerência em duas das mais representativas universidades do país não o afastaram do magistério empolgante da sala de aula nem do investigativo magistério silencioso do texto impresso de livros e artigos em revistas especializadas e jornais para o público estudioso.

Para um ativo operário da Cultura só um domingo o deteria da faina de estudar e ensinar mais; o que nos deixou ficará para nos incentivar a estudar mais e a ensinar melhor.

Seu percurso acadêmico cedo prenunciou a trajetória rica de sucessos. A influência inicial de professores como Quintino do Vale, Clóvis Monteiro e Tasso da Silveira foi decisiva para que jovens ginasianos do Pedro II e depois universitários escolhessem os estudos de Língua, de Literatura e de Didática; nestes grupos estavam Leodegário e seus diletos companheiros Jairo Dias de Carvalho, Olmar Guterres da Silveira e Niel Casses. Depois o jovem Leodegário aumentou a plêiade de mestres que vieram burilar os conhecimentos já alicerçados e ampliar os campos de estudo e de pesquisa: Antenor Nascentes, Joaquim Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Celso Cunha, além de muitos estrangeiros com quem a geração a que pertenceu alargou e aprofundou os pendores. A sua aproximação aos cursos de Mestrado e Doutorado oferecidos pela UFRJ, tendo à frente Afrânio Coutinho, Eduardo Portella e Thiers Martins Moreira, foi fundamental para que sua atividade na área literária se mostrasse mais efetiva do que na área da língua, embora seu orgulho firme no domínio da Filologia e da Crítica Textual representasse permanente elo entre estas disciplinas.

Como professor titular de Literatura Portuguesa da UERJ, procurou repetir a difícil e engenhosa perícia dos antigos catedráticos para escolher, entre seus alunos mais promissores, aqueles que, na carreira universitária, poderiam continuar as matrizes ideológicas da sua cadeira no contexto da instituição e enriquecer a disciplina com o progresso que vinha para dar novos e maturados frutos. Nesta posição, Leodegário foi responsável por um grupo largo de discípulos e alunos, que hoje ocupam lugar de relevo no magistério universitário dentro e fora do Rio de Janeiro e do país.

Autor de uma extensa obra científica e crítica de escritores portugueses e brasileiros, a que se juntam namoros furtivos no campo da prosa ficcional, da poesia e da música, debruçava-se há muito no rico legado deixado por Emanuel Pereira Filho,

tão prematuramente roubado ao campo do magistério e da investigação das letras sobre o intrincado e difícil problema de fixação e edição do cânone da lírica de Luís de Camões, atividade que mereceu o apoio de Portugal, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, para publicação, sem ter esgotada a empresa, dos seis primeiros volumes distribuídos em oito tomos.

A Academia Brasileira de Filologia, fundada em 1944 pela iniciativa de professores do Colégio Militar e do Colégio Pedro II, tendo à frente Altamirano Nunes Pereira, congregava como sócios-fundadores e sócios-correspondentes o que havia de mais representativo na área da Filologia e da Linguística no Brasil. Esta instituição, ideada para desenvolver estudos superiores da Língua Portuguesa, sob a presidência de Sousa da Silveira, conheceu operosa existência até 1982, quando faleceu o professor Cândido Jucá (filho), seu presidente à época. A partir daí, quase se extinguiu, não fossem os esforços de seus poucos frequentadores, que, para garantir-lhe permanência, elegeram como presidente, primeiro Antônio Houaiss, e depois Antônio José Chediak. Todavia o prestígio dos dois eminentes filólogos não conseguiu devolver à ABRAFIL seus anos dourados. Foi quando o espírito de luta e de tenacidade de Leodegário chamou a si a restauração da instituição, que voltou a gozar do antigo prestígio, embora as condições da vida moderna tenham até agora impedido que associados e assistência repitam as antigas sessões, apesar do brilho das comunicações, para um público interessado. Pelo esforço de Leodegário e de sua prestimosa equipe, a instituição recobrou alento para garantir sobrevivência por mais anos.

A voz do velho Nascentes, metamorfoseada em Titã, dizia que as dificuldades foram feitas para serem esmagadas. Leodegário pertencia a esta grei de titãs, e em tudo de que fazia parte queria ser a mais denodada figura; neste empenhamento ganhou numerosos adeptos, mas não lhe faltaram alguns dissidentes.

Em toda essa fatigosa, mas brilhante larga jornada, Leodegário contou com a presença de Ilka, sua amorosa esposa e conselheira rigorosa, que lhe vigorou as forças, lhe adoçou a existência com uma bela família e lhe amenizou os momentos difíceis que afligem a nossa triste condição humana.

(In Jornal de Letras, ABL, n.º 151, março de 2011, pág. 8)

AO ENCONTRO DE CAMÕES

Arnaldo Niskier (ABL)

Na missa de 7.º dia, no Colégio Notre Dame, o padre Jorjão, diante de mais de duzentos familiares, amigos e discípulos de Leodegário Amarante de Azevedo Filho, recordou que o mestre falecido vivia cantarolando o “Queremos Deus, que é nosso Pai”, como se estivesse se preparando para a glória da vida eterna.

O nosso estimado Leo, com quem tive o privilégio de um convívio de mais de 50 anos, não conheceu o *otium cum dignitate*, expressão latina cunhada por Cícero, que significa lazer com dignidade, ou seja, todo homem, depois de uma dura vida de trabalho, tem direito, no fim de sua existência, a um honrado repouso (aposentadoria), o que ele não conheceu por jamais ter interrompido as suas atividades de professor e escritor laureado. Nisso teve sempre a colaboração muito próxima da sua amada Ilka, ex-aluna da UERJ, com quem se casou para tornar prático o pensamento expresso por Camões, em que o vate português afirmou em inspirado soneto que “amor é fogo que arde sem se ver”. Segundo a filha Cláudia, o amor entre eles podia ser visto constantemente, tal a afinidade das duas existências. Foi um casal exemplar.

Leodegário presidiu várias instituições, por último a Academia Brasileira de Filologia, que lhe prestou sentida homenagem. Destacou-se, na vida literária brasileira, pela devoção permanente aos estudos da lírica de Camões, o que o levou seguidas vezes a Portugal, onde era muito conhecido e querido. Dominava como poucos o feito do autor de *Os Lusíadas*, talvez a maior obra poética da Língua Portuguesa, que procurou detalhar verso por verso, para facilitar a sua devida compreensão. Reuniu dezenas de fontes quinhentistas, que pesquisou com extremo cuidado e competência.

Professor de Língua e Literatura Portuguesa, dedicou-se também a autores brasileiros como Cecília Meireles, por quem nutria especial simpatia. Quando uma vez lhe perguntei a razão, sua resposta foi simples: “Ela era também professora”. Não poderia existir uma sintonia mais forte, ele que era um homem de hábitos moderados e cuja simplicidade, no dizer de sua amada Ilka, “deixa um grande vazio em nossa casa”.

No meu caso, devo-lhe o primeiro convite para lecionar numa instituição de ensino superior. Ainda aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade do Distrito Federal, num fim de tarde, no 3.º andar do saudoso Instituto LaFayette (hoje, felizmente preservado), recebi de chofre o convite-intimação do Leodegário para lecionar na Faculdade de Filosofia de Campo Grande. Lembro suas palavras: “Será para você um belo começo de carreira”.

Não pude aceitar, por questões de horário, mas ficou a grata lembrança do gesto de carinho e confiança. Leodegário, sempre prestativo, promotor de inúmeros congressos e seminários, no Brasil e no exterior, amou a nossa língua como poucos e deixa, por isso mesmo, uma lembrança luminosa do que realizou, para valorizar a cultura brasileira. A nossa saudade.

(In *Jornal de Letras*, ABL, n.º 151, março de 2011, pág. 3).

LEODEGÁRIO, in memoriam

Albano Martins, poeta

Éramos amigos desde que, no já remoto ano de 1984, nos encontramos em Ourense. Realizava-se, então, sob o signo da AGAL (Associação Galega da Língua), o I Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa na Galiza, para o qual ambos fôramos convidados. No primeiro dia, ao almoço, no decurso do diálogo que entre todos espontaneamente se estabelecera, veio a pergunta, dirigida a minha mulher e a mim, sentados à sua frente: “Já foram ao Brasil?” “Não” – respondi . “Então vou levá-los ao Brasil”. E levou. Não uma vez, logo no ano seguinte, mas muitas, nos anos vindouros. Devo-lhe isso, e muito mais do que isso: uma amizade impoluta, sem mácula, cimentada num respeito e numa admiração recíprocos, e uma cativante amabilidade, próxima da fraternidade e pontuada de ironia, que era um dos traços marcantes de sua personalidade. Tinha três paixões, todas grandes, avassaladoras, que diuturna e devotadamente alimentava: Ilka (a quem terna e familiarmente tratava por cocota), Camões e os canários – os seus gentis “marfim-satiné” –, que, para incomodidade da Ilka, sua dilecta esposa e nossa querida Amiga, se acantonavam lá no fundo, na cozinha (havia também alguns exemplares, de mais modesta plumagem e menos refinada coloração, na casa de Cabo Frio) e que constituíam a sua primeira e mais fervorosa preocupação matinal. Era a hora da limpeza e da cuidada alimentação servida ao pormenor aos implumes filhos dos “satiné” e quejandos, acomodados nos improvisados ninhos. Algumas vezes, em viagem para o Rio, levámos connosco, na bagagem, um ou dois (às vezes mais) exemplares que a sua nunca desmentida e nunca satisfeita paixão nos exigia ou reclamava. Só nos últimos anos, jubilado já da UERJ e da UFRJ, esta paixão esmoreceu. De Camões, paixão nunca esmorecida, que herdou Emanuel Pereira Filho, a quem pediu emprestado, para o ampliar, o critério do duplo testemunho quinhentista para cunhar a autenticidade dos textos que, de forma cega e um tanto anárquica, a tradição acumulou, aumentando assim desmesurada e acriticamente a obra lírica do poeta (obra que, como lembra Antonio Houaiss, chegou a atingir as setecentas unidades), da paixão por Camões, dizia, sobram oito volumes editados pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda sob o título *Lírica de Camões*, que, sendo a obra (lamentavelmente interrompida) duma vida, são também a laboriosa tentativa de correcção de erros (fruto, muitas vezes, de exacerbadas paixões) acumulados ao longo dos anos. Fica a obra incompleta. Faltam aqui: o tomo II das “Éclogas” e os volumes com os Terceiros, as Sextinas, as Oitavas, e as Redondilhas. E falta o volume final (muitas vezes me falou dele), onde, depois do trabalho crítico desenvolvido ao longo dos diversos volumes, ficariam reunidos os textos de incontestada autenticidade, agora despidos do aparato crítico.

A obra de Leodegário de Azevedo Filho não se cinge, porém, à “epopeia” que foi o seu trabalho (a que assentaria bem o epíteto de ciclópico) de expurgação da obra lírica de Camões. Também *Os Lusíadas* e o problema da *editio princeps* do po-

ema mereceram, em anos mais próximos, o seu cuidado e atenção. Mais recentemente, para o dito efeito, ocupava-se da primeira tradução, para o castelhano, do poema camoniano, encontrando nela os argumentos bastantes para a defesa do seu ponto de vista (consulte-se, a este respeito, o n.º 43 deste jornal). Mas a obra de Leodegário – vasta e singular - vai muito além. Vários outros poetas, de um e outro lado do Atlântico, mereceram a sua atenção e desvelo. Salienta-se o trabalho empreendido com a publicação das “Cronicas de viagem” e das “Crónicas de educação” de Cecília Meireles, poeta a quem já dedicara, aliás, em outras ocasiões, demorada atenção (veja-se, por exemplo, o volume Poesia e estilo de Cecília Meireles, de 1970). Atenção que também dedicou, entre outros, a Fernando Pessoa, a Bocage, Pêro Meogo e Anchieta. E importa lembrar os seus trabalhos de natureza didáctica, de promoção e defesa da língua, bem como os de teoria, crítica e estética literária, sem esquecer os consagrados à problemática do verso. Uma obra vasta e singular, dissemos, mas também diversificada.

Morreu às 3h10 do dia 30 do passado mês de janeiro, com 84 anos (fizera-os dois dias antes), na cidade do Rio de Janeiro. Aqui o deixamos escrito, nesta hora de mágoa pela perda do Amigo, mas também em memória dum homem a quem Portugal deve, desde há muito, prestimosa homenagem e reconhecimento. Além de grande filólogo e camonista militante, de excepção, Leodegário de Azevedo Filho foi também grande amigo do nosso país, que frequentemente visitava e onde tinha numerosos amigos. Lembra-se, aos que o não sabem ou esqueceram, que Leodegário (o Leo, como era conhecido entre os amigos) foi, durante o ano de 1972, professor visitante da Universidade de Coimbra. Também esta, por isso, está de luto. Assim o cremos, ao menos. A exemplaridade e a excelência têm de ser reconhecidas e, mais do que isso, assinaladas e honradas.

(In jornal As Artes entre as Letras, do Porto, Portugal, 9.2.2011, p. 9).

IN MEMORIAM

**Prof. Doutor Leodegário Amarante de Azevedo Filho
Amadeu Torres (Prof. Catedrático Jubilado das Universidades
Católica e do Minho)**

Após uma semana de expectativa e ansiedade, faleceu, na madrugada de 30 de janeiro, no Rio (Brasil), o Prof. Doutor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, nascido em Pernambucano em 1927 e carioca de adopção, Titular aposentado de Literatura Portuguesa na Universidade Federal e Emérito da do Estado do Rio de Janeiro, além de Presidente que foi da Academia Brasileira de Filologia e membro que era do Conselho Científico (Editorial Board) da Revista Portuguesa de Humanidades, da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica.

Travei conhecimento com este renomado filólogo e linguista de estofo um tanto estruturalizante aquando do Encontro Camoniano de 1987, organizado pela Universidade de São Paulo, no dia precisamente da deslocação dos congressistas a Campinas, em cuja Universidade falou sobre a lírica de Camões e o esforço que estava a despende, bem como o método a estatuir, no sentido de obter-se um cânone criticamente aceitável.

Mercê de uma dedicação de mais de quatro décadas constituiu-se, sem favor, o lídimo representante da Escola Camoniana Brasileira, na expressão de Antônio Houaiss, iniciada por Emmanuel Pereira Filho no ensaio de 1967 sobre “Aspectos da Lírica de Camões”, inserto nas Actas do 1º Simpósio de Língua e Literatura Portuguesas. Rapidamente desaparecido, tocou de facto ao Prof. Leodegário, após adaptação metodológica, giz ar o excepcional projecto da edição crítica de base da multifacetada lírica que, como é sabido, engloba sonetos, canções, élogos, elegias, redondilhas, sextinas, odes e epístolas, em 8 volumes e 12 tomos que a Imprensa Nacional/Casa da Moeda tem vindo sucessivamente a dar à estampa, aguardando-se apenas o último, que creio se encontrava já muito adiantado, para fechar o empreendimento com chave de ouro.

Ao tempo das minhas deambulações pelas bibliotecas, nossas e da Europa, chegaram-me a falar do então Professor Visitante e das suas aulas, em 1968 na Universidade de Colónia e em 1972 na de Coimbra, indícios estes que facilitaram a relação desde Campinas. Virei depois assinante da sua Revista Brasileira de Língua e Literatura e comecei a marcar presença nos congressos internacionais para cuja concretização sempre concorria. No último, em 17-21 de setembro de 2007, que os colegas forçaram a aceitar em homenagem nos seus 80 anos, lá nos quis de novo receber, com outros portugueses participantes, na sua mansão junto à Lagoa Rodrigues de Freitas. Nem por sombras palpitámos que seria esta a derradeira vez, nem muito menos a Senhora D. Ilka de Azevedo que, com o marido, formava um par erudito, ditoso e ainda cheio de juventude e iniciativas. Ali se recordou a vinda de ambos a Braga, por ocasião do colóquio internacional sobre Gramática e Humanismo (2005), em que activamente participaram.

Na verdade, o Prof. Leodegário pode dizer-se que morreu em serviço, legando-nos uma extensa e poliforme bibliografia na qual sobressaem obras de gramática, de crítica literária, de teoria da literatura, de história da literatura portuguesa, a literatura novilatina, da poética de Anchieta, do estilo e poesia de Cecília Meireles, da poesia dos trovadores galego-portugueses, da teorização em ecdótica e crítica textual, para além das aturadas abordagens camonianas.

A Academia Brasileira de Letras distinguiu em três momentos a excelência do seu labor cultural: com o Prêmio Sílvio Romero, de Crítica Literária, o vol. Tasso da Silveira e o seu universo poético; com o Prêmio José Veríssimo, de Ensaio e Erudição, o vol. Anchieta, a Idade Média e o Barroco; e com o Prêmio Machado de Assis o conjunto de suas publicações.

Entre outros cargos, exerceu o de Director do Instituto Estadual de Livro, Delegado Permanente do Brasil junto do Programa Interamericano de Linguística e Filologia; foi membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, e membro do Conselho Cultural do Governo do Estado do Rio de Janeiro. São de destacar condecorações concedidas pelo Governo Português: a Comenda do Infante D. Henrique e a Comenda de Mérito Nacional; o Brasil prendou-o com a Medalha Óscar Nobiling pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, e a Medalha Anchieta pelo Estado do Rio de Janeiro.

Por sua vez, o Senhor Deus premiou-lhe a Fé que sempre o acompanhou, chamando-o ao repouso das pesquisas e canseiras de cujos resultados nos fez compartípes. Pois, que descanse em paz!
(In Diário do Minho, 16.3.2011).

RECANTO DE SAUDADES

**LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO
EM POUCAS PALAVRAS, COM ADMIRAÇÃO E AMIZADE,
RIMA FÁCIL E SAUDADE**

Helena Ferreira

Tenho certeza de que quem o conheceu, tanto na seara da pesquisa e da docência quanto no cotidiano do trato e da convivência, jamais dissociará sua figura de três nobres sentimentos que ora sublinho: admiração, amizade e saudade.

Cercado de coincidências etimológicas e toponímicas, ele carregava Português no coração e, em especial, sua literatura na alma. Respectivamente luso e galego os sobrenomes Amarante e Azevedo, mas de origem germânica o prenome – de leut, povo, e gari, lança: que combate pelo povo – mestre Leodegário, mesmo diante das viagens linguísticas que seu nome de batismo realizou, só admitia lutar em prol da filologia e da literatura, suas lanças inseparáveis.

Amarante, casta de uva preta tão comum à Bairrada, a região produtora de vinho que mapeia Aveiro e Coimbra, sem falar de sua importância com vila e cabeça de concelho no distrito do Porto, igual nome da cidade que abriga a Universidade Fernando Pessoa, onde recentemente recebeu o título de professor honoris causa. (A propósito, um sobrenome tão altissonante e com inúmeros significados – nem todos aqui assinalados – ficou, em seus escritos, reduzido a uma simples abreviatura: A. ou, às vezes, ao desaparecimento total, talvez por economia de espaço impresso...)

A Camões, sobretudo à sua lírica, dedicou, prática e ingentemente, todo seu labor ensaístico. Descobriu grande parte de seus problemas autorais e textuais e acertou todos os caminhos dessa paixão. Mostrou-se percuciente nas abordagens sobre Pedro Meogo, Padre José de Anchieta, Bocage, Fernando Pessoa, Cecília Meireles, Tasso da Silveira, Clarice Lispector e tantos outros emblemas literários.

E seu devotamento à preparação de congressos de língua e literatura que semeou durante décadas? Frutos sem-fim todos sabem que ele colheu. Pena que não se verá mais esse abnegado contumaz à cata de patrocínio para realizá-los.

Uma vida fadada ao estudo profundo da literatura, ao pleno exercício da lida acadêmica, quer no Brasil – mais precisamente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por onde foi eleito professor-emérito, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro no Brasil, nascente de nosso conhecimento, memória de nossa amizade – quer alhures, sobretudo na Galiza e em Colônia.

Não devo estender-me pelo simples fato de ter usado a expressão “em poucas palavras”. Entretanto, não resisto a reproduzir as palavras do velho amigo que se foi na dedicatória Sumarina, mais um opúsculo primoroso de sua autoria. Ele o qualificou de ficção-ensaio, depois, conto:

Para a queridíssima Helena Ferreira, esta tentativa de ficção-ensaio, em ho-

menagem à memória de Clarice Lispector e Vergílio Ferreira, dois amigos que se foram para o tempo da eternidade. Gostaria de receber sua opinião sobre o texto, pedindo a sua atenção para a última frase do conto. Abraços do velho amigo, fielmente seu! (as.) Leodegário A. de Azevedo Filho. Rio, 2003.

Leodegário, você também foi para o tempo da eternidade. Permita-me parafrasear o poeta: Mas como dói!

A gratidão e a saudade de Helena Ferreira.

Real Gabinete Português de Leitura

Fundado em 14 de maio de 1837. Entidade Filantrópica de Fins Culturais, Biblioteca e Centro de Estudos.

ENSAIOS

RETÓRICA: DOZE FRASES MAGNÍFICAS

Afrânio da Silva Garcia (ABRAFIL e UERJ de São Gonçalo)

1- INTRODUÇÃO

Existem frases que possuem uma profundidade tão intensa e uma forma tão perfeita que causam um efeito imorredouro, transformador em quem as escuta. Neste trabalho, procuramos selecionar doze dessas frases magníficas e explicá-las, de modo que o leitor possa aquilatar sua força retórica e a essência de sua mensagem.

Utilizamos como elemento norteador de nossa escolha o impacto epistemológico dessas frases, a epifania e o comprometimento com uma nova visão da realidade que elas acarretam, e seu poder modificador e estético. Não nos prendemos a nenhuma temática ou conceito pré-estabelecido, apenas à intensidade da emoção ou à profundidade do conhecimento por elas gerado.

Acompanhe-nos neste passeio intelectual e afetivo através de alguns dos pensamentos mais bem elaborados que a humanidade já produziu.

2 - E CONHECEREIS A VERDADE E A VERDADE VOS LIBERTARÁ (*Bíblia*).

Esta frase da Bíblia talvez possa ser considerada a frase mais profunda que a humanidade já produziu. Se a observarmos no seu *sentido literal*, atentando para aquilo que está dito claramente nela, veremos a vinculação necessária entre o *conhecimento da verdade* e a nossa *libertação*, pois nunca poderemos ser livres se não tivermos conhecimento da verdade das coisas: da nossa verdade, da verdade do que nos oprime, da realidade à nossa volta. Qualquer tentativa de *libertação* que não leve em conta a *natureza da realidade*, a verdade intrínseca dos fatos, estará fadada a equívocos. Podemos vir a defender, como tantas vezes ocorre, os nossos próprios *opressores*, por *ignorância da realidade*; podemos, igualmente, lutar por uma *libertação irreal*, como a decorrente das drogas ou uma libertação sem bases concretas, baseada na ilusão (religiosa, política, etc.), que nos levará à miséria e a uma opressão maior ainda; podemos, ainda, tomar por libertação a *aparência de liberdade* que nos é concedida quando nos tornamos *cúmplices* da opressão (como sói acontecer nos regimes totalitários). Somente o conhecimento pleno da *verdade* pode nos garantir uma real *libertação* em direção a uma vida verdadeiramente *livre*.

Podemos, no entanto, observar essa frase no seu *sentido inverso*, não pela

vinculação entre a *verdade* e a *libertação*, porém pela vinculação entre a *mentira* e a *escravidão*. Neste sentido, devemos estar permanentemente atentos para o fato de que, sempre que alguém *mente* para nós, essa pessoa está, na verdade, tentando *diminuir* nosso *direito* à reflexão e à informação, nosso *conhecimento* da realidade, nossa *liberdade*, e seu objetivo último é, sem sombra de dúvida, utilizar-se de nós para seus propósitos, cercear nossa liberdade, promover nossa *escravidão*.

Em qualquer sentido que a adotemos, veremos a imensa importância de uma noção de verdade para a *libertação*: por um lado, ela nos dá bases sólidas sobre as quais alicerçar nossos sonhos e projetos de *liberdade*; por outro lado, ela funciona como um elemento imunizador contra aquelas pessoas e ideologias que querem a supressão de nossa liberdade, a nossa *escravidão*.

3 - SEJA FIEL A SI MESMO, E TUDO MAIS SE SEGUIRÁ, COMO A NOITE AO DIA (*To thine own self be true, and everything must follow, as the night to the day – William Shakespeare*).

Essa frase esplêndida, por sua vez incluída numa passagem esplêndida, aquela em que o pai de Romeu lhe dá recomendações sobre como proceder em sua fuga de Florença e consequente ida para uma terra estranha, serve para explicar a razão de muitas das nossas alegrias e sofrimentos. Geralmente somos felizes simplesmente por fazermos aquilo que está em nossa *natureza*, por seguirmos nossas *aspirações*, nossos *desejos*, nossas *convicções*, em suma: *por sermos fiéis a nós mesmos*. Em contrapartida, nossas maiores *atribulações*, nossas mais negras *tristezas*, quiçá a razão de nossos *desesperos* e *crimes* repousam, muitas vezes, numa falácia fundamental: *não fomos fiéis a nós mesmos*, aceitamos ou nos envolvemos em situações que *não acreditávamos* ou *não desejávamos*, por indecisão, omissão ou covardia.

Muitos dos maiores problemas que afligem a humanidade têm por origem este equívoco de escolha ou decisão primordial. O *espancamento de mulheres* pelos parceiros constitui, além de uma covardia e um crime, o resultado último da manutenção de uma relação em que não existe amor ou respeito, na qual, em verdade, o homem *está sendo infiel a si mesmo*, aceitando em sua companhia uma mulher que ele *não quer* ou *não suporta*, por razões interesseiras ou conformistas. Pessoas que estão sempre *tristes* ou *aborrecidas*, com suas consequências terríveis, como embriaguez, uso de entorpecentes, explosões de violência, obesidade mórbida, etc., são, na maioria das vezes, pessoas que se renderam a empregos, atividades ou situações que, decididamente, *não lhes agradam*, mas às quais se submetem como *prisioneiros*, como quem vai para um *castigo*.

Já uma vez que sejamos *fiéis a nós mesmos*, que sigamos nossas aspirações, nossas convicções, nosso eu interior, parece que somos capazes de tudo, que não há obstáculos para nossos propósitos, para nossa realização, com a mesma naturalidade com que *a noite segue ao dia*.. Quão comuns são os casos de pessoas que venceram apesar de sérias limitações: deficiências físicas, preconceitos, perseguições e violên-

cias sofridas, apenas porque perseveraram nos seus ideais, sem se render nem se deixar abater. Parece que podemos tudo: sobrepujar preconceitos, como aconteceu com Machado de Assis e Nelson Mandela; vencer enfermidades e deficiências, como o Aleijadinho e Ray Charles; chegando até a mudar o mundo, como ocorreu com Martin Luther King e Gandhi. Eles ousaram *ser fiéis a si mesmos*, e todos seus contemporâneos tiveram que aceitá-los, respeitá-los, glorificá-los, e, em alguns casos, curvar-se ante seus ideais, muitas vezes ainda considerados inaceitáveis (como a igualdade entre as raças, o fim do colonialismo) à época.

4 - AMAR O PRÓXIMO COMO A SI MESMO (*Bíblia*).

Esse mandamento da lei de Deus parece superior em alcance a todos os outros mandamentos, já que seu valor independe de circunstâncias concretas, podendo se aplicar em qualquer caso ou qualquer religião. Outros mandamentos não resistem à prova da realidade, como *Honrarás a teu pai e a tua mãe* (mesmo se os pais explorarem, estuprarem ou prostituírem os próprios filhos) ou *Não cometerás adultério* (mesmo se o marido ou a esposa nos desprezarem, humilharem ou maltratarem) ou *Não cobiçarás a mulher do próximo* (mesmo que ele a espanque e faça da vida dela um inferno e você a ame e respeite e possa fazê-la feliz), ou estão ligados somente às religiões judaico-cristãs, como *Amarás teu Deus sobre todas as coisas*. Já a sentença *Amarás teu próximo como a ti mesmo* é válida e plena de significado em qualquer situação e em qualquer religião, para ricos e pobres, poderosos e desgraçados, cristãos, pagãos e ateus.

E quanta beleza, profundidade e justeza há nessa frase. Todas as relações sociais seriam muito mais fáceis e proveitosas se pautássemos nosso comportamento por essa frase magnífica. Os salários seriam sempre dignos e justos, pois não se pagaria aos empregados menos do que aquilo a que eles fizeram jus; as palavras seriam ditas com delicadeza e respeito, pois ninguém gosta de ser vítima de grosserias e desrespeitos; ninguém abusaria dos mais fracos, pois ninguém gosta de ser abusado pelos mais fortes; na verdade, todos os outros pecados seriam extintos, pois roubar, matar, trair, etc. são apenas as exteriorizações variadas deste mesmo princípio básico: *fazer ao outro aquilo que não queremos que nos façam*. Mesmo a intolerância religiosa, que tem feito tantas vítimas atualmente, deixaria de existir, já que todos queremos ter liberdade de pensamento e de religião, o que nos levaria a conceder esse mesmo direito a todos. A humanidade deu um grande passo adiante com a formulação deste maravilhoso preceito, desta luminosa compreensão, de que devemos dedicar aos outros, que passam com isso a serem todos próximos, o mesmo amor, a mesma consideração que desejamos que os outros nos dediquem.

No entanto, este não é o único valor desse mandamento. Lido inversamente, ele se torna tão ou mais importante do que em sua leitura direta. Não se trata apenas de *não amar ao próximo menos do que a nós mesmos*, mas também de *não nos amarmos menos do que ao próximo*. Talvez o trabalho mais ingente da *psicanálise* seja justa-

mente resgatar da solidão, do sofrimento, do desespero, *peessoas que amam mais aos outros do que a si mesmos*, em virtude de acontecimentos e culpas, imaginários ou reais, que as levam a ter uma deficiência na autoestima e na autoimagem, necessitando sempre submeter-se a outros, que ela considera *melhores*, mais dignos de amor e reconhecimento do que elas próprias. Numa escala maior, muitos dos problemas mais preocupantes da sociedade, como a *submissão da prostituta ao seu proxeneta*, o *vício de consumir drogas degradantes* e o *fanatismo religioso assassino e suicida*, têm como causa essa superioridade do amor a algo externo a si (pessoa, sensação, ideal) em relação ao amor a si mesmo.

A solução para a imensa maioria dos problemas humanos estaria na observância estrita deste preceito em suas duas faces: *amar ao próximo como a si mesmo, sem nunca amá-lo menos nem mais do que a si mesmo*.

5 - A NEUROSE É ACHARMOS QUE SÓ TEMOS DUAS OPÇÕES (Bandler & Grinder, criadores da Neurolinguística).

Richard Bandler & John Grinder, fundadores da *Programação Neurolinguística*, uma espécie de terapia psicológica centrada na atualidade e nos modelos computacionais, discorrem em seu excelente livro *A estrutura da magia* sobre as práticas neurolinguísticas a serem adotadas para atingir o melhor resultado na supressão dos sofrimentos (angústias, medos, indecisões) que afligem e paralisam os pacientes e sintetizam esses ensinamentos com a esplêndida frase *A neurose é acharmos que só temos duas opções*, querendo com isso dizer que a maior parte dos problemas humanos e das neuroses deriva de um processo progressivo de *restrição* da multiplicidade de opções e soluções que a vida nos oferece, até ficarmos totalmente emparedados dentro de um universo demasiado exíguo, contando apenas com o *sim* e o *não* como exclusivas opções existenciais.

Quantas vezes vemos uma pessoa absolutamente arrasada por não conseguir ou perder algo que valorizava: um amor, um parente, um emprego, um concurso, etc., chegando até a matar-se ou a outrem (como aconteceu com um primo do Autor, que se suicidou por ter sido reprovado no vestibular da UERJ). Outras pessoas, no entanto, passam pelos mesmos problemas, frustrações e dissabores e, mais tarde, percebem que tais perdas praticamente não as afetaram, logrando alcançar uma situação ou ter uma vida muito melhor do que a que teriam se não tivessem passado pela perda.

A vida não se resume nunca a duas opções, mas a uma multiplicidade de escolhas e oportunidades. Se você foi traído ou abandonado, um novo amor virá. Se foi humilhado, dia virá em que será exaltado. Se foi roubado, mesmo assim a abundância e a riqueza não se tornaram objetivos inatingíveis. Se foi preterido ou derrotado, pense na quantidade de vencedores e pessoas de sucesso que já estiveram na miséria, ou presos, ou desprezados. Enfim, se algum infortúnio lhe aconteceu, pense que esta é apenas uma porta que se fechou na sua vida, onde novas portas irão se abrir a cada dia. Não se emparede na sua neurose, no “inverno da sua desesperança”, pois a saúde

mental é simplesmente isso: *perceber a realidade total, irresistível, de que sempre temos muito mais do que apenas duas opções.*

6 - VÓS SOIS O SAL DA TERRA; SE PERDERDES A PUREZA, SEREIS APENAS PÓ, E, COMO TAL, DEVEIS SER PISADO PELOS VIAJANTES. (Bíblia)

Mais uma vez, a Bíblia nos fornece uma frase magnífica, ao fazer a pregação da importância da pureza, da ausência de corrupção, no ofício apostólico, quando Jesus adverte seus seguidores: *Vós sois o sal da terra; se perderdes a pureza, sereis apenas pó, e, como tal, deveis ser pisado pelos viajantes.*

É interessante notar como o autor da frase vale-se, com grande efeito estilístico, da extrema semelhança que existe entre um grão de pó ou areia e um grão de sal. Ambos são aparentemente a mesma coisa, uma porção mineral ínfima, com uma única diferença, que faz toda diferença: um é capaz de salgar, de dar o gosto salgado aos alimentos a que se associa, o que o torna extraordinariamente valioso, ao passo que o outro, justamente por não possuir este traço característico: o sabor salgado, é absolutamente sem valor, já que constitui apenas uma porção mineral ínfima. Jesus compara intrinsecamente a *pureza* dos apóstolos com este *sabor* existente no *sal*, que o diferencia tanto do *pó*, ao qual tanto se assemelha, e enfatiza o fato de que, se um apóstolo perder a *pureza*, aquilo que o torna tão valioso quanto o *sal*, ele se tornará tão sem valor quanto um grão de *pó*, que serve apenas para ser *pisado* (note-se a ambiguidade do verbo *pisar*, que tanto pode ser entendido no sentido concreto, de *passar com os pés sobre*, como no sentido abstrato, de *humilhar, desprezar, torturar*). Podemos citar, por exemplo, os padres pedófilos. Mesmo que os perdoemos, para que serve, afinal, um padre que é pedófilo? Para nada, ou pior, para fazer o serviço do demônio, de minar e emporcalhar a igreja. A Igreja Católica faz muito mal, talvez um mal que provoque sua própria extinção, em não expulsar e até acobertar os padres pedófilos.

Esta restrição que Jesus faz à *pureza* como essencial para o trabalho apostólico, sem a qual *um apóstolo valeria tanto quanto um grão de pó*, praticamente nada, pode ser estendida a qualquer ofício humano. Como professor, tenho visto colegas que simplesmente não estão envolvidos no magistério, que dão aulas burocraticamente, configurando o que é conhecido depreciativamente no jargão da profissão como *empurrar com a barriga*, sem nenhum compromisso com o efetivo aprendizado de seus alunos ou com os altos desígnios da educação. Ou diretores e coordenadores que são, na verdade, *azucrinadores*, já que nem dirigem nem coordenam, limitando seu trabalho a atazanar os professores, com especial predileção por aqueles que realmente trabalham. Para que servem tais professores, diretores e coordenadores? Para nada, absolutamente nada, são apenas pó a empoeirar as escolas e faculdades. Podemos dizer o mesmo de médicos que não se atêm aos princípios da medicina, advogados que burlam a lei ou a torcem para favorecê-los, administradores que não administram, etc.

Muitas vezes falta a estas pessoas competência, mas lhes falta, principalmente, pureza, essência, comprometimento. São simplesmente *pó, poeira, sujeirinha*, e deveriam ser *soprados, varridos e pisados* para fora de suas ocupações.

7 - TUDO QUE VOCÊ PRECISA É AMOR, E O AMOR É TUDO QUE VOCÊ PRECISA (*All you need is love, and love is all you need – Lennon & McCartney*).

Essa música dos Beatles, assinada por John Lennon & Paul McCartney, além de ser lindíssima, tem como refrão uma das frases mais importantes para a nossa saúde física e mental: *Tudo que você precisa é amor, e amor é tudo que você precisa*.

Muito embora a vida apregoada por *Hugh Hefner* em sua revista *Playboy* seja uma *vida muito boa*, uma *vida invejável*, a qual poucos de nós alcançaremos: dinheiro, carrões, mansões luxuosas e mulheres, muitas mulheres jovens e de corpos esculturais, ela simplesmente *não é suficiente*. O ser humano, para ser plenamente feliz, precisa de *amor*. Precisa do *amor difuso* de amigos e da família, mas precisa ainda mais do *amor objetivo e concentrado* da mulher ou do marido, da companhia escolhida para *segurem juntos* na rota da vida. Uma vida de realizações e conquistas é uma vida grandiosa, quiçá maravilhosa, mas não é *aquela* vida maravilhosa se não temos com quem comemorar, compartilhar essas realizações e conquistas. Ter alguém para quem voltar, ter alguém nos esperando quando chegarmos, mesmo que *sonolenta* ou *roncando*, é alguma coisa por que lutar.

Belamente, mas não aleatoriamente, apresentados como um *quiasmo* (o começo do primeiro verso é o fim do segundo e o final do primeiro verso é o início do segundo), os versos de Lennon & McCartney enfatizam que, muito embora você certamente precise de outras coisas para ser feliz (não estamos aqui para endossar o ditado estúpido *um amor e uma cabana*, pois ninguém pode ser realmente feliz com fome, moléstia ou privações), tendo *amor* todo o resto que você deseja e precisa (logicamente, como dissemos acima, tirando a subsistência mínima) torna-se supérfluo. Que valor podem ter um carro luxuoso, um emprego de chefia, uma mulher fantástica, uma vida de luxo, etc., se você não tem um amor verdadeiro? Tendo amor, tudo isso é bom, mas constituem apenas alegrias a somar com a felicidade maior que provém do amor. Por isso, o refrão da canção apresenta a mesma ideia de maneira inversa: *Tudo que você precisa é amor*, nada mais de fato lhe faz falta; *e o amor é tudo que você precisa*, pois tudo o mais deixa de ser realmente necessário.

Caros leitores, caras leitoras, se você não tem um amor no momento, estabeleça como uma de suas metas principais (se não a meta primordial) conseguir alguém para amar, alguém que ilumine a sua vida e para quem você seja fonte de luz. Mas não se desespere: se conseguir um bom emprego já é difícil, imagine conseguir um grande amor. Mantenha através da sua vida essa prioridade, pois *nascemos para amar*, para fazermos alguém muito feliz, e *para sermos amados*, para encontrarmos alguém que nos faça muito feliz. E não se deixe enganar por falsos amores; quando amamos, vivemos a vida em *plenitude*, assim como tornamos *plenas* (o *tudo* da canção) as vidas dos

que nos amam. Se o amor envolver sofrimento, desrespeito, privações, submissões ou quaisquer outras coisas decididamente negativas, para você ou para outrem, não é amor, é neurose. *Amar é querer bem!*

8 - EU CONHEÇO MUITA GENTE QUE TENTOU E NÃO CONSEGUIU, MAS NÃO CONHEÇO NINGUÉM QUE TENHA CONSEGUIDO SEM TENTAR (Gianni Versace).

Essa frase é tão importante para o progresso científico, intelectual e artístico da humanidade que deveria ser escrita nas paredes de todos os museus, universidades e instituições científicas. Qualquer pessoa que tem por objetivo progredir na vida, fazer novas descobertas científicas, produzir uma grande obra artística, depara-se com obstáculos imensos e, conseqüentemente, uma sucessão de fracassos. Mas, então, por que existem tantos artistas magníficos, tantos cientistas inovadores, tantas pessoas que, partindo quase que do nada, alcançaram pináculos inimagináveis considerando-se sua origem, seu ponto de partida? Porque elas tentaram, e continuaram tentando, e continuaram tentando, e insistiram, e perseveraram nos seus objetivos, até alcançá-los.

O próprio Gianni Versace foi vítima de uma enfermidade durante toda a sua infância e adolescência (para a maioria das pessoas, a fase mais luminosa da vida), que o deixava com dificuldade para respirar e limitava muito sua movimentação, tornando-o praticamente um inválido. Não obstante esse sofrimento constante, ele se esforçava sempre: para superar a doença, para aperfeiçoar seu físico, para aprimorar seus estudos. Tão logo o estágio mais agudo da doença passou, ele iniciou seus projetos, começando com um pequeno *atelier* de costura, e progressivamente evoluindo até tornar-se um dos maiores estilistas do mundo, além de se tornar o melhor *designer* de utensílios em porcelana de sua época. Histórias semelhantes podem ser contadas sobre Coco Chanel e Charles Chaplin (ambos refugiados paupérrimos), Ray Charles e Steve Wonder (músicos cegos), Ritchie Havens (que abriu o festival de Woodstock, um grande guitarrista sem dois dedos), Stephen Hawking (um professor brilhante, que revolucionou a astronomia, embora seja tetraplégico), entre outros, além daqueles que tiveram de vencer perseguições políticas (como Walter Benjamin e Alexander Soljenitsin), preconceitos (como Machado de Assis e Martin Luther King), concepções científicas adversas (como Sigmund Freud e Charles Darwin), etc.

O que eles fizeram? Eles tentaram. Ao tentarem, e tentarem muitas vezes, eles foram pouco a pouco aumentando as probabilidades a seu favor, até acabarem por vencer os obstáculos e concretizarem seus intentos. Porque a máxima de Gianni Versace carrega uma verdade absoluta: *Conheço muita gente que tentou e não conseguiu* (para cada um que consegue atingir existem muitos que fracassam, que desistem, que esmorecem), *mas não conheço ninguém que tenha conseguido sem tentar* (aqueles que nem tentam alcançar seus ideais, só conseguem reduzir suas chances de um percentual diminuto para o zero, a ausência de qualquer possibilidade).

9 - NÃO SE FAZ UMA OMELETE SEM QUEBRAR OS OVOS (*You can't do an omelette without breaking the eggs – ditado americano*).

Os americanos, com seu espírito extremamente prático, têm como uma das suas características elaborar ditados baseados em elementos concretos, de fácil compreensão e de larga aplicação, tais como *O freguês tem sempre razão* ou *Quem tem telhado de vidro não joga pedra no telhado dos outros* ou *Tempo é dinheiro*, mas talvez o melhor de todos estes ditados seja *Não se faz uma omelete sem quebrar os ovos*, querendo com isso dizer que é impossível fazer um novo projeto, uma mudança, um avanço científico, sem que isto acarrete algum tipo de transtorno, de prejuízo a alguém.

Muitas vezes, deparamo-nos com propostas que parecem extremamente ingênuas, por não levarem em conta as injunções das medidas propostas e o impacto que sua adoção causará na comunidade, no meio-ambiente, nas pessoas, no país. Isso tanto pode envolver pequenos dissabores, como uma reforma na casa, que trará inevitavelmente como efeito uma casa desarrumada, empoeirada, quebrada, sem nenhum conforto, ao menos durante o período de execução da obra, como enormes modificações na sociedade, com a inevitável reação daqueles que forem mais atingidos, como é o caso da reforma agrária ou do movimento dos sem-terra, que tendem a provocar, se não forem devidamente controlados, verdadeiros banhos de sangue.

O brasileiro adora reclamar dos políticos, mas não repara que qualquer ato da administração pública, qualquer lei, trará conseqüências que geralmente ultrapassam em muito as perspectivas, muitas vezes nefelibatas (próprias de quem vive nas nuvens), daqueles que só enxergam os efeitos benéficos das medidas aventadas. Por exemplo, quando os estudantes secundaristas propõem a *gratuidade dos transportes públicos* de uma maneira generalizada, não percebem que isto implicará em um decréscimo da renda auferida pelas empresas de transportes coletivos, o que tornará este tipo de negócio menos atrativo e mais deficitário, podendo mesmo levar à suspensão de certas linhas (provavelmente as linhas mais utilizadas por aqueles mesmos estudantes que propuseram a mudança).

A defesa da *liberação da maconha*, por exemplo, poderá acarretar conseqüências drásticas, visto que os traficantes, ao perceberem os decréscimos nos lucros com o produto legalizado, passarão a vender e, conseqüentemente, a impingir a adolescentes e crianças (traficantes não são afamados pela ética) drogas cada vez mais mortais. Imagine a sociedade como um todo e as entidades de saúde em particular tendo que lidar com milhares de jovens e crianças morrendo em conseqüência do consumo de *heroína* e *crack* ou tornando-se loucos violentos em decorrência do uso da *metedrina*. Ponderem, cidadãos bobinhos e iludidos, antes de proporem tamanho absurdo!

Qualquer pessoa que pretende trabalhar com política ou administração tem que levar em conta este ditado e pensar não apenas nas consequências benéficas das suas decisões, atitudes e projetos (aquele *omeletão delicioso* com que ele sonha), mas também nas suas implicações negativas, nos *ovos que serão quebrados*, ou seja, as pessoas, instituições e estruturas que serão pressionadas, prejudicadas ou até destruídas no processo.

Por outro lado, não podemos simplesmente ficar *paralisados* diante das consequências negativas das mudanças que implementaremos. Devemos lembrar as figuras notáveis de Pereira Passos e Oswaldo Cruz que levaram avante seu projeto de *civilizar e higienizar* a cidade do Rio de Janeiro, abrindo *ruas largas* e *sistemas de saneamento exemplares* para a época, além de eliminarem três epidemias extremamente letais: *febre amarela, peste e malária*. É claro que foram muito combatidos à época, visto que tiveram que desalojar inúmeras pessoas dos cortiços infectos em que moravam, além de terem que lutar contra a *Revolta da Vacina* (pois o povo ignorante, insuflado por aqueles que se beneficiavam da miséria, acreditava que a vacina era um veneno). Mas arrostaram tudo e todos para fazer prevalecer seu ideal e transformaram o Rio de Janeiro numa das melhores cidades do mundo para se viver.

A capacidade administrativa, aquilo que fará a diferença entre um grande empreendedor e realizador e um sonhador egocêntrico medíocre ou pernicioso, consiste exatamente neste equilíbrio entre as vantagens advindas de suas iniciativas, a *omelete bem feita e nutritiva*, e os prejuízos decorrentes destas iniciativas, os *ovos que tiveram de ser quebrados* para obtê-la.

10 - POIS A IGNORÂNCIA E O ÓDIO SÓ SERVIRÃO PARA PRANTEAR OS MORTOS (Rumi, filósofo árabe).

A leitura de Rumi, ainda muito pouco traduzido em português, mas bastante traduzido em inglês, é motivo de engrandecimento espiritual e deleite. Seus pensamentos, de grande profundidade e beleza, iluminam-nos e ensinam-nos. Este pensamento, em particular, provoca um impacto tão grande que os *Beatles* chegaram a valer-se dele em uma de suas músicas mais filosóficas, *Tomorrow never knows*, a partir da qual deu-se nossa tradução: *Pois a ignorância e o ódio só servirão para prantear os mortos* (na versão inglesa: *That hate and ignorance may mourn the dead*).

A grandiosidade dessa mensagem está no fato de ele negar qualquer valor positivo a estes dois conceitos, colocando-os como a provável raiz de todos os males. *A ignorância, a falta de ou recusa ao saber*, assim como o *ódio, não servem para nada*, a não ser para engendrar a *violência* e, conseqüentemente, provocar a *morte*.

Uma das primeiras providências dos estados totalitários, principalmente dos mais cruéis (nazismo, stalinismo, determinadas ditaduras africanas e islâmicas), é desestimular, perseguir e, num sentido último, exterminar qualquer lampejo de sabedoria, de erudição, de reflexão, de conhecimento, exceto aquela parcela mínima de conhecimento necessária para que as massas saibam o que deve ser acreditado, pensado

e executado de acordo com os detentores do poder. Para esses déspotas execráveis, *Ignorância é Força*, como bem descreveu George Orwell no seu livro *1984*. Sim, decididamente, nossa *ignorância* constitui o principal pilar da *força* deles.

Outra providência das ditaduras sanguinárias é o estímulo ao *ódio*. Quem odeia, não ama, e o *amor*, em qualquer de suas formas, é um perigoso *antídoto* contra a submissão, a escravidão, o totalitarismo. Não é à toa que durante a maior parte da história da humanidade os exércitos excluíssem as mulheres como parte de suas forças. Mulheres podem gerar amor e o amor gera desobediência a ordens descabidas, reflexão quanto às consequências dos seus atos, um maior compromisso com a vida e com seus semelhantes. Exatamente aquilo que os tiranos abominam nos seus titeres. Então, vamos insuflar o ódio: *ódio aos judeus* no nazismo e nas monarquias islâmicas, *ódio aos negros* nos regimes coloniais e na porção mais explorada da América, *ódio aos americanos* das ditaduras ditas socialistas da América Latina, *ódio aos intelectuais* da China Comunista, *ódio a todo e qualquer ser que possa ser odiado para gerar mais poder*, pois *quem odeia precisa de um líder a quem seguir*, e aceita muito mais facilmente restrições, cada vez maiores, às suas liberdades fundamentais.

Qual o resultado de tudo isto? A *tristeza*, a *dor*, o *desespero* das mães, esposas e familiares que terão, inevitavelmente, de *prantear seus mortos*. Esse pensamento, principalmente vindo de um *grande poeta da cultura árabe*, torna-se ainda mais pertinente nos tempos atuais, em que a *ignorância* (representada principalmente pelo fanatismo religioso, que recusa qualquer saber externo a ele) e o *ódio* (aos judeus, aos palestinos, aos americanos) causam milhares de mortes no cotidiano do Oriente Médio e, ocasionalmente, através de atentados, nas grandes cidades dos países desenvolvidos.

11 - ECOS POUCOS, MAS CRISTAL, NÃO ROCHA APENAS (Carlos Drummond de Andrade).

Carlos Drummond de Andrade apresenta em seu poema intitulado *Consideração do poema* uma das frases mais pertinentes da literatura brasileira: *Ecos poucos, mas cristal, não rocha apenas*, querendo com isso dizer que a mensagem do seu poema será ouvida e compreendida por poucos, mas esses poucos constituirão uma audiência seleta (metaforizada no *cristal*, mineral atraente, valioso), diferentemente dos brutos, dos insensíveis (metaforizados em *rocha*, minério de pouco valor, ordinário) que serão incapazes de apreender o real significado da mensagem contida no poema.

Como todas as grandes frases, esta pode ser estendida bem além do seu campo semântico de origem. Muitas vezes, como professor de ensino médio, vali-me desta frase para restaurar meu ânimo diante de alunos desinteressados, direções medíocres e/ou omissas, descaso das autoridades para com o ensino. Ela me ajudava a pensar que mesmo em escolas caindo aos pedaços, sem nenhuma infraestrutura de apoio, sem sequer papel higiênico nos banheiros, com alunos maltratados e maltrantes, que ficavam no pátio em vez de em sala de aula e que mostravam muito mais

respeito ao “vapor” que aos professores, havia alguns alunos realmente interessados e merecedores da melhor educação que eu pudesse lhes proporcionar. Assim sendo, eu espanava o desânimo e me empenhava ao máximo por estes “*cristais*”, esquecendo a “*rocha*” bruta que me cercava. Mais tarde, muitas vezes me deparei com estes *cristais* reluzindo como cidadãos de bem, professores, militares, médicos, advogados, comprovando a veracidade dos versos de Fernando Pessoa: *Tudo vale a pena se a alma não é pequena*.

Assim como serve para professores, esta frase serve para vários outros ofícios, principalmente aqueles que lidam com o público: quase que invariavelmente a maioria das pessoas a quem seu ofício é dirigido não reconhecerão seu valor, mas os poucos que o reconhecerão, essa pequena elite intelectual e moral, serão grandemente beneficiados por ele e se encaixarão nos postos de mais mérito dentro da sociedade.

12 - VIVER É FÁCIL DE OLHOS FECHADOS (*Living is easy with the eyes closed – Lennon & McCartney*).

Esta frase, presente na letra de *Strawberry Fields Forever*, uma canção de grande valor em termos de melodia e letra, denuncia a *omissão* de grande parte da humanidade em relação aos problemas e atribulações de outrem. Para muitas pessoas, importa apenas o bem e o mal que acontece a elas, ignorando as misérias e os crimes que são perpetrados contra outras pessoas ou grupos sociais, como se vivessem permanentemente *de olhos fechados*, o que torna sua vida aparentemente mais *fácil*.

Esta mesma metáfora aparece em Bob Dylan, na letra de *Blowing in the Wind*, quando ele diz: *Quantas vezes um homem tem que virar sua cabeça / Fingindo que ele apenas não vê* (How many times must a man turn his head / Pretending he just doesn't see) e no filme de Stanley Kubrick *De olhos bem fechados* (*Eyes wide shut*) de 1999, em que ele descreve a transformação na vida de um casal de classe média alta quanto tem contato com uma rede de prostituição de alto luxo envolta numa série de assassinatos, até que, na cena final, eles decidem simplesmente esquecer que tudo aquilo existe.

Além da covardia e do egoísmo implícitos nesta atitude, seus resultados a longo prazo podem ser devastadores, pois quando não resistimos ao mal, ele só tende a crescer, e acabará alcançando mesmo aqueles que pensavam que “*viver é fácil de olhos fechados*”. Dois exemplos recentes servem para comprovar isso:

A) Os Estados Unidos nunca se importaram com a qualidade dos seus aliados; contanto que eles defendessem seus interesses, não importava que fossem traficantes, mafiosos, ditadores, fanáticos, etc. Afinal de contas, se as coisas dessem erradas, seriam os outros povos que teriam que lidar com fanatismo, morticínios, ditaduras, etc. Na guerra fria, sob o pretexto de defender o Afeganistão, covardemente invadido pela Rússia, com mais de um milhão de mortos, eles armaram tanto a Aliança do Norte (grupo de traficantes) quanto o Talibã (grupo de fanáticos extremamente violento). O Talibã, junto com a Al-Qaeda, num de seus delírios religiosos, acabou atacando os

Estados Unidos, no 11 de setembro, ocasionando mais mortes do que Pearl Harbor;

B) A corrupção concreta da polícia carioca reflete uma corrupção ideológica tanto da polícia quanto dos poderes públicos, evidenciada por uma atitude em que *não importa o que realmente acontece aos pobres* (discriminação, preconceito, miséria, opressão, assassinatos, estupro), contanto que não nos atinja. Recentemente, no entanto, os bandidos presos em penitenciárias com funcionários evidentemente coruptos (onde ocorriam orgias e churrascos patrocinados pelos criminosos, que usavam livremente seus celulares) resolveram atacar a própria polícia, com inúmeros mortos.

A humanidade terá dado um grande passo adiante quando parar de ver apenas aquilo que lhe afeta diretamente e pensar realmente no bem comum. Afinal, que graça tem passar de terno Armani num BMW por uma rua cheia de aleijados e miseráveis? Que graça tem uma senhora elegantíssima com sapatos Christian Louboutin e perfume Dior tendo que passar pela fedentina dos mendigos e do chorume de lixo não recolhido? *Chique mesmo é viver de forma decente num país decente!*

13 - OS COVARDES MORREM INÚMERAS VEZES, OS VALENTES APENAS UMA (*Cowards die a thousand times, valiants only one – William Shakespeare*).

É claro que nossa lista não poderia deixar de lado esta magnífica frase de William Shakespeare. Ela enfatiza o fato de que toda vez em que, por covardia, *fugimos* da luta, ou nos *omitimos*, ou *deixamos de participar* de algo que é importante para nós, *morremos um pouco*, no sentido em que nos tornamos menos realizados, menos felizes, menos humanos, o que não ocorre com o *valente*, o qual pode até vir a *morrer* em decorrência de sua coragem, mas morrerá uma única vez, já que manterá sua dignidade e sua humanidade até seu suspiro final.

Nós, acovardados, ocupamo-nos mais em *sobreviver* do que em *viver*, muitas vezes levando uma vida crepuscular em empregos que não suportamos, em regimes políticos que não suportamos e tendo por companheiros pessoas que não suportamos, só porque não ousamos arrostar os perigos inerentes à existência, como retratou tão bem Eduardo Alves da Costa em *No caminho com Maiakóvski*:

Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim.

E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.

E já não podemos dizer nada.

Mais terrível ainda, toda esta covardia, toda esta submissão, todo este servilismo, não garantem nossa segurança. A tendência dos maus é crescerem em número e violência na medida em que não são combatidos. Os regimes totalitários valem-se do medo para arrancar tudo dos cidadãos e, na sua ânsia por controle

absoluto, para gerar ainda mais medo. A falta de resistência ao assédio moral e ao “bullying” só faz intensificá-los. O resultado são pessoas que não morrem do tiro ou da briga, mas morrem do câncer, da depressão, do suicídio. E morrem *sem glória*, pois efetivamente *não lutaram*.

Como diz o personagem Doutor House, *Morrendo estamos todos!* Então, já que morte é inevitável, antes de ela chegar, *vivamos!* Vivamos em toda a plenitude dessa dádiva de Deus; vivamos uma vida luminosa, de cabeça erguida e altiva, com coragem, com participação, com sonhos e com o empenho de realizá-los, para que, ao morrermos, possamos dizer que nossa vida foi vivida como a *nossa vida*, não como a *sombra de vida de um escravo*, a *morte em vida de um covarde*, sempre a curvar-se, a esquivar-se, a rastejar. Tenhamos *uma só morte digna* ao fim de nossas vidas, e não uma *corrente de mortes aviltantes* a cada dia.

14 - CONCLUSÃO

Pode parecer um pouco piegas falar de frases magníficas numa perspectiva retórica, mas qualquer pessoa que estuda e aprecia o bom discurso não pode evitar valorizar as frases de efeito realmente contundentes, que amparam a argumentação, mas que são em si argumentos de grande valia. Outras frases magníficas, inúmeras, haveria a acrescentar a esta lista, e os estudantes da linguagem devem não apenas ficar presos aos estudos gramaticais (sintáticos, morfológicos, etc.), mas também se voltarem para a língua viva, em toda sua capacidade comunicativa, reflexiva, persuasiva, através da retórica.

Como dizia Othon Moacyr Garcia: *Aprende-se a escrever, aprendendo a pensar*. E aprende-se a pensar lendo e refletindo sobre frases, trechos e textos de qualidade, procurando entender sua profundidade e suas múltiplas facetas.

QUASI UMBRA...TE SEMPER SEQUI (SEGUIR-TE SEMPRE COMO UMA SOMBRA)

Amós Coelho da Silva (UERJ – ABRAFIL)

1 - INTRODUÇÃO

A frase latina é o verso 93 de Plauto, na peça *Casina*. E a uso aqui com o mesmo sentido que foi aplicado ao imperador Constantino (TOSI, 1068: 1996), cuja glória o acompanhou como uma sombra, e é assim com Horácio e Camões: a glória é sombra perseguidora para ambos.

O saudoso filólogo Leodegário A. De Azevedo Filho é um camonista. Lê-se uma comparação entre Luís Vaz de Camões (1525? – 1580) e Horácio no seu artigo “A Lírica de Camões e a Relatinização do Português Quinhentista”. Neste ensaio, descreve Camões como um divisor de águas, ou seja, como marco inicial do *Português Moderno*. A língua portuguesa vivia uma fase de transição entre os séculos XV e XVI. Mesmo com a incontestável contribuição de Gil Vicente, criador da dramaturgia portuguesa, a identidade linguística do português ainda não conseguira se firmar de vez. A separação do português arcaico há de se evidenciar num conjunto de alterações quantitativas e qualitativas que caracterizarão a evolução linguística na passagem do século XV para o XVI. Com Sá de Miranda (1481? – 1558) se dá a iniciação escolar do espírito renascentista em Portugal, ao voltar da viagem à Itália e tornar-se o poeta da “medida nova”, porque divulgou o decassílabo, o terceto, a oitava, o soneto, a elegia, a ode etc. Não foram apenas *Os Lusíadas* um espaço poético para que se proclamasse “Cesse do sábio grego e do troiano” (canto I, estr. 3, v. 1) e se pudesse identificar o novo momento do Latim: o Português como identidade nacional. Na expressão de Leodegário:

A relatinização da língua literária da época é a base do português moderno, tudo isso ocorrendo no século de Quinhentos, literariamente marcado pela estética da identidade, já que os escritores partiam de modelos latinos, por eles descoficados, para a conseqüente recodificação em português, num processo de recriação literária mais ou menos comum em todos os domínios românicos.

Houve uma considerável ampliação vocabular, às vezes, relatinizando termos arcaicos, como *avondança* e *esmar*; em abundância e estimar, calcados no latim clássico *abundantia* e *aetimare*, ou por neologismos, como *potestate*, tirado do latim clássico *potestas*, bem como um nova formação de substantivo composto: *grandiloquente*, proveniente do modelo de inovação em Latim Clássico de Lucrecio, introdu-

tor do epicurismo grego, linguagem filosófica difícil de trasladar para o latim, que tinha perdido múltiplos elementos mórficos na sua evolução histórica do indo-europeu, donde a necessidade de criar em parilha com o grego: neologismo de substantivos compostos. Ora, Lucrécio, como elo de uma corrente da formação da língua literária latina, notou que havia uma *rerum nouitatem, novidade de assunto* (*De rerum natura*, I, 139), entre os gregos, exigindo uma criação de neologismos para que se pudesse dar competência ao idioma do Lácio, superando a *egestatem linguae* (idem), *a pobreza da língua (latina)*; por isso, no seu esforço de expressão clara, recriou um novo item de processo de formação vocabular, compondo em latim uma nova forma, que contém numa única palavra uma estrutura frasal, como era comum entre os gregos, como nestes três exemplos do livro I: *squamigerum* (v.162) (squamirger = squama + ger- – o que leva escama sobre si); *siluifragis* (v.275) (siluifragus = silua + frag-, o que quebra as árvores das florestas); *montiuagus* (v.403) (mons + vagus – o que percorre as montanhas); *frugiferentis* (v. 3, frux, + fer-, produção de legumes) etc. Por analogia, surgirá, p.ex., naufragium (nau + fragus – quebrada), como forma vernácula, ou seja, sem ser estrangeirismo.

Como bem o disse Leodegário Azevedo, havia a penetração no português de: *italianismos, galicismos e espanholismos, graças ao espírito universalista do Renascimento*. (70) Mas havia nisso tudo um predomínio do Latim Clássico: *Em certo sentido, pode-se até afirmar que o vocabulário da língua portuguesa, pelo menos em estado potencial, passava a ser o próprio vocabulário da língua latina, mediante certas adaptações fono-morfológicas*.

Além de *Os Lusíadas*, Camões nos legou três autos *El-Rei Seleuco, Anfitrião e Filodemo* e poesias líricas, formadas de “medida nova” e “medida velha”.

Quintus Horatius Flaccus (65 – 8 a.C.), Quinto Horácio Flaco, *dimidium animae, metade da alma* do poeta Vergílio, seu contemporâneo, e como este integrante do círculo de Mecenas. Mecenas foi patrono de poetas e conselheiro do imperador Augusto (seu império foi de 27 a.C. – 14 d.C.). Temos de Horácio: *Odes* (4 livros); *Epodos* (17 poemas); *Sátiras* (2 livros) e *Epístolas* (2 livros), com destaque da *Epístola aos irmãos Pisões* ou *A Arte Poética*, onde Horácio debate princípios da arte literária ao longo de 476 hexâmetros.

Devido à sua sinceridade e transparência de discurso, à perfeição formal, à sua urbanidade, ao seu patriotismo, conquistou a posição de um poeta singular e marcante em todo o Ocidente. A estética horaciana se sintética no *carpe diem, aproveita o dia* (*Odes*, I, 11, 8), dada a condição humana: *Pulvis et umbra sumus, somos pó e sombra* (*Odes*, IV, 7, 16), como na futura tradução de Jerônimo na *Vulgata* (Gênese, 3, 13): *Memento, homo, quia, pulvis e set in puluërem reuertëris, lembra-te, homem, de que é pó e ao pó voltarás*. A leitura de um símbolo numa poema, conforme Northrop Frye, se abre em duas janelas: a primeira é em direção exterior e centrífuga. Assim, o *carpe diem* fluatá pelo mundo, nos espaços geográficos e tempos a fora, assumindo múltiplos sentidos, como versão de filmes, *Dead Poets Society, Sociedade dos Poetas Mortos*, rótulos de perfumes do Boticário, ou mesmo como no *Carpe diem* da com-

posição no ritmo “rock alternativo” da banda Fresno, conforme esta breve passagem, mas aqui não conseguimos ler em nenhum espaço a expressão “carpe diem”, a não ser no título:

Eu não sei por que vou envelhecer
 Se é bem assim que eu quero morrer
 Dormindo, não vou me desfalecer
 Pois quando eu for velho eu não vou mais ter
 Razão pra viver, um amor pra sofrer
 Pernas pra correr, uma missão pra ter
 E não dá...

Mas outra leitura aponta direção interna e centrípeta e nela tentamos determinar com as palavras o sentido da configuração verbal mais ampla que elas formam. (FRYE, 1973: 77) Northop explica que a primeira janela é dos *signos, unidades verbais que, convencional e arbitrariamente, querem dizer coisas, às quais conduzem, fora do lugar onde ocorrem.* (Idem, ibidem) No entanto, se nosso esforço for para compreender o contexto das palavras, a expressão “carpe diem” é um elemento num corpo maior de sentido. Não é primariamente o símbolo “de” nada, pois em tal sentido não representa, mas liga. Dificilmente podemos mesmo dizer que representa uma parte da intenção do autor ao pô-la ali, pois a intenção do autor cessa de existir como fator separado, tão logo haja findo a revisão. (Idem, ibidem) Assim, o crítico afirma que elementos verbais, se interpretados interna ou centrípetamente, como partes de uma estrutura verbal, são, como símbolos, simples e literalmente elementos verbais, ou unidades de uma estrutura verbal.

Esta, logo acima, é uma leitura imanentista, com a direção interna e centrípeta, tomada unicamente nos arranjos dos elementos intrínsecos da linguagem no texto. No nosso entender, uma primeira leitura apenas. Não podemos evitar uma pesquisa interdisciplinar a partir desse momento para frente. Dada a expansão da Linguística, admite-se, de fato, uma interferência do historicismo, sociologismo e psicologismo nas considerações dos fatos literários.

2 – LATINISMOS CAMONIANOS

Apoia-se a argumentação do Prof. Leodegário na evidência do “processo de descoficação literária de textos latinos” e sua respectiva recodificação, marcada pela “estética da identidade ou *imitatio*” (71). Então, justapõe em perspectiva comparada a Ode IX, de Camões com a Ode 7, do livro IV, de Horácio (aqui só cotejamos os dois primeiros versos):

Difugere niues, redeunt iam gramikna campis
 Arboribusque comae;

Versos assim recriados por Camões:

Fogem as neves frias
 Dos altos montes, e já reverdecem
 As árvores sombrias;

Assim, afirma que:

vários latinismos morfossintáticos passaram do texto latino de Horácio para a língua portuguesa, como nos demais textos da obra lírica de Camões, cada um em relação com o seu modelo latino, como porta aberta para a penetração de latinismos literários no português culto. (71)

Finalmente traça um completo paralelo entre os dois poemas com intenção do leitor notar a presença de entidades mitológicas, como Zéfiro, personificação do vento oeste, a deusa Vênus e o respectivo epíteto Citerea, “os coros das Ninfas”, o deus Vulcano, a personagem homérica Heitor, o herói Teseu etc. Assim, como ambos os poemas, em sua temática, estão a lamentar a brevidade da vida, ou seja, no dizer de Camões: *tudo passa, / não sabe o tempo ter firmeza em nada; / e nossa vida escassa / fuge tão apressada / que, quando se começa, é acabada.* (76) Ou, portanto, no dizer horaciana: *Ne speres immortalia. Monet annus et alium / quae rapit hora diem. Nem esperes as coisas mortais, advertem o ano e a hora / que levam (consigo) o dia benfazejo.*

O Prof. Leodegário, mais uma entre as múltiplas vezes em que abordou e leu a temática camoniana, abriu, nesta breve conferência de 1994, um projeto de pesquisa. Isso porque estava a par de profusa bibliografia sobre Camões, quando cita *Os Latinismos dos Lusíadas* (Carlos Eugênio Corrêa da Silva), um artigo de J.G. Herculano de Carvalho, como excelentes contribuições, mas observa:

Nem foi propósito nosso aprofundar a pesquisa nesta simples conferência, em que apenas sugerimos um caminho a seguir, até porque não haveria tempo para irmos além do que foi dito. Afinal, ainda não está suficientemente estudada a própria língua portuguesa do século XVI, trabalho que um dia se tornará possível. (78)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- MARROUZEAU, J. *Quelques Aspects de la Formation du Latin Littéraire*. Paris : Klincksieck, 1949.
- OEUVRES D’HORACE. Par F. Plessis et P. Lejay. Paris: Hachette, 1966.
- SPALDING, T.O. *Pequeno Dicionário de Literatura Latina*. S. Paulo: Cultrix, 1958.
- Renzo. *Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ALGUNS TERMOS DO LÉXICO DE VILA DA BICA, NO CEARÁ.

ANTÔNIO NUNES MALVEIRA (ABRAFIL E COLÉGIO PEDRO II)

Esta pesquisa, há muito tempo guardada, resolvi trazê-la à tona em homenagem ao nosso inesquecível mestre Professor Leodegário que foi um extraordinário Filólogo. É certo que amou nossa cultura, e, por isso, jamais será esquecido pelas gerações vindouras.

A língua é um veículo de expressão. Em qualquer lugar, ela é fator de unidade nacional. É um fenômeno psicossocial, sociológico, pedagógico, filosófico; enfim, nada se comunica sem o caminho linguístico com suas diferenças morfológicas, fonéticas, e, por isto, decidi publicar este vocabulário, às vezes, bem longe das formas cultas, mas que, através delas, os camponeses se faziam entender, sentindo a beleza do nosso vernáculo, amiúde traduzido em versos. Não foram poucas as vezes que assisti a cantorias, com estas palavras registradas neste artigo, sem a ausência da beleza poética, na Vila da Bica, interior do Ceará.

Com a chegada da televisão, este vocabulário já se perdeu na ampulheta do tempo, pois já se vão 50 anos, e, ainda garoto, quando eu as colhia nas falas dos sertanejos, não entendia seu valor exato. Só os estudos linguísticos levaram-me à sua compreensão

Ei-las aqui.

Atrasado - sem dinheiro.

Arcado – desnorteado.

Merenda - no Elucidário, página 400, não havia a palavra lanche.

Arrochar – obrigar a alguém a confessar o crime. “Dá neste cabra de relho cru”.

Arenga – bate-boca.

Arrasta – forró.

Arriba – acima (temos a forma latina *ad ribam*).

Afobado – que se irrita com facilidade.

Almíscar – odor de um corpo em decomposição.

Aperreado – sem dinheiro.

Arrear – no sentido de enfeitar: meu cavalo tá arreado.

Avexado – apressado.

Alva - branca (a menina está bem branquinha).

Amancebado - quem vivia com mulher sem casar-se.

Alvissaras – boas-vindas, parabéns.

Almacém - em vez de armazém (árabe al-mahazan, vulgar al-mahazén,

celeiro, segundo Houaiss).

Arubu - urubu.

Aceirar - delimitar na mata uma porção de terra, a fim de transformá-la em roçado.

Aviar – andar rápido.

Amadurar – amadurecer.

Arreçar – reçar.

Arromper – romper.

Assossegar – sossegar.

Alimpar – limpar.

Alevantar – levantar.

Almojada – prenhe (minha cabra tá almojada).

Adiantado – letrado.

Adjunto – não se conhecia a palavra mutirão.

Barrer, por varrer, transformação do latim vulgar, trocando o /b/ e o /v/ (veja-se Vasconcelos; no Vale da Bica, era muito comum essa troca).

Balseiro – ocorre nas enchentes dos rios, formado por pilha de ramos secos.

Bautismo – batismo.

Bichinho – tratamento carinhoso.

Baitola – veado, pederasta.

Carenta – quarenta: houve a perda de u, elemento labial, segundo os estudiosos da etimologia.

Cafuné – ato de coçar lentamente a cabeça de alguém, em sentido de carinho.

Cafundó – lugar distante.

Chaleira – adulador.

Calefar – pôr sutiã (não encontrei origem).

Coidar – em vez de cuidar.

Coivara – pequena queima feita pelos agricultores no preparo da terra, antes do inverno.

Cordão - branco (cavalo cordão).

Ceitel – paupérrimo, sem dinheiro.

Cachola – Cabeça dura.

Calibre bom – pessoa com fisionomia de aspecto jovem.

Carrancista – apegado ao passado.

Dixi - perfeito do verbo latino, dico, is, ere, dixi, dictum, forma usada na Vila da Bica (Deco Machado).

Detreminar, por determinar, troca de posição de fonema (rê).

Dereito - por direito.

Drumir - por dormir, troca da posição do fonema à maneira do latim *semper*, sempre.

Descansar - com referência ao sexo feminino, era usado no sentido de dar a

luz. “Ex.: A muier do compadre Manoel descansou, ontem” “ele é um macho grande de bola roxa”.

Dissimular - esquecer as divergências, perdoar.

Defluxo - por gripe.

Dama - mulher vadia, meretriz.

Feme - por fêmea.

Famia - por família.

Macaxeira - vem do tupi; na Vila tinha também o sentido de pênis. “Fulana “entrou na macaxeira do Jacó e tá buxula”

Era muito usado o ditongo oi:

Toiro, coiro – Pedro Bento, velho fazendeiro do local, usava-os sempre.

Muier era comum. Mas João Beltrão usava molher (ver Leite de Vasconcelos).

Jinela – janela; forma (jinela) usada em algumas regiões de Portugal (ver L. de Vasconcelos, Opúsculo, páginas 71 e 79).

Anrique – Henrique.

Oculos –óculos.

Pruga – pulga.

Sumitério – cemitério.

Prantar – plantar.

Fermosura – formosura.

Boi lavrado - com manchas brancas.

Cavalo pedrez - branco, com pequenas pintas pretas.

Papo com ar de alegância - com ares de sábio.

Olho torto - cego

Marrafa – pente de segurar cabelo entre as mulheres (ver L. de Vasconcelos, Opúsculo, 514 e 539).

Borrega, marrão - ovelha nova, ainda sem parir, ver L. de Vasconcelos, 3.º volume, 574.

Meado – metade do mês (Elucidário Português, 397).

Moço – menino (Elucidário, 408).

Peita - corrupção (470, Elucidário).

Quebrada da serra (Elucidário, 507) - última subida da serra.

Raçam – ração (Elucidário, 517).

Táboa - em vez de táboa (Elucidário, 575).

Relho (Elucidário, ver página, 528) - feito de couro do boi sem curtir – o chamado couro cru, muito usado na confecção de chicote e utilizado para surrar cabra safado, em plena feira, a fim de que todos vissem.

Outras expressões locais

Cabelo de bosta de pombinha – encarapinhado.
 Pano passado – camisa por dentro da calça.
 Correu com a sela – fugiu da luta, da briga.
 Filho de moitas - filho natural.
 Menino enjeitado – abandonado.
 Mão de gengibre – enrugada, encarquilhada.
 O homem está com a gota – valente, nervoso.
 Barriga branca – corno.
 Cara lambida – sem caráter.
 Mais seguro que papagaio na quenga – avarento.
 Cara de chamurro – feições grosseiras, achatadas.
 Barba de bode – cavanhaque à chinesa.
 Meter a língua no saco – calar-se.
 Meter o rabo entre as pernas – ficar sem ação, calado.
 Rabo de tanajura – nádegas grandes.
 Cara de tatu - bixiguenta, pele grossa.
 Fazer um engongrolho – mistura de comida.
 Melancia de beira de estrada – mulher fácil.
 Sem bondade – sem orgulho, simples.
 Boi erado – chifre virado, velho.
 Dá o maior valor – dá muita importância.
 Couro de boi não é santo, mas, às vezes, faz milagre.
 Morreu da tripa – prisão de ventre.
 Da cor de flor de algodão – muito pálido.
 Tremer como vara de marmeleiro – tremer descontroladamente (com medo).
 Bom para segurar costal – homem de pequena estatura.
 Aparado no grosso – homem baixo e entroncado.
 Meado – sem dinheiro.
 Bater a porteira do curral – perder o gado na seca, ou os caprinos no inverno pesado.
 Uma veste branca – vestido branco.
 O tempo está bonito – ameaçando chuva.
 Ela está bem pouquinha – diminuída, velinha, franzina.
 Deus aumente o senhor – no sentido de multiplicar os bens materiais.
 Deus te livre do mau vizinho – expressão muito usada pelos cegos e aleijados, quando recebem esmola.
 Choveu uns poucos dias - “Choveu uns poucos dias, por isso perdi meu mio todinho, compadre”.
 Rapaz – vocábulo muito usado pelo falante na conversação diária, muitas

vezes, referindo-se a pessoas de idade variada, e não, estritamente, aos jovens.

Meu nego - expressão afetiva - “Meu nego, faça isso pra eu”. Tanto no masculino como no feminino.

Empregavam muito o verbo possuir, no sentido de ter. Possuir um cavalo, uma fazenda, um cercado. Eram comuns exemplos como estes: ele possui muito dinheiro; ele possui uma boa fazenda, bons amigos, etc.

Ninguém dizia: ele já teve bons cavalos, mas, sim, ele já possuiu bons cavalos. Na região o verbo ter, no pretérito perfeito, tinha o sentido de partir - “A muiê de cumpadre Zé teve um fio home que é um apaideguado”. Jamais uma mulher dizia: Tive um gato mimoso, porém – possui um gato mimoso.

Passarinho que canta muito, suja no ninho.

Tocar trombone – a mãe que se sentava ao lado da filha, enquanto o namorado estava presente.

Voz de seriema – voz fina.

Mulher de pacote – menstruada.

Voz de taboca – fanhoso.

Pai de chiqueiro – homem mulherengo.

Rapaz velho – solteirão.

Moça velha – solteirona.

Pé de rabo – mulher das traseiras grandes.

Filho de uma égua – filho de rameira.

Alisa branco – rapaz que prolonga o namoro, sem casar-se.

Enganchar o rabo na cerca – deixar dominar-se.

Ela está sempre forte – gorda, nutrida.

Não carece - não precisa.

Faço demais – de boa vontade.

Não tirar leite com espuma – não conseguir enganar, enganador.

Fez ouvidos de mercador – desentendido.

Ela é moça – virgem.

Pé desmentido – torcido, trilhado, com luxação.

Uma arriada de chuva – chuva passageira.

Saudações de lagartixa – balanço com a cabeça.

Padrinho e madrinha – era como os netos chamavam os avós, obrigatoriamente, e tomando a bênção.

Minha casa está aviada – nada falta (comida).

De jeito maneira – de modo algum.

Ele e mais eu - “Só ele e mais eu sabia”.

Cheirar – no sentido carinhoso - “Cheirar a criança” – beijar.

“Ele deu um cheiro no cangote da namorada; que falta de vergonha, compadre”.

Crítica – menosprezo.

Conclusão

A pesquisa dialetológica no Brasil precisa ser reiniciada, com auxílio das grandes universidades. Desde os primeiros trabalhos de Antenor Nascentes (1957), que afirmava: “O Brasil é constituído por uma rede dialetal, onde há unidade na diversidade e diversidade na unidade”, continuando com Néelson Rossi, para apenas citar alguns estudiosos, a falta de pesquisadores e de recursos deixa uma lacuna nos estudos linguísticos do português do Brasil. Por isso nossa preocupação em transmitir alguns dados coletados no interior do Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VASCONCELOS, LEITE, Volume 1 – *Filologia*. Imprensa da Universidade de Coimbra: Coimbra, 1928

Foram consultados, ainda, os seguintes volumes do grande filólogo português:

Volume 2 – *Dialectologia*, 1928; volume 3 – *Onomatologia*, 1931; volume 4 – *Filologia*, 1929; volume 5 – *Dialectologia*, 1935; volume 6 – *Dialectologia*, 1935; volume 7 – *Etnologia*, 1935; volume 8 – *Onomatologia*, continuação do volume 3, 1931; volume 9 – *Tradições Populares de Portugal*, Casa Nacional da Moeda, 1986; volume 10 – *Filologia*, Barranquenha, Imprensa Nacional de Lisboa, 1955.

VITERBO. *Elucidário das palavras, termos e frases*. 3 edição crítica baseada nos manuscritos, 1965.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1986.

AS DUAS GRAMÁTICAS DE LEODEGÁRIO AZEVEDO FILHO

Claudio Cezar Henriques (UERJ, UNESA e ABRAFIL)

Introdução

Na Apresentação dos *Estudos Universitários de Língua e Literatura*, miscelânea em homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho, publicada em 1993 pela editora Tempo Brasileiro, escreveu Antônio Houaiss sobre o homenageado (p. 15):

(...) que me seja lícito referir o fato de que, já no início da carreira, logo então no magistério superior, sempre em função apaixonada desta sua e nossa língua portuguesa, foi um fiel servidor das suas modalidades oral e escrita, compenetrando-se de a modernidade, pelo menos em termos linguísticos e linguajeiros, não poder ser apenas linguisticamente compreendida, se não o fosse também, em concomitância, filologicamente enfrentada (...)

Proficuo na produção acadêmica de base investigativa e interpretativa, Leodegário foi sobretudo um professor dedicado que esbanjava responsabilidade sobre essa função. Por isso, sua obra está muito bem abastecida de contribuições didáticas e de testemunhos das atividades de pesquisa que ele, ao longo de toda carreira, sempre desenvolveu e estimulou.

Sua consciência profissional estava “centrada no sentimento de amor à causa da educação e à causa da cultura”, como disse no discurso de agradecimento que proferiu por ocasião do recebimento do título de Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1992. E, embora se tenha tornado uma referência nos estudos literários e, em especial, na investigação da obra de Luís de Camões, não foram poucas as publicações de Leodegário que tiveram como foco a língua portuguesa, a começar por seus três primeiros livros, *Alguns Problemas do Idioma* (de 1953) e *Didática Especial de Português e Lições de Análise Sintática* (ambos de 1958).

Em 1968 e em 1971, Leodegário publicou duas gramáticas, e esse é o tema que vamos focalizar neste artigo, analisando e interpretando o pensamento e as lições que se encontram na *Gramática Básica da Língua Portuguesa* (1968, Fundo de Cultura) e em *Para uma Gramática Estrutural da Língua Portuguesa* (1971, Gernasa).

Identificando as obras (I)

A *Gramática Básica da Língua Portuguesa* (doravante GBLP) se fundamenta num princípio exposto pelo autor na Introdução Geral (p. 11):

Não é certo dizer-se que a gramática ensina a falar e escrever corretamente a língua, como a definiam antigos autores. Quando muito, pode ela concorrer para a correção e fixação da linguagem, esclarecendo dúvidas e indicando normas.

Apresentando uma posição muito diferente daquela de tantos outros gramáticos que o antecederam ou que foram seus contemporâneos, Leodegário afirma logo em seguida que “um indivíduo pode escrever corretamente, sem escrever bem”, ou seja, “pode a gramática oferecer boas indicações para a correção da linguagem, mas não tem recursos para ensinar ninguém a escrever bem a língua” (p. 11).

Cito um único exemplo da visão oposta à de Leodegário no tocante ao papel da gramática na vida das pessoas. Retiro-a da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, que atingiu em 2009 sua 46ª edição (é publicada desde 1943): “Boa é a gramática que apresenta ao aluno o idioma como diamante despojado dos cascalhos e impurezas, já lapidado, pronto para ser usado” (p. 7).

Alinha-se Leodegário na categoria de gramáticos normativo-descritivistas como seus confrades Gladstone Chaves de Melo, que publicou (também em 1968) sua *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa* (GFLP), e Celso Ferreira da Cunha, que publicou (em 1970) sua *Gramática do Português Contemporâneo* (GPC).

Gladstone, Celso e Leodegário compartilhavam de uma visão bem próxima sobre as finalidades de uma gramática. Na *GFLP*, revela Gladstone Chaves de Melo “sempre ter feito da Gramática serva da língua e jamais senhora dela” (p. 4). Na *GPC*, Celso Cunha defende que “por cima de todos os critérios de correção – aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros – paira o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância” (p. 14).

A *GBLP* é, nesse sentido, um livro de características especiais, pois tem como público-alvo os estudantes do ensino médio e se apoia, pelas razões explicadas e ressaltadas por Leodegário, nas indicações da Portaria 36 que oficializou a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Praticamente dez anos depois de sua adoção por recomendação do MEC, a NGB é apresentada pelo autor da *GBLP* como “um grande passo no aperfeiçoamento do estudo de nossa língua”, pois antes dela “cada professor e cada autor usavam os termos de sua preferência, não havendo uniformidade alguma, fato que naturalmente era prejudicial ao ensino” (p. 14-5). Mas Leodegário adverte que a NGB “não é perfeita” e que “nela, evidentemente, há falhas”, o que lhe serve de justificativa para, ao final de cada capítulo, acrescentar o que diz serem “despretensiosas sugestões objetivas para uma possível revisão do trabalho” (p. 15).

Leodegário construiu sua *Gramática Básica da Língua Portuguesa* com a clássica metodologia que divide a gramática em três partes e as dispõe da unidade me-

nor para a unidade maior, ou seja: primeiro a fonética, depois a morfologia, depois a sintaxe. É a mesma estrutura adotada na NGB, incluindo um Apêndice nos mesmos moldes do que dispõe o texto da Portaria 36. É também a mesma organização praticada pela grande maioria das gramáticas até então publicadas, sendo uma das exceções a *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, de Mário Pereira de Souza Lima, publicada em 1936. Souza Lima estruturou sua obra adotando caminho inverso: “em vez de começar separadamente pela Fonética ou pela Morfologia”, o ensino da Gramática deve “considerar de início a *proposição* e dela descer às diferentes partes do discurso, mostrando como estas vivem em conjunto, como se limitam e se completam” (p. 7-8).

Parece-se então a *GBLP* com o livro que Adriano da Gama Kury publicara em 1959, *Pequena Gramática para a Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira* (PGr), campeão de vendas e dono de sucessivas edições na temporada pós-NGB (em 1968, ano em que sai a *GBLP*, a *PGr* já estava na 10ª edição). A diferença é que a *GBLP* não tinha o tom imediatista da obra de Kury, que atendeu a uma demanda urgente da época de sua publicação. Por isso, a *GBLP* podia apresentar as já citadas sugestões de acréscimo ao texto oficial, embora o livro de Adriano da Gama Kury também contivesse observações pertinentes a respeito da omissão e da substituição de termos necessários à descrição, pois o autor confessa ter utilizado “nomes não acolhidos na NGB” em virtude da “natureza de sua exposição” de certos tópicos (p. 13).

Na *GBLP*, Leodegário apresenta a sugestão de que se use o termo *fonologia* em lugar de *fonética* e discute a opção da NGB quanto às denominações *fonética descritiva*, *fonética histórica* e *fonética sintática*, mostrando que não são termos que se opõem como dá a entender o texto oficial. Ainda na parte que se refere à fonética, o autor propõe as seguintes alterações: (a) inclusão da expressão *aparelho fonador* ou *aparelho vocal*; (b) acréscimo de um quinto critério para a classificação das vogais, o *abrimento bucal* ou o *arredondamento dos lábios* (situação a que outros autores também se referem, sugerindo o acréscimo do critério de classificação das vogais quanto à *elevação da língua*); (c) supressão da classificação das vogais como *reduzidas*, porque “praticamente se confundem com as vogais átonas”; (d) inclusão da classificação das vogais subtônicas, por coerência com a classificação das sílabas subtônicas; (e) restrição da classificação das consoantes constrictivas apenas para as *fricativas* e adoção do termo *contínuas* para as laterais, vibrantes e nasais.

Nos capítulos que tratam da morfologia, a *GBLP* propõe: (a) inclusão dos termos *parassíntese*, *justaposição* e *aglutinação*, omitidos pela NGB; (b) inclusão dos termos *morfema* e *semantema*; (c) substituição da denominação *classes de palavras* por *categorias linguísticas*, com sua redistribuição em dois grupos, sendo categorias variáveis os *nomes* (*substantivo* e *adjetivo*), os *pronomes* (*substantivo* e *adjetivo* – neste se inclui o *artigo*) e os *verbos* e categorias invariáveis os *advérbios*, as *preposições*, as *conjunções* e a *interjeição*, que, “a rigor, é uma frase” (p. 76); (d) revisão do uso do termo *grau* tanto no que se refere aos substantivos quanto aos adjetivos e aos advérbios; (e) inclusão das denominações *locução substantiva*, *locução numeral* e *numeral coletivo*; (f) exclusão das palavras que denotam afirmação, negação, dúvida e intensidade do grupo de advérbios.

Os capítulos de sintaxe têm as seguintes sugestões para a atualização da NGB: (a) recomendação de que as palavras *frase*, *termo* e *núcleo* sejam citadas como denominações “técnicas indispensáveis à exposição doutrinária” (p. 175); (b) aproveitamento do termo *bitransitivo*, consagrado pelo uso; (c) inclusão dos processos de *justaposição* e *correlação* no estudo do período composto; (d) inclusão da oração *subordinada substantiva agente da passiva*; (e) substituição da denominação *orações desenvolvidas e reduzidas* por *explícitas e implícitas*; (f) admissão de que as orações *implícitas* (as reduzidas) também podem corresponder a orações coordenadas.

Coincide a maioria de suas sugestões com o que disseram muitos gramáticos que o antecederam e sucederam na história dos estudos gramaticais do português. As obras referenciais na bibliografia dos cursos de formação de professores de língua portuguesa de algum modo fazem eco ou dialogam com os questionamentos apresentados na *GBLP*, cujo intuito – como dissemos – não eram os cursos superiores, mas o ensino médio. Por isso, deve-se destacar sua feição didática e as palavras de orientação ao aluno e ao professor que lidava em sala de aula com uma realidade em processo de mudança. A preocupação de Leodegário com a descrição do português ultrapassava, porém, a fronteira do ensino médio e, por isso, poucos anos depois de oferecer a *Gramática Básica*, o autor apresentava uma outra visão sobre o assunto. É o que consta do próximo ponto deste artigo.

Identificando as obras (II)

Diferente da gramática que publicara em 1968, na qual o autor privilegiava a descrição seguindo o molde configurado pela NGB, *Para uma Gramática Estrutural da Língua Portuguesa* (doravante GELP) – que é lançada apenas três anos depois – tem como meta alcançar o público universitário. Seus pressupostos estão apresentados no texto assinado pelos editores e que consta da primeira orelha do livro, de onde extraio a seguinte passagem:

Em nível superior, o desejável é o confronto e a discussão de doutrinas e terminologias diversas, surgindo desses paralelos uma posição de crítica reflexiva altamente salutar ao progresso dos estudos gramaticais.

A *GELP* exercita esse compromisso e se propõe levar o leitor “à meditação e ao estudo da gramática portuguesa à luz da linguística contemporânea”, no caso a linguística dos anos 70 do século passado.

Gramáticas estruturais apresentam uma descrição sincrônica da língua, concebida como um sistema em que há interligação e interdependência em todos seus componentes e em que se trabalha a partir da noção de oposição de estruturas. A *GELP* foi a primeira tentativa de se elaborar uma gramática estrutural no Brasil. Entretanto, é preciso dizer que o emprego do sintagma “gramática estrutural” como título de livro não teve sucesso por aqui. Linguistas e gramáticos com formação estruturalista não foram (e não são) poucos, mas a bibliografia de estudos gramaticais brasileiros autointitulados

estruturalistas é pequena. Ela incluirá certamente os livros *Português Estrutural*, de José Rebouças Macambira, lançado em 1974, e *Elementos para uma Estrutura da Língua Portuguesa*, de Walmírio Macedo, cuja primeira edição é de 1976, além do pioneiro (embora inacabado) *Estrutura da Língua Portuguesa*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., publicado postumamente em 1970. Também fará parte dessa relação um outro livro póstumo de Câmara Jr., *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, de 1975, originalmente publicado nos Estados Unidos (em 1972), com tradução de Anthony J. Naro.

A gramática estrutural teve como precursor Ferdinand de Saussure, que proclamara serem as línguas uma estrutura, um entrelaçamento de relações sintagmáticas e paradigmáticas, opositivas e dicotômicas, um sistema em que todas as partes podem e devem ser observadas e descritas a partir de sua solidariedade sincrônica. Esse princípio está exposto no capítulo “Linguagem: língua e fala” da *GELP*, que define a gramática como “o estudo sistemático das estruturas linguísticas em plano sincrônico” (p. 16)

Leodegário apresenta essa pretensão já ao nomear cinco dos capítulos com a palavra-chave do livro: “Estruturalismo e Fonologia”; “Estruturalismo e Morfologia”; “Estruturalismo e Sintaxe”; “Estruturalismo e Semântica”; e “Estruturalismo e Geografia Dialetoal”. Um dos outros capítulos, “O Português do Brasil” (o terceiro do livro), bem poderia estar integrado ao de geografia dialetoal, sendo interessante observar que o autor optou por “escudar” os capítulos de fonologia, morfologia, sintaxe e semântica com dois capítulos interligados, os citados “O Português do Brasil” e “Estruturalismo e Geografia Dialetoal”. Essa estratégia de construção da *GELP* revela um traço marcante em toda a obra de Leodegário Azevedo Filho, a preocupação com os temas da língua portuguesa no mundo e em especial no Brasil.

A segunda gramática leodegariana é dedicada à memória de J. Mattoso Câmara Jr., que falecera um ano antes. Mattoso tem sua obra citada em várias passagens do livro. Leodegário, porém, não se limita a dedicar sua *GELP* à memória do saudoso mestre e a citá-lo: o último capítulo é, na verdade, uma celebração a Mattoso. Intitula-se “Sistematização da Linguística no Brasil”. Sua primeira frase diz: “Até hoje, a rigor, só há um livro de Linguística Geral no Brasil, os *Princípios de Linguística Geral*, do professor J. Mattoso Câmara Jr., obra publicada pela Livraria Acadêmica” (p. 169).

Para completar as informações sobre a disposição dos dez capítulos (já identificamos oito deles), resta dizer que há o “Prólogo” e um capítulo chamado “Modelos de Descrição da Linguagem”, no qual o autor reproduz monografia escrita em 1965 sobre passos, procedimentos e instrumentos descritivos. O texto mostra as conclusões que alcançou a partir de estudos feitos com Norman McQuown.

Se considerarmos como cerne da *GELP* os capítulos que se referem à fonologia, à morfologia, à sintaxe e à semântica, veremos que as ideias estruturalistas do autor são de fato o que ele mesmo chama de “primeira tentativa”. Percebe-se no texto, sobretudo no capítulo “Estruturalismo e Fonologia”, a reiterada citação à NGB. Complementá-la e apontar suas contradições parece tornar a correta explicação estruturalista menos incisiva do que deveria.

O mesmo não ocorre nos dois capítulos seguintes, pois a morfologia e a sintaxe são explicadas sem nenhuma referência à nomenclatura oficial. Leodegário, no

capítulo “Estruturalismo e Morfologia”, expõe o funcionamento dos morfemas, das categorias gramaticais de gênero, número, modo, tempo, aspecto, pessoa e voz, da estrutura mórfica e dos processos de formação das palavras, da classificação e da flexão das palavras. No capítulo “Estruturalismo e Sintaxe”, a abordagem da hipotaxe e da parataxe se baseia nas noções de sequência e sintagma, que incluem a depreensão dos constituintes em ordem decrescente, do componente periodológico ao lexical.

O capítulo “Estruturalismo e Semântica” também omite a referência à NGB. Poderia até dizer que a palavra “semântica” não consta da nomenclatura oficial e que esta, quando muito, cita apenas “significação das palavras” e “antônimo, homônimo, sinônimo, sentido figurado” – encaixados num modesto apêndice da Portaria 36. Colocando a semântica no mesmo patamar da fonologia, da morfologia e da sintaxe, Leodegário faz uma opção quanto ao *status* do plano da significação nos estudos gramaticais, algo não muito comum durante muito tempo e que nos faz recordar o que diz Rodolfo Ilari no livro *Introdução à Semântica*, de 2001: “Não é exagero dizer que o estudo da significação recebe muito pouca atenção nas aulas de língua portuguesa de qualquer fase da escolaridade.” O capítulo “Estruturalismo e Semântica” da *GELP* está centrado na teoria noológica de Luís Prieto, ou seja, a teoria funcional do significado.

Como se vê, o livro *Para uma Gramática Estrutural da Língua Portuguesa* cumpre sua finalidade inovadora experimental e fornece material que ainda hoje, quarenta anos decorridos, é debatido e retomado nas obras de nossos contemporâneos.

A inspiração de Mattoso Câmara para a elaboração desse livro levaria Leodegário Azevedo a uma nova empreitada. Em 2004, por ocasião dos festejos do centenário de nascimento de Mattoso, Leodegário promoveu a republicação de seu livro. Outros tempos, outros costumes... Não seria o caso de se manter o título antigo, pois aquele contexto não mais existia e os estudos chamados estruturalistas já não ocupavam o mesmo espaço acadêmico, embora seja melhor dizer que o estruturalismo adotou novos nomes, mesclou-se com os estudos funcionalistas, descritivistas, pragmáticos, discursivos desta época cada vez mais repleta de nomes diferentes para, no fundo, apresentar os mesmos resultados problemáticos.

Publicada pela H.P. Comunicação, a *GELP* recebeu um novo nome, estrategicamente neutro: *Descrição e Funcionamento da Língua Portuguesa* – um eufemismo apropriado escolhido pelo autor para rerepresentar suas propostas sem que precisasse de um rótulo classificatório para si e para a obra.

Muito poucas são as mudanças efetuadas na nova versão (doravante *DFLP*). O capítulo final “Sistematização da Linguística no Brasil” passa a ser o antelóquio da edição de 2004, com um retoque no título, agora mais explícito, “J. Mattoso Câmara Jr. e a sistematização da Linguística moderna no Brasil”. O conteúdo é o mesmo, exceto por um retoque cronológico naquele trecho de abertura que transcrevemos há pouco. Onde se lia “Até hoje, a rigor, só há um livro de Linguística Geral no Brasil”, passa-se a ler “O livro que deu origem à sistematização da linguística moderna no Brasil”. Há também, no final do capítulo, um acréscimo informativo, citando a homenagem da Academia Brasileira de Filologia no ano do centenário do nascimento de Mattoso Câmara.

No capítulo “Modelos de Descrição da Linguagem”, Leodegário retirou as

“considerações finais”, em que reproduzia respostas suas a algumas ponderações de Norman McQuown sobre o conteúdo do capítulo. Outra mudança na obra é a retirada da palavra “estruturalismo” dos cinco capítulos nucleares. Seus novos nomes são “Sistema Fonológico”, “Sistema Morfológico”, “Sistema Sintático”, “Semântica” (sem a palavra “sistema”) e “Geografia Dialetal” (sem a palavra “sistema”). Nos quatro primeiros, o texto está integralmente mantido; no último, há o acréscimo de um pequeno parágrafo que dá notícia de estudos dialetológicos posteriores ao Atlas Prévio dos Falares Baianos.

Como acréscimo à versão de 1971, *DFLP* inclui um novo capítulo final, “Sobre o Espaço da Nova Lusitânia”, texto escrito em 2002 e que reforça a afirmação de que Leodegário Azevedo Filho era um lusitanista engajado e vibrante nas questões da língua portuguesa e de suas literaturas.

Conclusão

As duas gramáticas escritas por um homem que se notabilizou por seus estudos literários atestam o fascínio que a educação e o campo das Letras são capazes de proporcionar a pessoas sensíveis: interpretar o texto, deslindá-lo, construir sua exegese; descrever a língua, apresentar sua estrutura, oferecer caminhos para o ensino – todos esses pontos se tocam... se quisermos. Preocupado com a situação da educação brasileira, Leodegário sempre mostrou a necessidade de mudanças seguindo o lema que repetia em entrevistas e em público: “Temos de lutar por nossas utopias”. Duas delas falavam da maior atenção ao ensino básico e do apoio às atividades de pesquisa e de incentivo à cultura.

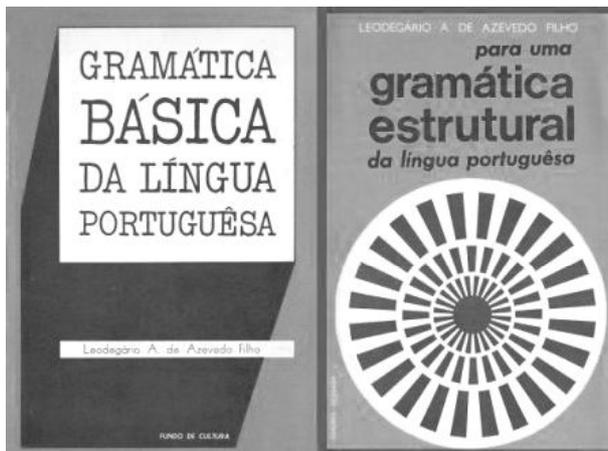
Encerro este artigo citando de novo palavras suas no discurso de agradecimento proferido na UERJ em 1992.

Parece inadiável compreender que não se qualifica uma sociedade a não ser pela educação e pela cultura. E que uma sociedade, culturalmente desqualificada, muito pouco ou quase nada pode produzir, como é o caso da nossa, onde as formas de crescimento apenas decorrem da desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1986.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. *Alguns Problemas do Idioma*. Rio de Janeiro: Ed. Carioca, 1953.
- _____. *Descrição e Funcionamento da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2004.
- _____. *Didática Especial de Português: para o curso secundário*. Rio de Janeiro: Conquista, 1958.
- _____. *Gramática Básica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura,

- 1968.
- _____. *Lições de Análise Sintática para o ensino médio*. Rio de Janeiro: Conquista, 1958.
- _____. *Para uma Gramática Estrutural da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1971.
- CÂMARA, J. Mattoso Câmara. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1970.
- _____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- _____. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução à Semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KURY, Adriano da Gama. *Pequena Gramática para a Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- LIMA, Mário Pereira de Souza. *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *Português Estrutural*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- MACEDO, Walmírio. *Elementos para uma Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- SOCIEDADE Brasileira de Língua e Literatura. *Estudos Universitários de Língua e Literatura: homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.



O ENSINO DE CONCORDÂNCIA: ALGUMAS SUGESTÕES

Helênio F. de Oliveira (UERJ e ABRASIL)

1. Gramática e produção de textos

O ideal é que a gramática (escolar), no ensino da língua nacional, esteja voltada para a produção de textos. Em grande parte, ensinar a gramática do português a falantes de português é prepará-los para produzir textos pertencentes a gêneros textuais que “exijam” obediência a ela (sobre os objetivos do ensino da gramática e questões afins, ver OLIVEIRA, 2005, em que trato mais detalhadamente dessas questões).

O tema da concordância, tanto do ponto de vista científico do descritor da língua quanto do prisma didático, vem há muito tempo despertando o interesse de estudiosos, com as mais variadas abordagens teóricas. Há quase um século, por exemplo, em 1916, Carlos Góis consagra-lhe um volume de mais de duzentas páginas, intitulado *Sintaxe de concordância* – cf. GÓIS, 1958 (cito pela 12.^a edição).

Apesar do seu objetivo pedagógico – de tirar dúvidas do leitor para fins práticos de uso da língua – o livro de Carlos Góis contém passagens que discutem aspectos polêmicos da questão, num tom às vezes típico do domínio discursivo científico, o que provavelmente amedrontaria e afugentaria o leitor leigo. Tal dualidade de objetivos se explica pelo fato de que nessa época não havia cursos universitários de letras e lingüística e que, compreensivelmente, um espírito teórico como o de Góis não resistiria à tentação de aprofundar o estudo do assunto. O resultado foi que o público-alvo não ficou claramente definido, o que não impediu o livro de ser várias vezes reeditado.

A própria extensão da obra (240 páginas na edição de 1958) talvez contribuisse para passar ao leitor um sentimento de impotência diante do idioma. Se para um único tema da gramática é necessária a leitura – nem sempre fácil – de tal volume, a língua portuguesa é então muito difícil. O propósito didático do livro é, no entanto, explicitado no elogio que Mário Barreto lhe faz, de que “preenche de modo excelente o seu fim pedagógico” – BARRETO, apud GÓIS, 1958, p. 5.

O tema é muito amplo, abarcando inúmeros subtemas, sobre muitos dos quais – por limitações de tempo e de espaço – não se pretende falar aqui. Não se tratará, por exemplo: (1) da construção com o “se” indeterminador do agente, do tipo “vendem-se casas”, “publicaram-se os poemas”, “divulgaram-se as notícias” etc.; (2) do flexionamento do infinitivo; (3) da construção com verbos impessoais – *chover*; *trovejar*; *haver* (no sentido de “existir” ou de “tempo transcorrido”), *fazer* (significando “tempo transcorrido”) etc.; (4) da concordância transfrástrica, isto é, da que se dá, como mecanismo coesivo, entre palavras de frases diferentes; (5) da concordância dos tempos verbais ou *consecutio temporum*.

Dai a “modéstia” do título, que se limita a prometer “algumas sugestões”.

2. Como “descaotizar” o estudo de concordância

É parte importante do processo de ensino-aprendizagem a tarefa de selecionar noções. Estudar é em grande parte a arte de definir prioridades. Visando a um enxugamento do conteúdo de concordância, convém: (1) evitar regras pouco úteis à produção textual, ou por descreverem aspectos da língua que o aluno já domina, ou pela baixa probabilidade de se fazerem necessárias; (2) juntar duas ou mais regras específicas numa só regra abrangente.

Exemplo de (1) – seleção de noções evitando a descrição de aspectos que o aluno já domina

Exemplifiquemos com a concordância nominal: não costumam existir dúvidas, nesse tipo de concordância, quando **um único adjetivo** acompanha **um único substantivo**, como em *casa branca, pano amarelo, carro estrangeiro* etc. Nenhum falante de português diria algo como *casa branco, pano amarela, carro estrangeiros* etc. Também não ocorrem dúvidas com **dois adjetivos** e **um substantivo**. Exemplos: *linda bebê louro, linda menina loura, lindos bebês louros* etc.

A dívida está nos casos de **um único adjetivo** com **mais de um substantivo**, como em “*Encontrei mortos, perto da ponte, um burro e uma vaca*”. É, portanto, neste caso que deve recair a ênfase do professor. O contrário seria exercitar habilidades que o aluno já tem.

Exemplo de (1) – seleção de noções (evitando regras desnecessárias)

Um exemplo de regra pouco útil é o do sujeito constituído de pronomes coordenados entre si, principalmente quando envolve a segunda pessoa, como em “*tu e ele saístes*”. Um brasileiro pode passar anos produzindo textos – e de boa qualidade – sem fazer uso da segunda pessoa, sobretudo da do plural. Um critério objetivo para avaliar a utilidade das regras é observar em quais os alunos têm mais dificuldade quando produzem textos, ou seja, em selecionarmos noções com base em nosso convívio com textos produzidos por eles.

Exemplo de (2) – fusão de duas ou mais regras numa única

Observemos as regras abaixo:

REGRA 1 = A concordância é facultativa quando o sujeito é constituído de expressão partitiva (*parte de, a maior parte de, grande parte de, grande número de, uma porção de, grande quantidade de, metade de, o grosso de, a maioria de* etc.) seguida de um plural (cf. BACCEGA, 1986, p. 46). Exemplo: *Parte dos livros desapareceu* (ou *desapareceram*).

REGRA 2 = A concordância é facultativa quando o sujeito é formado por um coletivo inespecífico seguido de “*de*” mais um plural – *uma nuvem de gafanhotos, um bando de pardais, uma multidão de repórteres, uma junta de médicos (de bois, etc.), um grupo de pessoas (de artistas, de estudantes* etc.) – cf. BACCEGA, 1986, p. 46-47. Exemplo: *Uma multidão de repórteres esperava em frente à casa do artista* (ou *esperavam*).

REGRA 1 + REGRA 2 = Rocha Lima funde essas duas regras numa única, postulando que “se a um nome ou pronome no plural antepomos uma expressão quan-

titativa como *grande número de*, *grande quantidade de*, *parte de*, *grande parte de*, *a maior parte de*, e equivalentes, o verbo fica no singular ou no plural [ou seja, a concordância é facultativa]” (cf. LIMA, 1999, p. 394). Entre os exemplos, o autor inclui “*a maioria de*” e “*uma nuvem de*”, sendo este último um dos coletivos inespecíficos da REGRA 2, o que demonstra que ele deu conta das duas regras com uma única.

O denominador comum entre as expressões partitivas da REGRA 1 e os coletivos inespecíficos da REGRA 2 é que em ambos os casos se trata de EXPRESSÕES QUANTITATIVAS INDEFINIDAS. A preocupação de juntar duas ou mais regras numa só está ligada ao PRINCÍPIO DA ECONOMIA DESCRITIVA, importante aliado de quem descreve línguas, não só com fim científico, mas também com propósito didático.

Deve-se, pois, dentro do possível, buscar uma formulação mais econômica para as regras. É claro que há situações em que o “casuismo” é necessário. Em linguística teórica, quanto menos abrangente é uma regra, menos valorizada ela é. Evitam-se as regras de baixa abrangência, chamadas “regras *ad hoc*” (ao pé da letra, regras “para isso”).

Na descrição pedagógica, todavia, embora também se deva em princípio evitar regras *ad hoc*, há situações em que elas são necessárias. No estudo de concordância verbal, é inevitável tratar de casos especiais, como as construções com “*um e outro*”, “*nem um, nem outro*”, “*mais de um*”, “*tanto...como*”, “*não só...mas também*”, “*cerca de*”, “*mais de*”, “*menos de*”, bem como do problema das porcentagens, dos “sujeitos resumidos”, dos “sujeitos unidos por “*com*”, “*nem*” e “*ou*”, da locução “*é que*” etc. Na concordância nominal, por sua vez, não se pode deixar de falar do emprego de “*anexo*”, “*mesmo*”, “*próprio*”, “*menos*”, “*possível*” (“*idades as mais interessantes possíveis*”, “*idades o mais interessantes possível*”), “*meio*” (“*meio estranha*”, “*meio esquisita*”, “*meio-dia e meia*” etc.).

Um trabalho bastante completo, para o esclarecimento de dúvidas desse tipo, é o de Manoel Pinto Ribeiro – cf. RIBEIRO, 2006, p. 248-267 e 272-278.

3. Categorias de temas gramaticais do ponto de vista didático-linguístico

No ensino da gramática existem diferentes tarefas. Há aspectos em que é possível operar com a dicotomia FORMAL *versus* COLOQUIAL (ou FORMAL *versus* INFORMAL) e outros em que não. Esse procedimento é válido, por exemplo, no ensino de regência verbal e nominal, de colocação de pronomes oblíquos, de emprego dos pronomes de tratamento (com a famosa prescrição de não os “misturar”) etc.

Pode-se orientar o aluno no sentido de empregar, na conversação do dia a dia, “*assistir um jogo*”, “*me parece*”, “*você esqueceu o que eu te disse*” etc., usando, porém, nos gêneros textuais em que o registro formal é necessário, “*assistir a um jogo*”, “*parece-me*” e “*você esqueceu o que eu lhe disse*”. Há, contudo, temas, como ortografia e pontuação, que requerem um tratamento mais rígido. Não é verdade que *cebola* seja com “*c*” numa carta comercial ou num relatório técnico e com “*s*” num e-mail enviado a um colega. No que se refere à ortografia, por sua natureza mais arti-

ficial que a dos demais “capítulos” da gramática, não faz sentido falar em registros.

O mesmo se pode dizer das regras de pontuação, que, embora não tenham sido estabelecidas por lei, como as da ortografia, também se limitam ao uso escrito e não admitem registros. O que se passa com a pontuação é que as regras formuladas pelas gramáticas se referem de forma mais típica a textos em prosa, sobretudo os não literários, relativizando-se, em maior ou menor grau, na publicidade, na poesia e na prosa ficcional. Um exemplo extremo de pontuação “alternativa” em textos ficcionais é a obra de José Saramago. O “redução” das regras de pontuação é, pois, a prosa formal não literária. No ensino de pontuação e no de ortografia, portanto, não faz sentido falar em registros.

Quanto ao ensino de concordância – objeto do presente artigo – é um caso à parte, ora podendo receber um tratamento tão rígido (ou quase) quanto ortografia e pontuação, ora requerendo a sensibilização do aluno para regras que, embora conhecendo, ele às vezes não aplica.

Esse tipo de erro em que o usuário da língua se equivoca na aplicação de regras que conhece denomina-se FALHA DE DESEMPENHO. A tarefa do professor, neste caso, não é propriamente acrescentar noções novas ao conhecimento linguístico do estudante, e sim sensibilizá-lo para o fenômeno, ajudando-o a evitar tais distrações.

Fazendo abstração de diferenças dialetais e de detalhes muito específicos que dependem de uma aprendizagem artificial, por meio do estudo (como o da concordância com porcentagens, por exemplo), tudo leva a crer que o aluno, ao ingressar na escola, já tenha internalizado, por ser falante da língua, as regras básicas de concordância verbal e nominal (a saber, a de que o verbo concorda com o núcleo do sujeito em número e pessoa e a de que os adjetivos e determinantes do substantivo concordam com ele e gênero e número), encontrando, porém, dificuldade para aplicá-las em contextos menos “transparentes”, como nos casos em que o verbo fica distante do sujeito, em que o sujeito fica posposto ao verbo, em que o sujeito é muito longo, em que há um só adjetivo para mais de um substantivo (na concordância nominal) etc.

A abordagem baseada no binômio formal/informal não é adequada ao estudo da concordância. O erro de concordância tende a se enquadrar no que denomino (em OLIVEIRA, 1999) INCORREÇÃO EM TERMOS ABSOLUTOS. Pela mesma razão por que não se pode afirmar que *cebola* seja com “c” no registro formal e com “s” no informal, também não é possível classificar “*houve problemas*” como formal e “*houveram problemas*”, como informal. A pluralização do verbo *haver*, no sentido de “existir”, é incorreta seja em que gênero textual for.

Mesmo um caso como “*hoje é 20 de junho*”, por oposição a “*hoje são 20 de junho*”, não está na mesma situação dos pares de coloquial *versus* formal mencionados acima: “*hoje é 20 de junho*” é mais estigmatizado que os membros coloquiais desses pares.

4. O fenômeno da falha de desempenho e a concordância com o núcleo do sujeito

A regra básica de concordância verbal, como vimos, é a que determina que o verbo concorde com o núcleo do sujeito. Exemplo: “o filho dos alemães saiu”, mas “os filhos do alemão sairam”. Porém, o aluno tende (apesar de, consciente ou inconscientemente, conhecê-la), a não conseguir aplicá-la nos contextos problemáticos descritos acima, nos quais se torna menos óbvia a identificação do sujeito ou do seu do núcleo. Isso fica evidente, às vezes, em textos produzidos em situação escolar.

As frases a seguir, colhidas em textos de calouros universitários, são exemplos disso: (1) “Uma simples antena parabólica dotada de receptores sensíveis poderiam [por poderia] detectar emissões vindas do espaço”. (2) “Como diz [por dizem] os astrônomos, um contacto com extraterrestres é teoricamente possível”. O fato de o sujeito de (1) ser longo e o de (2) estar posposto ao verbo tornou pouco transparentes as estruturas dessas frases, dificultando a aplicação da regra.

Como, ao que tudo indica, o aluno conhece intuitivamente a regra infringida, o objetivo a atingir não é, como vimos, a aquisição do conhecimento da regra como noção nova, e sim a sensibilização do aluno para com o fenômeno. A tarefa é levá-lo a aplicar uma regra que já conhece, mas que às vezes descumpre por distração. Trata-se mais de treinar-lhe o olhar para identificar – e evitar – essa categoria de incorreção, o que pode ser feito por meio de exercícios em que o ele tenha de identificar o núcleo do sujeito, concordando com ele o verbo, em frases (que podem ser colhidas em textos produzidos pela turma), nas quais essa identificação não seja óbvia

Um breve exemplo disso, a título de ilustração:

Em cada um dos itens abaixo, sublinhe o núcleo do sujeito e preencha a lacuna com uma das alternativas do parêntese.

A. *O elevado preço dos produtos no Carnaval a população (assusta, assustam).*

B. *O jovem apresenta-se numa fase de mutações, por isso novas estratégias de adaptação ao ambiente (busca, buscam).*

C. *Talvez as medidas destinadas a expandir o mercado da nossa firma não de sonho (passasse, passassem).*

D. *As visitas a lugares históricos aos turistas ampliar sua cultura geral (permite, permitem).*

5. Conceito de núcleo

O sujeito é um termo de valor substantivo. Isso quer dizer que ele pode ser um substantivo propriamente dito ou uma expressão de valor substantivo, o que implica que seu núcleo será um substantivo, um pronome pessoal, demonstrativo, relativo etc. de função substantiva ou um numeral substantivo (sobre numerais, ver detalhes mais abaixo).

É bom lembrar também que, quando temos substantivos ou expressões de valor substantivo (SINTAGMAS NOMINAIS) ligados por uma preposição, o NÚCLEO é sempre o primeiro substantivo ou expressão substantiva, sem exceção. Por exemplo: Os núcleos dos sintagmas *a capa do livro*, *esta blusa amarela da Tatiana*, *um livro famoso de Machado*, *indivíduo sem escrúpulos*, *café com leite* e *roseiras em flor* são, respectivamente, *capa*, *blusa*, *livro*, *indivíduo*, *café* e *roseiras*.

6. Recursividade

Convencionemos que “SN” = “sintagma nominal” e que “**prep.**” = “preposição”.

Quando temos uma sequência do tipo **SN₁ prep. SN₂ prep. SN₃ prep. SN₄ etc.** (exemplo: *o filho da cunhada do chefe*, *a porta da sala de aula*, *o neto da prima do vizinho do Jorge* etc.), o núcleo do primeiro SN funciona como núcleo da expressão toda. A regra de que o núcleo de uma sequência de dois SNs ligados por preposição é o do primeiro SN pode ser aplicada por etapas. Tomemos como exemplo a última das três sequências acima – *o neto da prima do vizinho do Jorge*. O núcleo de *o vizinho do Jorge* é *vizinho*, o de *a prima do vizinho do Jorge* é *prima* e o de *o neto da prima do vizinho do Jorge* é *neto*, ou seja, teoricamente, numa sequência como **SN₁ prep. SN₂ prep. SN₃ prep. ... SN_n**, a regra se aplica do sintagma menor para o maior, isto é, de **SN_n** até **SN₁**, pela ordem. Isso está ligado ao fenômeno da RECURSIVIDADE, que consiste em a mesma regra poder ser aplicada *ad infinitum*.

Isso, no entanto, seria uma descrição sintática de fins científicos. Na descrição pedagógica, basta dizer que em tais casos prevalecerá o núcleo da primeira “expressão” (ou do primeiro “sintagma”, se o professor quiser operar com esse conceito).

7. Núcleo sintático e núcleo semântico

Observando-se os comentários a seguir, entende-se por que prevalece, como núcleo, o primeiro elemento, nos casos de SNs ligados por preposição: (1) “a *maçaneta da porta*” é uma maçaneta, e não uma porta; (2) “o *ponteiro do relógio*” é um ponteiro, e não um relógio; (3) “*roseiras em flor*” são roseiras, e não flores. Na verdade, o elemento semanticamente mais importante, nesses casos, é o primeiro, daí ser ele o núcleo.

Há, no entanto, casos em que o primeiro elemento – que a partir de agora passarei a denominar NÚCLEO SINTÁTICO – não é a palavra semanticamente mais importante do sintagma, como ocorre em “*parte das garotas*”, que não é uma parte;

são garotas. É o caso também de “*grande número de clientes*”, que não é um número, e sim clientes; de “*uma porção de jogadores*”, que não é uma porção, e sim jogadores. E assim por diante. Senti então necessidade de propor uma dicotomia entre NÚCLEO SINTÁTICO e NÚCLEO SEMÂNTICO. Em “*parte das garotas*” o NÚCLEO SINTÁTICO é “*parte*” e o NÚCLEO SEMÂNTICO é “*garotas*”. Também nos outros dois exemplos, o NÚCLEO SINTÁTICO é o do primeiro constituinte e o NÚCLEO SEMÂNTICO é o do segundo.

A facultatividade da concordância nas expressões quantitativas deve-se justamente a essa dualidade de núcleos. Fazendo a concordância do verbo com o núcleo sintático, obtemos “*Parte das garotas saiu*” e fazendo-a com o núcleo semântico, obtemos “*Parte das garotas saíram*”. Como o núcleo propriamente dito é o sintático, a CONCORDÂNCIA REGULAR é a que se faz com ele. A outra, embora também admissível, é, contudo, IRREGULAR.

Convém lembrar ainda: (1) que o normal é os dois núcleos coincidirem, como nas expressões “*maçaneta da porta*”, “*ponteiro do relógio*” e “*roseiras em flor*”, há pouco analisadas – defasagem é uma exceção; (2) que essa defasagem é um dos inúmeros exemplos de como a morfossintaxe se relaciona com a semântica: idealmente haveria uma correspondência “perfeita” entre as duas, mas nas línguas naturais nem é verdade que essa equivalência seja biunívoca, nem que as duas não tenham nada a ver uma com a outra. Morfossintaxe e semântica tendem manter entre si uma “harmonia” relativa.

Um caso curioso de defasagem entre núcleo semântico e núcleo sintático é o que se observa quando se compara, por exemplo, “*Quebraram uma garrafa de vinho*” com “*Beberam uma garrafa de vinho*”. O substantivo *garrafa*, no primeiro exemplo, é núcleo sintático e semântico ao mesmo tempo, ao passo que no segundo, embora continue como núcleo sintático, o núcleo semântico passa a ser *vinho*, já que, embora seja possível quebrar garrafas, não é possível bebê-las; o que se bebe é o vinho (este exemplo me foi fornecido pelo Dr. Humberto Peixoto Menezes, em conversa que tivemos; fica aqui o agradecimento ao colega).

8. Concordância e porcentagem

Para abordar a questão da concordância com porcentagens, convém tratar primeiramente da classe dos numerais.

Observe-se o comportamento do numeral *quatro* nos exemplos a seguir: (a) *quatro é o dobro de dois*; (b) *comprei quatro pães*. Em (a) ele constitui sozinho um sintagma nominal, ou seja, tem valor substantivo, funcionando como núcleo desse sintagma. Em (b) ele faz parte no sintagma nominal *quatro pães*, cujo núcleo é *pães*, funcionando como DETERMINANTE desse núcleo, tendo, portanto, valor periférico na estrutura do sintagma. Em termos mais tradicionais, esse vocábulo seria “numeral substantivo” em (a) e “numeral adjetivo” em (b). Adotar-se-ão, contudo, no presente trabalho, os termos NUMERAL SUBSTANTIVO e NUMERAL DETERMINANTE. Por motivos cuja discussão não cabe aqui, “numeral adjetivo” não é uma boa denomi-

nação. A distinção entre essas duas categorias é importante na presente análise porque, se admitimos, como já se disse, que, na sequência **substantivo ou sintagma nominal + preposição + substantivo ou sintagma nominal**, o núcleo sintático é sempre o primeiro elemento, temos de ser capazes de identificá-lo, inclusive se ele for um numeral, o que se torna indispensável no estudo da concordância com porcentagens.

Observemos os exemplos a seguir: (1) *Vinte por cento da turma compareceu*. (2) *Somente um por cento dos alunos não compareceram*.

O verbo, nesses exemplos, concorda com a expressão precedida pela preposição *de*. Há quem admita a concordância com o numeral que precede a expressão “*por cento*”, considerando construções desse tipo como facultativas. Teríamos então, além das formas acima, as que se seguem: (1’) *Vinte por cento da turma compareceram*. (2’) *Somente um por cento dos alunos não compareceu*.

Pesquisa de Peixoto Filho, no entanto, demonstra a preferência da mídia impressa brasileira pela construção em que o verbo concorda com a expressão precedida por *de, do, da* etc. (cf. PEIXOTO FILHO, 2001, p. 39) e os textos da mídia impressa são um bom termômetro da variedade formal culta atual da língua.

Assim sendo, é didaticamente preferível recomendar esta construção, a fim de economizar memória do aluno, dentro do espírito da seleção de noções. Ao invés de duas possibilidades, ele memorizaria apenas uma: a mais frequente no português formal real da atualidade.

Ainda um lembrete sobre concordância com porcentagens: uma coisa é o sujeito “**X por cento de SN**” (*vinte por cento da turma, um por cento dos alunos...*) e outra é o que se restringe à fórmula “**X por cento**”, como em *vinte por cento compareceram, somente um por cento não compareceu*. Neste caso, o verbo, muito regularmente, concorda com o núcleo sintático do sujeito, que é o numeral.

Pode-se dizer, então, que, quando o sujeito equivale à fórmula “**X por cento de SN**”, a concordância se dá – preferencialmente – com o termo precedido por “*de*”. Em “*vinte por cento da turma*”, temos NUMERAL SUBSTANTIVO + PREPOSIÇÃO *por* + NUMERAL SUBSTANTIVO (*cento*) + PREPOSIÇÃO *de* + SN (*a turma*). Como, na sequência **SN₁ prep. SN₂ prep. SN₃ prep. ... SN_n**, prevalece o núcleo do primeiro elemento, conclui-se que nesse caso – fazendo abstração da concordância menos frequente – a concordância se faz com um elemento periférico (*turma*), e não com o núcleo (*vinte*).

Já quando a estrutura do sujeito é, pura e simplesmente “**X por cento**”, sem “**de SN**”, a concordância é regular, isto é, o verbo concorda com o núcleo do sujeito, que é o numeral: *um por cento compareceu, vinte por cento compareceram*.

Normalmente, ainda segundo Peixoto Filho, há, na linguagem jornalística, uma preferência pela concordância regular (com o núcleo sintático), sendo as porcentagens um caso atípico. Diante das construções “*parte das garotas saiu*” e “*parte das garotas saíram*”, a mídia impressa, segundo ele, dá preferência à primeira.

9. Um pouco de concordância nominal

Na concordância nominal, como vimos, é nas construções com **um adjetivo para mais de um substantivo** que o falante tende a hesitar. Examinemos esse caso, retomando os exemplos dados e acrescentando mais alguns:

(1a) *Encontrei **mortos**, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca*** (concordância regular).

(1b) *Encontrei **morto**, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca*** (concordância “atrativa”).

(2a) *Encontrei **mortas**, perto da ponte, **uma cabra** e **uma vaca***. (concordância regular).

(2b) *Encontrei **morta**, perto da ponte, **uma cabra** e **uma vaca*** (concordância “atrativa”).

(3a) *Encontrei **mortos**, perto da ponte, **uma vaca** e **um burro*** (concordância regular).

(3b) *Encontrei **morta**, perto da ponte, **uma vaca** e **um burro*** (concordância “atrativa”).

(4a) *Encontrei **mortos**, perto da ponte, **um boi** e **um burro*** (concordância regular).

(4b) *Encontrei **morto**, perto da ponte, **um boi** e **um burro*** (concordância “atrativa”).

(5a) *Encontrei, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca mortos*** (concordância com os dois substantivos).

(5b) *Encontrei, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca morta*** (concordância com “vaca”).

Em (1a), nota-se que o adjetivo ficou no masculino plural (**mortos**). Isso se explica pelo fato de que esse adjetivo não se refere a “**um burro**” nem a “**uma vaca**”, e sim à sequência “**um burro e uma vaca**”. O fato de elementos ligados por “e” terem sempre valor de plural explica a pluralização do adjetivo. E o gênero masculino se explica pelo fato de palavras ou expressões de gêneros diferentes funcionarem como masculino.

Quando se tem um adjetivo para mais de um substantivo, a concordância regular consiste em pluralizar o adjetivo, flexionando-o no gênero comum aos substantivos, e colocando-o no masculino, se os gêneros forem diferentes. Quanto à concordância atrativa, consiste em concordar o adjetivo com o substantivo mais próximo.

Em (2a) e (2b) ambos os substantivos são femininos, o que implica duas possibilidades: feminino plural e feminino singular; (3a) e (3b) têm os mesmos substantivos de (1a) e (1b), porém com o feminino em primeiro lugar, resultando em uma construção com o masculino plural e outra (concordância atrativa) com o feminino singular; em (4a) e (4b) ambos os substantivos são masculinos, logo o adjetivo pode ficar no masculino plural ou no masculino singular; (5a) e (5b), que são um caso à parte, serão analisados mais abaixo.

A predominância do masculino quando os gêneros são diferentes deve-se ao

fato de ser ele o MEMBRO NÃO MARCADO DO PAR OPOSITIVO MASCULINO/FEMININO – cf. PERINI, 2008, p.128-130. Aqui, porém, vamos denominá-lo, numa nomenclatura mais descontraída, “CURINGA” DOS GÊNEROS

Como digo em outro trabalho, “a justificativa racional de uma regra [seja com nomenclatura científica, seja com linguagem didática] é talvez o melhor recurso mnemônico para a sua fixação” – cf. OLIVEIRA, 2005, p. 90. Em termos ainda menos técnicos: o melhor “macete” é a explicação racional, desde, é claro, que o aluno tenha condições para entendê-la. Nada contra os “macetes” de outra natureza, mas os melhores são os cientificamente fundamentados.

Também no caso em pauta, a opção regular é a mais frequente (a atrativa não é muito usada), donde se conclui, dentro da diretriz de selecionar noções (“enxugar” o assunto), que não vale a pena sobrecarregar a memória do aluno com o número gigantesco de casos facultativos das gramáticas, tanto na concordância verbal quanto na nominal. O melhor a fazer é optar pela concordância regular, tanto neste caso como em outros, a não ser numa construção como a das porcentagens, em que o mais frequente é a concordância irregular, o que é raro.

Voltemos a (5a) e (5b):

(5a) *Encontrei, perto da ponte, **um burro e uma vaca mortos*** (concordância com os dois substantivos).

(5b) *Encontrei, perto da ponte, **um burro e uma vaca morta*** (concordância com “vaca”).

Convencionando-se que SUBSTANTIVO = “S” e ADJETIVO = “A”, podemos dizer que só é possível a concordância atrativa (sem alteração do sentido da frase) quando a ordem é ASS, como nos quatro primeiros pares acima. Já quando temos SSA, embora não seja incorreto concordar o A com o S mais próximo, o sentido se altera e o ATRIBUTO (ou seja, a qualidade, estado ou característica) que o adjetivo expressa, passa a referir-se somente ao último substantivo, como acontece em (5b).

10. Os “curingas” da gramática

A predominância do masculino com substantivos de gêneros diferentes não ocorre apenas no caso estudado acima. A regra é mais ampla. Nos contextos em que possa haver dúvida quanto ao gênero, predomina o masculino. Isso evita hesitação. E mais: não se trata de um preceito exclusivo da gramática escolar. Nossa própria gramática mental como que nos protege contra hesitações, estabelecendo “curingas” para os casos em que poderia haver dúvida.

Se passa por nós um animal felino doméstico que sabemos ser um macho, referimo-nos a ele como “gato”. Se sabemos que é uma fêmea, empregamos a forma “gata”. E, se temos dúvida quanto ao sexo do animal, dizemos que vimos um “gato”. Dirigindo-se tanto a uma turma onde só haja rapazes, quanto a uma em que haja estudantes de ambos os sexos, mesmo que com predominância de garotas, o professor usará expressões como “todos vocês”, “vocês são alunos da turma X”, “quero que vocês sejam aprovados” etc. Ele só empregaria “todas”, “alunas” e “aprovados” numa

turma inteiramente feminina.

Pode-se até discutir se a regra é ou não “machista”, o que já entraria no domínio das ciências sociais, mas o fato é que se trata de um princípio de grande utilidade. Qualquer que seja o “curinga” dos gêneros, ou seja, o GÊNERO NÃO MARCADO, o fato é que há necessidade de um curinga.

E não é só com a categoria de gênero que esse fenômeno ocorre. O curinga dos **gêneros** é o **masculino**, o dos **números** é o **singular**, o dos **tempos** é o **presente**, o dos **modos** é o **indicativo**, o das **pessoas** é a **terceira**, o das **vozes** é a **ativa** e o do **par aspectual pontual/durativo** é o **durativo**.

Alguns exemplos:

A. Na chamada “oração sem sujeito”, uma vez que o verbo teria de concordar com o núcleo de um sujeito que não existe, ele vai para a pessoa curinga, que é a terceira, no número curinga, que é o singular, daí a obrigatoriedade da terceira pessoa do singular em frases como “*há três pessoas na sala*”, “*faz dois dias que não a vejo*”, “*está frio*”, “*fez calor ontem*”, “*choveu no domingo*”, “*ventou demais*” etc.

Isso é, inclusive, um argumento para não se interpretar como sem sujeito a construção “*São duas horas*”. Cláudio César Henriques, em *Sintaxe: estudos da frase para o texto*, apresenta argumentos sincrônicos e diacrônicos em favor da interpretação de “*duas horas*” como sujeito – cf. HENRIQUES, 2008, p. 36.

B. Quando fazemos generalizações e nos referimos a fatos até certo ponto “eternos”, usamos o presente, que é o tempo não marcado. Por exemplo: “*O dobro de três é seis*”, “*A Lua gira em torno da Terra*”, “*Água mole em pedra dura tanto bate até que fura*”.

C. Quando o sujeito de um verbo é uma oração, esta leva para o masculino os adjetivos a ela referentes. O sujeito da frase “*É bom fazer isso*”, por exemplo, é a oração “*fazer isso*”. Como orações não têm gênero, o adjetivo “*bom*” fica no gênero não marcado. O interessante é que em línguas em que há o gênero neutro, o curinga é o neutro. Traduzindo essa frase para o latim, obtém-se “*Hoc facere bonum est*”, com a forma neutra do adjetivo.

D. Em francês e em inglês, como o sujeito tem de ser explícito, mesmo com verbos “meteorológicos”, usa-se em tais casos um pronome semanticamente vazio: “*It is raining*”, “*Il pleut*” (“*Está chovendo*”). O interessante é que “*il*” é neutro, porque há três gêneros em inglês, e “*il*” é masculino, porque em francês só existe masculino e feminino.

A TEORIA DOS CURINGAS, portanto, vai muito além dos limites da língua portuguesa.

11. Pseudoconcordância entre substantivos ligados por preposição

Ocorrem com frequência, em textos de alunos, construções como “*meios de transportes*”, “*documentos em anexos*”, “*problemas em gerais*”, “*trabalhadores sem terras*” etc., com a concordância (incorreta) entre substantivos ligados por preposição. A regra infringida, nesse caso, pode ser formulada da seguinte maneira: **Não existe**

concordância entre substantivos ligados por preposição.

Na verdade, trata-se de uma antirregra, uma vez que ela define o que não ocorre no português, e não o que ocorre, mas aproveitou a oportunidade para dizer que numa descrição pedagógica da língua as antirregas são muitas vezes necessárias. Essa, contudo, requer um esclarecimento, para evitar que o aluno se confunda com casos como “*os desenhos das casas*”, com dois substantivos no plural, ligados por preposição, o que poderia parecer um caso de concordância.

A palavra “*casas*”, no entanto, não está no plural para concordar com “*desenhos*”, e sim para significar “quantidade maior que um”. A expressão “*os desenhos das casas*” refere-se a mais de um desenho de mais de uma casa; “*o desenho das casas*” significa um único desenho para várias casas e “*os desenhos da casa*” refere-se a vários desenhos da mesma casa. Não foi, portanto, o plural de “*desenhos*” que motivou o de “*casas*”. Cabe ao professor informar ao estudante que, em construções desse tipo, quando os substantivos aparentemente concordam, se trata de coincidência, e não de concordância, e que ambos os plurais têm a função de significar “quantidade maior que um”.

Informar também que há dois tipos de desinência de plural: um que visa exclusivamente a exprimir a noção de “quantidade maior que um” e outro que a exprime também, mas de forma redundante, como consequência do processo da concordância. Por exemplo: em “*canetas vermelhas*”, o “*s*” final de “*canetas*” é do primeiro tipo e o de “*vermelhas*” é do segundo. Na verdade, o plural do adjetivo é sempre gerado pela concordância. É por isso que se diz que é o adjetivo que concorda com o substantivo, e não o contrário.

Pois bem, o morfema de plural de “*casas*”, em “*os desenhos das casas*” é do primeiro tipo e o de “*transportes*”, em “*meios de transportes*”, caso essa construção existisse, seria do segundo. A operação mental que o aluno faz ao pluralizar “*transportes*”, nessa expressão, é uma aplicação incorreta da regra de concordância nominal, motivada pela intenção de escrever corretamente (hipercorreção).

Volto a dizer que o melhor recurso mnemônico é a explicação racional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACCEGA, Maria Aparecida. *Concordância verbal*. São Paulo: Ática, 1986.
- GÓIS, Carlos. *Sintaxe de concordância*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958. [A primeira edição é de 1916.]
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe: estudos da frase para o texto*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1999.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar, GAVAZZI, Sigrid; TROUCHE, Lygia; MONNERAT, Rosane; BITTENCOURT, Terezinha. (Orgs.) *Português em debate*.

Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 65-82.

_____. *Como tornar as teorias sobre a linguagem aplicáveis ao ensino do português. Cadernos do CNLF*. [Rio de Janeiro], IX (17): 81-95. ago. 2005. <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/17/10.htm>.

PEIXOTO FILHO, Fernando Vieira. *Concordância verbal na gramática escolar*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

PERINI, Mário A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

SERAFIM DA SILVA NETO

“O mais atualizado linguista-filólogo que tivemos em qualquer época.” Celso Cunha)

Horácio Rolim de Freitas (UERJ – ABF –LLP)

Falar de Serafim da Silva Neto é sempre um momento de emoção, contentamento e saudades. Fui seu aluno na cadeira de Filologia Românica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sempre solícito, explicava-me as etimologias de que eu tinha dúvida. Ainda não saíra a 3.^a edição das *Fontes do Latim Vulgar*, de 1956.

Serafim foi o paraninfo de minha turma de Letras Clássicas.

Embora haja nomes insígnies no campo filológico-linguístico, em Portugal e no Brasil, poucos conheceram o latim corrente em profundidade, as ideias culturalistas e souberam, cientificamente, descortinar a história das palavras como Serafim da Silva Neto. Logo, conhecer-lhe as obras constitui a fonte indispensável para a atualização no campo etimológico.

Em 1957, vem a lume a *História do Latim Vulgar*, sob os princípios culturalistas emanados, principalmente, de um Schuchardt, onde Serafim tem oportunidade de posicionar-se sobre a etimologia de diversas palavras, sempre sob uma ótica científica. Para o conhecimento da história das palavras, o pesquisador deve entrosar a Filologia com a Sociolinguística, o folclore e a Literatura. Eis a lição de Serafim: “Dicionário que não faça a história das palavras não passará de um simples catálogo.” (apud *Manual de Filologia Portuguesa*, pág. 354).

Cada palavra tem a sua história, percalços e, muitas vezes, dificuldades em sua trajetória no tempo e no espaço. Daí a afirmação do Mestre: “O fenômeno linguístico, longe de ser linear e simples, (como julgavam os neogramáticos) era complexo e, não raras vezes, uma linha quebrada e sinuosa.” (apud *Língua, Cultura e Civilização*, pág. 41).

Outra obra de leitura obrigatória é a *História da Língua Portuguesa*, cuja 1.^a edição é de 1952. Nada igual ou melhor se fez em Portugal ou no Brasil. Assim bem a classificou o Prof. Sílvio Elia¹: “Trata-se de trabalho ciclópico” e “obra ímpar em nossa cultura”. Houve uma 2.^a edição em 1970, ainda por Livros de Portugal, com apresentação de Celso Cunha. Em 1979, a Presença Editora traz a público a 3.^a edição, com prefácio de Sílvio Elia, apresentação de Celso Cunha, índice de palavras organizado por A. G. Cunha e índice onomástico por Raimundo Barbadinho Neto. Essa obra descreve com mestria a história e a cultura de nossa língua. Nela encontramos a explicação etimológica de inúmeras palavras. Destaque-se o capítulo sobre a origem dos dias da semana e o precioso capítulo sobre a metáfora.

Seguem-se outras obras de Serafim da Silva Neto cujas lições não podem ser desconhecidas: *Fontes do Latim Vulgar*, 1.^a edição em 1938; *Ensaio de Filologia Por-*

¹ Elia, Sílvio - A Contribuição Filológica de Serafim da Silva Neto, artigo em Estudos Filológicos (homagem a Serafim da Silva Neto), Rio, Edições Templo Brasileiro Ltda., 1967

tuguesa, Editora Nacional, 1950; *Manual de Filologia Portuguesa*, 1952; *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*, 1956, ambas editadas pela Livraria Acadêmica; *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Instituto Nacional do Livro, 1950, *Língua, Cultura e Civilização*, Livraria Acadêmica, 1960.

Pela segurança no conhecimento, pelo critério científico e pela visão culturalista, as obras de Serafim da Silva Neto devem ter prioridade no acervo bibliográfico de todo consciencioso pesquisador no campo linguístico-filológico.

Procurou o grande Mestre estabelecer a história externa do latim provincial para penetrar-lhe na história interna de que é exemplo a obra *História do Latim Vulgar*.

O método conhecido como *Palavras e Coisas* foi utilizado por importantes romanistas como: Karl Jaberg e Jakob Jud, Gerhard Röhls, Paiva Boléo, aos quais acrescentamos Serafim da Silva Neto. Essas pesquisas entre a língua e as coisas vêm mostrar que, para alguns aspectos, a linguagem humana não pode ser isolada do meio em que é utilizada.

Começemos as lições de Serafim da Silva Neto com a etimologia da palavra *figado*.

A palavra *iecus, iecōris* (figado) no latim, diz-nos Serafim: “cedo saiu da linguagem corrente e dela não ficaram representantes românicos”. “As designações para *figado* mostram claramente como a história das palavras é parte inseparável da história da cultura”.

Sabe-se que era costume dos gregos cevar certos animais, principalmente o porco com figos, tornando-lhe o figado gordo e gostoso.

Em grego, usava-se a expressão *hepar sykotón* “figado engordado”. Em latim, **ficātum** já está documentada no séc. III d.C. em obra de Apício: *De re coquina-ria*.

Ensina Serafim da Silva Neto que há correspondentes românicos tanto de **ficōtum**, quanto de uma forma **ficātum**, desta temos o espanhol *hígado* e o português *figado*.

O Prof. Serafim traça a seguinte evolução:

1.º - o grego *sykotón* foi adaptado no latim como **sícoton*, passando depois a *ficōtum* por influência de *ficum*.

De **ficōtum** passou a **ficātum**, com -a- na 2.ª sílaba, à semelhança de *hépate*, o que explica também a forma *fēcatum*, opinião esta defendida por Schuchardt.

Mais tarde é que surgiu a forma *ficātum* por influência do sufixo - *atum*, tão frequente no vocabulário latino.

Confirmação românica tem-se no sardo onde há as duas formas **ficātum** e **ficātum**.

2.º - Outro aspecto observado por Serafim diz respeito aos empréstimos gregos. A influência de uma língua sobre outra se efetua em camadas sociais diferentes: uma camada elevada, culturalmente, e uma camada popular.

Como exemplo cita a palavra *ídolo*, pronunciada na camada mais culta, à pronúncia grega: *idólu*, onde a penúltima sílaba era tônica, ao passo que, nas camadas populares, a pronúncia se fazia à maneira da língua original *idolu*.

Para corroborar a tese de Serafim da Silva Neto, temos a afirmação de Gaston Paris na obra *Miscellanea Linguistica in onore di G. Ascoli* (1901), onde o autor mostra, a par de *ficātum*, que havia no latim vulgar *fecātum* / *fecātum*. Desta última é que provém a palavra *figado* do Português (citação de Leite de Vasconcelos, em *Lições de Filologia Portuguesa*, pág. 360).

Para comprovação dessa forma *ficātum*, colhemos exemplo em obra do século VI, o tratado de culinária *Comer & Cia*, de Anthimus, sobre ensinamentos dietéticos, mais conhecida pelo título *De observatione ciborum*, que mereceu estudo de nosso Mestre Olmar Guterres da Silveira. Quando Antimo procura explicar a utilização do figado de porco, lê-se a seguinte passagem: “*De ficāto porcino frixo penitus non expedit nec sanis nec infirmis*”.

Finalmente, Serafim procura justificar a mudança de posição do acento (*ficātum* para *ficātum*) através da fonética sintática em situação proclítica ou enclítica, como já ocorreu com outras palavras dentre as quais cita: *illūm* por *illum*, já aparece em Plauto, e em *illac* por *illac*, dando em português o advérbio lá.

Na obra *Manual de Filologia Portuguesa*, Serafim da Silva Neto discorre sobre obras e autores e, de alguns, faz citações corrigindo-lhes a etimologia. Huber, por exemplo, explica a evolução de *unu* para um por apócope.

Serafim corrige, lembrando que é marca na evolução da língua portuguesa a síncope das consoantes /d/, /l/ e /n/ intervocálicas, como em : rana > rãa > rã, bene > bēe > bem; bonu > bōo > bom.

O feminino comprova a síncope do /n/: una > ūa > uma.

Huber dá as formas *noscu* e *voscu* como hipotéticas, quando já estão citadas no *Appendix Probi* (séc. III d.C.) *nobiscum non noscum; vobiscum non voscum*.

Outro autor que mereceu resenha crítica de Serafim da Silva Neto foi Edwin Williams na obra *Do Latim ao Português*, original inglês, de 1938, com tradução para o português por Antônio Houaiss, em 1961. Williams tira avô e avó de *avulum* e *avulam*. Diz-nos Serafim que, no latim corrente, usava-se o diminutivo de *avia* (avó), isto é, *aviola*, provindo de *aviōla*, pois nos hiatos em que -i- e -e- eram tônicos, dava-se a diástole. Outros exemplos: *muliere* > *muliere*; *linteolu* > *linteolu*; *pariete* > *pariete* (houve fechamento da vogal tônica /e/; o mesmo sucedeu em *aviōlu* > *avoo* > *avô*). Nestes dois casos, em que a vogal tônica não permaneceu aberta, Serafim atribui à influência do iode, antes de haver a síncope do /l/.

Quanto ao verbo herdar, Williams admite a seguinte cadeia: *hereditare* > **hereedar* > **heredar* > *herdar*. Williams omite a sonorização do /t/ e a síncope do /d/. Serafim propõe a cadeia: *hereditare* > *herededar* > *heredar* > *herdar* com haplologia da sílaba /de/ e, depois, síncope da vogal pretônica. Williams não levou em conta a cronologia: a sonorização do /t/ se dá por volta do século V e a queda do /d/ por volta do século X.

Diz-nos Serafim que a forma *heredar* é bem documentada.

Outra crítica feita pelo Mestre a Williams é que este considera a forma verbal morre hipotética e, portanto, não documentada. Ora, já nos séculos XII e XIII, no *Cancioneiro da Vaticana*, aparecem as formas morrer e morrerom. Nas Cantigas d'Amor, de Nunes, encontram-se morrer e morrei. Na *Demanda do Santo Graal*, morrer e morria. Conclui Serafim que as formas com dois erres criaram-se no português proto-histórico ou antes.

Caso mais interessante é o da palavra pobre, que Williams tira do latim clássico: *pauperem* > **popere* > *pobre*; acrescentando que, em algumas palavras, o ditongo *au* passa a *-o-* no latim vulgar. Não é exato, diz-nos Serafim: “o ditongo *au* manteve-se durante o período latino e o período românico, só no século X é que se transformou em *ou*”.

Paupere e **popere* são formas divergentes, a segunda é variante dialetal.

Para explicar o /o/ de **popere*, Williams recorre a Huber: “influência de *nobre* < *nobilis*.” Pergunta Serafim: e oris de *auris*, e **foce* de *fauce*? Eis a lição de Serafim da Silva Neto:

1.º O ditongo *-au-* manteve-se até o século X, só então evoluiu para *-ou-*.

Exemplos nos textos do latim bárbaro:

séc. IX (847) in Leite de Vasconcelos:

“*unus ad alios aut ipsa eclesia*”

(883) “*vendimus arbores fructuosas, sautos...*”

A forma ou em textos:

Séc. XIII: Notícia de Torto: “que oueru de seu pater”

Séc. XII: Testamento: “... assi como todo u outro herdamento”.

Serafim ensina que, a par das formas com ditongo *-au-*: *laudare*, *cauda*, *gaudere*, *audire*, *paupere*, *fauce*, existiram as formas monotongadas (*au* > *o*) de origem dialetal, influência úmbria onde encontramos toru por tauru.

Daí admitir Serafim as formas **lodare*, *coda*, **godire*, **odire*, **popere*, **foce*. Estas formas explicam as do português arcaico: *loar*, *coa*, *goir*, *oir* e, portanto, *pobre* e *foz*. São formas antigas do latim que não ocorreram em todas as palavras com o ditongo *-au-*.

Serafim cita exemplo de Festo: “*Orata genus piscis a colore auri dicta, quod rustici orum dicebant ut auriculas, oriculas*” (apud Fontes do Latim Vulgar, pág. 121).

Lembramos que o Appendix Probi já registrava *auris non oricla*.

Conclui Serafim: Já Meyer-Lübke ensinava:

A história do ditongo *-au-* mostra, de modo mui instrutivo, que as correntes dialetais que se manifestavam em Roma no princípio da nossa era não foram absorvidas pela língua geral. (*História do Latim Vulgar*, pág. 155,157).

Várias outras etimologias foram solucionadas por Serafim, através de critério científico, procurando, quando possível, abonação em textos ou correspondentes nas línguas românicas. É o caso da palavra cadeira da qual, em geral, os dicionários trazem uma evolução inconsistente, sem fundamentação científica.

Parece simples derivar cadeira de *cathedra*. Serafim procedeu a um estudo intenso, pesquisando alterações por que a palavra passou até chegar ao étimo correto.

Traçando-lhe o roteiro, Serafim diz-nos que *cathedra* passou a *ca-thetra* pela alteração do grupo consonantal -dr- a -tr-, fato ocorrido, por exemplo, em **taidros* > *taitros* > *taeter*, estando a forma *ca-thetra* documentada no *Fragmentum Muratonianum*, do século II d.C. Tal mudança explica-se por ser a terminação sentida como sufixo, assimilada, por exemplo, a *fenestra*.

De *catetra* surgiu *catecra* pela dissimilação t-t > t-c. Segundo Sommer, citado por Serafim, há exemplos dessa dissimilação tr > cr. *Catecra* já aparece em inscrições pompeianas, afirmação esta que devemos a Serafim da Silva Neto.

Portanto, a palavra cadeira representa a evolução de *catecra* em que, além da sonorização -t-> -d-, houve, aí sim, vocalização do fonema velar /k/.

Catecra explica, também, o it. *carrega*, o calabrês *catecra* (forma esta registrada no *Dizionario Dialettale Ter Calabrie*, de Rohlfs) e o veneziano *cade-gla*.

Meyer-Lübke no REW já registra *catetra* e *categra* e na Grammaire explica: “Mas o português cadeira e o espanhol cadera oferecem o mesmo tratamento que *integer* (> *integru*)”.

Conclui-se que Meyer-Lübke já admitia a evolução *cathedra* > *cate-tra* > *categra*, antecipando-se ao estudo de Serafim da Silva Neto.

É oportuno o estudo da origem da palavra lugar, que os dicionários teimam em tirá-la de *localis*, com -o- na primeira sílaba.

Já dissemos que o campo etimológico é tarefa árdua, requer, no caso da origem latina, um profundo estudo das várias camadas da linguagem corrente para a explicação de diversas palavras que têm desafiado a competência e a argúcia dos filólogos. É o caso da palavra lugar, cuja solução etimológica devemos a Serafim da Silva Neto.

No capítulo Subsídios para a reconstituição do latim corrente, da História do Latim Vulgar, pág. 124, Serafim nos dá um dos objetivos do conhecimento da história e da cultura das línguas: “indica algumas das tendências que se iam realizando, em graus diversos, de acordo com as condições e a educação dos grupos falantes, as épocas e os lugares”.

Diz-nos o grande filólogo que era tendência no *osco* o fechamento da vogal o a u (*dunum* por *donum*).

No *sermo rusticus* ocorria a mesma alteração fônica, como *lucus* por *lōcus*. Da base *lōcus* surgiu *localis*, enquanto *lucus*, *lucalis* é forma que explica o termo *lugar* em português, espanhol e asturiano. De *lucus* formou-se também *alugar*

(*ad + lucare*). Comprovando ser *lucus* forma documentada, Serafim cita Schuchardt (in *Der Vokalismus des Vulgärlateins*) e Seelman (in *Aussprache des Latein*), op. cit. pág. 149.

Também, diz-nos Grandgent que já em inscrições antigas, às vezes, se encontram formas com *u*, a par de *o*, exemplificando: *lucus*.

Outro estudo que mereceu a atenção de Serafim da Silva Neto foi o tratamento das consoantes geminadas.

Sabe-se que, na evolução do latim corrente para o português, as consoantes geminadas simplificam-se, como: *peccatu* > pecado, *caballu* > cavalo, *stuppa* > estopa, ao passo que as consoantes simples intervocálicas alteram-se pela sonorização ou pela síncope, como: *pacare* > pagar, *amatu* > amado, *salute* > saúde e, em alguns casos, permanecerá: *paucu* > pouco, *cautu* > couto, *calore* > calor por causas diversas.

Em muitas palavras do latim corrente, causas específicas alteram a forma original sem cujo conhecimento não se faz a correta evolução. É o caso da palavra *bruto*. Havia *brutu* tanto no latim literário quanto no latim corrente. Se a palavra em nossa língua adviesse de *brutu*, teríamos, certamente, *brudo*, em virtude da sonorização. Como explicar-se a linguodental surda? Eis o trabalho do filólogo, a importância do pesquisador.

Serafim da Silva Neto diz-nos: “Muitas palavras tinham duas formas de acordo com os dialetos latinos:

a) com vogal longa + consoante simples: *būca, pūpa, brūtu*;

b) com vogal breve + consoante dupla: *būcca, pūppa, brūttu*.

Observe-se o exemplo que ocorre no texto do *Satiricon*², de Petronio: “*Hodie non būccam panis invenire potui*”.

Mas a principal causa, que explica aquelas formas geminadas, nos dá Serafim da Silva Neto (apud Fontes do Latim Vulgar): “Na linguagem corrente ocorre geminação de caráter expressivo em várias palavras”. *Bruttu*, portanto, é o étimo de *bruto*, havendo, apenas, a simplificação da consoante geminada.

A mesma lição encontramos em Ernout-Meillet in *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, pág. VIII:

Il y avait aussi des mots de caractère “populaire”, reconnaissables à beaucoup de traits, vocalisme radical a gémination de consonnes intérieures, etc; ces mots ont souvent une valeur affective”. E ainda: “Le vocabulaire “populaire” est aussi instable que le vocabulaire aristocratique est permanent.

É oportuno lembrar a evolução do encontro consonantal -tl-. Sabemos que vários encontros consonantais em palavras do latim literário sofreram alterações na linguagem corrente, gerando em português um novo fonema, como é o caso

² Diaz y Diaz, Manuel C. – *Antología del Latin Vulgar*, Madrid, Editorial Gredos, 1950, pág. 18.

advindo da palatalização. Assim, o encontro -tl-, após a síncope da vogal postônica *vetulus* > *vetlus* na linguagem falada, foi alterado para -cl-: *veclus*, surgindo daí a forma do português velho.

É antiga a explicação de Tagliavini ³:

Il nesso tl, che già nel Latino preistorico era passato a cl (*potlom > poclom, poculum) mantenne la medesima tendenza anche nel Latino Volgare, quando venne a formarsi in seguito alla síncope di vocale atona, e così, come già si è accennato, tl nato da t'l, passa a cl (*vetulus* > *vetlus* > *veclus*). Questa tendenza è operante in tutto il Romanzo, anche in tempi posteriori.

Idêntica lição nos dá Serafim da Silva Neto⁴ :

O tratamento tl > cl, verificado no latim corrente, é velha tendência da língua. O Appendix Probi registra: *vetulus non veclus, vitulus non viclus, capitulum non capiculum*.

Cita-nos Serafim um exemplo do século V, quando o médico Marcelo Empírico recomendava o suco de ascla, palavra tirada de *hastula* (varinha, graveto). Dessa forma popular com o encontro -cl- recebemos a palavra *acha* (pedaço de madeira).

Creio que pudemos constatar, pelos exemplos apresentados, a importância do pesquisador, do etimologista, e o que a língua portuguesa deve ao eminente filólogo, Mestre Serafim da Silva Neto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRÉAL, Michele e Bally, Anatole. *Dictionnaire Étymologique Latin*, 5.^a ed., Paris, Librairie Hachette e Cie, 1902.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio, Editora Nova Fronteira, 1982.

DIAZ Y DIAZ, Manuel C. *Antología del Latin Vulgar*. Madrid, Editorial Gredos, 1950.

ERNOUT, A e Meillet, A. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. 3.^a ed., Paris, Librairie C. Klincksieck, 1951.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 1.^a ed., Lisboa, Editora Confluência, 1956.

MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches Etymologisches Wörterbuch, Heidelberg, Carl Winter*. Universitätsverlag, 1992.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 1.^a ed., Rio,

³ Tagliavini, Carlo – Le Origini delle Lingue Neolatine, terza edizione, Bologna, Casa Editrice Prof. Riccardo Pátron, 1959, pág. 201.

⁴ Fontes do Latim Vulgar, pág. 77.

1932.

_____. *Dicionário Etimológico Resumido*. Instituto Nacional do Livro, MEC, 1966.
SILVA NETO, Serafim da - Formação do Latim Corrente, Petrópolis, Tip. Patronato
Cruzeiro, 1941.

_____. *Fontes do Latim Vulgar*. Rio, 3.^a ed., Livraria Acadêmica, 1956

_____. *História do Latim Vulgar*. Rio, Livraria Acadêmica, 1957.

_____. *Manual de Filologia Portuguesa*. Rio, Livraria Acadêmica, 1952.

_____. *História da Língua Portuguesa*, 1.^a ed., Rio, Livros de Portugal, 1952.

TAGLIAVINI, Carlo. *Le Origini delle Lingue Neolatine*. 3.^a ed., Bologna, Casa
Editrice Prof. Ricardo Pátron, 1959.

VASCONCELOS, José Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. 3.^a ed., Rio de
Janeiro, Livros de Portugal Editora, 1959.

WILLIAMS, Edwin B. *Do Latim ao Português*. Rio, Instituto Nacional do Livro,
MEC, 1961 (traduzido por Antônio Houaiss).

APLICAÇÕES DOS ESTUDOS ESTILÍSTICOS

JOSÉ LEMOS MONTEIRO

(Prof. Titular da Univ. de Fortaleza, Prof. aposentado da UFCE e da UECE)

Não são de hoje as preocupações com os fatos de estilo. Basta conhecer um pouco as doutrinas desenvolvidas na antiguidade greco-romana para se perceber que muito do que se tenta compreender na atualidade já se encontra, e em geral bem fundamentado, nas obras dos filósofos Platão e Aristóteles, entre outros que se poderiam aqui citar. Várias ideias de Platão, como as que se referem no diálogo “Crátilo” à fascinante questão do simbolismo sonoro, têm contribuído para os modernos estudos estilísticos. E mais sólidas talvez sejam as teorizações de Aristóteles ao estabelecer, na Arte Retórica, os princípios para o uso expressivo da linguagem e ao analisar, na Arte Poética, a questão dos gêneros literários, inventariando as estruturas poéticas de seu tempo e classificando-as com precisão e objetividade.

Todavia, o marco divisório que vai em busca de uma delimitação das fronteiras da Estilística é atribuído a Charles Bally, discípulo de Saussure. Com suas propostas, passou-se a entender o fenômeno da expressividade como uma decorrência de motivações afetivas, cabendo então à Estilística investigar “a expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e a ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade” (Bally, 1951, p. 16 et passim).

Áreas de Aplicação dos Estudos Estilísticos

O ponto de partida para a formulação dessas ideias foi a convicção de que a finalidade da comunicação verbal não se restringe à simples transmissão de conteúdos conceituais ou intelectivos. Bally logo observou que o recorte imposto por Saussure deixava sem direito à investigação uma multiplicidade de fatos de ordem afetiva que fazem parte da constituição do significado. Por questões de ordem metodológica, Saussure concebeu o significado só em termos de “imagem mental” ou conceito, deixando de lado toda a gama de componentes afetivos, que viriam a ser eleitos por Bally como o objeto próprio da Estilística.

Dessa forma, validando o princípio de que a linguagem verbal é capaz de expressar aspectos da sensibilidade humana, os estudos estilísticos devem incidir basicamente em três vastos campos de aplicação: a) a linguagem em geral (os universais estilísticos); b) uma dada língua (a Estilística da langue); c) o sistema expressivo de um indivíduo isolado (a Estilística da parole).

Examinemos de modo bastante resumido esses três campos de aplicação.

Os Universais Estilísticos

O pressuposto da existência de universais estilísticos complementa a hipótese de que, embora haja divergências entre as línguas, existem elementos comuns a todas elas (os universais linguísticos). Já se repetiu indefinidamente o exemplo chomskiano de que, em qualquer idioma, para se produzir um número infinito de sentenças utiliza-se um conjunto reduzido de vocábulos e de regras gramaticais. Outro exemplo que se costuma citar consiste na dupla articulação da linguagem: as línguas conhecidas se estruturam na base de um nível não significativo de unidades (os fonemas) e de um nível superior, em que as unidades já passam a ter algum significado (os morfemas). Além dessa constatação, todas elas apresentam um número bem pequeno de fonemas e as oposições fonológicas que os distinguem são bastante limitadas.

Ora, assim como se tem procurado provar a existência de traços comuns a qualquer língua, talvez com maior razão se possa aplicar esse pressuposto à Estilística, uma vez que os fatores emotivos fazem parte intrínseca da vida humana e se transmitem, na maioria das vezes, pela linguagem verbal.

A Estilística da LANGUE

Segundo Coseriu (1987, p. 79), a Estilística da langue trata das variantes normais com valor expressivo-afetivo. Ou seja: o sistema linguístico se define pelas suas inúmeras possibilidades de realização na norma e, nesse esquema de escolhas, existem aquelas que podem ter uma função nitidamente expressiva.

Afirma-se, a partir desse fato, que cada língua tem seu próprio estilo, ostentando algumas grande riqueza no léxico, outras mantendo um elevado grau de redundância ou um ritmo e cadência melódica que permitem a produção de enunciados capazes de agradar mesmo a quem não os compreenda. Fala-se, por exemplo, que o francês é bem mais expressivo do que o inglês no aspecto de sonoridade das vogais.

Há estudiosos que julgam tais observações extremamente perigosas, podendo induzir uma espécie de preconceito linguístico, fundado na hipótese da existência de línguas ou dialetos inferiores. Nesse sentido, Malmberg (1979, p. 156) adverte que em si mesma uma língua não é nem mais clara, nem mais lógica, nem mais abstrata do que outra. Qualquer língua permite a expressão dos pensamentos, sejam estes claros ou confusos, lógicos ou estúpidos, abstratos ou concretos.

Todavia, de qualquer modo, é evidente que os sistemas linguísticos divergem quanto aos seus mecanismos de escolha. As possibilidades nem sempre são iguais. Em línguas como o português e o francês, o adjetivo tanto aparece antes como depois dos substantivos e, em certos casos, a escolha se dá por motivos de ordem expressiva, opção que não existe no inglês. A tradução literal quase sempre é impraticável, justamente por causa dos recursos que não são os mesmos nos níveis de estruturação linguística, incluindo o rítmico-sonoro.

A respeito dessa falta de correspondência entre diferentes línguas, bastante ilustrativos são os depoimentos de Curt Meyer-Clason sobre as dificuldades por que passou ao traduzir para o alemão o romance *Grande Sertão: veredas*. Uma de suas constantes preocupações foi a de preservar as aliterações e outros procedimentos rítmicos do estilo de Guimarães Rosa. Assim, em “feito flecha, feito faca, feito fogo” (Rosa: 1986, p. 296), percebendo que a tradução literal destruiria a imagem acústica presente na aliteração, preferiu ele modificar o significado original e criar nova motivação sonora dentro do mesmo campo semântico estabelecido pelo romancista. E o trecho se transformou em “wie der Welle, wie der Wille, wie der Wind” (Bussolotti: 2003, p. 157). Ou seja: “como a vaga, como a vontade, como o vento”.

É claro que, com essa ilustração, já estamos ingressando no campo da Estilística da parole (fala ou discurso) que, segundo Coseriu (1987, p. 79), estuda o valor particular que determinado recurso pode adquirir num texto específico produzido por um indivíduo. Mas todas as escolhas dependem do grau de recursos oferecidos pelo sistema. Como se poderia traduzir a expressão espanhola “el siglo de las siglas” sem perder o efeito que o trocadilho apresenta?

Se analisarmos bem, chegaremos à conclusão de que muitas das realizações presentes numa dada norma linguística se devem a um intuito expressivo. As ocorrências em português, interpretadas pelos gramáticos como exceções, são abundantes. Observemos uma simples regra de formação de palavras: para se produzir adjetivos derivados de substantivos, há disponíveis morfemas tais como o sufixo [-oso]. Temos, então: gosto > gostoso; calor > caloroso; forma > formoso; estilo > estiloso, etc. Seguindo essa regra, de medo teríamos medoso. É justamente aí que entra a questão da motivação do signo. O fonema /r/ inserido no derivado medroso se deve, sem nenhuma dúvida, a um apelo no nível sensorial, no sentido de conotar a sensação de tremer.

Desvios em qualquer nível linguístico não são raros. Assim, ainda recorrendo ao mecanismo de formação de palavras, para se produzir um verbo a partir de um nome, um dos recursos é o de acrescentar o sufixo [-izar]. É o que se verifica em: real > realizar; formal > formalizar; canal > canalizar, etc. Do adjetivo ridículo, de acordo com a regra, teríamos o verbo ridicularizar, que por algum tempo foi defendido intransigentemente pelos puristas. Ora, é inquestionável que a variante ridicularizar adquire maior força expressiva, em virtude dos valores sensoriais que o alongamento do vocábulo pode evocar.

Parece, pois, que a tese da arbitrariedade do signo não vale para todos os casos. E nesse ponto exato é que se distingue o significado estilístico do linguístico. Talvez porque o significado não se resume à ideia ou imagem mental, sempre se percebeu na prolação dos fonemas um certo poder de sugestão semântica. Esclarecer essa capacidade evocatória, identificar os níveis de atuação, discutir os processos de conotação tem desafiado todos os que procuram desvendar os aspectos que as motivações do estilo sugerem, pelo menos desde Bally.

A Estilística da PAROLE

O estilo como realização individual é o campo de atuação preferido dos estudiosos da Estilística. A noção de que a forma linguística sempre dá alguma coisa a entender, ou seja, que o como se diz é portador de significados, determina segundo Fix (2004, p. 41) a maneira pela qual o estilo é concebido atualmente. Fix ainda ressalta que é necessário considerar o discurso no contexto da sua produção e recepção, na situação social do seu uso e que é preciso focalizar as funções às quais ele serve. E Mainguenau (1996), citando Umberto Eco, insiste em que o objetivo do analista é então estudar a atividade cooperativa que leva o leitor a tirar do texto o que este não diz, mas pressupõe, promete, determina o preenchimento de espaços vazios, associando o que existe no texto com o resto da intertextualidade, de onde ele nasce e onde se fundirá.

O problema crucial consiste em saber o que em essência pertence apenas a alguém ou a alguma mensagem verbal, desde que qualquer manifestação linguística resulta de uma gama multivariada de fatores, como a intertextualidade, as influências do meio, da época, da estrutura linguística, etc. No caso de um escritor, se fosse possível realizar um levantamento completo dos aspectos que o identificam, sobriam poucos traços inconfundíveis de sua própria subjetividade. E assim chegaríamos a concordar com Bennison Gray (1974, p. 7-26), negando a existência do estilo, que nada seria senão uma mera hipótese, jamais comprovada empiricamente. Tudo, portanto, sugere que, se os fatores de ordem histórico-cultural não podem ser desprezados, a extensão do conceito de estilo deve ficar muito além do indivíduo enquanto personalidade única.

Apesar disso, o enfoque dos estudos estilísticos, por sua própria definição, tem procurado concentrar-se nos traços que caracterizam o discurso compreendido como utilização da língua por alguém numa dada situação. Em se tratando de texto literário, é inegável, por exemplo, que, se um leitor conhece bem as obras de Machado de Assis, ao lhe apresentarem uma página escrita sem o nome do autor, ele afirmará corretamente que se trata ou não de um texto machadiano. Agora, com a internet, inúmeras mensagens circulam como se fossem de escritores consagrados e, quem tem um pouco de leitura, logo percebe o engodo, em razão das marcas de estilo.

Houve uma fase em que se defendeu a ideia de que o texto literário não deveria ser objeto da Estilística, uma vez que o escritor faz da língua um emprego voluntário e consciente, determinado por uma intenção estética, nisto se distanciando do falante comum que a usa de forma bem mais espontânea. Mas esse argumento se tornou falho pela sua própria formulação. Com efeito, se o escritor faz da língua um emprego voluntário e consciente, não é por esse aspecto que sua produção deve ser excluída do escopo da Estilística. Antes, é exatamente por isso que ela deve nele ser incluída. O argumento teve assim sua formulação invertida, quando Marcel Cressot (1980, p. 15) percebeu que a obra literária constitui por excelência o domínio da Estilística, precisamente porque a escolha aí é mais voluntária e consciente.

Nesse campo, a Estilística tem contribuído sobejamente para a análise ou crítica literária, atuando em múltiplos setores, desde a identificação de autoria de textos até os julgamentos axiológicos, embora com frequência estes se desviem para o puro impressionismo.

A respeito da identificação da autoria de textos, há casos que se tornaram célebres. Um deles se refere às Cartas Chilenas, conjunto de poemas escritos em versos decassílabos que circularam anonimamente em Vila Rica, entre 1787 e 1789. Trata-se de uma obra satírica, na qual um morador de Vila Rica condena a corrupção e as irregularidades do Governador Luís da Cunha Menezes (o Fanfarrão Minésio). Os poemas permaneceram inéditos até 1845, justificando-se o anonimato em função do contexto histórico. Por muito tempo, sua autoria foi discutida, tendo sido apontados como seus possíveis autores os inconfidentes Tomás Antonio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto. A dúvida só foi devidamente esclarecida após estudos comparativos de diversos estudiosos, entre os quais Rodrigues Lapa, quando então se concluiu que o verdadeiro autor é Tomás Antônio Gonzaga.

Ainda sobre a questão da autoria de textos, cumpre ressaltar que certas conclusões não podem ser tidas, pelo menos no estágio atual, como absolutamente verdadeiras, sendo respaldadas muito mais pelas crenças ou convicções de caráter religioso do que por métodos de cunho científico. O caso das obras ditas psicografadas é bastante ilustrativo. No Brasil, o exemplo mais notável é, sem dúvida, o de Francisco Cândido Xavier, cuja produção já foi objeto de algumas pesquisas, como a de Alexandre Rocha, que analisou obras psicografadas pelo médium e atribuídas ao espírito de Humberto de Campos. Essas obras obtiveram grande sucesso de público e, até por isso, em 1944, a viúva do escritor maranhense, Catarina Vergolino de Campos, entrou com uma ação judicial contra o médium e a Federação Espírita Brasileira. Ela solicitou que o Ministério Público julgasse se os livros psicografados eram de fato de autoria de seu falecido marido e, sendo confirmada esta hipótese, se os herdeiros teriam ou não direitos autorais sobre tais obras (Rocha: 2001, p. 13).

É evidente que o assunto fascina e o material existente permite investigações de toda espécie, válidas enquanto esforço de reflexão e de busca da verdade. O método de cotejar versões e comparar traços estilísticos parece bastante adequado e até seria interessante pensar na aplicação de testes estatísticos por meio dos quais se obtivessem algumas inferências. O problema, porém, é que aí entra em jogo, conforme já ressaltamos, a questão da crença e do ceticismo. Para além do nosso mundo observável, a ciência ainda não pode dar respostas aceitas universalmente.

Considerações Finais

Em suma, as aplicações dos estudos estilísticos são múltiplas e podem ser enquadradas nas três áreas aqui examinadas. A grande dificuldade de delimitação passou a existir após a reviravolta linguístico-pragmática. Com efeito, se a LINGUÍSTICA atual se norteia cada vez mais em função da análise de textos e se a

ESTILÍSTICA se volta para o aproveitamento ou utilização dos métodos linguísticos, como será possível distinguir os dois ramos de conhecimento?

Uma resposta a essa indagação poderia ser dada nos seguintes termos: enquanto a pesquisa do estilo se concentra primordialmente nos discursos de feição estética, o objetivo da LINGUÍSTICA é mais abrangente nesse aspecto, uma vez que se orienta no sentido de caracterizar as propriedades inerentes aos textos em geral. Weinrich (1981) estabelece outra distinção: a ESTILÍSTICA investiga os usos expressivos de determinados elementos num texto específico, ao passo que a LINGUÍSTICA descreve o funcionamento deles em qualquer discurso, real ou possível.

Seja como for, o que se percebe é que cada vez mais tênues e flu tuantes se tornam as fronteiras que limitam a área da ESTILÍSTICA. Há estudiosos segundo os quais se deve considerar o estilo no contexto da sua produção e recepção, bem como na situação social do seu uso, focalizando as funções às quais ele serve. O pressuposto de que a forma de um texto é capaz de veicular significados determina essa concepção do estilo, não mais visto apenas como uma realização individual mas como portador de significado social.

Intuímos, porém, que um mesmo objeto de estudo pode ser do interesse de diferentes disciplinas, sem que uma necessariamente anule as demais, uma vez que o analisam por ângulos distintos. Se não entendermos assim, diremos que uma área como a SEMÂNTICA não tem mais nenhum sentido depois que a PRAGMÁTICA formulou novos princípios para a compreensão do significado. Julgamos ao contrário que, se o estilo passou a ser um foco de atenção da SOCIOLINGUÍSTICA ou da PRAGMÁTICA, isto não deve invalidar, sem mais nem menos, todos os esforços feitos pela ESTILÍSTICA para a caracterização do texto literário. As contribuições de qualquer área do conhecimento humano devem ser aceitas e incorporadas, mas sem perder de vista a trajetória a ser seguida. cremos que, apesar das constantes interferências, a ESTILÍSTICA não foi alijada de seu território. E seu objeto ainda deve continuar sendo aquele que Bally (1951) definiu desde o início: “expressão dos fatos da sensibilidade pela linguagem e a ação dos fatos de linguagem sobre a sensibilidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1976.

BALLY, C. (1951). *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck.

COSERIU, E. (1987). *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença.

CRESSOT, M. (1963). *Le style et ses techniques*. 5. ed. Paris: Press. Univ. de France.

FIX, U. (2004). Stil gibt immer etwas zu verstehen. Sprachstile aus pragmatischer Perspektive. In: Der Deutschunterricht. Heft 1/04 : 41-50.

- GRAY, B. (1974). *El estilo: el problema y su solución*. Madrid: Castalia.
- MALMBERG, B. (1979). *Le langage, signe de l'humain*. Paris: Picard.
- MAINGUENEAU, D. (1996). *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes.
- MONTEIRO, J. L. (2009). *A Estilística: manual de análise e criação do texto literário*. Petrópolis-RJ: Vozes
- . (2004). *Pragmática e estilística: alguns pontos de interseção*. Revista de Letras, Fortaleza, v. 26, n. 1/2, p. 16-20.
- . (1998). *Métodos estilísticos para análise de textos*. In: Anais do II Fórum de Estudos Linguísticos, Rio de Janeiro.
- PLATON (1969). *Œuvres complètes: texte établi et traduit par Louis Méridier*. Paris: Les belles lettres, t. V.
- ROCHA, A. C. (2001). *A poesia transcendente de “Parnaso de além-túmulo”*. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: UNICAMP.
- ROSA, J. G. (2003). *João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: ABL; Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- . 1986). *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SAUSSURE, F. de (1949). *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- WEINRICH, H. (1981). *Lenguaje en textos*. Madrid: Gredos.

A ESTILÍSTICA DA “LANGUE”, SOB A PERSPECTIVA DE TRÊS FUNÇÕES FUNDAMENTAIS DA LINGUAGEM¹

José Mario Botelho (FFP-UERJ e ABRAFIL)

Introdução

A partir da conceituação de Estilística nos moldes propostos pelo linguista suíço, Bally (1926), e que Câmara Jr. (1978) adotou, por considerar a base verdadeiramente sólida dos estudos de Estilística, podemos constatar que a linguagem não possui apenas a função representativa da língua, mas sim, três: representação mental, exteriorização psíquica e interação social, como esclarece Bühler (Apud CÂMARA JR., *ibidem*, p. 10-1).

Essas três funções da linguagem, que estão diretamente ligadas aos estudos da langue saussuriana, respaldam a denominação de Estilística da “Langue”, defendida por Câmara Jr. Ou seja, além do sistema representativo (parte intelectual) a língua apresenta um sistema de contrastes emocionais, que decorrem da efetivação da língua por parte dos indivíduos falantes, o estilo (parte afetiva).

De fato, o estilo é parte inerente da língua, que é um sistema constituído de todos os usos discursivos possíveis. Logo, a língua, como um amplo sistema de possibilidades linguísticas, contém uma face intelectual (a que Saussure se limitou em seus estudos) e outra não intelectual ou expressiva, constituindo os dois polos da representação mental e da expressão psíquica na efetivação da interação social.

Língua, linguagem e as três funções fundamentais da linguagem

Câmara Jr. considera ser a conceituação nos moldes de Bally a base da Estilística, já que ela consegue atingir o cerne do assunto. Daí, ter ele defendido a ideia de uma Estilística da “Langue”, uma vez que a conceituação proposta por Bally gira em torno da langue saussuriana.

O eminente mestre brasileiro ressalta, primeiramente, que a língua, segundo conceituação de fundamentação saussuriana, baseia-se na função representativa, posto que faz referências à estrutura, ao esquema e ao padrão da língua em si. Logo, não constam nesse conceito de língua as outras duas funções, a que Bühler (1934) faz alusão, a saber, a manifestação psíquica e o apelo. Tais funções são não representativas. Assim, a concepção de língua em Saussure constitui a função intelectual para Câmara Jr., que junta tal função àquelas outras duas não intelectivas,

¹ Comunicação feita no Congresso Internacional de Língua Portuguesa, Filosofia e Literaturas de Língua Portuguesa da ABRAFIL, 2007.

compondo o que considera ser a Estilística da “Langue”, já que ao lado de um sistema intelectualivo atua um sistema de expressividade ou de estilo (contraste emocional em relação ao que é intelectualivo e não, tão somente individual ao que é coletivo, o qual se dá em consequência da manifestação psíquica e do apelo).

Posto isto, pode-se dizer que o estilo também pertence ao sistema da língua, como um sistema amplo e complexo de possibilidades linguísticas, composto de elementos intelectivos e emocionais. Daí, a proposta de Câmara Jr. no que se refere aos estudos da langue: uma Linguística em termos de estudos do sistema representativo da língua em si e uma Linguística do Estilo (ou Estilística) em termos de estudos do sistema de expressividade.

Portanto, a linguagem possui três funções fundamentais: representação mental, exteriorização psíquica e interação social (apelo).

Compreende-se por representação mental o fato de o ser humano poder demonstrar a sua compreensão das coisas que o cercam, ou seja, do mundo em que vive. Em consequência disso, uma vez que essa impressão que o cerca sempre lhe exige uma reação, todo ser humano normal sente a necessidade de exteriorizar seus pensamentos, seus estados de espírito, o que representa a sua expressão do que lhe vai na alma.

Logo, compreende-se por exteriorização psíquica o ato de exprimir o pensamento. E o ser humano exprime o que pensa principalmente com o objetivo de se fazer compreender e, assim, participar com o(s) outro(s) da vida em comum, ou seja, efetivar a interação social.

Compreende-se por interação social, por conseguinte, o fato de o ser humano estar integrado em uma comunidade, na qual o ato de suggestionar é recíproco entre os seus membros.

Conceito de Estilística

Segundo Câmara Jr. (1985, p. 110), é a “disciplina que estuda a expressão em seu sentido estrito de EXPRESSIVIDADE (grifo do autor) da linguagem, isto é, a sua capacidade de emocionar e suggestionar”.

Como se pode depreender da conceituação acima, o elemento de estudo da Estilística é a linguagem afetiva. E sendo a linguagem um instrumento de intercâmbio social numa dada comunidade, como foi dito anteriormente, cabe à Estilística estudar a expressividade das formas linguísticas no seu papel de facilitadores da comunicação entre os membros de tal comunidade. Isto é, a Estilística se preocupa com a capacidade que o homem tem de transmitir emoções e suggestionar os seus semelhantes.

O fenômeno de transmissão de emoções e de interagir com o outro, suggestionando-o e se deixando suggestionar por ele, se dá por meio de processos fônicos, seleções de vocábulos, associações significativas e construções sintáticas, que se associam, respectivamente, aos estudos estilísticos denominados Estilística Fônica

(ou Fono-Estilística), Estilística Morfológica ou Léxica (ou Morfo-Estilística), Estilística Semântica e Estilística Sintática, as quais não serão estudadas neste artigo, por ser um estudo de maior abrangência e requerer, por conseguinte, maior espaço.

A nova Estilística ou Estilística da Langue

Modernamente, mais precisamente nesse século XX, com o desenvolvimento dos estudos em Estilística de Bally, a partir do seu conceito da langue saussuriana, a Estilística é a parte dos estudos da linguagem que se preocupa com o estilo.

Porém, entende-se por estilo uma personalidade em termos linguísticos e não uma personificação em termos de individualidade. Ou seja, o estilo é o conjunto de processos que fazem da língua como um sistema complexo, que se efetiva em cada falante, meio de exteriorização e apelo.

Logo, o que advoga o linguista suíço, corroborado por Câmara Jr., é uma Estilística da “Langue”, já que seu objetivo “é o balanço dos processos expressivos (“efetivos” (sic) para Bally), em geral, de uma língua, independentemente dos indivíduos que dela se servem” (Apud CÂMARA JR., 1978). Convém observar que, nesse fragmento do prefácio assinado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, aparece a palavra “efetivos”, em vez de “afetivos”, que me parece ser mais apropriada. Por estar grifada e entre parênteses, pode ser que o autor a tenha transcrito *ipsis literis* de outro texto.

Urge lembrar que a língua, segundo o conceito saussuriano, era concebida em termos linguísticos, ficando de fora a manifestação psíquica e o apelo, os quais são funções emocionais - não intelectivos.

Na Estilística da “Langue”, o estudo linguístico é mais amplo e consiste em considerar, além de um sistema de fundo intelectualivo (a que se restringiu Saussure e se restringe a Gramática) um sistema de expressividade incontestável por já fazer parte de uma língua como sistema complexo.

Estilística e Gramática

Considerando a Estilística da “Langue” como foi apresentada anteriormente, não é a oposição entre o individual e o coletivo que caracteriza o estilo, mas sim a diferença facilmente perceptível entre o emocional e o intelectualivo.

Portanto, a diferença entre Estilística e Gramática está na delimitação daquilo que aparentemente é o objeto de estudo de ambas - a língua. O objeto de estudo da Gramática é a língua intelectualiva (ou a parte intelectualiva da língua), enquanto o objeto de estudo da Estilística é a língua afetiva (ou a parte afetiva da língua) ao par da língua intelectualiva.

Isto é o mesmo que dizer que a língua como sistema complexo abrange o intelectual e o afetivo, e que a Estilística não nega a Gramática, mas a complementa, uma vez que a esta cabe estudar e registrar os fatos da língua geral ou padrão, normatizando-a e estabelecendo regras para o seu uso oral e escrito, e àquela, os traços não coletivos do sistema e manifestações psíquicas da linguagem, que são transpostos para o plano da emoção e da vontade expressiva do indivíduo.

Estilo

Generalizando, o estilo é a maneira típica pela qual cada usuário de uma dada língua se exprime linguisticamente, o que o torna individual em função de sua linguagem. Nesta ótica, o que ocorre é que cada usuário faz, muitas vezes inconsciente, uma escolha entre as possibilidades de expressão oferecidas pela sua língua e que lhe são familiares, ou melhor, possibilidades de expressão que compõem a sua competência linguística.

Porém, racionalizando, o estilo decorre realmente do impulso emotivo de cada indivíduo e do propósito, às vezes consciente, de suggestionar o outro, como se ele fosse um criador daquela linguagem utilizada. Mas não deve ser confundido com linguagem própria e especificamente individual, como se fosse um idioleto (que por questões óbvias, não existe, já que ninguém cria uma linguagem por si só e para si só). Mesmo se um indivíduo conseguisse se expressar por traços gramaticais excepcionais sem o intento de expressividade, não seria estilo, seria o que a Linguística denomina idioleto.

Na linguagem literária, o estilo é muito importante, já que neste caso os processos estilísticos se encontram a serviço da obra literária. Resulta-se daí um confronto entre a norma padrão e a expressividade artística, e desse confronto se observam vários desrespeitos da norma linguística (para os puristas) ou vários efeitos literários em detrimento da norma (para os literatos).

Estilo ou Traços Estilísticos e Erro Gramatical

Como o estilo constitui basicamente o impulso emotivo de cada indivíduo e o propósito de suggestionar o outro, na linguagem de cada indivíduo poderão ser observadas certas particularidades expressivas.

O conjunto de particularidades da língua afetiva, que é o sistema expressivo, denomina-se traços estilísticos.

Na linguagem literária, em que os processos estilísticos se encontram a serviço da obra literária, esses traços estilísticos normalmente são confundidos com erros gramaticais, já que o confronto entre a norma padrão (elementos da língua intelectual) e a expressividade artística (elemento da língua afetiva) normalmente se dá.

Porém, traços estilísticos, que são numerosos e muitos deles ainda carecem de estudos, não devem ser considerados erros gramaticais. Por isso, convém explicitar quando e como uma particularidade linguística constitui um traço estilístico.

Do que já foi visto, pode-se depreender que, quando um indivíduo se utiliza uma dada expressão linguística (palavra ou frase) com intento expressivo, o faz com estilo, o que constitui o traço estilístico.

Assim, não se deve entender que o estilo constitua uma negação da norma padrão de uma língua, e, portanto, não se pode confundir traço estilístico com erro gramatical. Aquele deve ser considerado um desvio intencional da norma gramatical; esse, um desvio sem qualquer intenção estética. Ou seja, embora ambos se desviem da norma gramatical, traços estilísticos são aceitos, inclusive pela Tradição Gramatical, e constituem objeto de estudo da Estilística, enquanto erros gramaticais não são aceitos, mormente pela Tradição Gramatical, e devem ser evitados (Fato questionável, se se considerarem os estudos de Linguística ou, mais precisamente, sociolinguísticos.).

Considerações finais

O objeto de estudo em si da Estilística é a língua, isto é, todos os domínios de um idioma, já que todos os fenômenos linguísticos (desde as unidades mínimas concorrentes - os fonemas - até as construções sintáticas mais complexas) são importantes para o estudo que pretende ser completo no âmbito da expressividade, pois em todos os fatos da língua se pode manifestar a sensibilidade humana.

Apesar de a Estilística priorizar a parte afetiva da língua (ou a linguagem afetiva), não deixa de estudar a parte intelectual da língua (ou a linguagem intelectual), uma vez que elas não existem independentemente. Por isso, os estudos estilísticos se dizem completos, pois se efetivam nas relações recíprocas de ambas (intelectiva e afetiva) e se especializam no como e no porquê da expressão resultante de tais relações, o que justifica a denominação Estilística da “Langue”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, Charles. *Le Language et la Vie*. Paris: [s.n.], 1926.
- BÜHLER, Karl. *Sprachtheorie*. Iena, 1934.
- CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 12. ed., Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Contribuição à Estilística Portuguesa*. 3. ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- _____. *Dispersos. Considerações sobre o estilo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. (p. 133-41)
- DISCINI, Norma. *O estilo nos textos: história em quadrinho, mídia, literatura*. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2004.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em Prosa Moderna*. 14. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

LAPA, Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1984.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MONTEIRO, José Lemos. *Fundamento da Estilística*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

ULLMANN, Stephen. *Semântica; uma introdução à ciência do significado*. Tradução de J. A. Osório Mateus. 5. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

LEODEGÁRIO: PROFESSOR, FILÓLOGO, ENSAÍSTA, CONTISTA E POETA

Luiz Cesar Saraiva Feijó
(UERJ, UFF, ABRAFIL)

Leodegário foi meu professor, na UERJ. Formei-me em Letras Clássicas, 1960. Ele me ensinou muitas coisas. Literatura Portuguesa, Teoria Literária, Análise Textual, Análise Literária, Análise Linguística, Análise Estilística e muito mais. Ensinou-me a ser também professor. Quando terminavam as aulas, saíamos conversando sobre o assunto desenvolvido em sala e muitas outras coisas. Eu e o Antônio Malveira, entre outros colegas de Curso, estávamos sempre conversando com o Professor Leodegário, no pátio do novo prédio da UERJ, na Rua do Bispo. Às vezes iamos juntos à casa do Professor Joaquim Ribeiro, ali perto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Rua Caruso, quase esquina da Rua Haddock Lobo.

Uma vez, nós três fomos a pé, da Faculdade até a Praça da Bandeira, para assistirmos ao último comício, no Rio, da campanha de Jânio Quadros à Presidência da República. Conversávamos sobre tudo. O mestre dava muita atenção aos seus alunos e nunca deixava de responder às perguntas de qualquer tipo, mesmo as mais redundantes. Sua casa sempre estava aberta aos amigos e sua vastíssima biblioteca nos apontava as mais significativas obras, tirando nossas dúvidas e colocando-nos a vontade de adquirir todos os livros constantes das bibliografias recebidas pelos professores de todas as disciplinas de nosso Curso.

Imitamos o Professor, dentro de nossas possibilidades e também construímos nossas bibliotecas. Educar pelo exemplo e socializar pelo envolvimento. Assim, frequentamos seu apartamento do Humaitá, no Largo dos Leões, e depois na Lagoa, na Avenida Eptácio Pessoa. Neste último, o professor morou o maior período de tempo de sua vida. Lá, as festas eram memoráveis! Lá, nos reuníamos até altas horas da madrugada escrevendo livros. O mestre nos ensinou a produzir textos e a publicação dos livros em co-autoria foi significativa. Escrevemos juntos muitos livros didáticos. Leodegário sabia como motivar o aluno e com a Didática Especial da Língua Portuguesa conseguiu seu primeiro prêmio específico: uma viagem a França, para especialização.

No campo editorial, Leodegário tinha muitos amigos sinceros, mas as exceções se aproveitaram de sua pureza de espírito e honestidade, porque o mestre nunca deixou de acreditar nos homens, julgando-os sempre, a prova em contrário, pessoas de bem. A todos julgava pelo seu caráter reto e ilibado. Então, pior para as exceções, aproveitadores do efêmero, que perderam a maravilhosa oportunidade de se relacionar dignamente com um homem probo. Por isso mesmo passarão às nossas histórias de vida

como pulhas oportunistas.

Leodegário amava os livros e os pássaros. Um dia, fomos a um subúrbio distante do Rio de Janeiro atrás de um ovo, talvez o resultado do cruzamento de um tiziu, um pássaro miúdo e preto, com uma canária rouler cinza. Leodegário, canaricultor de carteirinha tentava conseguir, em cativo, um canário negro, inédito na natureza. Desse seu “hobby” favorito aos estudos linguísticos sempre se comportava com método e disciplina, instrumentos indispensáveis à pesquisa.

O Professor foi um pesquisador emérito. Dos textos quinhentistas ao poema-processo, dos primórdios de nossa literatura, das cantigas trovadorescas, até o verso moderno, sempre procurou o enfoque e a teoria certa para justificar uma hipótese literária, linguística ou filológica. Foi assim com a lírica de Camões. Com a morte precoce do jovem pesquisador dessa área, Emmanuel Pereira Filho, falecido em 1968, Leodegário assumiu com a comunidade acadêmica o compromisso de continuar esse árduo e difícil trabalho investigativo. Foram anos e anos de estudos, até receber o convite da Casa da Moeda de Portugal para a publicação de sua pesquisa sobre a Lírica de Camões. Foram publicados oito volumes, verdadeiras preciosidades no âmbito da crítica textual e filológica, sempre aplaudidas pelos especialistas internacionais, com significativos e abalizados comentários em jornais e revistas de todo o país e do mundo inteiro. Deixou, no entanto, incompleta sua pesquisa, que dizia ser infundável...

Leodegário era um homem muito atencioso e prestativo. Quando o assunto era cultura humanística, aí mesmo é que ele se desdobrava em tentar resolver as dúvidas de seus alunos, que logo se transformavam em amigos. Assim, muito educado, sempre acreditando em todos aqueles que dele se aproximavam, sem maldade no coração, não discriminava ninguém e sempre solícito a qualquer indagação, não me espantou a imensa atenção que dispensou a um pobre homem, um pedinte, meio louco, que pedia esmolas no pátio da Faculdade e que entrara pelo portão daquele novo edifício da nossa EURJ, sempre democraticamente aberta a todos, numa época de pouca ou quase nenhuma violência. O cidadão o abordou com uma estranha conversa. Foi há muitos anos e eu nunca mais esqueci. Um diálogo bastante surrealista:

HOMEM - Eu tenho um azul. Você quer? Está dentro de minha mão!

LEODEGÁRIO - Quer o quê ? Não entendi bem!

HOMEM - Um azul! É lindo!

LEODEGÁRIO- Não, companheiro, obrigado, hoje eu não quero esse azul!

Para Leodegário, todos eram “companheiros”. Era como ele designava o seu próximo, o seu interlocutor, de maneira afetiva, pelo significado etimológico desse termo e não pelo sentido popular, hoje muito em voga e vulgarizado.

De um inusitado encontro e de um diálogo inesperado, Leodegário tirava sempre um mote para sobre ele transfigurar a realidade. Disse-me que iria refletir sobre aquele diálogo e o transformaria talvez em poesia... Não conversamos mais sobre o fato. Muitos anos depois, ao ler um conto seu, percebi que nele poderia estar a promessa concretizada da transformação daquele azul, já quase desbotado pelo tempo, numa outra realidade, agora transfigurada, com um novo significado, logo, poesia.... Não sei ao certo se isso aconteceu em Sumarina, mas muito tempo depois, quando li esse conto, lembrei-me também de um verso de Augusto dos Anjos, que tecia o emaranhado Lamento das Coisas, e se prostrava “no rudimentarismo do Desejo”... Confesso. Quase tive certeza!

Todos conhecem o Leodegário filólogo, teórico da literatura, especialista em Luís de Camões, professor de Língua Portuguesa, pesquisador da métrica e do ritmo de nossos mais significativos poetas, mas poucos conhecem a sua acurada sensibilidade para criar o belo. Leodegário esteticamente criou significativos textos poéticos, sendo premiado, inclusive, em concursos literários, como, por exemplo, um, do qual também participei promovido por Gilson Amado, nos idos de 1964. O Leodegário de Sumarina, que teve três edições recentes, já estava presente no Leodegário de O Pente Branco, publicado na década de 60.

Sumarina é um conto de Leodegário A. de Azevedo Filho, com edições em 1991, 1998, 2003 e prefácio-poema de Jane Maleck. Como o próprio autor o caracteriza, trata-se de um ensaio filosófico ou ficção-ensaio. Seu discurso atua na intersecção entre a filosofia e a ficção literária, um entre-lugar, abrangendo os discursos ideológico, onírico e literário. O conto é dedicado à memória de Clarice Lispector e de Vergílio Ferreira, seus amigos que partiram muito cedo.

Leodegário processa a narrativa com uma sequência de indagações. Perguntas que serão ou não respondidas, mas responsáveis pelas argumentações filosóficas, em todos os macrointervalos de acontecimentos que giram em torno da relação sujeito-tempo-espço, contida na urdidura da enunciação lírico-dramática do conto. Aliás, o conto inicia com a pergunta “Que devo escrever nesta folha em branco?”

A conferência a ser escrita é o “Leitmotiv” encaminhador das reflexões filológicas, semiológicas e estético-ficcionais que denunciam um discurso acadêmico, proporcionando a teorização desses conteúdos, sem engajamento com a teoria do discurso literário, o que poderia acontecer, pela formação doutoral do autor, nessas questões que envolvem os estudos das Letras, do Humanismo e das Artes. O diário é o contraponto, responsável pelas articulações filosóficas e psicanalíticas, mas ambos, diário e conferência, denunciam uma realidade: a profunda sensação de amargura e felicidade ao mesmo tempo, face à existência, como foi prenunciado acima.

O diálogo que o autor estabelece com o leitor desenvolve seu pensamento sobre as coisas tristes e alegres da vida. É o desencadeador da vereda filosófico-ideológica:

“Estaria o absoluto no homem ?”; “O homem é um ser pensante ?”; “Quid est veritas ?”; “A verdade estaria na palavra escrita ?”; “Quem disse que o olho, que vê tudo, não se vê, estaria certo ?”; “E a morte não seria uma libertação ?”; “Para o homem, também haveria liberdade numa prisão ?”; “Será que o homem pode viver sem liberdade, ou só com a liberdade de amar, como o meu canário ?”; “Saberia ele do silêncio que dorme no seio de cada palavra ?”; “Que será erro essencial para um advogada ?”; “A verdadeira felicidade não é sempre clandestina ?”; “Não dizem que o homem existe para a morte ?”; “Deus não é contra o ódio nos corações humanos ?”; “Saberia a flor do trabalho oculto das raízes, no fundo escuro da palavra ?”; “A lágrima não é um encontro do ser consigo mesmo ?”; “Não é visível apenas o que tem cor ?”.

A escritura do conto costura o real (memorialismo/conferência) com a fantasia (imaginário/diário), numa atmosfera sinestésica, onde as palavras têm cores e sons, construindo o texto do conto, “input” da vida. As palavras têm sons, mas “o silêncio é a plenitude da palavra”. E as antíteses vão surgindo com as grandes discussões metafísicas. Surgem entre a fala do autor e sua personagem: “Só a verdade salva, jamais o erro”; “- Só o erro salva”. E a angústia em produzir o texto da conferência, misturada à ansiedade na produção de argumentações teóricas e filosóficas, faz surgir, pela visão da morte (no matadouro à beira da estrada), a grande antítese em Sumarina: tensão entre a vida (“Porque existe sumarina dentro de tudo o que tem vida”) e a morte. Leodegário coloca na boca da personagem Regina, filha do narrador onisciente, o texto mais filosófico e vigoroso do conto: o texto da sumarina, mesclado de denotações e conotações:

“- Você se lembra daquele dia em que passamos por um matadouro, à beira da estrada? Foi lá que eu vi, pela primeira vez, a sumarina. -Mas o que é sumarina - indaguei. E ela: - Sumarina é aquilo que eu vi dentro dos olhos de cada boi que ia morrer, pois todos sabiam que iam morrer. Olhe, nós temos sumarina dentro da gente. Por que razão tudo o que tem vida não quer morrer ? - Porque existe sumarina dentro de tudo o que tem vida. Já reparou bem numa ostra, quando a gente pinga uma gota de limão nela ? Pois bem, a sumarina está dentro da ostra que se contrai toda. E só assim sei que ela está viva.....”

Esse contraponto, que aí aparece, pertence à fantasia. Já ao real per-

tence ao personagem Roberto, tingida de significativos elos de verossimilhança com a realidade circundante, vivenciada pelo autor.

O conto, portanto, apresenta, sob este aspecto, onde memorialismo e imaginário se misturam uma conotação simbólica, próximo ao discurso onírico da psicanálise, pois o símbolo, como diz Roland Barthes, é aquele traço de linguagem que desloca o corpo e deixa entrever outra cena, que não é a da enunciação tal como acreditamos lê-la.

Quanto ao ritmo, relação tempo/ação, o autor trabalha como se tivesse o poder de medir, “a priori”, a expectativa do leitor, pois o acelera (o ritmo) após os acontecimentos do Tribunal do Júri, precipitando um final reflexivo. Por sabermos que o que fundamenta o texto não é uma estrutura interna fechada, mas o desembocar do texto em outros textos, em outros códigos, em outros signos, percebe-se no conto Sumarina, de Leodegário A. de Azevedo Filho, a presença significativa do intertextual: “Em seguida, tudo será passado a limpo, para o olho da primeira leitora de tudo o que escrevo”. Machado também se dirige a leitoras hipotéticas. O conto Sumarina passa antes por modalidades inéditas de textualização, como entrar e sair de vários contextos de sua grande escritura, num vai e vem estilístico de significativa expressividade. Serve para exemplificar a seguinte passagem:

E volto ao diário, mais uma vez deixando a conferência de lado. Minha filha continua a viver com o padre Tomás da Ribalta e são felizes, ao que nos consta. Diz sempre que a verdade seria muito pequena, se fosse do tamanho dela. Roberta mora com a sua religião, a mesma religião que o padre Tomás da Ribalta desprezou. Comunga aos domingos e reza pelos dois: por ela e por ele. Quem seria esse ele? Seria o padre Tomás ou seria o próprio Roberto? Não sei, nem vou apurar nada.

O conto termina em atraente reflexão filosófica, numa angustiante busca pela verdade. Verdade que só pode ser encontrada na alma do poeta que criou personagens fortes, sensíveis e misteriosas. Verdade que também pode se perceber nas metáforas que transformam esferográficas azuis e papel branco em espaços siderais, em constelações de astros de incomensurável grandeza, com a gravidade e a gravitação ordenando mundos tão distantes, e ao mesmo tempo tão dentro de nós, mas não se sabe o que são, não se sabe o que é, não se sabe onde estão...

- Quid est veritas ?

Leodegário Amarante de Azevedo Filho está vagando no infinito espaço sideral do Criador. Agora ele aceitou, depois de muitos anos de vida intelectual honesta e exemplar, aquele AZUL lhe oferecido, ao acaso, por um esmoler, que foi tratado com respeito, consideração e chamado de companheiro. Leodegário dialogava com o absurdo e dele retirava poesia.

DIALETAIS DO ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE

Luísa Galvão Lessa
(Professora Visitante Nacional Sênior CAPES/UFAC)

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma contribuição ao Atlas Etnolinguístico do Acre-ALAC. Com esse propósito, faz-se um levantamento da linguagem de homens e mulheres envolvidos no mundo da seringa, objetivando descrever a oralidade regional, com a feitura de cartas léxicas e fonéticas, em fronteiras dialetais, identificando a unidade e a diversidade linguística. Esta atividade irá assegurar, para a posteridade, dados riquíssimos que podem vir a se perder no tempo, à medida que o homem muda de hábitos e entra em contato com outras culturas. O estudo lexical foi realizado a partir dos inquéritos pertencentes a três Áreas de Pesquisa do Projeto ALAC: Vale do Acre, Vale do Juruá e Vale do Purus. Nestas áreas, observou-se o comportamento dos falantes do sexo masculino e feminino, na faixa etária C (36 a 80 anos), para demarcação de fronteiras dialetais, representadas em mapas, gráficos e tabelas, nas Zonas de Pesquisa:

Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC) e Xapuri (XA); Tarauacá (TA), Feijó (FE) e Cruzeiro do Sul (CS); Sena Madureira (SM), Manuel Urbano (MU) e Assis Brasil (AB). Trabalhou-se com dezoito inquéritos, observando o uso dos substantivos, verbos, adjetivos e advérbios terminados em -mente. Nestas classes de palavras, observaram-se conservações e inovações linguísticas, que foram distribuídas em 17 Campos Semânticos, deles resultando a feitura do glossário ZONAS DIALETAIS NA AMAZÔNIA - CARTAS LÉXICAS E FONÉTICAS. RESULTADOS E CONCLUSÕES.

Nesse glossário, verifica-se a forte presença dos substantivos e dos verbos. Aqueles por nomearem as coisas do mundo, estes por traduzirem as ações do fazer humano no mundo. Enquanto os adjetivos e advérbios terminados em -mente foram poucos utilizados, o que denota a pouca atenção dessa comunidade em atribuir qualidade e em circunstanciar as ações no tempo. E com relação à unidade, diversidade, inovação e conservação, tem-se: nos verbos, a unidade e conservação nas Zonas pesquisadas, pois os informantes tanto os do sexo feminino quanto do masculino não divergem no uso dessa classe de palavra.

Com relação aos substantivos, observa-se o maior número da diversidade: o objeto escada apresenta variação terminológica, ora é escada, ora mutá ou trepressa, nas Zonas de CS e AB, com informantes do sexo feminino. Tem-se, então, escada= mutá= trepressa; buião e bulhão, a primeira ocorrência em CS e a segunda em PC; fornalha e fornaia, sendo a primeira em RB, MU, FE, TA e a segunda em SM,

XA; cabrita e faca de seringa para o mesmo objeto) “os hábitos da vida moderna tem uma ação niveladora”, e, segundo LESSA (1998) “é urgente a recolha da linguagem regional, sob pena de se perderem muitas palavras com o desaparecimento dos objetos e das mudanças de hábitos e costumes”. Portanto, é importante que se faça um registro imediato de termos que poderão se perder através dos anos, em decorrência das modificações porque passam a vida do homem acriano.

A linguagem sofre variações que traduzem a forma de vida do homem, assim diz CARLOTA & FERREIRA (1994:12):

[...] que os falantes de uma mesma língua, mas de regiões distintas, tem características lingüísticas diversificadas e se pertencem a uma mesma região também não falam da mesma maneira, tendo em vista os diferentes estratos sociais e as circunstâncias diversas da comunicação.

E ainda, NASCENTES (1957) “O Brasil é constituído por uma rede dialetal, onde há unidade na diversidade e diversidade na unidade”.

Então, percebe-se que é, por meio da língua, que o homem mostra as suas concepções e as de sua comunidade, e, em virtude disso, expressa HJELMS-LEV (in LESSA, 2003):

A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela o seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana.

Enfim, percebe-se uma relação muito estreita entre o homem seringueiro e as palavras, visto que a utilização desta ou daquela palavra depende de sua necessidade, o falante faz uso do conhecido para denominar o desconhecido. Assim sendo cada palavra tem sempre uma razão de ser, um motivo que justifique o seu emprego.

2 – OBJETIVOS

- Fornecer dados lingüísticos para contribuir com um melhor conhecimento da linguagem acreana;
- Estudar o falar das comunidades no Vale do Acre, Juruá e Purus, observando os traços de unidade e diversidade lingüística;
- Observar o caráter variável da língua, que a língua muda conforme a Zona de Pesquisa, faixa-etária e sexo do informante.

3 – MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizam-se computacionais aplicados à Geografia Linguística e trabalharam-se quatorze inquéritos distribuídos entre os Vales do Acre, Juruá e Purus, em ambos os sexos, na faixa etária C (36 a 80 anos).

No Vale do Acre, trabalhou-se com quatro inquéritos, sendo dois informantes do sexo feminino e dois do sexo masculino em cada zona de pesquisa. No Juruá investigaram-se cinco inquéritos, dois de Feijó, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, em Tarauacá também dois informantes de ambos os sexos e em Cruzeiro do Sul um informante do sexo masculino. No Vale do Purus, a pesquisa concentrou-se em Manuel Urbano, com um informante do sexo feminino, em Assis Brasil tomaram-se dois informantes também de ambos os sexos e com Sena Madureira se procedeu da mesma forma que em Manuel Urbano.

Realizou-se, então, o levantamento de itens lexicais dos inquéritos, cujos dados foram organizados nos seguintes campos semânticos:

- 1) Palavras relativas ao trabalho do seringueiro com a seringa;
- 2) Palavras relativas aos utensílios utilizados pelo seringueiro para o corte;
- 3) Palavras relativas à estrada de seringa;
- 4) Palavras relativas ao corte da seringa;
- 5) Palavras relativas à comercialização da borracha;
- 6) Palavras relativas às pessoas envolvidas com o trabalho da seringa;
- 7) Palavras relativas aos meses, estações do ano e fases da lua propícia ou não para extração do látex.

4 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A presente pesquisa seguiu os caminhos trilhados pela Dialectologia Social, Geografia Linguística, bem como os ensinamentos da Lexicologia, Lexicografia, Semântica e da Linguística Geral. Também partiu dos conceitos de alguns teóricos como FERREIRA & CARDOSO (1995, p.11):

[...] “Uma língua é um conjunto de sinais acústico-orais, que funciona na intercomunicação de uma coletividade. É resultado de um processo histórico, evolutivo”; e por isso não podemos estudar o homem sem estudar sua língua, porque a língua reflete cultura; e no dizer de CUNHA (1988, p.29) “A língua tem que ser atual, porque é expressão de vida”. “A estagnação, já o dissemos é a morte do idioma. A história de uma língua é justamente a história de suas inovações”. É por isso que se tem urgência em coletar esses dados linguísticos e registrá-los em documentos escritos para assegurar ao futuro a história da vida atual.

Já CUNHA (1988, p.79) [...]:

E em linguística a unidade não é incompatível com a variedade, antes a pressupõe. Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem-número de diferenciações de maior ou menor amplitude.

Observa-se isso, ao estudar a linguagem dos vales do Acre, Juruá e Purus que além de existir unidade entre as Zonas, também é possível verificar diversidade entre as Zonas, faixas-etárias e o sexo dos informantes. Portanto, é como diz NASCENTE (1957): “O Brasil é constituído por uma rede dialetal, onde há unidade na diversidade e diversidade na unidade”.

Diz LESSA (1997, p.5):

A língua de um povo, como se sabe, é a resultante do conjunto das variedades linguísticas existentes. Está comprovado, cientificamente, o fato de que o maior número possível de informações sobre tais variedades linguísticas, quer regionais, quer sociais, contribuirá para o melhor conhecimento da língua e, conseqüentemente, do homem.

Em virtude disso, é notória a importância desse estudo, pois podemos conhecer e analisar os hábitos, costumes, lendas e credences do homem acriano, ou seja, o seu universo.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa empreendida com quatorze informantes teve como intuito adentrar no universo de cada um deles, permitindo o desvendamento de suas vidas, da sua linguagem, costumes, credences, religião, trabalho e as experiências de vida.

De acordo com a descrição e a análise do léxico utilizado nos três Vales, Acre Juruá e Purus, constatou-se ser possível descrever o ser humano por meio de suas palavras, pois não se pode separar o seringueiro de seu mundo físico-social. A linguagem traduz esse mundo e as palavras estão intimamente ligadas às necessidades presentes no cotidiano de suas vidas. Assim, o seringueiro está sempre utilizando palavras conhecidas para denominar o desconhecido. Além do mais, cada palavra tem sempre um motivo que justifica o seu emprego, que está aliado aos fatores da vida, ocasionando, com isso, a variação de uso de uma ou outra forma, de acordo com o lugar, a faixa etária e o sexo do informante.

Para melhor compreensão da diversidade de usos da linguagem, faz-se uma análise comparativa diatópica, diafásica e diastrática, observando o comportamento linguístico dos falantes nas Zonas de Pesquisa de Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC) e Xapuri (XA); Tarauacá (TA), Feijó (FE) e Cruzeiro do Sul (CS); Sena Madureira (SM), Manuel Urbano (MU) e Assis Brasil (AB), na faixa-etária C.

Observou-se nos substantivos leite, balde, querosene, camin, diNê-ro e comboêro, como já se esperava, unidade e conservação nas Zonas de Tarauacá, Feijó, Rio Branco, Xapuri e Sena Madureira. Além da unidade lexical, verificou-se uma diversidade de natureza fonética. Ocorre que alguns informantes tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino ora trocam fonemas, ora acrescentam ou suprimem vogais ou consoantes, tanto nas Zonas de Assis Brasil, como Manuel Urbano, Cruzeiro do Sul, Feijó, Rio Branco e Plácido de Castro, conforme os exemplos: gente>ente>rente; leite>lête; meio > mei; cortando.

Ainda com relação à diversidade, observa-se que apenas os falantes do sexo masculino nas Zonas de Sena Madureira, Manuel Urbano e Feijó utilizaram as lexias jirau e pé de burro para denominar um estrado de varas que é utilizado pelo seringueiro para cortar a árvore na parte mais alta. Têm-se, aqui, dois significantes que nomeiam o mesmo objeto, uma espécie de escada.

E em relação ao substantivo escada, verifica-se diversidade quanto à denominação, ora aparecendo mutá ou trepressa nas Zonas de Cruzeiro do Sul e Assis Brasil, com informantes do sexo feminino. Tem-se, então: escada= mutá = trepressa.

Percebe-se a diversidade também entre as palavras bândera e pano, pois só dois informantes, um do sexo masculino de Assis Brasil e o outro do sexo feminino de Feijó utilizaram a lexia pano para denominar a parte da seringueira onde se faz o corte na madeira. Os demais informantes falam bândera. Então, aqui, tem-se dois significantes para um mesmo significado.

Observa-se que tanto os informantes do sexo feminino quanto os do sexo masculino utilizaram as lexias rancho, comida e boia para denominar a alimentação. Essas palavras estão presentes nas Zonas de Rio Branco, Plácido de Castro, Sena Madureira, Manuel Urbano, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, mas somente o informante do sexo masculino de Rio Branco falou boia.

Quanto à inovação, verificou-se um outro fator linguístico, que um informante do sexo feminino, Zona de Plácido de Castro, utilizou os quatro substantivos: caba, cara, camarada e rapaz como gíria para denominar o seringueiro. E um informante do sexo masculino de Xapuri para dialogar com a documentadora utiliza a forma de tratamento madame. Tem-se, aqui, como formas de tratamento: rapaz, caba, cara, camarada, madame. São palavras que utilizam ora como substantivos, ora como formas de tratamento.

Tem-se o seguinte quadro colhido nos sete campos semânticos estudados:

1) Palavras relativas ao trabalho com a seringa:

Borracha - Sf. Denominação dada à substância elástica feita do látex da seringueira. Apresenta-se em forma de uma bola, com furo ao centro, pesando entre 10 a 25 quilos.

(...) nosso patrão aviava nós pó ... pó ... cada fim de mês

... todos os mêis ia dexá aquela mercadoria ... se tiNa produto isso bem ... se tiNa a ...
borracha trazia né ... se num tiNa ficava pó próximo mêis (...)

AB138 CM:04

(...) tiNa o patrão.... aí o cambôero viNa... ela marcarra o dia de i pa mage... aí lá ela
fazia... lá o cambôero levarra aquela borracha todina (...)

AB137 CF: 12.

(...) não vendia só a borracha só mermo

RB131CF:01

Borracha em bola - Sf. Denominação dada ao formato da borracha defumada em opo-
sição à borracha de prancha.

... rachava o cavaco botarra dento tocava o fogo fazia fumaça e ... fazia borracha em
bola ...

PC184CF:06

Borracha em prancha - Sf. Denominação dada à borracha coagulada
a borracha em pracha é o seguinte...a gente coloca né... traiz o leite... coloca ele pra
coalhá...

TA087CM:09

Bulhão - Sm. Denominação dada ao forno feito no chão onde se põe o carvão, o cava-
co, ou coco, para o processo de defumação da borracha. Variação de fornalha
aí ... tiNa aqueles tanque né ... aqueles bulhão assim ...

PC184 CF:06

Buião -Sm. Denominação dada ao forno feito no chão onde se põe o carvão, o cavaco,
ou coco, para o processo de defumação da borracha. Variação de bulhão.
cortava... quando chegava fazia o fogo no buião aí ia defuma

CS102CF:52

Cavaco. sm. Pedaço de madeira usado para fazer fogo de fornalha.

(...) quano chegarra em casa aí nós ia tirá o cavaco (...).

AB 137 CF: 05.

Cernambi - Sm. Espécie de borracha confeccionada com as sobras do leite que coalha
no processo da defumação, no momento de banhar a borracha com o látex.

Com cernambi ... aí a rente bota uns pau ... far o fogo ... e aquece o leite

XA176 CF:06

... aí quano a rente chegarra c'um oto lête a rente cortarra esse cernambí assim to-
dim...

AB137CF:28

Naquele tempo num vendia essa borracha()... hoje a borracha é cernambí né

MU153CM:103

CTP - sm. Borracha que não é defumada, e sim em formato de prancha.

D

O que é CTP?

L

é... que a borracha num é defumada... feita as pranchiNa

MU151 CF:06

Defuma. v. Ato ou ação de colocar o látex sobre o pricipio sobre intensa fumaça. Nesse processo o leite transforma-se em borracha.

só uNa... só dá de defuma uNa que é só uma fornáia né

AB137CF:28

ele ia defumá o lête né...

MU151 CF:03

Cortava... quando chegava o fogo nobuião aí ia defuma

CS102CF:52

Fornáia. sf. Denominação dada ao forno feito no chão onde se põe o carvão, o cavaco, ou côco, para o processo de defumação da borracha. Variação de fornalha.

(...) colocarra dentro d'um saco... o leite(...) aí quando chegarra em casa eles botavo na bacia aí ia fazê fogo na fornáia... aí quano a fornáia tava quente que a fumaça tava quente ele ia defumá a borracha(...)

SM118 CF:26

A fornáia ta ... o fgoão ... o ... a fumaça ... aí a gente vai defumano num sabe ...

XA176 CF:07

Fornalha -sf. Espécie de forno usado no defumador para coagular o leite da seringa e transformá-lo em borracha.

só o balde ... e ... e pra ... no tempo ... de primêro ... tiNa o balde ... tiNa a bacia ... tiNa a fornalha NE

RB068CM:13

(...) fazia assim uma fornalha no chão né ...

MU151 CF:06

Imprensar -V. Ação de apertar a borracha para que ela fique bem seca.

(...) bota pa qualhá ... aí imprensa

MU151CF: 06

a gente imprensa... a maió parte é impressada né...

CS 081CM:06

Jirau, sm. Denominação dada ao estrado de varas feito sobre forquilhas cravadas no chão utilizado pelo seringueiro no processo de confecção da borracha de prancha.

(...) fazia o jirau que toda cima do fogo do jirau ...

SM117CM: 16

... eles faz jirau ... de madêra ... faz aquele jirau de madêra ...

FE099 CM:18

(...) foi se atrepô num jirau (...).

MU 153 CM: 24.

Leite. sm. Líquido branco e opaco retirado da seringueira.

... se a ente... chega com leite né... aí tem a fornalha...

TA087CM:06

O leite... onde põe?

FE093CF:07

Lête. sm. Líquido branco e opaco retirado da seringueira.

A tigela... aí a tigela apara aquele lête aí quano é de tarde...

AB137CF:24

É ôtubo... novembro... dezembro... é os mês bom de lête... janeiro

CS102CF:57

Prancha. sf. Borracha feita em prancha, sem defumar.

... ensinar o pessoal fazê prancha...

FE099 CM:08

hoje é prancha ... a gente faz ...

RB068CM:14

... agora como ... do ... pó ... nei ..pofim não tiNa borracha em bola ... era prancha...

PC184 CF:06

Pé de Burro. sm. Denominação dada ao estrado de varas feito sobre forquilhas cravadas no chão utilizado pelo seringueiro no processo de confecção da borracha de prancha.

uns chama jirau... ôtos chama pé de burro...

FE099CM:18

Prensa. sf. Recipiente onde a borracha é imprensada.

(...) faiz aquela prensa e coloca a borracha dento ...

MU151CF: 06

2) Palavras relativas aos utensílios utilizados pelo seringueiro no corte da seringa:

Bacia. sf. Recipiente usado para depositar o leite quando vai ser defumado.

(...) arente traiz o leite... despeja na bacia... aí vai defumá borracha(...)

SM118CF:03

... aí chegava ia botá o leite na bacia...

AB138CM:03

(...) aí ia... nós colocarra o lête na bacia (...).

AB 137 CF: 05.

Balde. sm. Utensílio usado na colheita do látex.

D

Como era feita a colheita?

L

c' um balde... eles faiz aquele balde... a rente chega lá na seringuêra... pega a tigela e... despeja dento do balde...

SM118CF:03

... a rente... vai cortano aí quano chega aqui na boca do oito aí dêxa as cosa... o saco... o balde...

AB137CF:25

aí come aquele poço que a rente leva... aí a rente... aí sai com o balde pa colhe

RB131CF:03

Baldo. sm. Utensílio usado na colheita do látex.

... tem que levantá cedo... quato hora da madrugada pra fazê o seu café... arrumá o seu equipamento de trabalho... a faca... o baldo... o teçado de baiNa...

AB138CM:02

Cabrita, sf. Espécie de faca usada no corte da seringa.

(...) era cabrita pa cortá...

SM118CF:26

era uma cabrita... a lâmina... o balde... e o saco...

SM117CM:03

aí ele pegava a cabrita que é de cortá seringa

PC183 CF:03

Cavado, sm. Instrumento de madeira usado no defumador para sustentar a borracha no bulinete. Variação de cavado.

A ente tira aquela borracha ..que defumo ...aí pega enrola num ... no pau né que aí ente chama cavado

TA087 CM:06

... mais tem um pau que se chama cavado ...

PC063 CM:22

aí ali uNa ponta do... do... do cavadô que a rente enrolarra a borracha era aquele pau e o ôto era nessa argora que eu tô dizeno

AB137CF:28

Escada. sf. Série de degraus por onde se sobe ou se desce.

Faiz a escada...

PC184 CF:05

uNa escada... é uNa escada... aí a rente corta lá em cima

AB137CF:26

pois bem ... eu tiNa ... eu carregava uNa escada ... escada ... essas escada que tem ...

RB068CM:09

Espingarda. sf. Denominação dada a arma de fogo, usada pelo seringueiro quando vai para o corte para matar animais que lhe servem de alimento.

(...) botarra a boca da espingarda assim(...)

SM118CF:13

Coloca nas costa e a espingarda den... a tiracolo aqui

AB137CF:26

A espingarda ... a faca ...

FE099 CM:07

Faca de seringa. sf. Instrumento afiado e com ponta usado pelo seringueiro para extrair o leite da seringueira.

D

o que mais ele levava?

L

a faca de seringa né ...

MU151CF: 03

D

com a faca... com a faca de seringa(...)

AB138CM:10

#D

quais os objetos que a senhora levava para cortar?

#L

a faca de seringa

CS102CF:52

Lamparina. sf. Utensílio usado para iluminar a estrada durante o corte da seringa

A luz é... é a querosene né... lamparina mermo

CS081CM:12

é uNa ... uNa lamparina ... feita de ... alumim...

FE099 CM:02

é uNa lamparina ...

RB968CM:116

LamparinaziNa. sf. Dim. Utensílio usado para iluminar a estrada durante o corte da seringa.

D

O seu pai saia no escuro?

L

era ... ele levava uma poronga ... uma lamparinaziNa na cabeça ...

MU151CF: 03

Poronga. sf. Espécie de lamparina em formato de uma coroa que o seringueiro usa na cabeça para iluminar o caminho à noite.

D

o seu pai saía no escuro?

L

era ... ele levava uma poronga ... uma lamparinaziNa na cabeça ...

MU151CF: 03

... quem corta de noite leva a poronga né ... que é o fogo

FE099 CM:07

D

Como é que chama essa lamparina com espelho?

L

poronga

CS081CM:13

ah... levava a faca... o balde... o saco... e a poronga que saia três hora da madrugada...

levava poronga

RB131CF:02

Querosene. sm. Tipo de combustível que mantém a poronga acesa.

A luz é... é a querosene né... lamparina mermo

CS081CM:12

(...) que num precisa fazê a munção ... querosene né ...

MU151CF: 12

Saco. sm. Receptáculo de pano, couro ou material plástico aberto em cima e fechado no fundo e nos lados, utilizado para colocar o látex
era uma cabrita... a lâmina... o balde... e o saco...

SM117CM:03

ah... levava a faca... o balde... o saco... e a porongaque saia três hora da madrugada...
levava poronga

RB131CF:02

Teçado de baiNa.sm. Denominação dada ao facão grande.

... tem que levantá cedo... quato hora da madrugada pra fazê o seu café... arrumá o seu equipamento de trabalho... a faca... o baldo... o teçado de baiNa...

AB138CM:02

Tigela. sf. Vasilha que se põe abaixo do golpe dado na seringueira para colher o leite.
é: levava a faca faze o corte assim ((gestos))... aquelabandêriNa faiz o corte ()... em-
bote a tigela embaixo do corte

RB131CF:02

... no balde... a gente tira das tigela... das tigela e vô despejano no balde

CS102CF:52

A tigela... aí a tigela apara aquele lête aí quano é de tarde..

AB137CF:24

Trepessa. sf. Espécie de escada rústica, feita em madeira, que o seringueiro usa para cortar a parte superior da seringueira.

Trepessa é um pau que a seNora escora...

AB137CF:26

3) Palavras relativas às estradas de seringa:

Boca da estrada. sf. Início da estrada de seringa.

... quano a rente chega no... na boca da estrada...

AB137CF:26

pois bem... a rente corta... imbute... aí a gente chega lá na boca da estrada... a gente fica ali um pôco né...

RB131CF:03

Aí a rente vai quano chega na boca da estrada

XA176 CF:02

Camin. sm. Denominação dada ao espaço percorrido ou por percorrer a pé, pelo seringueiro. Variação de caminho

Não ...tendo camin ... começava o camin da barraca... abria aquele pique ...

SM117 CM:05

pela merma... pelo mermo camin da manga... aí segue no espigão de novo...

AB137CF:25

... começa esse camin ... justamente ... quando e rente começa do mei do arco ()

fecha aqui ...

TA087 CM:03

Caminzin. sm. Denominação dada ao espaço percorrido ou por percorrer a pé, pelo seringueiro. Variação de caminho

(...) aqui entra esse caminzin ... aqui tem uma madêra ...

SM118 CF:10

Espigão. sm. Caminho reto que vai da casa do seringueiro até o início da estrada de seringa.

chama os espigão da estrada é

AB137CF:23

posso ...((vozes)) tem esse espigão aqui no fêche a gente vai ... quando chega aqui vem pra casa

CS081 CM:02

espigão grande né ... porque fechava com uma hora de viagem ...

FE099 CM:03

Estrada. sf. Espécie de caminho, no qual estão dispostas as seringueiras.

(...) andarra nas estrada cortano seringa (...).

MU 153 CM: 02.

Nois chama estrada (...)

AB138 CM:05

estrada ... aí a miNa estrada ... u'a é ... chama-se a boca-da-estrada né ...

RB068CM:118

Estrada de Centro. sf. Denominação dada à estrada de seringa que fica distante da casa do seringueiro; fica no centro da mata.

A estrada que fica longe é a estrada de centro

AB137CF:23

Estrada de Porta. sf. Denominação dada à estrada onde o fecho fica perto da casa do seringueiro.

Essa que fechava em casa chamava estrada de porta

SM117 CM:05

(...) é a estrada de Porta é essas que a rente vem almoçá em casa (...).

AB 137 CF: 04.

Fêche. sm. É uma volta completa na estrada de seringa.

Posso ...((vozes)) tem esse espigão aqui no fêche a gente vai ... quando chega aqui vem pra casa

CS081 CM:02

Fêcho. sm. É uma volta completa na estrada de seringa.

O fecho é porque a estrada ... vai ... aqui

FE099 CM:03

(...) e lá o fecho da estrada (...)

MU 153 CM: 03

Aí quano a rente... aí a rente volta pro fecho de novo né

AB137CF:26

É o fecho que a rente chama... fecho da estrada

CS102CF:64

Ladêra-sf. Denominação dada à uma inclinação de terreno. Variação de ladeira.

Bem ... tem as ladêra né ...

AB138 CM:05

(...) porque aí a perna que a rente vê que tem mais... mais ladêra (...).

AB 137 CF: 07.

Manga. sf. Pequeno desvio na estrada de seringa onde há árvores fora do rodo da estrada e o seringueiro vai lá, corta e volta pelo mesmo caminho.

... agora aqui que é a manga...

CS102CF:63

(...) aí quando chega naquela manga entra né (...).

AB 137 CF: 05.

Nóis chama manga (...)

AB138CM:06

Oito. sm. Denominação dada, pelo seringueiro, a um pequeno desvio na estrada de seringa onde há árvores fora do rodo da estrada. O seringueiro realiza o corte entrando por um caminho e voltando por outro caminho que, junto com a estrada têm o formato de um oito.

(...) tem o oito (...).

AB 137 CF: 06.

Ah é sim ... o oito vai lá ... e volta aqui ... aí chega aqui e tira direto ... assim

PC184 CF:04

(...) tem oito ... porque a rente vai assim... aí quando chega aqui no ... no rodo aí entra pa perna do oito (...)

SM118 CF:10

Ah alí é o oito que chama

RB131CF:04

Perna da estrada. sf. Lugar referente ao lado direito ou lado esquerdo da estrada de seringa.

Onde entra... a ente chama a perna da estrada...

TA087CM:03

Perna direita. sf. O lado direito da estrada de seringa.

Perna direita né ...

TA087 CM:03

(...) tem perna direita né (...).

AB 137 CF: 07.

Perna esquerda. sf. O lado esquerdo da estrada de seringa

Que nós coNece ... aí já essa que vem pa fecha aqui com essa ((gestos)) aí a gente só ... chama perna... a perna esquerda ... certo

TA087 CM:04

(...) tem a perna esquerda (...).

AB 137 CF: 07.

Rodo. sm. Percurso na estrada de seringa por onde o seringueiro passa primeiro cortando e depois colhendo o leite.

Por exemple a estrada lá é de frente começa aqui e vai dá aquele rodo ...

TA087 CM:02

... e vai assim... assim... dá aquele rodo... aí vem bate de novo

RB131CF:04

É... faiz a volta completa da... do rodo...

AB137CF:25

Varadô.sm. Atalho usado pelo seringueiro.

(...) aí ficava aquele varado pra você camiNá

SM117 CM:02

... aí nói ficamo no varadô ...

RB131CF:05

4) Palavras relativas ao corte da seringa:

Bandêra. sf. Forma como o seringueiro risca a seringueira. Variação de bandeira

(...) faiz assim as bandêra aí vai corta os risco...

SM118CF:30

Por pano ô bandêra(...)

AB138CM:12

É riscano o par da madêra (látex) ... nas bandêra num sabe ...

FE093 CF:04

Brocar. v. Ação de cortar o mato para plantar

É broca ... ela fica limpa

TA094 CF:05

Ah ... broca ...toca fogo ... quando num queima bem a gente faiz coivara... toca fogo nas coivara

XA176 CF:18

... aí ele brocarra e derrubarra..

AB137CF:22

Capina.v. Limpar (as plantas, uma plantação, um terreno) de capim ou de qualquer erva.

Variação de capinar.

(...) chega lá nós vamo capiná um arroiz (...).

MU 151 CF: 50.

... aí vai pó roçado capina(...)

XA176CF:193

Colher. v. Ato ou ação de retirar os frutos da planta.

aí come aquele pôco que a rente leva... aí rente aí 'sai com o balde pa colhê

RB131CF:03

aí ... eu começava a colhê onze hora né ...

RB068CM:117

Colhe... colhe né ... juntá o lête todim ... leva no balde ... bota num saco

XA176 CF:04

Cortar. v. Fazer incisão em; dar um atalho em; abertura superficial feita na casca da seringueira para obtenção do leite.

#L

ajudava ele a corta seringa ...

MU152 CF:02

Ah pa reente... corta assim as madêra tudim

RB131CF:03

Ali era... cortá... na... no seringal do finado Mota

CS102CF:54

Embutir. v. Ato ou ação de fincar a tigela na seringueira para aparar o leite.

e: levava a faca faze o corte assim((gestos))... aquela banderiNa faiz o cotre()...

embote a tigela embaixo do corte

RB131CF:02

(...) embotia a tigela na madêra ...

SM118 CF:26

(...) e as tigeliNa pa emboti né ...

SM117:03

... a gente vai riscando e embutando as tigela ...

FE099 CM:04

Limpar. v. Ato ou ação de limpar uma certa parte da estrada.

É broca... ela fica limpa

TA094CF:05

Aí aqueles home vão tudo brocá o roçado... limpá ou apaNiá arroize ou batê palha de arroize

AB137CF:34

Tem que limpa é...

RB131CF:03

Madêra. sf. Árvore grumífera, o mesmo que seringa ou seringueira, de onde é extraído o látex. Variação de madeira.

Ah pa rente... corta as madêra tudim

RB132CF:03

cento e vinte madêra...

FE099 CM:06

rapa a madêra né... assim ((gestos))...

AB137CF:24

Paxiúba. sf. Espécie de madeira utilizada na construção da casa do seringueiro.

Era casa mermo... coberta de ((tosse)) paia... e... e soalho de paxiúba... paxiubão

CS102CF:59

A miNa casa era de paxiúba... coberta de palha...

PC184CF:11

A miNa casa era feita de paxiúba mermo... de palha

AB137CF36

Raspar. v. Ato ou ação de limpar a seringueira, tirar a casca grossa que existe sobre ela. Variação de raspar.

...aí em março a rente rá tá terminando de roçá aí rapa ... aí abril rá pa começa a corta

AB137CF:43

Aí... que depois de rapá é que vai corta

CS102CF:57

Risco. sm. Traço que o seringueiro dá na madeira para extrair o leite.

é o risco mermo... é o risco mermo (..)

AB138 CM:11

é um pedaço de pau assim deste tamaNe com um ferro com lâmina incima pa dá o risco

PC184 CF:03

aí a rente vai corta o primêro né... aí vai cortano costadim do ôto... cortano... cortano...

até quano finda aquela... aquela... aquela bandêra

AB137CF:24

Roçar. v. Ato ou ação de fazer a estrada, limpando todo o excesso de mato.

(...) eu só fazia colhê e roçava a estrada mar meu padraсто(...)

SM118 CF:02

aí um ajudava o ôto a roçá...

SM117 CM:16

A gente começa primêramente roça as estrada...

CS081CM:01

é ... agora o ôtro vai aculá e roçando ... alimpando o camim ... supono mêo assim ... como ...

RB068CM:04

Seringa.sf.Denominação dada à árvore da qual se extrai o látex; seringueira; madeira.

Pá emboti na seringa pa apara o leite(...)

AB138CM:10

...aí ele pegava a cabrita que é de cortá seringa

PC184CF:03

é...porque é longe e corta muita seringa... e vaicolhê... aí vai se espalhanos...

TA087CM:02

Seringuêra. sm.Árvore da família das euforbiáceas, cujo leite dele se fabrica o látex para a fabricação da borracha.

(...) às veiz até dzentos metro d'uma seringuêra pra ôta

AB138CM:06

A seringuêra... rapa a seringuêra

AB137CF:24

5) Palavras relativas à comercialização da borracha:

Balança. sf. Instrumento com que se determina ou a massa ou o peso dos corpos.

(...) aí ia coloca em cima da balança...

MU151CF:12

Comprar. v. Adquirir por dinheiro; ganhar, adquirir ou obter com sacrificio ou prejuizo material ou moral.

Eu vendia lá... eu vendia... vendia lá pó pessoal que comprava

CS102CF:54

Eu comprava... o meu patrão era o Abidãozin... que eu comprava

MU153CM:129

hoje em dia ... hoje em dia é ... comprá tudo na cidade né ...

RB068CM:25

DiNêro. sm. Mercadoria (geralmente representada por células e moedas), que tem curso oficial, e cujo valor é estabelecido como equivalente que permite a troca por outras mercadorias.

... cinco dia hoje tô queimano no carvão porque num teNo diNero pó gás...

PC184CF:29

Eu nunca consegui diNêro não

MU153CM:114

é pois é ... hoje em dia a borracha tá dano diNeiro ... e no mês todo num dá nada né

RB068CM:26

Mercadoria. sf. Gêneros de um modo geral que chegam nos seringais.

Bom... lá num era muito bom não né... porquê... falta assim das coisa né... mercadoria

RB131CF:01

O seringueiro da floresta veve... passando muita necessidade... falta de mercadoria...

CS081CM:01

dava... aí ele comprarra mercadoria...

XA176CF:14

Sindicato. sm. Associação de operários de uma classe para defesa de seus interesses profissionais.

(...) aí depois que fundo o sindicato

MU151CF:11

Vender. v. Trocar por dinheiro.

Eu vendia lá... eu vendia... vendia lá pó pessoal que comprava

CS102CF:54

...o meu irmão cortava... aí levava pa marge... pa vende a borracha

XA176CF:14

Não vendia só a borracha só mermo

RB131CF:01

Eu vendia pó meus patrão... aqui no Purus

MU153CM:113

6) Palavras relativas às pessoas envolvidas com o trabalho da seringa:

Comboêro. sm. Diz-se do homem que transporta mercadoria, inclusive a borracha.

Varição de comboieiro.

Lá tem... os patrão manda busca né... tem os camboiero né... que carrega... vai dexá mercadoria

FE099CM:11

(...) tiNa o patrão... aí o camboêro viNa... ela marcarra o dia de i pa mage... aí lá ela fazia... lá o camboêro levarra aquela borracha todina (...)

AB 137 CF: 12.

o... o camboêro viNa... viNa faze a nossa... leva por metade... metade pa tanto... metade pa... mercadoria

RB131CF:01

Marretêro. sm. Comprador ilegal da borracha, comprador clandestino. Variação de marreteiro.

Marretêro... regatão... chama regatão

FE099CM:14

Marretêro... aí vê um marretêro aí a rente vende

XA176CF:07

Vende... a gente vende pro marretêro

FE093CF:07

Matêro. sm. Pessoa contratada pelo patrão para abrir caminho nas estradas para o corte da seringa.

É o matêro... eles que faiz a estrada

FE093CF:04

...aí foi... foi... o patrão q'eu trabalhava com ele saiu...

TA087CM:10

Matêro... sabê fazê uma estrada tem que te um matêro...

PC063CM:07

é o matêro ... chama-se matêro ...

RB068CM:21

Patrão. sm. Chefe ou proprietário de estabelecimento em relação aos empregados; empregador, dono do barracão.

(...) eu vendia pó meus patrão (...)

MU 153 CM: 15.

TiNa o patrão... aí o camboêro viNa...

AB137CF:29

...aí foi... foi... o patrão q'eu trabalhava com ele saiu...

TA087CM:10

Regatão.sm. Vendedor ou comprador que percorre os rios de barco parando de lugar em lugar.

(...) tem esse negócio de regatão que vem pela bêra do rie

SM117CM:08

Marretêro... regatão... chama regatão

FE099CM:14

O regatão... um que anda no rie vendeno

FE093CF:08

Seringuêro. sm. Individuo que se dedica á extração do látex da seringueira e com ele prepara a borracha.Variação de seringueiro.

... o seringuêro sempre corta uma estrada grande e ôta pequena

MU153CM:104

O seringuêro da floresta veve... passando muita necessidade... falta de mercadoria...

CS081CM:01

7) Palavras relativas aos locais onde se realizam as atividades do látex:

Barracão. sm. Casa de moradia do dono do seringal ou de seu administrador, e que é, ao mesmo tempo, habitação, depósito de gêneros de primeira necessidade, da borracha colhida nos centros, e loja para a venda de gêneros, roupas, ferramentas e utensílios.

(...) pode trazê tudo pó barracão

MU151CF:17

(...) tiNa as sua casa... seu barracão de... da que eles trabalhavo(...)

AB138CM:05

... o ... lá no barracão pa podê tira ele ...

RB131CF:05

Colocação. sf. Parte da divisão do seringal; área destinada ao seringueiro para seu trabalho na seringa.

... eu teNo nove colocação que dá o apelido... quase um seringalzim é

PC063CM:06

Só... depois que saí.. daquela colocação...

TA087CM:04

Era...às vez tiNa causo... colocação que é raso... tem colocaçãõ que é fundo

AB137CF:36

TiNa colocação que pegava dois...

SM117CM:10

Seringal. sm. Área de terra onde tem uma determinada quantidade de colocações com estradas, seringueiros, patrão.

...mas o que acontece é que hoje o seringal tão tudo abandonado... num tem mercadoria...

TA087CM:13

(...)num quero mais é pó seringal não(...)

SM118CF:32

Eu morava lá... lá no seringal

MU153CM:113

6 – CONCLUSÃO

Os dados apontam a presença marcante dos substantivos e verbos, por serem denotadores da ação do homem em nomear e fazer. Enquanto a utilização dos adjetivos e advérbios terminados em – mente é pouca entre os informantes.

Observou-se, nas Zonas de Pesquisa estudadas, alteração fonética nas lexias: buião> bulhã; fornáia >fornalha; feche > fecho; juNio > Juno; setembo> setembro; hepatite > hapatite; quebrante> quebranto; remede > remédio; viziNo > vizim; arroz> arroize; milho > mio; plantar > prantar; veado > viado; difiço > difícil, ocorrendo troca, acréscimo ou supressão de vogais ou consoantes. Com base nessas observações, é possível concluir que essas informações proporcionaram um contato com a vida do seringueiro, conhecendo o seu universo, através da linguagem. Depois, os dados apontam a unidade, a diversidade, a variação lexical e fonéticas nas áreas da Pesquisa, fornecendo dados que muito irão contribuir para o fechamento do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAR, Manuel. *La Dialectologia*. Madrid: 1963

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A Geografia linguística no Brasil*. São Paulo Ática, 1991.

COSERIU, Eugênio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

FERREIRA, Carlota & CARDOSO, Suzana. *A dialectologia no Brasil*. Coleção repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto.

LESSA, Luísa Galvão. *Projeto Centro de Estudos Dialectológicos do Acre CEDAC*. Comunicação apresentada no IX Congresso Internacional de Filosofia e Linguística da América Latina: ALFAL.

_____. *Projeto Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC*. Comunicação apresentada na V semana na UFMT. Cuiabá: 1992.

_____. *Projeto Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC*. A Linguagem Falada no Vale do Purus. Rio de Janeiro:2002 v.I

_____. *A linguagem falada no Vale do Acre – materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *A linguagem falada no Vale do Juruá – materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *A linguagem falada no vale do Purus – materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro, 2002.

FORMAÇÕES DISCURSIVAS: O MALANDRO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MPB (1930-1945).

Manoel P. Ribeiro (UERJ, UNISUAM e ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA)

Introdução - A Análise de Discurso

Este artigo é um recorte de nossa tese de doutorado – As formações discursivas sobre a mulher na música popular brasileira (1930-1945) –, defendida na UFF, em 2007.

A opção pela análise de discurso se deve ao fato de que há diferentes formas de se estudar a linguagem. Assim, a partir do Curso de Linguística Geral (1916), de Ferdinand de Saussure, podemos direcionar nossa atenção sobre a língua como sistema de signos ou sistema de regras formais. Desse ponto de vista, temos a Linguística estruturalista. O estruturalismo se baseia no princípio de que uma língua é um sistema, ou melhor, como se afirmou mais tarde, uma estrutura. A língua é estudada na interdependência de suas relações, portanto numa visão sincrônica dos fatos da linguagem, e não diacrônica. Se estudarmos a língua como normas de bem dizer, temos a Gramática normativa. A palavra gramática assume diversos sentidos, em diferentes épocas, com distintas tendências em diversos autores (ORLANDI, 2003 b: 15).

Por haver diferentes maneiras de se significar, é que muitos pesquisadores se interessaram pelo estudo da linguagem em diversos aspectos. Daí terem surgido estudos de Sociolinguística, Neurolinguística, Psicolinguística e Análise de Discurso, entre outros.

Este trabalho se prende à Análise de Discurso de Michel Pêcheux e seus seguidores. Com base nessa vertente de análise de discurso de orientação francesa, partimos do pressuposto de que a linguagem não é transparente, portanto passível de equívoco, falha, jogo entre o dito e o não dito, pressuposições, produzindo efeitos de sentidos diversos, ironias, ambiguidades e metáforas. É em meio aos textos das letras das canções que buscamos analisar os significados atribuídos à mulher, pela instância do discurso, aqui definido como “efeitos de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2004: 49) e / ou “dispersão de textos”.

A possibilidade de entender o discurso como prática deriva da própria concepção de linguagem, marcada pelo conceito de social e histórico, com a qual a Análise de Discurso trabalha (Ferreira b, 2001: 13/14). Ferreira b (2000: 38) cita

ainda um conceito de Rodrigues: “discurso é um objeto histórico (ideológico) que se produz/elabora socialmente em/através de sua materialidade específica, que é a língua”.

As canções são o suporte textual, com que vamos construindo o corpus discursivo. Nas letras das músicas, recortamos sequências discursivas em função da questão a ser investigada: a construção do referente mulher, no período do primeiro governo de Vargas. A noção de recorte, específica da teoria, se conjuga à de corpus e, tal como esta, não segue critérios positivistas. O recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem e situação, não é um segmento mensurável em sua linearidade (Orlandi, 2003 a: 139/140), e sim um “pedaço” que o analista utiliza em função de seu trabalho e de seus objetivos.

Faz-se uma leitura, um recorte, após a seleção de alguns enunciados mais significativos. Observa-se a relação entre eles, embora se saiba que esse fazer é delimitado pela incompletude, havendo a possibilidade de um outro fazer.

Com a Análise de Discurso de Michel Pêcheux, vamos passar a ver o(s) texto(s) sob o aspecto discursivo, não nos importando com o registro popular ou coloquial que envolve cada letra de música. Aqui já se observa uma mudança radical desta análise em relação a outras, cujo valor não pretendemos questionar. A nossa escolha se deve ao fato de que, na Análise de Discurso, estuda-se o texto como unidade capaz de relacionar língua, história e ideologia.

Torna-se importante verificar que o texto é uma unidade discursiva, mas “é impossível, afirma Michel Pêcheux, analisar um discurso como um texto, [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção” (MALDIDIER, 2003: 23. Grifos da autora). Importa frisar, também, que, ao se passar para o texto como unidade de discurso, se passa da operação de segmentação para a de recorte. Passa-se da distribuição de segmentos para a relação das partes com o todo, em que se procuram estabelecer, através dos recortes, unidades discursivas (ORLANDI, 2001 b: 22).

Um dos pontos da teoria de Análise de discurso é o que trata da memória do dizer. Vamos observar, em nosso corpus discursivo, um número muito significativo de paráfrases de discursos que nos vêm, há vários séculos, da cultura judaico-cristã, seguida da cultura greco-romana, chegando, praticamente, essa memória do dizer até nossos dias.

Na linha teórica, verificaremos que os sujeitos, por uma espécie de esquecimento, têm a ilusão de que são fonte e origem dos seus dizeres e atitudes, por isso não se percebe que há uma relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.

O período que escolhemos é tido como o mais rico da música popular brasileira. Nessa época, os gêneros musicais mais populares, principalmente o samba, sofriam o preconceito da elite brasileira, chegando-se ao absurdo de se prender alguém que portasse um violão ou um tamborim. O samba era considerado como coisa de negros e desocupados. Os pesquisadores dessas canções populares mostram que,

nesse período (1930-1945), foram produzidas centenas de músicas que determinaram a transformação do samba em categoria de música nacional, sendo o carnaval do Rio promovido a símbolo do Brasil, graças à divulgação das rádios Club, Mayrink Veiga e Nacional, entre outras, e das gravadoras, como a RCA Victor e a Odeon.

Para entender alguns processos discursivos por que passamos na época contemporânea, temos necessariamente de procurar suas origens a partir do discurso teológico, principalmente o construído nos textos bíblicos. Porém, como ressalta Silvana Mota Ribeiro (2000: 1),

relativamente ao papel social da mulher e à desigualdade tradicionalmente reservada ao sexo feminino, é importante compreender que estas questões não podem ser reduzidas a meras consequências de um discurso teológico.

Para a escritora, a hierarquia sexual não surge com o Cristianismo, pois remonta muito para antes dos primeiros cristãos.

O princípio teórico fundamental, então, é considerar que há uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva. Essa é uma relação orgânica e não meramente adjetiva. Não se dirá, assim, que se acrescentam dados históricos para melhor delimitar a significação, dir-se-á que o processo de significação é histórico (ORLANDI, 2001 b: 18).

Por isso, é necessário buscar uma memória do dizer que chega aos povos primitivos e também à cultura grega, passando pelo imaginário da Idade Média, até atingir, no Brasil, a época colonial, o império, a primeira república e o governo de Vargas, de 1930 a 1945.

Trata-se de um percurso pelos discursos construídos e enraizados no imaginário popular que afetam a imagem e a posição da mulher e que “justificam” o lugar de inferioridade reservado a ela no convívio social, focalizando-se com maior propriedade a época de análise de nosso trabalho. Vamos verificar que, desde tempos primitivos, sentidos sobre a mulher foram parafraseados, procurando ver a figura feminina marcada pelo mal ou pelo proibido. Incrivelmente, esses sentidos chegaram aos tempos atuais, causando uma tensão discursiva. Aqui se examinam os sentidos filiados ao discurso machista, disseminados, muitas vezes, à revelia dos compositores, em variadas canções. Isso se deve a uma concepção sociopatriarcal que se desenvolveu e se ramificou de forma heterogênea. A supremacia do masculino é, assim, a característica básica de nossa sociedade. Há, por isso, uma tensão discursiva entre diversas instâncias sociais, ocasionando a circulação de sentidos outros, além dos dominantes, difundidos pela burguesia da época.

O contexto sociocultural terá influenciado parte do discurso religioso cristão. São dizeres repletos de imagens justificadoras, tidas como naturais e de

origem divina.

Nesta formação discursiva, há um deslizamento de sentidos, já que o homem sempre se considerou como sujeito do discurso, ficando a mulher na posição de objeto. A mulher se coloca à margem dos padrões femininos da época, abandonando o homem, procurando afastar-se da vida do lar, é rebelde às imposições da moral, é interesseira, gosta da orgia, adota uma vida própria do malandro, incorpora-se ao samba, elemento da cultura popular altamente discriminado pela burguesia, submetese à violência masculina, traço incorporado pelo poder do patriarcalismo.

Existe outro lugar social ocupado pela mulher: aquela que sofre pelo homem, que é maltratada por ele, mas não o abandona. É a “mulher de malandro”:

Confesso ao meu maior amigo
 Gosto demais desta mulher
 Tudo que eu vejo de bom eu compro pra ela
 Pra não ter o que falar de mim
 Mas quando ela me disse o que faltava eu gostei
 É pancada, eu ainda não dei
 Não dei, mas ainda vou dar
 Naquela que é dona do meu lar
 Se procedo assim é porque tenho qualidade
 Vou dar pancada pra conservar a amizade”.
 (É Pancada, samba de Alvarenga da Portela¹,
 apud FAOUR, 2006: 105)

Há muitos exemplos de canções populares versando sobre o tema “pancada em mulher”, principalmente a partir de 1920.

Muitas vezes, a agressão é vista não como um castigo, mas um “calmante” para a mulher, e ainda como uma “virtude” do homem que tomava tal iniciativa, pois, em muitos casos, esse procedimento ganhava ares de status. Algo como uma prova de apreço, de amor ou de posse (FAOUR, 2006: 105).

A cultura da malandragem no Rio de Janeiro desperta a atenção de nosso povo, a partir, principalmente, do início do século XX. Mas ela remonta às rodas de capoeira, comuns na Bahia e no Rio de Janeiro, no século XIX. O excedente de mão de obra e o ócio criavam o malandro. A diversão era a roda de batucada, a per-

¹ Ernani Alvarenga, portelense, compôs, em 1932, o samba Dinheiro não há, também conhecido como Lá vem ela chorando: “Lá vem ela chorando / O que é que ela quer? / Pancada não é, já dei / Mulher da orgia quando começa a chorar / Quer dinheiro, dinheiro não há” (apud site portelaweb). Faour (2006: 503) informa que a letra de “É pancada”, sem data, foi extraída do CD “O samba é minha nobreza”, de Biscoito Fino, de 2002.

nada carioca. Cachaça, Pernadas e Cabeçadas geravam confusões, prisões e proibições (PEREIRA et alii, 1997, cap. IV: 78).

Pode-se, talvez, dizer que essa cultura cresceu junto com o samba, já gravado desde 1902, e, depois, com a canção “Pelo telefone”, de Donga e Mauro de Almeida (letrista). A polêmica existente até hoje sobre a autoria desse samba não surgiu de um ato de malandragem? Donga não dizia que “música é como passarinho, é de quem pegar?” Ele não foi mais “vivo”, ou melhor, mais “malandro” que outros compositores que também reivindicavam a autoria do grande sucesso? Diversos autores de canções, geralmente reunidos na casa de Tia Ciata, também reclamavam a coautoria: João da Mata, mestre Germano, tia Ciata, Hilário Jovino e Sinhô.

A partir dos anos 1920, o texto da linguagem malandra surge com maior ênfase e começa “a ser escrito / cantado, para além dos limites de sua comunidade original, de sua gente. Quais os significados desse texto, qual o seu enraizamento, o que ele quer ou não quer nos dizer?” (MATOS, 1982: 13).

A imagem do malandro se identifica pela maneira de andar bem vestido, com terno branco sempre alinhado, como se desejasse aproximar-se dos padrões burgueses. Na realidade é uma caricatura do burguês. Seu modo de apresentar-se trazia exageros tão evidentes, facilmente identificáveis pela polícia, jogando-o “no universo das classes oprimidas (pois o burguês de verdade, e bem vestido, não vai preso a todo o momento)”, como diz Matos (1982: 56). Assim, mesmo estando vestido “a caráter, ou no rigor da moda”, o malandro apenas aparenta ser bom moço:

Tal impressão advém da contiguidade de signos de uma modernidade pequeno-burguesa com signos de outra ordem, relativos à condição negra e proletária (o “tamanco”, evidenciado na letra de Noel Rosa como sendo diferente de “sandália”, a “pinga”), à postura marginal em relação à sociedade bem comportada (“navalha no bolso”, falta de documentos) e finalmente à manutenção de uma tradição étnica e social (MATOS, 1982: 57).

Assis Valente, em 1937, lança o samba “Camisa Listrada”, em que se descreve essa figura malandra:

Vestiu uma camisa listrada
 E saiu por aí
 Em vez de tomar chá com torrada
 Ele bebeu parati
 Levava um canivete no cinto
 E um pandeiro na mão
 E sorria quando o povo dizia:
 Sossega Leão! Sossega Leão!

O enunciador designa as oposições que vão marcar essa imagem da malandragem: “chá com torrada” x “beber parati” / “canivete no bolso” / “pandeiro na mão”.

Em suma: O malandro não é um operário, não é honesto, porém não

é um criminoso comum. Usa da esperteza e da mobilidade para se “safar” das pressões do sistema:

A figura do malandro no samba e o tipo de discurso que lhe está associado se constroem sobre esta linha fronteira entre afirmação e negação, topia e utopia, realidade e fantasia. A poética da malandragem é, acima de tudo, uma poética da fronteira, da carnavalização, da ambiguidade (MATOS, 1982: 54).

É, ainda, Matos (1982: 55) quem nos mostra a imagem de um malandro identificada com a marginalidade, num samba de 1933 de Wilson Batista (“Lenço no pescoço”):

Meu chapéu de lado
 Tamanco arrastando
 Lenço no pescoço
 Navalha no bolso
 Eu passo gingando
 Provoco e desafio
 Eu tenho orgulho
 De ser vadio.

Por isso, o governo de Vargas, preocupado com a imagem do trabalhador, vai procurar, pela censura, inibir os sentidos insertos em nossa música popular, que divulguem essa faceta da época, em que a figura do malandro era inscrita no contexto social. Sobretudo no Estado Novo (1937-1945), a ação governista se volta sobre a ideologia do culto ao trabalho, com uma política repressiva e, concomitantemente, paternalista em referência à cultura popular. No quadro teórico da Análise de Discurso (cf. 2.0), analisou-se, nesta tese, a ação do governo, caracterizada por Althusser (1970: 46/7) como um aparelho repressivo de Estado, de domínio público.

O discurso malandro incomodava as autoridades, a alguns setores da mídia e até a sambistas, devendo ser banido da cultura, do imaginário. Os compositores deveriam louvar os méritos do trabalho e do trabalhador. Surge, então, o samba “O Bonde de São Januário”, de Wilson Batista e Ataulfo, de 1941, que procura marcar a imagem do verdadeiro trabalhador, seguindo as “recomendações” do governo, como já vimos em “condições de produção”. No mesmo ano, “Eu trabalhei”, de Roberto Roberti e Jorge Faraj, é samba que também marca a nova ordem discursiva na escala social, instituída pelo governo, com o controle severo do Departamento de Imprensa e Propaganda.

O samba diz:

Eu hoje tenho tudo que um homem quer
 Tenho dinheiro, automóvel e uma mulher
 Mas pra chegar até o ponto em que cheguei
 Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei

Eu hoje sou feliz
 E posso aconselhar
 Quem faz o que eu já fiz
 Só pode melhorar
 E quem diz que o trabalho
 Não dá camisa a ninguém
 Não tem razão não tem não tem.

Com a atuação da censura, os sambistas foram obrigados a aderir à ideologia triunfalista do Governo Vargas. Essa postura entra em tensão discursiva com a do “famigerado” malandro, em voga entre alguns sambistas.

Mas a imagem desse personagem, dentro do samba, já se fixara, criara raízes, apesar de ser visto por muitos como um anti-herói, sempre falante, envolvendo-se com a polícia, problemático, dizendo-se honesto e trabalhador, sem, no entanto, convencer a ninguém. Na década de 40, ele aparece na ambígua figura de “malandro regenerado”:

O personagem malandro – em cuja boca WILSON BATISTA em 1936 coloca as palavras: “eu passo gingando / provoco e desafio / eu tenho orgulho / de ser tão vadio” (lenço no pescoço) – passa a dizer em 1941, no mesmo Wilson Batista: “seu martins vidal / eu moro no lins e sou o tal / que muito tempo exerço / uma fiel profissão / eu não sou mais aquele antigo trapalhão” (“Averiguações”) (MATOS, 1982: 14).

Ocorre uma heterogeneidade discursiva. Diversas vozes fazem parte das letras no período de 1930 a 1945, conjugando-se ao discurso sentimental-amoroso, próprio de todas as épocas de nossa canção. O sujeito proletário estava diante de uma visão dicotômica: marginalizar-se ou integrar-se, seguir as regras da sociedade ou ficar à margem? Ser um trabalhador ou um malandro; ser um chefe de família exemplar ou um boêmio contumaz?

Noel Rosa, aos vinte anos, já se sentia atraído pela figura do malandro. Estava familiarizado com a gente da malandragem, com suas leis, seu mundo. Aceitou suas regras, colocou-as em suas letras. Essa figura que tanto fascinou Noel sempre existiu. Cedo os italianos a descobriram como um malandrino:

Vivo, sagaz, cheio de imaginação, ganhava a vida às custas de golpes, nunca de trabalho. O nosso malandro descende de malandrino no nome e no modo de vida. Não tem emprego fixo nem profissão definida. E acredita muito mais na astúcia do que no batente. Costuma fazer aquilo que as pessoas chamam de “viver de expediente”, uma viração aqui, uma esparrela ali, um grande golpe mais adiante. Suas atividades são tão incertas quanto ilícitas. Sabe, como ninguém, burlar a vigilância policial (MÁXIMO & DIDIER, 1990: 132).

Máximo e Didier (1990: 132) tratam, ainda, de outra característica marcante do malandro: sua linguagem especial. Assim: cerveja é água benta, cachaça vagabunda é infiel, gente de morro passa a cabrito. Dedica-se o malandro a três “atividades”: o jogo, a mulher e a estia (espécie de pagamento por “proteção” do malandro). De Noel Rosa, temos “Malandro Medroso”, de 1934:

Eu devo não quero negar,
 Mas te pagarei quando puder,
 Se o jogo permitir,
 Se a polícia consentir
 E se Deus quiser.

Trata-se de um malandro que vive às custas de uma mulher. Esta é sustentada por um “coronel”, o homem que paga tudo para as mulheres:

A consciência agora me doeu,
 Eu detesto a concordância,
 Quem gosta de mim sou eu...
 Neste momento saudoso me retiro,
 Pois teu velho é ciumento
 E pode me dar um tiro. (Idem, ibidem).

O mesmo Noel, um apaixonado pelo discurso malandro, em “Capricho de rapaz solteiro”, de 1933, declina sua “filosofia” de vida:

Nunca mais esta mulher
 Me vê trabalhando!
 Quem vive sambando
 Leva a vida para o lado que quer.
 De fome não se morre
 Neste Rio de Janeiro
 Ser malandro é um capricho
 De rapaz solteiro.

Para o malandro, o casamento era uma espécie de armadilha, a mais aprisionante de todas. A mulher, para ele, era um achado:

que nos perde e nos atrasa
 não há malandro casado.
 Pois malandro não se casa.

(...)

Numa contradição, o mesmo Noel, no samba “Rapaz folgado”, de 1933, condena a malandragem: “Deixa de arrastar o teu tamanco / Pois tamanco nunca foi sandália / Tira do pescoço o lenço branco / Compra sapato e gravata / Joga fora essa navalha / Que te atrapalha”.

No texto de Heitor dos Prazeres (“Mulher de malandro”, samba de 1932), a cultura da malandragem ultrapassa o conceito de dominação, para atrelar-se ao sentido de agressão: Será física ou moral? Há uma ambiguidade:

Quanta mais apanha
A ele tem amizade
Longe dele tem saudade.
Muitas vezes ela chora
Mas não despreza o amor que tem
Sempre apanha e se lastimando
E perto do malandro se sente bem.

Saffioti (2004: contracapa) descreve a violência contra as mulheres como uma “prática antiga e muito presente na sociedade humana”, mas que, “ao mesmo tempo, continua sendo um tema oculto, muitas vezes tratado como tabu”. Noel Rosa, em virtude de vários enteveros com mulheres com quem convivia, manifestou sua ojeriza contra algumas “alcoviteiras”, como se verifica na canção abaixo:

Mas que mulher indigesta, indigesta!
Merece um tijolo na testa.
Merece um tijolo na testa.
Esta mulher não namora,
Também não deixa mais ninguém namorar
É um bom center-half pra marcar.
Pois não deixa a “linha” chutar.
(“Mulher indigesta”, Noel Rosa, 1932)

É, ainda, Noel Rosa que reprovava o procedimento de mulheres, em “Mentiras de mulher”, samba de 1932, em parceria com Artur Costa:

Quando no reino da intriga
Surge uma briga
Por um motivo qualquer
Se alguém vai pro cemitério
É porque levou a sério
As palavras da mulher.

A questão da violência contra a mulher é bastante explorada na canção popular, como se vê em “Dá nela”, de 1930². Os exemplos são quase inumeráveis, como a ameaça em “Vou te ripar”, de Noel Rosa, samba de 1930: “Toma cuidado que te ripo / Porque tu não és meu tipo / E contigo não fiz fé / E o banzé sempre evito / Não me fica bonito / “exemplá” uma mulher”.

Faour (2006: 107) cita Luiz Carlos Maciel:

Essa questão da mulher que gosta de apanhar nas nossas músicas é apenas o reflexo da nossa cultura (patriarcal). Essa concepção machista tradicional de que a mulher apanha porque gosta, que só as mulheres neuróticas não gostam de apanhar, é uma das coisas mais resistentes na nossa cultura. E não era só no começo do século. Mesmo o rock dos anos 60 era machista, centrado normalmente na figura masculina. Houve resistência a isso por parte de algumas mulheres, mas é bom lembrar que essas, as chamadas feministas, ainda foram xingadas de lésbicas.

Mas que dizer da “mulher de malandro”, de Heitor dos Prazeres, a que “longe dele sente saudade” / E perto do malandro se sente bem”? Não estaríamos diante de um caso de masoquismo? A mulher não estaria no papel de um não sujeito? Ela não seria cúmplice de seu parceiro? Saffioti (2004: 80) afirma que, para serem cúmplices, elas teriam de desfrutar de igual poder que os homens.

Segundo os psicanalistas, há uma pergunta em que Freud tropeçou: “Que quer a mulher?” Essa indagação continuou a assediá-los e houve uma resposta: “Ela quer sofrer”. Assim os psicanalistas forjaram a tese do masoquismo feminino, em virtude da impossibilidade de captar a essência da feminilidade (SOLER, 2003: 58). Não competiria à Psicanálise descrever o que é a mulher, pois, para Freud, essa seria uma tarefa irrealizável. Ele não aceita também a possibilidade de assimilar passividade e feminilidade, dizendo que essa concepção é “equivocada e inútil”.

Reafirma que o masoquismo é feminino, porque “as normas sociais e sua constituição própria obrigam a mulher a recalcar seus instintos agressivos”, mas recua ante a afirmação de que a mulher seja masoquista como tal. Assinala que também há homens masoquistas e extrai a consequência: “Eis-nos dispostos a reconhecer que a psicologia em si não nos fornece a chave do mistério feminino” (SOLER, 2003: 61).

Para Saffioti, a violência de gênero não ocorre aleatoriamente. Ela se origina de uma “organização social de gênero, que privilegia o masculino” (2004: 81).

Na canção, não estaria também pressuposto o “sofrer pelos homens?” Em “Eu sei sofrer”, de Noel Rosa, de 1937, o eu feminino sofre, “apanha”, pois é um prazer de origem divina, não se pode reclamar:

² Segundo Severiano & Mello (1997: 99), a canção foi composta depois de um incidente de rua em que populares gritavam “dá nela”, ameaçando bater numa mulher. Ari Barroso venceu o concurso de carnaval, e a música foi a mais cantada pelo povo.

Quem é que já sofreu mais do que eu?
 Quem é que já me viu chorar?
 Sofrer foi o prazer que Deus me deu
 Eu sei sofrer sem reclamar
 Quem sofreu mais do que eu não nasceu
 Com certeza Deus já me esqueceu.

Parafrazeiam-se sentidos da época colonial de que a mulher deveria sujeitar-se ao homem. A ajuda de instituições de poder como a Igreja coibia a reação feminina. A mulher era obrigada a sofrer, a chorar calada, como um presente de Deus. Repete-se um discurso religioso de aceitação dos preceitos impostos. Trata-se de um dizer cristalizado a ser seguido cegamente sem contestação, como lembra Orlandi (1987: 15):

Como, na ordem do discurso religioso, o sujeito se marca pela submissão, isto propicia múltiplas espécies de manipulação. Mesmo porque podemos ver a religião como forma de controlar a agressividade desconhecida. E, nesse caso, converter é “pacificar”.

No entanto, não vamos deixar de considerar, como bem o mostra Gramsci (1966), que a religião pode ter uma duplicidade: ser útil ou ser “o ópio do povo”, dependendo do momento histórico.

“Amor de malandro”, de Francisco Alves e Ismael Silva, de 1930, é canção que se filia ao discurso sobre o malandro, parafrazeando sentidos de que “a mulher que ama deve apanhar do marido”

Amor é do malandro
 Oh meu bem
 Melhor do que ele ninguém
 Se ele te bate é porque gosta de ti
 Pois bater-se em quem não se gosta
 Eu nunca vi.

Trata-se de um modismo:

As letras traziam com mais frequência a mulher como inimiga em potencial do homem – a culpada por tudo que desse errado no relacionamento. Ela poderia ser a traidora, a perdulária, a exigente demais, a excessivamente crítica, a não compreensiva, e em linhas gerais uma “perdida”, sem coração. E isso vem de longe (FAOUR, 2006: 31).

Sabe-se que quase toda a produção musical, na primeira metade do século XX, é masculina. Por isso, nota-se, com frequência, uma depreciação da imagem da mulher. Segundo o psicanalista Flávio Gikovate, citado por Faour (2006: 31), os homens sentem pelas mulheres um misto de “tesão e raiva” e teriam inveja do poder sensual feminino. Isso se comprovaria pelo fato de, no carnaval, os homens irem para a rua imitando as mulheres e sua forma de sedução.

Em suma, a violência contra a mulher, apesar de leis que procuram coibir essa prática tão comum no mundo inteiro, é cada vez mais presente. Da mesma forma, a malandragem, sob variados aspectos, está, mais do que nunca, representada pela variada espécie de políticos que infestam o nosso dia a dia.

NOTA – Este artigo é uma homenagem ao Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, com quem trabalhamos durante 16 anos na ABRAFIL e em congressos de língua e literatura e que nos incentivou a publicar nossa tese de doutorado, da qual este artigo é uma seção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

FAOUR, Rodrigo. *História sexual da MPB – a evolução do amor e do sexo na canção brasileira*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2006.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambiguidade ao equívoco – a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

MALDIDIER, Denise. “Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969”. In GADETH, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MÁXIMO, João & DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: UnB/ Linha Gráfica, 1990.

ORLANDI, Eni (org.) *Palavra, fé, poder*. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e texto – formulação e circulação de sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. *Análise de discurso – princípios & procedimentos*. 5 ed., São Paulo: Pontes, 2003.

PEREIRA, Arley et alii (redatores). *História do samba (40 exemplares)*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997.

RIBEIRO, Silvana Mota. “Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo”. In IV Congresso Português de Sociologia – *Passados recentes/futuros*

próximos. Coimbra: 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 4 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SEVERIANO, Jairo & MELLO, Zuzi Homem de. *A canção no tempo* (vol. 1: 1901-1957). São Paulo: Editora 34, 1997.

SOLER, Collete. *O que Lacan dizia das mulheres*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

A EXPRESSIVIDADE EM QUESTÃO

(Maria Antonia da Costa Lobo - ABRAFIL)

Expressar-se adequadamente, por intermédio da linguagem verbal, é recorrer a hábitos adquiridos, os quais devem integrar um feixe bem organizado. Quem considera hábitos, aceita também reflexo e ação.

Aquele que se expressa, em especial, por escrito, raramente o faz para si próprio – o faz para o outro.

Na condição de leitor (simplesmente receptor e/ou até destinatário), este, evidentemente, busca o melhor entendimento de vários aspectos da realidade enfocada (época da publicação), sem perder de vista que não está instalado na mente do enunciator/comunicador.

Termos são usados a qualquer instante, os quais pro inde podem surpreender e servir de bloqueio ao real entendimento, no instante de captação de mensagem(ns), objetivo final do processo de comunicação.

Nesse referido uso, a inadequação semântica se multiplica – os exemplos¹ são encontrados em vários meios de comunicação (mormente em periódicos), passando pelas mais variadas áreas de conhecimento, das quais os profissionais são usuários do idioma oficial brasileiro – a Língua Portuguesa.

Sabe-se que o idioma é rico e apaixonante, pelas inúmeras possibilidades de expressividade, as quais permitem recorrer a postos (explícitos), a supostos e a pressupostos.

Afinal, as figuras de linguagem também podem integrar essa expressividade – quão fugaz é a Santa Metonímia!

Lamente-se, todavia, a ocultação por ela permitida. Do ponto de vista sintático, que perfeição! Mas... é indispensável que, antes e acima de tudo, se considere a SEMÂNTICA – sem ela, o entendimento será impedido.

Até que ponto, um indivíduo pode dar crédito ao enunciado a seguir?

1. A fúria da natureza - Como o Japão – um exemplo de tecnologia, planejamento e disciplina - enfrenta o maior terremoto de sua história².

2. O Fundo de Amparo ao Trabalhador financia o BNDES e paga o seguro-desemprego³.

3. O Brasil precisa voltar a construir grandes barragens na Região. Por razões econômicas, energéticas – e até ambientais⁴.

4. Anatel terá acesso a sigilo das ligações telefônicas. (Agência vai monitorar dados dos celulares e fixos; medida fere privacidade, afirmam advogados)⁵.

1 Por se tratar de um artigo foram selecionados alguns deles.

2 Revista Época (capa), 14 de março de 2011.

3 IDEM, p. 38

4 IDEM, p.52.

5 Folha de S.Paulo, quarta feira, 15 de janeiro de 2011.

5. Mulheres contra o câncer no Aterro⁶.
6. Prefeitura alega que precisa ajuda do Estado para obras de saneamento⁷.
7. Decisão do STF limita utilização de algemas⁸.
8. Israel ataca palestinos que revogam a trégua⁹.
9. Brasil muda e apoia investigar os abusos do Irã¹⁰.
10. “Professor, mobilize sua escola”¹¹.

Embora (na manchete de n.o 1) o enunciador tenha utilizado uma função referencial para noticiar a ocorrência (terremoto), o nome de um país (Japão) foi usado para indicar a prática de enfrentamento. O topônimo Japão não pode enfrentar nada. Alguns japoneses talvez o possam; outros não, pois chegaram, sim, ao óbito.

E, ainda, para afirmar tratar-se do maior terremoto, é necessário haver um ponto de partida (intitulado grau zero), na escala argumentativa, para uma comparação. O grau zero não foi indicado.

Com relação ao uso do pronome sua, a ambigüidade apresenta-se nitidamente: umas questões foram geradas: que história? De onde?

Na manchete de número 2, há uma mensagem indireta e uma decodificação é exigida: é possível que os recursos do referido Fundo sejam até usados para outros fins (financiamento bancário): por que tanto uso metonímico?

No enunciado de número 3 selecionado, aparentemente apenas referencial, o enunciador dessa manchete apresenta até um ponto de vista (próprio ou endossado) referente a justificativas. A princípio, apresenta dois tipos de razões (econômicas e energéticas) acompanhados de um terceiro (ambientais), para o uso dos quais se serviu de uma escala argumentativa, quando chegou ao topo, empregando o termo ATÉ.

De toda maneira, Brasil é um topônimo, não podendo, assim, praticar qualquer ato que seja. Curiosamente, o enunciador tenta atrair a atenção do leitor (receptor e/ou destinatário) para o fato de ser preciso “voltar a construir grandes barragens”. Acaso foram ou estão sendo construídas pequenas barragens? Para esse enunciador, o que seria uma grande barragem?

O enunciado de número 4, selecionado intencionalmente pela quantidade de implícitos nele contidos, tem semanticamente caráter inquietante.

Apesar de indicar que atos (tais como “terá acesso a”, “vai monitorar dados”) serão praticados e registrar a infração à privacidade, deixa, contudo, de informar o(s) praticante(s) desses atos. Agência jamais praticará qualquer ato – os

6 O Dia, segunda-feira, 14 de abril de 2003(Geral p.4).

7 O Dia, segunda-feira, 14 de abril de 2003 (Em Dia com o seu bairro).

8 Folha de S.Paulo, sexta-feira, 08 de agosto de 2008.

9 Jornal do Brasil, sexta-feira, 22 de agosto de 2003.

10 O Globo, Rio de Janeiro, sexta-feira, 25 de março de 2011.

11 Propaganda veiculada na Rádio Globo – recado oral – R.Globo, em 18 de março de 2011, cerca das 11:50.

integrantes da mesma, sim.

Em verdade, a que se referem esses dados? Serão dados ou diálogos entre usuários de linhas de telefones móveis e fixos? Quem são os advogados aludidos na enunciação?

Será que sintética significa inteligível? O enunciado na manchete de número 5, do ponto de vista semântico, é também problemático: câncer no Aterro?

A manchete de número 6 selecionada apresenta um enunciado construído com duplo uso metonímico nos termos Prefeitura (ao invés de Prefeito) e Estado (ao invés de Governador). É possível Prefeitura alegar alguma coisa? Evidentemente que não. Da mesma forma, será possível Estado ajudar alguém? A resposta será idêntica. E mais: quais serão as obras de saneamento.

No enunciado da manchete de número 7, também selecionada, mais uma vez a retórica discursiva evidencia uma ocultação na prática de ato jurídico.

S.T.F., ou melhor, Supremo Tribunal Federal, jamais praticou, pratica ou praticará qualquer ato – Juízes Federais, sim, e ainda: atos legais (baseados em Leis). Logo, não há nenhuma razão para não declinar o nome do praticante de qualquer ato jurídico.

Qual seria o motivo de tantos usos metonímicos em linguagens referenciais, como é o caso do enunciado na manchete de número 8? Por que o uso de um topônimo (Israel), ao invés de uma outra nomeação (Israelenses) (atacam) ?

Dois topônimos (Brasil e Irã) foram usados pelo enunciador (na manchete de número 9), em uma situação de ocorrência tão séria e grave, de acordo com a informação transmitida, publicada em um periódico.

Brasil jamais praticará qualquer ato; o mesmo ocorre com o topônimo Irã. Por que ocultar o(s) antropônimo(s) responsável(is) pela mudança e também nada mais divulgar a respeito de investigação relativa aos abusos?

No concernente ao enunciado de número 10 contido na propaganda veiculada através de programa radiofônico é tão problemático, quanto os anteriores: indivíduos podem ser mobilizados, mas um imóvel (Escola)...Deve ser “balance e veja se cai”.

O problema não está em escrever, mas na retórica aplicada inadequadamente no momento determinado. Não se trata de certo ou errado – o contido na expressividade exige, sim, adequação.

Embora o verbete do dicionário (Houaiss – p.2201) conceitue pessoa física (PF) (Jur) qualquer ser humano sujeito de direitos pelo fato de pertencer à espécie humana; pessoa individual, pessoa natural; e pessoa jurídica (PJ) (Jur) instituição, corporação, associação ou sociedade com existência e responsabilidades legalmente reconhecidas e devidamente autorizada a funcionar, a PJ é representada por uma pessoa física (PF) (gerente, presidente, sócio...) que será considerada a responsável pela P.J..

Observe-se que qualquer problema que haja com a P.J., a responsabilidade recairá sobre a P.F.

Exemplificando: se for imputada qualquer dívida à P.J., quem sofrerá penalidade será a P.F., podendo, inclusive, ter o próprio nome incluído no CadIn¹².

Teoricamente, no instante de cumprir obrigações tributárias, são consideradas pessoas distintas (dupla arrecadação pela Instituição responsável por esse gênero de cobrança).

Resultado: na prática: P.J. e P.F. não são pessoas distintas.

Muitas outras observações podem e devem ainda ser registradas.

A Literatura da área econômica ensina que salário é remuneração de trabalho; renda é remuneração de capital.

Por que se deve entender que salários percebidos por um trabalhador(a) ou prestador(a) de serviços sejam denominados rendimentos?

Ainda bem que o idioma permite múltiplas análises, mormente quando feitas por profissionais da Área de Letras.

No Brasil, qualquer área de conhecimento técnico-profissional jamais existirá sem o uso do idioma oficial – pesquisas estão e/ou são registradas com recurso à linguagem verbal (escrita), como provas documentais.

Criticar tecnicamente exige embasamento(s) idiomático(s), o que indica um privilégio de poucos, destacando-se os filólogos na recorrência à busca às origens.

12 Cadastro de Inadimplentes.

PARA UMA EDIÇÃO CRÍTICA DA LÍRICA DE CAMÕES

MARINA MACHADO RODRIGUES
(UERJ, UFF e ABRAFIL)

Nesta homenagem que se faz ao saudoso e querido - amigo e mestre - Leodegário caberiam muitas palavras: as de admiração, as de gratidão, as de reconhecimento... Mas as que falam mais alto ao coração são as da amizade. Destas, eu poderia falar infinitamente, pois não há como esquecer lembranças tecidas ao longo de 30 anos da mais fraterna convivência. As frases, os poemas preferidos, as incontáveis histórias, as lições de vida que permanecem na memória, ecos do passado...

O mestre, com seus ensinamentos pontuais; o companheiro, engraçado, solidário e generoso, era o Leo para os amigos - sempre presente nas horas de indecisão e agonia. Da saudade não é possível falar ainda. Então, neste momento, daremos voz à obra e à sua inestimável contribuição à cultura e às letras deste país. Trata-se de uma produção intelectual notável - mais de 60 livros publicados e cerca de 3 centenas de artigos - marcada sempre pelo pioneirismo. Mas julgamos ser na área da camonística sua maior relevância.

As dificuldades para a constituição de um cânone lírico de Camões são de conhecimento geral e envolvem problemas que se originaram ainda na primeira edição da obra, em 1595. No prólogo aos leitores, supostamente da lavra de Fernão Rodrigues Lobo Soropita, confessam-se as inúmeras dificuldades encontradas para reunir as 170 composições que lá figuram e que andavam dispersas pelos Cancioneiros de mão. Daí em diante, e por três séculos seguidos, os sucessivos editores da obra lírica de Camões foram incorporando, sem qualquer critério, mais “inéditos”, quer fossem dele ou não, totalizando, ao final do século XIX, o formidável número de 672 textos nas edições do Visconde de Juromenha e de Teófilo Braga.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Wilhelm Storck, estudiosos da obra do Poeta, todavia, ao concluírem que um expressivo número de composições atribuídas a ele era apócrifa ou de autoria controvertida, propuseram um enxugamento radical do cânone, revertendo a tendência de diástole, que perdurara por cerca de 300 anos.

No século XX, José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, em sua edição de 1932, consideravam autênticas 377 composições, inaugurando a fase moderna da lírica de Camões. A esta sucederam as edições de Costa Pimpão (1944) com 328 textos; Hernâni Cidade (1946) com 380; Salgado Júnior (1963) com 408; e Maria de Lurdes Saraiva (1980-1) com 387. Todas se valeram de critérios mais ou menos subjetivos para a aceitação ou recusa dos textos.

Datam também do século XX os fundamentos metodológicos das principais teorias modernas para a constituição de um cânone da lírica camoniana. Azevedo Filho no primeiro volume de sua edição crítica da lírica de Camões avalia os

resultados, após análise minuciosa das teses propostas.

A primeira teoria foi formulada por Jorge de Sena, que investiga a problemática da autoria dos textos também com apoio em manuscritos e, em etapa ulterior, procede a um inquérito estrutural à forma externa das composições consideradas autênticas, com base na editio princeps.

Sobre a eficácia do método, pondera Azevedo Filho:

(...) nada impede que um soneto de autoria controvertida apresente um esquema de rima de grande frequência no corpus tido como autêntico, tornando-se assim um elemento perturbador da decisão de incluí-lo ou não no cânone da lírica camoniana. Portanto, esse tratamento estatístico do corpus tido como autêntico, centrado num inquérito à forma externa, torna-se muito relativo, em face de suas conclusões. (AZEVEDO FILHO, 1985, p.179).

A segunda teoria coube a Roger Bismut, que propôs o confronto estilístico entre os textos duvidosos da lírica de Camões e a epopeia, como base de possível identificação autoral. Acredita Leodegário que:

(...) as conclusões a que chega [Bismut], como já demonstrou Vítor Manuel de Aguiar e Silva, no ensaio intitulado Notas sobre o Cânone da Lírica de Camões – II, nem sempre são aceitáveis ou admissíveis. E a razão é simples, pois Camões teve muitos imitadores, como estrela de primeira grandeza nas letras portuguesas do séc. XVI, época em que predominava a estética da identidade. Por isso mesmo, não raro se torna mais prudente desconfiar de certas aproximações estilísticas do que acreditar nelas, sobretudo quando tais aproximações se fazem com a própria poesia lírica. (...) Além disso, o confronto estilístico com Os Lusíadas, embora útil, nada pode decidir de modo inquestionável, não apenas em face do problema das imitações, mas também pela indispensável distinção que se deve fazer entre poesia épica e poesia lírica, como sabe Roger Bismut. (AZEVEDO FILHO, 1985, p. 180-181).

A teoria de Elizabeth Naïque-Dessai também nada acrescenta às tentativas anteriores de constituição de um corpus autêntico da lírica, pois, como observa o crítico,

A autora considera como sonetos provavelmente autênticos os que foram publicados nas edições de 1595, 1598 e 1616, num total de 124 textos, pois exclui alguns. Tais sonetos vão servir de base ao confronto que estabelece com 29 outros sonetos tidos como duvidosos. Em se-

guida, marca o índice positivo de + ¼ até autêntico e o índice negativo -1/4 até inautêntico, estudando os 29 sonetos tidos como duvidosos na edição de Faria e Sousa, agora com base estilística, além da base estatística inicial. (AZEVEDO FILHO, 1985, p. 181)

E conclui, argumentando que:

(...) nem mesmo o testemunho das duas edições quinhentistas poderia servir de base inequivocamente autêntica, razão suficiente para pôr em dúvida a legitimidade do *corpus* constituído pela autora. Além disso ao recorrer aos textos estabelecidos por Hernâni Cidade, deixando de lado a edição de A. J. da Costa Pimpão – que não aceita nenhum soneto privativo de Faria e Sousa -, confere aos sonetos estabelecidos pelo primeiro editor citado um grau de credibilidade realmente inaceitável (...). (ibidem)

Diante do caos instituído e de nenhuma solução aceitável para ordená-lo, a despeito da seriedade e do preparo de todos os estudiosos citados, era fundamental que se pensasse em outras alternativas. A viragem coube a Emmanuel Pereira Filho que revolucionou o próprio conceito de cânone. No ensaio intitulado “Aspectos da Lírica de Camões”, de 1967, postulava que a tentativa de se constituir um cânone total da lírica estava fadada ao fracasso, como as investidas anteriores mostravam claramente. Na contramão da crítica, propôs que o cânone fosse formado por um núcleo pequeno de poemas, o chamado Índice Básico de Autoria, que oferecesse a máxima garantia de autenticidade. Com os filólogos alemães, Wilhelm Storck e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, reconhecia a primazia de elementos extrínsecos sobre os intrínsecos para a fixação de critérios objetivos; e consciente de que o apelo a dados estilísticos para a resolução do problema acabava por conduzir a um círculo vicioso, concebeu o triplo testemunho quinhentista incontestado, como requisito básico para a constituição de um cânone camoniano. A partir da análise de 8 testemunhos, que conseguiu reunir à época, criou um *corpus* com 65 composições, distribuídas entre sonetos, canções, odes, écloas, oitavas, elegias e composições em versos de redondilha. A morte o impediu de dar prosseguimento à pesquisa. Esta foi retomada por Leodegário, que a ela dedicou a vida. Ao reunir mais de 30 testemunhos aos quais Emmanuel não tivera acesso, propôs a revisão do *corpus mínimo*, alterando a exigência do triplo para o duplo testemunho. O *corpus minimum* proposto por ele congloba um total de 133 composições assim distribuídas: 65 sonetos, 11 canções, incluindo-se aí a única sextina; 6 odes; 3 composições em oitavas; 5 écloas e 37 composições em versos de redondilha.

A metodologia da chamada Escola Camoniana Brasileira distingue-se das demais em pelo menos dois pontos: a objetividade do critério, apoiado em provas documentais, que abonam a autoria a favor de Camões, e não mais na escolha

peçoal baseada em posições cristalizadas; e o caráter afirmativo do método, que é inclusivo. Ou seja, as composições que não integram o *corpus minimum* por falta de apoio manuscrito suficiente poderão integrá-lo no futuro, caso sejam descobertos novos testemunhos que abonem a autoria a favor de Camões. Na área não contestada, figuram 91 composições, aguardando a necessária confirmação documental. Em face disto, em 1987, enunciou os critérios para a constituição do *corpus additium*, o qual prevê o exame de composições que muito provavelmente foram escritas por Camões, mas que deixaram de atender aos critérios exigidos para sua inclusão no *corpus minimum*. Convencido de que “só em etapas consecutivas seria possível avançar em terreno tão complexo e controvertido” e cõscio de que “algumas vezes o duplo testemunho quinhentista virá apenas da tradição impressa, centrada em RH e RI, sem qualquer apoio textual em manuscritos conhecidos daquela época” ou “será encontrado somente em MA e RI”, comprometendo a autonomia dos testemunhos, Azevedo Filho, cautelosamente, recomenda que tais composições fiquem em ritmo de espera (AZEVEDO FILHO, 1985, p. 248-249). Neste grupo, incluem-se 114 textos.

No *corpus possibile*, conforme proposta de Álvaro de Sá, que lhe fixou os critérios, figuram, inicialmente, 9 composições (cf. AMORIM, 1997, p.93-103). Trata-se de poemas que, excluídos do *corpus minimum* e do *corpus additium*, também não poderiam pertencer a um *corpus alienum*. Mas as composições inicialmente incorporadas aos dois *corpora* carecem de muitas pesquisas para serem confirmadas, principalmente aquelas recusadas pela frágil contestação autoral, como as atribuídas duplamente a Camões e a Bernardes.

Todos os editores do poeta ocuparam-se somente da questão autoral. Quanto à questão textual - o grave problema da transmissão viciosa dos textos desde o séc. XVI - não foi cogitada. As edições modernas seguiram sempre as duas tradições impressas: a quinhentista (RH e RI) ou a seiscentista, esta iniciada por Faria e Sousa, repercutindo e acrescentando erros próprios às já tão estropiadas leituras. Isto quando não misturaram as duas tradições.

Leodegário A. de Azevedo Filho, com o colega e amigo Emmanuel Pereira Filho, reconhecia a importância da volta aos manuscritos quinhentistas para equacionar a questão textual, prevenido da tarefa hercúlea que teria de enfrentar. Nunca esmoreceu diante das dificuldades e dos desafios que lhe depararam. Nos oito volumes de sua edição crítica Lírica de Camões, que vem sendo publicada desde 1985 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, de Portugal, os textos estabelecidos propõem leituras que criam visível estranhamento naqueles que já se habituaram às leituras viciosas, divulgadas pelas edições da obra lírica do Poeta.

Assim como Alberto Chiari, acreditava que:

O editor de um texto, pelo fato de haver tomado a si o encargo de apresentar o texto escolhido nas condições mais próximas possíveis às desejadas pelo autor, deve, para cumprir bem sua tarefa, saber que se propõe uma empresa cujo êxito depende justamente do conhecimento que

ele possui da língua, da cultura, do pensamento e da arte do autor que escolheu; deve saber que não faz somente trabalho de erudição, mas trabalho de reconstrução, portanto de pensamento e de arte, em que a lucidez do próprio pensamento e o requinte do próprio gosto são postos a serviço do pensamento e do gosto de outrem (Alberto Chiari).

O método neolachmanniano foi o ponto de partida para o estabelecimento dos textos. Contudo, a reconstituição requer um trabalho isolado, em face da diversidade da tradição documental e do desconhecimento de fontes originais.

Diante da impossibilidade de se conseguir um documento autógrafa de Camões, com a totalidade das composições, ou mesmo de um manuscrito que pudesse ser eleito como *codex optimus*, em função da fragmentação em que já se encontrava a obra lírica ao ser recolhida, impôs-se a reconstituição textual, verso a verso, partindo-se da crítica das variantes. No caso da concordância de lições, com a existência de três ou mais testemunhos não contaminados, o texto crítico manteve a fidelidade ao texto de base. A *emendatio* só foi proposta quando se comprovou erro, deslize ou gritante contrassenso do copista e, para tanto, o texto crítico levou em conta a lei do predomínio numérico das variantes. Quando, ao contrário, não houve coincidência de lições, o verso foi reconstituído por conjectura, envolvendo o juízo crítico do editor. Neste caso, a mínima alteração pressupôs total rigor técnico e justificativas pertinentes. As emendas ao texto de base levaram em conta os seguintes critérios internos: a *lectio difficilior* – a lição mais difícil é preferível, pois explica as posteriores banalizações de leitura. E, em exemplo clássico, citamos a ode “Aquele único exemplo”, onde se lê no v. 16: “para o lânguido corpo, o intonso Febo” (GO, MA, JUR e FS). A palavra, que significa não aparado (a), quando relativa à barba ou cabelo, foi substituída por intenso pelo editor de RI, por incompreensão ou simples recusa do erudito latinismo contido na forma intonso (cf. Lus., IV, 71: barba ... intonsa) e cuja mudança implica leitura inteiramente diversa do verso. Casos como estes se multiplicam na lírica e na épica camonianas. Nesta última, o cotejo entre as edições E e Ee permitiu a Leodegário levantar inúmeras discrepâncias entre elas, anotadas em estudo filológico introdutório da edição fac-similar do exemplar que pertenceu ao Imperador Pedro II. O livro foi publicada em 2007 pela Francisco Alves.

O segundo critério interno é o do *usus scribendi* do Poeta e da época. As formas linguísticas de época foram rigorosamente preservadas, como fermosa, por exemplo, única existente no século XVI. Do mesmo modo, o *usus scribendi* do Poeta – cuja pauta encontra-se em Os Lusíadas, obra publicada com o Poeta vivo – tem de ser obrigatoriamente respeitado. Algumas formas nos derivados vernáculos em -vel já se pronunciavam com -v- no século XVI. Camões prefere quase sempre a grafia recuperada do latim -bil, como se lê no soneto “Apolo e as nove Musas descantando”: v. 11 – “tão ligeira, que quase era invisibil”. Em Os Lusíadas, o autor também demonstra uma inequívoca preferência pela forma derribar ao invés de derrubar, ambas recorrentes no século XVI. Para a primeira, encontram-se 15 ocorrências na épica,

já para a segunda, nenhuma.

O terceiro critério é a *res métrica*. Muitos versos foram alterados por supostas correções métricas, em razão do desconhecimento da versificação portuguesa quinhentista, pouco estudada ainda hoje, o que gerou muitos equívocos, como alerta Azevedo Filho (AZEVEDO FILHO, 2004, p. 43), especialmente no que respeita ao regime dos encontros vocálicos. A correção do verso justifica-se no caso de métrica e ritmo defeituosos, como no soneto “Amor com a esperança já perdida”, em que o v. 11 – “e se ainda não estás de mim vingado” (CrB) – hipermétrico, teve também o ritmo alterado. Aqui, a solução encontrada foi a substituição da forma ainda, trissílaba, pela dissílaba inda, como se vê em RH e RI.

O quarto critério é *conformatio textus* – alterações de sentido causadas por incompreensão de certas formas linguísticas ou mesmo por censura religiosa preventiva. No primeiro caso, encontra-se o soneto “Alma minha gentil que te partiste”, em que a reconstituição textual restaura os pares opositivos, característicos da estética petrarquista: corpo/alma; tu/eu; céos/terra, etc., desde sempre corrompidos pela tradição impressa. No segundo caso, constata-se um exemplo claro de interferência da censura religiosa na composição em versos de redondilha “Se Helena apartar”, em que o verbo adorar, como se lê no Manuscrito Apenso, foi substituído pelo pasmar: “Lhe adora seus olhos/Pasma nos seus olhos”. Assim também em “Quando de minhas mágoas a comprida”, em que RI emendou o adjetivo *divina* (MA) para *benigna*.

A reconstituição do texto à luz dos manuscritos quinhentistas – em confronto com a tradição impressa multissecular, partindo-se de seguros métodos ecdóticos permite a aproximação do original perdido, impedindo que se imponham critérios subjetivos, sobretudo o gosto pessoal e as firmes convicções estruturadas no erro comum. Não se pode, contudo, deixar de enfatizar o aspecto provisório da empreitada. À falta de um autógrafo do Poeta, lida-se sempre com hipóteses. Nem é exaustivo salientar que o estabelecimento crítico de um texto será somente uma tentativa de aproximação do que o Poeta teria escrito.

De acordo com a metodologia da Escola Camoniana Brasileira, o recurso à tradição impressa como ponto de partida para o estabelecimento crítico de um texto só foi ou será utilizado na total impossibilidade de se poder recorrer a um testemunho manuscrito.

Reproduzimos as seguintes palavras de Leodegário A. de Azevedo Filho sobre a importância da filologia e da crítica textual no âmbito dos estudos camonianos:

Quando os textos fundadores de uma cultura, de uma civilização, de um povo – como é o caso de Os Lusíadas e, sobretudo, o da lírica de Camões – quando esses textos sofrem as deformações provocadas pelo tempo, quando a língua do escritor se corrompe e se vai tornando obscura para os leitores, a filologia toma a seu cargo a preservação, a reconstrução, a depuração e a perfeita compreensão desse patrimônio

textual e espiritual.” (AZEVEDO FILHO, 2009, p. 144)

A propósito da metodologia e de suas perspectivas futuras, substanciada na edição crítica preparada por Leodegário A. de Azevedo Filho, reproduzimos os oportunos comentários de Xosé Manuel da Silva Fernández (op. cit., p.16):

Impõe-se afirmar, portanto, que o momento atual da Camonologia apresenta uma conjuntura esclarecedora, após quatro séculos de muitas confusões, a fim de desenhar o possível retrato literário de Camões como poeta lírico. Efetivamente, esta Lírica de Camões (...) exige de todos nós a tarefa urgente de descrever e apreciar, com olhar inédito, a prática literária do escritor, pois que o material poético que reúne, tanto autoral como textual, fornece um campo de análise que fica à margem do risco de se encararem composições apócrifas ou inautênticas como sendo de Camões (op. cit., p.13).

Penso que o principal legado deixado por Leodegário A. de Azevedo Filho foi o desenvolvimento de uma metodologia apoiada em seguros fundamentos ecdóticos. Morreu o fundador e principal divulgador da Escola Camoniana Brasileira, mas sua criação continuará viva, porque até hoje não se apresentou qualquer proposta objetiva para solucionar as questões autorais e textuais relativas à lírica de Camões.

De nossa parte, podemos assegurar que terminaremos a tarefa que ele infelizmente não pôde concluir. De sua edição crítica, faltaram o segundo volume das *Éclogas*, o tomo das *Redondilhas*, o *Glossário* e um volume com todos os textos estabelecidos, mas sem o aparato crítico, voltado para um público menos especializado. Ainda agora, nos dedicamos ao estabelecimento crítico das 37 composições em versos de redondilha, integrantes do *corpus minimum*. Simultaneamente, organizamos o *Glossário das Rimas de Camões*.

O confronto entre as lições manuscritas e a tradição impressa multissecular nos permitiu constatar verdadeiras barbaridades perpetradas pelos editores do Poeta em todas as épocas. No vilancete *Amores de ãa casada*, por exemplo, sem exceção, a tradição impressa omitiu uma estrofe que só o Manuscrito Juromenha registra. O resultado mais imediato é a falta de conclusão do poema. Nesta, amador e amada padecem do mesmo mal: ambos são alheios a si: ela, porque casada, pertence a outro; ele, porque apaixonado, pertence a ela.

Adiante, reproduzimos o texto e as principais diferenças encontradas entre a tradição impressa e a manuscrita, de acordo com a lição do Ms. Juromenha, nosso texto de base:

Mote alheio
Amores de ãa casada
que eu vi pelo meu mal

Voltas próprias
 Nũa casada fui pôr
 os olhos de si senhores;
 cuidei que fossem amores,
 eles fizeram-se amor.
 Fez-se o desejo maior
 onde remédio não val
 sem perigo de mais mal.

Não me pareceo que Amor
 Podesse tanto comigo
 mas onde entrou por amigo
 se levantou por senhor;
 leva-me de dor em dor
 àquele passo mortal,
 que eu terei por menos mal.

Casada bem vejo eu
 que sois alheia e não vossa,
 mas quem deste mal se apossa
 também é vosso e não seu.
 Já que a vós Amor me deu,
 dai-me vós algum sinal
 de vos pesar de meu mal.

Edição de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira (1932)

V. 5: Transcrevem *Faz-se* em lugar de *fez-se*, já que reproduzem a tradição impressa quinhentista. V. 6: Pela mesma razão, registram: *Donde*, ao invés de *onde*; V. 7: *em perigo de meu mal*, no lugar de *sem perigo de mais mal*; V. 8: *Amor* no lugar de *amor*, como se lê em R.I; V. 10: *Que donde entra por amigo*, no lugar de *mas onde entrou por amigo*; V.11: *levante*, no lugar de *levantou*; V. 13: *de final em final*, no lugar de *àquele passo mortal*, divergindo de ambas as tradições, a manuscrita e a impressa. V. 14: *cada vez para mor mal* no lugar de *que eu terei por menos mal*. Além de reproduzirem a tradição impressa, RV introduzem erro próprio, trocando *sinal* por *final* em má leitura do verso, equívoco comumente observado em transcrições de textos antigos. Como ensina Serafim da Silva Neto (Textos medievais portugueses e seus problemas. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956, p. 28).

O S alongado dos antigos, o s cursivo, confunde-se muito facilmente com o f, aos olhos inexpertos. Assim, que Gabriel Pereira leu no livro de Pero

Menino, *reseitos* onde se devia ler *refeitos*. Ou em Cândido de Figueiredo, Dicionário, refualar no lugar de resvalar.

Edição de A. J. da Costa Pimpão

Comete os mesmos erros da anterior, mas corrige a má leitura de final por sinal.

Edição de Hernâni Cidade

O editor comete os mesmos erros das anteriores, aos quais acrescenta os seus próprios: v. 6: *vale* no lugar de *val*, quebrando a rima com *mal* ; v. 7, “Em perigo de meu mal” por “Sem perigo de mais mal”; v. 13: *E de final em final*, no lugar de *àquele passo mortal*. Embora não incorpore a terceira estrofe ao texto, menciona sua existência. Nas Notas, (p.313), declara: “No mesmo Ms. [Juromenha] vem mais esta redondilha, que nem a 1.^a nem qualquer outra das eds. posteriores insere”. O editor, ao transcrever as observações da edição Juromenha, reproduz também os erros ali verificados (ver IV, p.446): “Sem perigo do mais mal”. Troca *algum sinal*, como se vê na edição, por *aquele sinal*.

2.5.4. Edição de A. Salgado Júnior

Preso à tradição impressa, o texto é semelhante ao de Costa Pimpão, exceto em três casos: no 2.^o verso do mote, transcreve *pele*; no v. 4, grafa *amor*; e, no v. 11, *levanta*, distinguindo-se aqui não só do texto de Pimpão, mas de todos os outros já mencionados.

2.5.5. Edição de Maria de Lurdes Saraiva

O texto é o mesmo editado por A. J. Pimpão.

Restituído o texto à sua forma muito provavelmente autêntica, conforme a lição do Ms. Jur., evidencia-se logo que a tradição impressa alterou-lhe o sentido. O sujeito lírico, ao se apaixonar por uma mulher casada, sofre as dores de um amor não correspondido, desejando a morte, mal menor do que aquele sofrido pelo amor interdito. A troca do sintagma mais mal (Ms. Jur.) por meu mal (todos os editores) como se lê na tradição impressa desfaz o par antitético mais/menos que se vê no texto reconstituído. Típicos da estética petrarquista, os jogos antitéticos inscrevem a contradição própria da estética maneirista. À construção “alheia/ não vossa” o poeta contrapõe o verso “vosso e não seu”, sugerindo que, embora sob condições diferentes, amada e amante padecem do mesmo mal: não se pertencem: ela, por ser casada, ele por pertencer a ela. Mas a leitura da tradição impressa, porque não registra a 3.^a estro-

fe, não permite tal conclusão.

Como se vê, em uma composição com 21 versos, as mudanças foram muitas, da lição manuscrita às duas tradições impressas e daí para as edições modernas. Podemos aquilatar a quantidade de erros apontados em composições de fôlego, como as éclogas, algumas com mais de 600 versos.

Esta pequena mostra permite mensurar o grau de esforço despendido pelo nosso mestre na fixação dos textos camonianos. Mas, sobretudo, trata-se de reconhecer que este trabalho é uma das mais nobres homenagens já prestadas a um poeta. Por tudo isto, acreditamos que a edição crítica de Leodegário A. de Azevedo Filho inaugura uma terceira tradição impressa e que pela seriedade do labor empreendido seu nome e sua obra não poderão ser jamais ignorados ou esquecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR E SILVA, V. M de. *Camões: Labirintos e fascínios*. 2ª ed., Lisboa: Cotovia, 1999.

AMORIM, Cláudia. “Sobre a constituição do corpus possibile” na lírica de Camões. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura. Rio de Janeiro: SBL, 1997.

AZEVEDO FILHO, Leodegário. A. de. *Lírica de Camões. História, metodologia e corpus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985; *Lírica de Camões. Sonetos*. V. 2, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987; *Lírica de Camões. Sonetos*. V. 2, tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990; *Lírica de Camões. Canções*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.3, tomo I, 1995; *Lírica de Camões. Odes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.3, tomo II, 1997; *Lírica de Camões. Elegias em tercetos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.4, tomo I, 1998; *Lírica de Camões. Oitavas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.4, tomo II, 1999; *Lírica de Camões. Éclogas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, v.5, tomo I, 2002.

BISMUT, Roger. *La Lyrique de Camões*. Paris, Press Universitaires de France, 1970.

CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. Ed. fac-simile do exemplar pertencente à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Ed. comemorativa do IV centenário da morte de Luís de Camões a 10 de junho de 1980.

_____. *Rimas*. Reprodução fac-similada da ed. de 1598. Estudo introdutório de Vitor Manuel de Aguiar e Silva. Universidade do Minho, 1980.

_____. *Rimas várias*. Commentadas por Manoel de Faria y Souza. Nota introdutória do Prof. F. Rebelo Gonçalves. Prefácio do Prof. Jorge de Sena. Lisboa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972, 5 t. em 2 v. Reprodução fac-similada da ed. de 1685. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de Os Lusíadas.

_____. *Obras de Luís de Camões*. Augmentadas com algumas composições ineditas do Poeta pelo Visconde de Juromenha. Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, 6v.

_____. *Obras completas*. Edição crítica com as mais notáveis variantes. Porto, Imprensa Portuguesa. 1873-74. 3 t. em 7 v. Biblioteca da Actualidade. Edição organizada por Theophilo Braga.

_____. *Parnaso*. Edição Ferreira de Brito, comemorativa do III centenário da morte de Camões. Porto, Imprensa Internacional, 1880. 3 v. Com uma introdução sobre a história da recensão do texto lírico por Theophilo Braga.

_____. *Lírica*. Edição crítica pelo Dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

_____. *Rimas*. 3ª ed. Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Coimbra: Atlântida, 1973. A 1ª ed. é de 1944, a 2ª ed. de 1953.

_____. *Obras completas*. Prefácio e notas de Hernâni Cidade. Lisboa: Sá da Costa, 1946. 5v. Há várias edições posteriores.

_____. *Obra completa*. Organização, introdução, comentários e anotações de António Salgado Junior. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963.

_____. *Lírica Completa*. Prefácio e notas de Maria de Lourdes Saraiva. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980-81. 3 v. Coleção Biblioteca de Autores Portugueses.

PEREIRA FILHO, E. “Aspectos da lírica de Camões (O problema do cânone)”. In: 1º Simpósio de Língua e Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: Gernasa, 1967.

_____. *As rimas de Camões*. Cancioneiro de ISM e comentários. Edição póstuma organizada por Edwaldo Cafezeiro e Ronaldo Menegaz. Rio de Janeiro, Aguillar; Brasília, INL, 1974. Com fac-símile do manuscrito.

RODRIGUES, Marina Machado. “Sobre a constituição do corpus additicium na lírica de Camões”. In: Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 1997.

SÁ, Álvaro de. «As três dimensões do corpus camoniano». In: XXVIII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura. Rio de Janeiro: SBLL, 1997.¹

¹ La edizione critica. In *Tecnica e teoria letteraria* a cura di M. Fubini; G. Getto; B. Migliorini; A. Chiari e V. Pernicone. 2.ed. Milano, 1951, p.235-236.

FORMA E USO NO ENSINO DE LÍNGUAS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA

Roberval Teixeira e Silva (Universidade de Macau)

1. Introdução

A sala de aula de línguas não maternas, como parte do processo de globalização no qual diferentes culturas, cada vez mais, convivem lado a lado, tornou-se um dos mais frequentes espaços de interação para um número expressivo de pessoas. Nesses cenários, os sujeitos vão construindo significados sociais para si mesmos e para outros interlocutores através de e em uma língua não materna, que tem uma história e ocupa espaços políticos no mundo (Teixeira e Silva, 2009). Portanto, é imprescindível entender as relações sociais que se estabelecem no espaço pedagógico sob um ângulo interligue língua, sociedade e cultura.

No contexto de ensino-aprendizagem e perspectivando o português como uma língua internacional, é adequado que se levantem discussões de cunho político, social, cultural e pedagógico. Essas reflexões podem contribuir para a formação de professores de Português Língua Não Materna (PLNM) nos diversos contextos do planeta em que ela se faz presente.

Para que se desenvolva essa discussão, há vários aspectos a se levantar. Aqui, neste artigo, vamos destacar um aspecto que é um divisor de águas no ensino de línguas e que separa fundamentalmente dois tipos de práticas pedagógicas: as que abrem espaço na escola para as diferenças culturais e focam o uso; e as que ignoram a pluralidade sócio-político-cultural do espaço pedagógico e focam a forma nas aulas de LNM. Por uma questão didática, partimos de visão dicotômica tradicional para discutir a nossa proposta. Entre um extremo e outro dessa dicotomia forma-uso, há diversas abordagens de ensino e serão todas equivocadas enquanto não articularem essas duas e todas as outras dimensões (linguísticas e extralinguísticas) que constituem a língua enquanto espaço privilegiado da interação humana.

Seguindo de perto Teixeira e Silva (2004), concordamos com o fato de que:

Já vai longe a ideia de que um estudo linguístico se atém unicamente à descrição de estruturas. A posição desconfortável que viveu, por exemplo, o estudo do significado, dentro de um contexto mais estruturalista, fez com que muitos estudiosos do sentido/do significado se voltassem para outras realidades da língua que vão além do estudo da forma (na acepção de Saussure). O que vivemos hoje é uma abordagem da língua sob diferentes pontos de vista que vão promovendo trabalhos

onde a inter e a multidisciplinariedade são a tônica.

Sobretudo, encara-se agora a língua como manifestação que constrói contextos e é construída por eles; analisa-se a língua em situações reais de uso.

Por outro lado, muitas teorias de cunho contextualista têm refletido com mais cuidado sobre o papel da forma no ensino de línguas (Doughty & Williams, 1999). Se, em um momento, houve um certo abandono da forma em prol de organizações “comunicativas”, em prol do uso, hoje tem-se repensado com mais atenção a relação entre essas dimensões da língua sem dicotomizações, sem maniqueísmos (Teixeira e Silva, 2010).

Apesar das novas tendências, problematizar essa dicotomização continua sendo uma questão importante, especialmente na formação de professores, uma vez que, em sala de aula, constata-se ainda uma perspectiva de ensino que toma a forma como ponto de partida e de chegada nas atividades pedagógicas. Assim é necessário ainda refletir sobre estes dois aspectos no sentido de irmos construindo um conhecimento mais seguro sobre a natureza da língua (Moita Lopes, 1996), o que levará a um processo de ensino-aprendizagem mais adequado.

2. Forma e uso no ensino de línguas

Assentados na perspectiva da forma e do uso, desenvolvem-se diferentes teorias muitas vezes incompatíveis. O fato é que, como afirma Orlandi (1995:19), podemos observar que, “embora os estudos linguísticos se desenvolvam em várias direções, acabam sendo atravessados e definidos por essas tendências conflitantes: a formalista e a sociologista”.

Considerando, então, que a dicotomia entre forma e uso mantém-se ainda vigorosa, vamos propor pensar o ensino da língua, e mais especificamente de língua não materna – nossa preocupação maior –, com base nessas duas categorias. Vamos fazer um percurso que, esperamos, reconsidere a dicotomia, mostrando a complementaridade dessas duas visões, e ainda a necessidade de consideração de outros aspectos constituidores da linguagem humana.

A abordagem formal da língua, que se presentifica mais cientificamente dentro das correntes estruturalistas da linguística e menos cientificamente dentro das gramáticas tradicionais (GT), quando utilizada para discutir ou orientar o contexto de ensino-aprendizagem, apresenta uma série de limitações.

Historicamente, a formação básica dos professores de língua está pautada em um ensino linguístico no qual o estruturalismo e a gramática tradicional (GT) são a base. Por isso é necessário repensar alguns desses encaminhamentos formalistas para desenvolver uma visão mais crítica, especialmente sobre as GT, uma vez que, para o ensino de PLN, ela pouco contribui.

A linguística estrutural volta-se, sobretudo, para o estudo de quatro clássicas áreas: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Dentro desses quatro campos, o último ficou sempre relegado a uma investigação incipiente, já que era considerado

não abordável linguística e cientificamente na visão da escola estruturalista. Isso significa, em última instância, que o estudo linguístico, dentro dessa escola, tinha como nível máximo de descrição as unidades da sintaxe. Os problemas advindos de tal postura enfatizam a necessidade do estudo do discurso (âmbito do uso) para se alcançar uma descrição mais plena das línguas.

Dentro da área que se chama tradicionalmente morfologia, estabelece-se uma categorização que vai dar origem a um conjunto de classes de palavras. Os critérios através dos quais se chega a essa classificação privilegiam a morfologia e a sintaxe (Basílio, 1991:49) na linguística estrutural, e também critérios semânticos nas gramáticas tradicionais.

Deixando o âmbito dos estudos da linguística e indo para as GT's – o documento ao qual a maioria dos professores recorre primeiramente e principalmente –, descobrimos que há uma série de “palavras de classificação à parte” (Cunha, 1972: 376). São as chamadas “palavras denotativas”. Segundo Cunha (1972: 376),

Certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, passaram a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, mas sem nome especial.

Uma vez que a proposta das GT é a de descrever a língua na sua variedade padrão, essa classificação deveria dar conta de todas as palavras (e vocábulos). Assim, deparamo-nos com uma primeira incongruência.

Este conjunto de palavras oferece-se como um campo fértil para discutir a problemática das limitações descritivas das GT e para refletir sobre a dicotomia apontada: forma e uso.

Vocábulos como os destacados no exemplo a seguir, dentro do limite da descrição formal contidas nas GT, então, não têm uma classificação. Vamos ao exemplo:

(1.) “Mesmo João conseguiu fazer bem a prova. E olha que até Pedro achou difícil. E o incrível é que, fora João, todos foram mal.”

Se classificar significa também indicar para o que é utilizado um elemento linguístico, o fato de esse conjunto de palavras não ter classificação pode sugerir que elas não têm uma função na língua, o que não é verdade.

Há uma tentativa de se fazer uma descrição semântica desse grupo (inclusão, realce, por exemplo), mas, ao atingirmos os níveis morfológicos e sintáticos, as propostas têm sido confusas e antagônicas. Apesar da dificuldade descritiva, que é um problema de gramáticos e linguistas, todo falante nativo pode perceber que as palavras em destaque no exemplo (1.) são fundamentais para a construção das ideias desse trecho, ainda que esteja descontextualizado. E todo usuário do português sabe bem interpretar esse enunciado de forma a perceber, por exemplo, que o locutor tem uma imagem negativa de João e uma imagem positiva de Pedro. Portanto, se tais termos são fundamentais nesta construção, é preciso dar conta de sua descrição. Mas como lidar com esses dados dentro da visão estrutural? Parece-nos impossível. Tal problema se apresenta justamente porque o nível máximo de análise a que se vai nas

GT é o do período e sempre sob uma abordagem formalista. Para entender esse grupo “classificação à parte, mas sem nome especial” (Cunha 1972), temos de ampliar o nível de análise e recorrer às óbvias relações entre língua e contexto, é preciso chegar ao nível do discurso.

No discurso, além da estrutura linguística, são consideradas outras dimensões que constituem a língua como o locutor, o interlocutor, o contexto, a intencionalidade, o uso por exemplo.

Como assevera Azeredo (1990:121),

O discurso se situa, inevitavelmente, no ponto de tensão entre dois polos: a individualidade criativa do locutor/enunciador e o conjunto de variáveis que, externas a ele, limitam, condicionam ou afetam de diversos modos a enunciação: o código linguístico, o interlocutor, o espaço, a situação social, o conteúdo, crenças e valores culturais, o texto em processo, outros textos.

Considerando-se essas dimensões apontadas, estamos já lidando com o âmbito do uso da língua e não só com o âmbito formal. Se as descrições estruturais não trabalham com a noção de discurso, a descrição de língua que encontramos nelas é sem dúvida limitada. É nesse sentido que precisamos repensar qual/quais abordagem/ns de língua é/são adequada/s ao ensino tanto de LM quanto, sobretudo, de LNM.

Assim é que, em retorno ao nosso exemplo (1.), se abordamos os elementos linguísticos destacados acima sob a ótica do discurso, dentro do nível da pragmática, podemos, então, dar-lhes uma classificação – ainda que, aqui, genérica – de, por exemplo, “marcadores discursivos”: elementos que inscrevem no discurso a intencionalidade do falante, que marcam o foco de atenção do que se diz ao interlocutor, por exemplo.

O conjunto de palavras denotativas, então, não têm como ser descritas em sua plenitude dentro do âmbito do estruturalismo ou das gramáticas como tradicionalmente são constituídas. Com a visão discursiva, entretanto, é possível descrever esses mesmos elementos que, na visão formalista, ficam sem classificação.

Repare-se que absolutamente não estamos assumindo uma minimização da abordagem sintático-formal em prol de uma abordagem discursiva, mas hierarquizando esses dois níveis. Como a língua é o lugar da interação, e as interações dão-se em contextos reais de uso, o nível discursivo se impõe como uma dimensão macro e organizadora dos aspectos formais.

A partir do momento em que se assume o discurso como a dimensão fundamental da língua, as consequências teóricas de tal postura vão provocar um sério questionamento em relação ao conceito de língua subjacente a outras teorias e às gramáticas tradicionais. Passaremos a lidar com outra visão de língua.

Ao assumir essa outra visão de língua, as nossas práticas em sala de aula tendem a passar também a ser outras e, em geral, a ser mais adequadas ao ensino.

Como já apontamos, uma das fontes a que os professores de língua recorrem com mais frequência, porque conhecem melhor e porque não têm acesso

outras fontes, são as gramáticas tradicionais.

Neste ponto, precisamos também levantar mais algumas críticas. Observando as gramáticas tradicionais, vemos que, em termos de abordagem, além de não apresentarem um estudo com base em critérios claros, a língua é vista como uma estrutura, como um sistema analisável nele e por ele mesmo. Assim, ficam fora desse prisma todas aquelas variantes trazidas pela dimensão discursiva: o interlocutor, o espaço, a situação social, crenças e valores culturais... que são fundamentais para a compreensão e produção linguística.

A língua não pode ser observada em todas as suas nuances dentro do campo dos estruturalismos e das GT. Assim, é preciso redimensionar o estudo da língua destacando e elevando o aspecto discursivo frente aos outros aspectos clássicos na descrição do português.

Para nós, em conjunto, os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, discursivamente organizados, vão concorrer para uma compreensão do fenômeno linguístico.

No caso, então, do português LM e, sobretudo, do português LNM, a análise estrutural e a descrição das gramáticas são limitadas e limitadoras quando voltadas para a formação de professores. Isso nos leva a buscar outras fontes, como, por exemplo, as descrições científicas feitas pelas várias correntes mais atuais da linguística enunciativa. Nelas, a dimensão pragmático-discursiva orienta e lança nova luz ao conceito de língua redimensionando e hierarquizando os conceitos de forma e uso.

Essa perspectiva que defendemos é potencializada pelas contribuições da Sociolinguística Interacional para o ensino de línguas, que passamos a discutir adiante.

3. A proposta teórica de nosso trabalho

Na seção anterior, apontamos que o estudo do português LM e LNM precisa buscar outros níveis de abordagem ainda pouco assumidas pelas gramáticas tradicionais. Vamos então discutir uma outra visão de língua e ensino-aprendizagem com base na qual se desenvolve nossa proposta.

Para tanto, vamos discutir dois pontos:

i-um esclarecimento sobre o que é ver a língua portuguesa como LNM;

ii-um conceito de língua adequado a um projeto interativo de ensino.

3.1. Ensino de português como língua materna e não materna: diferentes perspectivas

Como já dissemos, é preciso focalizar a formação do professor de língua. Um dos aspectos que pesam no fracasso escolar relativo ao ensino de línguas

é o pouco conhecimento teórico que leva os docentes a assumirem metodologias inadequadas.

É necessário, por isso, refletir sobre a perspectiva a ser adotada no ensino do português LNM, sobre as posturas que o professor precisa tomar, sobre o arcabouço teórico que melhor pode embasar esse tipo de ensino, sobre as fontes onde buscar informações pertinentes ao ensino de LNM, sobre a maneira de descrever a língua para que ela seja veiculada adequadamente a um falante nativo de outra.

Essas são questões que precisam estar presentes todo o tempo no decorrer de nosso trabalho de ensino. Temos de procurar respondê-las e formular outras.

Vamos observar e discutir, a partir dos exemplos a seguir, alguns aspectos que eles trazem de significativo na construção de um olhar diferente para quem ensina português como língua não materna.

Observemos o primeiro conjunto de exemplos:

- (2.) Aquele homem tornou-se irritado.
- (3.) Ele não vai falar embora o matem.

Reparemos que um falante nativo ou próximo do nativo não produziria frases como as anteriormente exemplificadas. Não é necessário ao professor de português como língua materna preocupar-se com tais questões. Entretanto, essas são questões fundamentais quando se está ensinando o português para quem fala outra língua. Naturalmente, diferentes línguas vão propor um conjunto diferente de traços de interesse no seu processo de ensino-aprendizagem.

Desconsiderando o fato de que as frases estão descontextualizadas – o que pode nos levar a diversificadas interpretações e até a validar algumas delas –, podemos tecer algumas considerações.

Em (2.), mostra-se a necessidade de delimitar sentidos para verbos de campo semântico aproximado como tornar-se, ficar, virar. Cada um deles é adquirido pelo falante nativo em situações naturais e contextualizadas; então, aprende-se, intui-se, adquire-se a ideia de que usamos “tornar-se” quando a mudança de estado é mais permanente; por outro lado, usamos “ficar” para situações em que as mudanças são passageiras.

Ao ensinar estes verbos, os professores de LM e de LNM não podem seguir as mesmas estratégias.

Repare-se agora (3.). As gramáticas tradicionais, por exemplo, descrevem sob o mesmo rótulo as expressões embora, mesmo que, ainda que e nem que. São conjunções subordinativas concessivas. Mas é explícita a diferença de sentidos que temos em:

- (4.) Ele não vai falar embora o matem.
- (5.) Ele não vai falar mesmo que o matem.

(6.) Ele não vai falar nem que o matem.

Estes poucos exemplos que apontamos até aqui têm relação com o que chamaríamos de aspectos mais estruturais e semânticos.

O que fica patente é a ideia de que um professor despreparado para o ensino de segunda língua talvez não tenha sensibilidade para estas questões e pode agir como agem os leigos. Então, se o aluno pergunta “Por que usar ‘mesmo que’ e não ‘embora’?” O profissional despreparado não terá como orientá-lo. Para o profissional preparado, esta questão não se colocaria de forma veemente uma vez que ele provavelmente trabalharia com um material didático já elaborado de forma a propor um encaminhamento didático adequado.

Observemos agora outro conjunto de exemplos:

(7.) Vou comprar um carro caso tiver dinheiro.

(8.) Ontem o dia esteve chuvoso, as nuvens cobriram o céu, as pessoas andaram nas ruas. De repente, caiu uma chuva terrível. Pensei: que ruim dia!

(9.) Uma moça nativa de português escreve em uma sala de bate papo online para outra: “Oi, querida.” Por extensão, um rapaz nativo de outra língua escreve uma sala de bate papo para outro: “Oi, querido.”

Os exemplos agora nos remetem a outro conjunto de aspectos da língua. A obrigatoriedade sintática do uso do subjuntivo presente na variedade padrão no exemplo (7.); o problema da escolha adequada dos tempos verbais e da adequada escolha e colocação dos vocábulos nas sentenças no exemplo (8.).

Por fim, repare-se que, no exemplo (9.), remete a uma outra questão de língua que ainda não está claramente sedimentada no fazer pedagógico: o fato de que a língua é também culturalmente organizada. Embora haja muitos discursos que repitam o refrão de que “língua é cultura”, a prática revela que esse refrão na verdade não é levado em conta.

Mas voltando ao exemplo (9.), na cultura brasileira, a palavra “querido” costuma ser típica de um discurso associado ao gênero feminino. Nesse sentido, há um interdito no uso desta palavra para tratamento entre homens em diferentes contextos. Essa discussão levanta problemas do nível do discurso.

Todos os exemplos apontam para o fato de que no âmbito da LM e da LNM há questões diferentes a serem abordadas em relação a uma mesma gama de aspectos linguísticos.

Assim, há aspectos formais e discursivos que delineiam a língua e que precisam ser objeto de reflexão do professor de LNM.

Para considerar todos esses aspectos que constituem a língua e torná-los presentes no planejamento e execução das aulas, o professor precisa ter a oportunidade de acessá-los e refletir sobre eles. E isso pode ser feito nas ações de formação e no necessário contínuo acompanhamento profissional das práticas pedagógicas nas

interações de sala de aula e nos seus planejamentos.

3.2. Um conceito de língua e uma perspectiva teórica

Partimos do fato de que a língua só existe dentro de contextos. Existe a dimensão do código linguístico, que é o explorado pelas correntes estruturalistas e pelas gramáticas tradicionais, mas esse código não se presentifica, não figura fora de situações específicas. E os elementos que compõem essas situações específicas interferem no modo de produção e compreensão da língua.

Nesse sentido, é preciso ver a língua maximamente contextualizada; e, sob essa perspectiva, assumir que os sentidos veiculados pelo código linguístico são dependentes desse contexto. Vamos a um exemplo clássico:

(10.) A porta está aberta.

Qual é o significado desta frase?

Uma visão estruturalista não daria conta de responder a essa questão. Afinal, o significado não se deposita apenas na estrutura da frase. É, na verdade, dependente de contexto. Pode significar: “saia da sala”, “entre na sala” ou mesmo “feche a porta”. É preciso observar quem fala, para quem fala e em que tempo e espaço fala. O contexto é básico dentro da visão aqui proposta.

Assim, as grandes listas de palavras e frases soltas que encontramos normalmente nas salas de LNM parecem começar a não fazer nenhum sentido; afinal são apenas um grupo de vocábulos e frases sem nenhum sentido. São só formas agrupadas. Ninguém, em vida social, tem o hábito de dizer palavras e frases descontextualizadas ou completar verbos em frases independentes como se vê em inesgotáveis exercícios. Estas são atividades que não consideram a língua no seu aspecto mais fundamental: o lugar da interação.

O conceito de língua em que se fundamenta a proposta aqui apresentada pensa o ensino dentro de um conjunto de estudos discursivos conhecidos como sociolinguística interacional (Gumperz, 1982a, 1982b, 1991; Teixeira e Silva, 2010, 2009; Ribeiro e Garcez, 2002; Schiffrin, 1996; Goffman, 1959, 1967, 1974), que analisa a língua em uso, em diferentes contextos na sociedade.

Propomos, então, aqui uma visão de língua que ponha a interação como o foco (Teixeira e Silva, 2010, 2009, 2008, 2007; Travaglia, 2005; Ribeiro & Garcez, 2002; Brown, 2001; Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, 2001; Moita Lopes, 1996; Koch, 1992). Para isso elegemos a Sociolinguística Interacional como proposta teórica.

4. Contribuições da Sociolinguística Interacional

Como já apontamos em Teixeira e Silva (2010:164),

No contexto escolar, a SI não apenas é uma abordagem rica no processo de formação do professor (e seu entendimento das interações humanas e especialmente escolares/acadêmicas), mas uma perspectiva metodológica que pode ajudar a orientar as práticas em sala de aula. Assim, pode ser tomada como base para entender não apenas a natureza das interações que ocorrem em sala de aula, mas também para se (re)pensar a forma como os interagentes ensinam/aprendem e estabelecem/criam possibilidades para interações em contexto escolar.

Assim, destacamos aqui esses dois aspectos que podem servir de norte ao processo de ensino-aprendizagem de PLNM e outras LNM.

4.1 A análise das interações em sala de aula

No que se refere a este aspecto, investigações importantes podem e devem ser empreendidas para entender o que acontece no “aqui e agora” (Goffman, 2002), do contexto de sala de aula. É possível sob essa perspectiva empreender, por exemplo:

- A análise do desenho conversacional prevalente em certas interações de sala de aula e sua repercussão no processo de ensino-aprendizagem;
- A análise de frames que surgem ou são mais estimulados/criados por professores e/ou alunos;
- A construção das identidades de professor e de aluno – os papéis em sala de aula;
- A organização turno a turno em sala de aula;
- A estrutura de participação dos interagentes.

Cada uma dessas investigações levantam reflexões para compreender o processo interativo escolar de modo a se poderem adotar algumas medidas otimizadoras para essas interações. É um passo diagnóstico fundamental, e que não pode ser pontual, mas contínuo, para que haja uma interferência positiva nesse processo que envolve interagentes a ensinar e a aprender.

4.2 O planejamento da interação em sala de aula

Com base na investigação da sala de aula, pode-se então planejar e replanejar continuamente o trabalho interativo de sala de aula. Neste ponto mais uma vez a SI pode auxiliar a organização da aula. A concepção de que só utilizamos a língua para interagir e a de que só interagimos através de textos são exemplos dessa orientação que interfere:

- Na forma de construir o encaminhamento de cada parte da aula;
- Na elaboração do discurso do professor em termos, por exemplo, da distribuição de papéis e da forma como abordar o conhecimento;
- Na elaboração de recursos e materiais didáticos para a interação;
- Na construção da consciência da diversidade sempre presente em

sala de aula em termos de religião, de cultura, de línguas nativas, de classe, de gênero...

Levar em conta que a língua é o lugar da interação promove a concepção de uma aula na qual a tônica é “aprender a língua utilizando essa língua para interagir”.

Considerações finais

Retomando a discussão inicial, a perspectiva que propusemos aponta a limitação dos materiais e práticas que só consideram o lado estrutural da língua. É o que acontece na maioria das gramáticas tradicionais. E é o que temos presenciado nas salas de aula de diferentes partes do mundo. Por isso, o professor precisa de uma formação na qual possa construir senso crítico para entender que a língua se constitui a partir de um conjunto de fatores não apenas do aspecto formal.

Nesta perspectiva, os forma e uso deixam de ser uma dicotomia para se redimensionarem. Como coloca Fonseca (1994: 134) se a estrutura gramatical está marcadamente orientada para o uso, para a interação comunicativa, a captação e interiorização das estruturas formais da língua só pode potencializar as finalidades comunicativas do ensino-aprendizagem.

No que diz respeito ao espaço pedagógico, todos os elementos que constituem uma aula de língua, desde o discurso do professor até os materiais didáticos, precisam ser pensados como aspectos que contribuem para a criação de um espaço discursivo de interação.

Entender o que acontece e o que está envolvido na construção das interações em sala de aula permite ao professor ter uma visão mais clara para organizar a sua prática pedagógica.

Ensinar a língua em contexto, em interação, pode contribuir para a construção de aulas mais dinâmicas e participativas, o que, sobretudo para crianças e jovens, é fundamental, uma vez que a escolha de estar na escola não é sempre genuína, mas imposta.

Considerar a relação entre língua, cultura e sociedade – como faz a SI – significa construir espaços interativos que discutem, respeitam as diferenças dos sujeitos em cada contexto escolar.

Professores com um instrumental para reflexão tonam-se mais competentes em sua tarefa de construir interações eficazes com os seus alunos de forma a levá-los a interagir adequadamente na língua não materna que estão aprendendo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
 BASÍLIO, Margarida. *Teria lexical*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
 BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lu-

cerna, 2001.

BROWN, H. Douglas. *Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy*. New Jersey: Prentice Hall Regents, 2001.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Analia Cochar. *Gramática reflexiva*. SÃO PAULO: Atual, 1999.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 3a. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares SA, 1972.

DOUGHTY, C. & WILLIAMS, J. *Focus on form in classroom second language acquisition*. Cambridge University Press, 1999.

FONSECA, Fernanda I. *Gramática e pragmática: estudos de lingüística geral e de lingüística aplicada ao ensino de português*. Porto: Porto Editora, 1994.

GOFFMAN, Erving. *A situação negligenciada*. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: Ediciones AGE, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Interaction rituals: Essays on face-to-face behavior*. Garden City: Anchor, 1967.

GOFFMAN, Erving. *Presentation of self in everyday life*. New York: Anchor, 1959.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. New York: Harper and Row, 1974.

GUMPERZ, John J. *A Sociolinguística Interacional no estudo da escolarização*. In: *Cook-Gumperz, John J. A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, pp. 58-82.

GUMPERZ, John J. *Discourse Strategies*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1982a.

GUMPERZ, John J. *Language and social identity*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1982b.

KOCH, Ingedore V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore.G.V. e VILELA, Mario. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

LOBATO, Lúcia. M. P. *Sintaxe gerativa do português*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Interação na sala de aula de língua estrangeira: a construção do conhecimento*. In: MOITA LOPES, L. P. *Oficina de linguística aplicada*. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

MOURA NEVES, Maria Helena. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni. *O que é linguística. Coleção primeiros passos*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS: *Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições ASA, 2001.

RIBEIRO, Branca. & GARCEZ, Pedro. (org). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: AGE editor, 2002.

SCHIFFRIN, Deborah. *Interactional sociolinguistics*. In: McKay, S, L. and Hornberger, H, H. *Sociolinguistics and Language Teaching*. Cambridge Applied Linguistics,

1996.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. *A aula de língua não materna sob uma perspectiva sociointeracional*. In Lima-Hernandes & Chulata. *Língua Portuguesa em foco: ensino-aprendizagem, pesquisa e tradução*. Università del Salento – Facoltà di Lingue e Letterature Straniere: Pensa Multimédia Editore, 2010.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. *Sociolinguística interacional e o português como língua não materna para crianças e adolescentes*. Trabalho apresentado no II SIMELP: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Universidade de Évora. Évora: Portugal, 2009.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. *O Discurso do Professor como Material Didático nas Aulas de PLE em Macau: Construção da Competência Textual*. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba & MARTIN, Vima Lia de Rossi (orgs.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FSLCH-USP, 2008.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. *Produção de material didático sob uma perspectiva interativa*. 2º Encontro Académico de Ensino Curricular da Língua Portuguesa e de Tradução Chinês/Português. Universidade de Estudos Internacionais de Xangai. Xangai: China, 2007.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. *Português como Segunda Língua: Contribuições para a Implantação de um Programa de Ensino Bilíngue para Surdos*. Tese (Doutorado em Língua e Linguística). – Departamento de Letras, PUC-Rio, 2004.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. *Discurso, gênero e identidade: análise da fala de um travesti*. *Dissertação (Mestrado em Sociolinguística Interacional)* – Departamento de Letras, PUC-Rio, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

A FUNÇÃO POÉTICA DA LINGUAGEM

Terezinha Bittencourt (ABRAFIL e UFF)

Tratar da criação linguística implica invadir o terreno dos poetas, já que criar mundos possíveis e impossíveis, prováveis e improváveis é dom que os deuses só concedem aos heróis, àqueles que, embora não gozando da imortalidade como os moradores do Olimpo, ainda assim, através de suas obras, se vão da lei da morte libertando, vão, como diz o grande criador de sonhos pantaneiro, Manoel de Barros, arejando a linguagem tal como as minhocas arejam a terra. Mas se os deuses no princípio deram o privilégio do Verbo aos poetas, para que assim retirassem com seu poder demiúrgico o homem das sombras tenebrosas do caos, concederam aos simples mortais o direito de aceitar ou rejeitar suas criações. A bem da verdade, as regras impostas pelos deuses não foram integralmente aceitas pelos mortais, que, vez por outra, se transformam em heróis, e com grande dose de ousadia e coragem infringem os mandamentos divinos, permitindo, tal como os poetas, que o logos fantástico se manifeste em sua plenitude, criando novas palavras, novas realidades, novos mundos. Todavia, tal como Prometeu que pagou caro a ousadia de querer igualar-se aos deuses, o homem comum, quando se traveste de herói, construindo novos signos, também recebe, via de regra, dolorosos castigos, pois, afinal de contas, o julgamento final nessa matéria é sempre da competência daquele velho de aspecto venerando, que se costuma designar singelamente de povo. Este, juiz implacável, severo e rigoroso em contendas de linguagem, quando se trata de novidades perpetradas pelo comum dos mortais, normalmente emite pronunciamentos desfavoráveis, pondo na conta de atrevimento, insensatez, imprudência as criações do falante anônimo, mas admira, se orgulha e até incorpora palavras novas, se criadas por aqueles a quem as Musas atribuíram o privilégio de fazê-lo: os poetas. Não se pode deixar de compreender as fundadas razões do povo, pois, como diz sua sempre eficaz sabedoria tradicional, lé com lé cré com cré, cada um com seu cada qual...

Por isso, um neologismo, como diz Guimarães Rosa, contunde, confunde, quase ofende tanto o falante comum quanto alguns estudiosos da linguagem, que, tomando o partido do povo, fazem verdadeiros libelos, ferozes denúncias contra todos os que ousam ocupar o lugar de Prometeu. Veja-se, a título de ilustração, as ideias do grande estudioso da linguagem, Mário Barreto (1982: 129), acerca das recentes criações linguísticas ou cacologias nacionais, conforme ele preferia denominá-las:

Os fabricantes de vocábulos novos acham sempre que o já termos em português uma palavra antiga com igual valor não deve obstar a que se admita a nova voz, socolor de que esta exprime, senão uma ideia, ao menos algum novo matiz em seu significado. Outro pretexto para justificar o neologismo é que este vem expressar uma ideia que até agora não podia ser traduzida senão por meio de uma

perífrase. Mas de locuções compostas se tem servido e com elas se tem contentado a língua até aqui. Este empenho de uma brevidade telegráfica, que economiza as letras, poupa as sílabas e não quer dispêndio delas, introduz verbos novos como seleccionar ou selectar em vez de fazer selecção, solucionar em vez de dar solução, ascensionar em vez de fazer uma ascensão, fusionar em vez de fazer a fusão de, silenciar (passar em silêncio), extorsionar (cometer extorsão), obstaculizar (pôr obstáculos), e outros preciosos neologismos da mesma farinha, com os quais se vai enriquecendo copiosamente a cacologia nacional.

Como se vê, neologismos (ou “cacologias nacionais”, como quer o eminente filólogo em seu estilo especialíssimo) no início – ressalte-se que o texto foi publicado em primeira edição no princípio do século -, nenhum falante lusófono na atual sincronia reconheceria quaisquer das palavras citadas (com exceção, talvez, de extorsionar) como uma palavra recém criada.

Vale lembrar que Mário Barreto, embora falando na condição de filólogo, de estudioso da linguagem, adotando, pois, um ponto de vista eminentemente metalinguístico, age, no que concerne aos neologismos, da mesma forma que o falante comum, condenando-o, sancionando negativamente qualquer unidade nova que venha a incorporar-se à língua. De fato, o usuário, ao se deparar com uma palavra que não reconheça como pertencente ao uso regular, imediatamente manifesta sua estranheza, expressando-se através de enunciados como “Isso não é português”, “Isso não está no dicionário”, “Isso não existe.”

Trata-se, a rigor, de uma atitude, ao menos na superfície, contraditória, já que, embora sancionando negativamente os neologismos, tanto o falante quanto o estudioso da linguagem tenham consciência de que eles existem, sendo, inclusive, necessários para que a língua possa cumprir sua função de apreender os conteúdos cognoscitivos.

Creemos que tal contradição é apenas aparente e pode ser desfeita, se se levarem em conta duas importantes questões concernentes ao fenômeno da linguagem: em primeiro lugar, a distinção entre saber linguístico e saber metalinguístico e, em segundo lugar – não em ordem de importância, é mister destacar – a dupla dimensão da linguagem.

O saber linguístico consiste num saber de experiências feito e, como qualquer saber dessa natureza, só se adquire na prática. Dizendo de outro modo, só se aprende a falar, ouvindo os outros falar e falando. Tal saber, ademais, é um saber técnico, isto é, um conhecimento formado por um conjunto de regras a serem atualizadas em qualquer situação de fala, o que implica dizer que todo falante/ouvinte necessariamente conhece as regras de sua língua, pois, sem tal conhecimento, não poderia falar nem entender o falado. O saber metalinguístico, por seu turno, consiste numa reflexão feita acerca do saber linguístico, ou seja, trata-se do saber do estudioso cujo objetivo é justificar e explicar o saber que todo falante possui. Em algum momento de nossa vida, assumimos o papel de linguista, pois que, necessariamente, fazemos reflexões – não importa se corretas ou equivocadas - acerca da linguagem.

Todavia, o mesmo indivíduo que assume o papel de linguista ao fazer reflexões sobre a linguagem, não deixa de ser falante e, em virtude desse duplo papel desempenhado, ocorrem as confusões e equívocos, pois se assume uma posição sem que seja possível abandonar a outra. No que concerne especialmente aos neologismos, o indivíduo, ao desaboná-los, o faz na condição de falante e, enquanto tal, não admite o menor desvio no que ele entende ser a língua que fala, a sua língua, a sua pátria, como diz Fernando Pessoa. Ao se colocar, porém, na condição de linguista, no sentido de alguém que reflete sobre sua língua, esse mesmo indivíduo não apenas reconhece a necessidade de novas criações, mas até as julga interessantes, incorporando muitas delas a seu saber, como fica comprovado pelo aparecimento frequente de novas palavras no seio da comunidade falante.

A linguagem, como ensina Eugenio Coseriu (1982:30), possui uma dupla dimensão: é logos, apreensão do ser, mas é logos intersubjetivo, já que é apreensão do ser por parte do homem histórico. Na primeira dimensão, a dimensão do logos, ela se apresenta como forma de criação de significados, equiparando-se, pois, à poesia, visto que, tal como a poesia, consiste na apreensão e objetivação de conteúdos cognoscitivos. Na segunda dimensão, a dimensão da alteridade, a linguagem apresenta uma referência intersubjetiva, pressupondo a existência de outros sujeitos, subjacente numa história comum e manifesta no ato de comunicar – comunicar, vale ressaltar, não no sentido de informar algo a alguém, mas no sentido de estar em comunhão com alguém. Assim, a linguagem é criação, mas é criação para o outro, visto que é criação de significados numa língua determinada e tal língua é pertença de outros indivíduos da mesma comunidade, devendo haver, portanto, em qualquer ato linguístico, obediência a uma tradição histórica.

Ora, o falante enquanto tal está apenas ocupado em fazer funcionar o instrumento linguístico, a fim de que possa alcançar seu objetivo de chegar até o outro, seu propósito de comunicar; por isso, qualquer desvio – e o neologismo constitui um desvio, uma vez que se trata de unidade desconhecida para o ouvinte, obrigando-o a um dispêndio de energia suplementar, para compreendê-lo – representa uma ameaça à regularidade com a qual a comunidade está habituada, e que é *conditio sine qua non* para a garantia de sua existência. Daí que um neologismo funcione, na dimensão verbal da alteridade, como um perigo, no que concerne à manutenção dos laços de tradição que servem para unir todos os membros do grupo, conferindo-lhes uma identidade frente a outras comunidades. É mister levar-se em conta que a língua em si mesma, sobre ser cultura – no sentido antropológico do termo –, funciona ainda como condição para a existência de uma determinada cultura. Tal fato manifestasse, na perspectiva da comunidade, através de sanções negativas expressas em frases como “A língua está-se corrompendo.”; “A língua vai desaparecer”, pois, como diz Guimarães Rosa, autoridade nessa matéria de neologismos, saia todo o mundo a empinar vocábulos seus, e aonde é que se vai dar com a língua tida e herdada?

Por outro lado, enquanto linguista, enquanto alguém que reflete sobre o fenômeno da linguagem, o usuário percebe a necessidade de criar novas formas,

a fim de que a realidade sempre multifacetada e transformada possa ser adequadamente apreendida pelos signos e neles objetivada. Assim, ao se colocar na posição de mero observador da atividade verbal, o indivíduo sanciona positivamente tais criações, por se dar conta de que a própria compreensão das coisas do mundo só pode efetivar-se, se for feita por intermédio de um sistema significativo.

Encontra-se, pois, a razão do conflito na própria essência da linguagem: enquanto logos, apreensão do ser, tem de mudar, porque o mundo apresenta aspectos sempre novos e é próprio dos humanos a criatividade; enquanto logos intersubjetivo, a mudança constitui ameaça à existência da comunidade, por implicar alteração em formas já conhecidas e armazenadas na memória de seus membros. Destarte, as duas forças antagônicas do ser e do devir, da tradição e da inovação, estarão em permanente embate, enquanto a língua existir, já que constituem, a rigor, a dupla face de todo objeto histórico: a permanência e a mudança.

As transformações levadas a cabo pela introdução de novas formas na língua não ocorrem de modo caótico e desorganizado, ao contrário, todas as criações linguísticas, justamente por se tratar de criações feitas por um sujeito histórico inserido num aqui e agora, obedecem a determinadas regras, a fim de que possam cumprir a finalidade comunicativa.

Para que se possa compreender de que modo tais unidades são criadas, os conceitos de sistema e norma, estabelecidos por Eugenio Coseriu (1979) são preciosos. A partir da atividade linguística concreta de cada falante, isto é, da fala dos indivíduos, é possível deduzir os modelos abstratos de realização.

A norma, primeiro nível de abstração, pode ser entendida como um inventário de entidades reais, atualizáveis imediatamente no nível da fala. O sistema, segundo grau de abstração, consiste num inventário estruturado de entidades ideais, atualizáveis imediatamente não na atividade concreta, mas em outro inventário, o da norma. O sistema é, sobretudo, sistema de possibilidades, abrangendo, por conseguinte, as formas ideais de realização de uma língua, ou seja, as técnicas e os modelos do saber linguístico. A norma, por outro lado, é um sistema de realizações obrigatórias consagradas historicamente e corresponde ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada, abrangendo, pois, os modelos já realizados, de acordo com os modelos pertencentes ao sistema. O sistema representa, portanto, a dinamicidade da língua, o seu modo de fazer e a possibilidade de ir além do que já se realizou e a norma, enquanto fixação do que já se realizou, representa o equilíbrio do sistema.

As entidades e as relações que constituem a norma são as que primeiramente se conhecem a partir dos textos. Todavia, em virtude de o sistema ser mais geral, é o plano que mais depressa se apreende em sua totalidade. Por essa razão, os erros cometidos pelo falante nativo só são erros em relação à norma, pois que, em relação ao sistema, são acertos.

A chamada “etimologia popular” é um processo que ilustra muito bem a criação de novas unidades pelo falante, com base nas regras do sistema. Para compreendermos sua natureza, conforme ensina Herculano de Carvalho (1969:113-

116) é preciso investigar a própria atividade linguística concreta, na qual dois sujeitos – falante e ouvinte – e seus respectivos saberes linguístico e extralinguístico interagem da seguinte forma: A tem a intenção de manifestar determinado conteúdo para B e, para tanto, organiza a realidade em signos; tais signos, ao chegarem a B, são por ele primeiramente reconhecidos (= conhecidos outra vez) por meio de uma operação que consiste em identificar no material sonoro percebido e no conteúdo intelectual a ele agregado um signo linguístico anteriormente conhecido. Identificado o objeto, B esforça-se por apreender a designação ou referência atual dos signos percebidos, ou seja, tenta alcançar a intenção comunicativa de A, no que concerne àquela situação especial. Ocorre, todavia, que, tanto na primeira fase – a do reconhecimento – quanto na segunda – a da compreensão e interpretação – pode haver um desacordo entre o que estava na intenção de A ao comunicar e o que de fato B entendeu e interpretou. Tal desacordo pode afetar quer o significante quer o significado quer ambos ao mesmo tempo.

Muitas palavras e expressões foram criadas através de tal mecanismo, como barriguiha (=braguilha), camapé (=canapé), vagamundo (=vagabundo), praiamar (=preamar), cuspidor e escarrado (=insculpido e encarnado). E, na atual sincronia, continuamos a ver como tal recurso continua produzindo novas expressões que podem ou não ser incorporadas ao saber linguístico dos falantes. Recolhemos algumas expressões, em atos de fala do cotidiano, muito interessantes, por mostrarem as relações que os usuários da língua estabelecem entre os signos e as coisas a que eles se referem, e as interpretações peculiares que em virtude de tais relações se manifestam: matar dois coelhos com uma caixa d'água por matar dois coelhos com uma cajadada; trazer o assunto à bala por trazer o assunto à baila, ficar de boquinha aberta por ficar boquiaberta, concordar em gênero, número igual por concordar em gênero, número e grau, micro-leão dourado por mico-leão dourado, aids egípcio por aedes egyptis, raio ultravioleta por raio ultravioleta, linguagem de baixo escalão por linguagem de baixo calão, situação periquitante por situação periclitante, aviso em brévio por aviso prévio, não ter cacique por não ter cacife, o arrotado falando do esfarrapado por o roto falando do esfarrapado, toxicoplasmose por toxoplasmose, médico gástrico por médico gastro, pipopó por quiproquó, usucampeão por usucapião, estuporose por osteoporose, quartel de Medelin por cartel de Medelin, cigarro de baile por cigarro de Bali.

Além do processo de criação de palavras através da aplicação das regras do sistema linguístico, criam-se também novas unidades por meio da metáfora, que consiste na identificação do conteúdo cognoscitivo do signo com o qual se designa X com uma qualidade percebida em Y. Dizendo de outro modo, na metáfora, uma palavra que significa o objeto X passa a significar também o objeto Y, sem perder seu vínculo com X.

Na criação metafórica, obedecendo-se, naturalmente, às regras previstas no sistema linguístico, não se formam propriamente signos novos, mas, sim, aproveitam-se antigas unidades, agregando-se-lhes novos valores significativos, cons-

truidos por meio de imagens, associações subjetivas ou objetivas, fantasias feitas acerca de um dado objeto da realidade. Assim, a metáfora constitui um processo bastante econômico de se criarem novas unidades signícas, pois a realidade extralinguística sempre inédita e multifacetada de que os signos têm de dar conta é representada por expressões já existentes no sistema linguístico, que são aproveitadas, sendo reconstruídas apenas pelos novos valores que se lhes aderem.

Naturalmente que a justificativa para o processo metafórico na criação de palavras não reside primeira e primariamente na economia que lhe é inerente, mas no próprio caráter expressivo peculiar a tal processo. A linguagem é essencialmente atividade cognoscitiva, atividade por intermédio da qual o mundo é apreendido, representado e conhecido por meio de significados. Estes, por seu turno, ao contrário da imagem que está sempre irreversível e indissolúvelmente ligada ao objeto que lhe deu origem, são genéricos, multívocos, abrangendo de modo indiferenciado todo o universo conceptual. Por isso, o conhecimento linguístico, em virtude de determinadas circunstâncias próprias do ato concreto de fala, pode consubstanciar-se de maneira mais eficaz, se se efetivar através de imagens, pois estas concretizam o objeto que, ao ser apreendido pelo significado, perde os traços peculiares de sua materialidade. Um exemplo tornará mais clara a explicação. As palavras broto, pão e gato foram utilizadas durante certo período pelos jovens da área do Rio de Janeiro, para designar pessoa bonita; cada uma delas, por sua vez, teve vida efêmera, como podem comprovar os usuários que assistiram, durante poucas décadas, ao nascimento, circulação e morte das duas primeiras. Ora, por que razão tais palavras foram substituídas em tão curto espaço de tempo, para dar lugar a outra que cumpria a mesma função? A resposta reside no princípio da criatividade, comum a todo falante, que se manifesta na necessidade imperiosa de expressividade. Dizendo de outra forma: toda vez que a palavra, ao ser usada, perde a sua imagem criadora para transformar-se em signo, em sinal genérico, esvazia igualmente seu poder de evocar a imagem que lhe deu origem, e o usuário torna, então, a buscar na realidade outras imagens que sirvam ao mesmo propósito. Tal movimento que leva a imagem a transformar-se em signo, obrigando o falante a procurar novas imagens que serão, se usadas, transformadas novamente em signos linguísticos é perpétuo, e faz parte da própria essência da linguagem, que é atividade livre e finalística.

A criação metafórica, vale lembrar, embora ocorra com todo o vigor na obra literária, já que é nesse gênero textual que o logos fantástico se manifesta em toda a sua plenitude, pode manifestar-se em qualquer ato de fala. E, a rigor, tais criações aparecem nos enunciados mais singelos da vida quotidiana, sem que o falante, justamente por estar ocupado com a eficácia do instrumento linguístico, esteja atento à sua construção. Sirvam de exemplos as seguintes palavras e expressões colhidas na linguagem diária: bonde (=grupo de pessoas que se juntam com a finalidade de promover distúrbios), orelhão (=telefone público), sabonete (=moça namorada), deixar um furo (=agir de modo inconveniente com alguém), malhar (=fazer ginástica), sarado (=corpo bonito), armar um barraco (=brigar, discutir), impregnar (=ficar pró-

ximo de uma pessoa por longo tempo), viajar (=dizer algo sem fundamento), empada, pastel (=indivíduo sem expediente), mala (= pessoa aborrecida), periquita (= moça que se veste com roupas de marcas caras), baba-ovo (=bajulador), chupeta do diabo (=cigarro), perua (=mulher que se enfeita excessivamente), loba (=mulher a partir dos quarenta anos), avião (= mulher bonita;), fritar (=destruir uma candidatura), cozinhar (=enganar com promessas ilusórias), queimar o filme (=destruir uma reputação), cair a ficha (=dar-se conta de algo), alugar um ouvido/falar abobrinhas (=falar incessantemente sobre tema desinteressante), jogar conversa fora (= falar sobre assuntos sem importância), dar uma carteirada (=empregar a posição de autoridade para obter algum tipo de favorecimento), encher linguiça (=fornecer explicações desnecessárias), segurar a onda (= suportar determinada situação adversa), dar uma espanada (=retirar do lugar pessoas incômodas) são expressões cunhadas pelos falantes com o objetivo nítido de dar caráter expressivo a conteúdos de consciência.

Aliás, uma parte considerável de nosso vocabulário criou-se através do recurso às metáforas. Entre tais criações, vale lembrar as expressões construídas com imagens de partes do corpo humano, fonte inesgotável de fantasias, já que se constitui em ponto de referência para o que se encontra ao redor dos humanos. Sirvam de exemplos: pé-sujo, pé de boi, pé de meia, pé de moleque, pé de valsa, pé de pato, pé de chinelo, pé de anjo, pé-rapado, pé-frio, pé de cabra, pé de atleta, pé de galinha, pé de página, mão-inglesa, mão de vaca, mão-boba, mão-branca, mãos-limpas, mão de ferro, mão-aberta, dente de coelho, dente de alho, dente de leite, cabeça d'água, cabeça de bagre, cabeça de melão, cabeça de prego, cabeça de ponte, cabeça de alfinete, cabeça de vento, braço do rio, braço de mar, braço-direito, olho d'água, olho de boi, olho do furacão, olho de sogra, olho da rua, coração da terra, coração de ouro, coração de pedra, boca da noite, boca do mato, boca de caçapa, boca de privada, dedo de prosa, dedo-duro, língua de cobra, língua de trapo, língua de sogra, seios da face, barriga de tanque, barriga d'água, cara de pau, costas quentes, peito do pé, perna de pau, orelha do livro, nariz de cera, cabelo nas ventas, cabelo de anjo, folha de rosto, unha de fome, umbigo da terra, dor de cotovelo, sangue de barata.

O reino dos animais se presta também a muitas criações dessa natureza. Note-se que alguns bichos são invariavelmente selecionados para a tarefa de povoar o inesgotável universo da fantasia humana, conforme pode comprovar o emprego, como substantivo ou adjetivo, das palavras cachorro, gato, boi, vaca, tubarão, cobra, papagaio, porco, sapo etc. Vale a pena lembrar alguns provérbios fixados na comunidade com a imagem que, por meio da metáfora, o animal faz sugerir: Em buraco de cobra, tatu não anda; Segues a formiga, se queres viver sem fadiga; Em terra onde não tem galinha, urubu é frango; Quando a mula fala, o homem cala; Quem com porcos se mistura, farelo come; Urubu, quando está infeliz, cai de costas e quebra o nariz.

Assim, é a própria constituição da linguagem, na sua dupla finalidade de apreender o real e manifestá-lo, que permite o duelo permanente entre a força da inovação - que obedece ao princípio da criatividade - e a força da conservação

- que obedece ao princípio da historicidade. Por isso, a língua tem de ser investigada sob essa dupla perspectiva, pois se apresenta simultaneamente como “érgon”, produto, algo acabado, e como “enérgia”, algo que está em eterna construção, através da atividade linguística. Revela-se como “érgon”, na dimensão da historicidade, isto é, enquanto norma estabelecida e consagrada pela comunidade e, como “enérgia”, na dimensão da criatividade, isto é, enquanto sistema de regras que permite ao falante exercer sua capacidade de apreensão do ser. Tal embate, como se vê, só terá fim quando findar a trajetória da espécie humana e, junto com ela, se extinguir o instrumento mais misterioso, sofisticado e fascinante que os deuses lhe concederam: a linguagem verbal. Enquanto o homem não deixar de se ser, enquanto o homem estiver deambulando com olhar de água suja no meio das ruínas, para dizer com as palavras do exímio fazedor de sonhos e de signos, Manoel de Barros, o conflito permanecerá. E é bom que permaneça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Mário. *Fatos da língua portuguesa*. 3.^aed., Rio de Janeiro: Presença, 1982.

BARROS, Luiz Martins Monteiro de. “*A dimensão metafórica da criatividade linguística*”. In CEZAR, Marina et alii, *Entre as fronteiras da linguagem: textos em homenagem ao Professor Carlos Eduardo Falcão Uchôa*. Rio de Janeiro: Lidador, 2006.

BARROS, Luiz Martins Monteiro de & BITTENCOURT, Terezinha. “*As propriedades essenciais da linguagem*”. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português*, nº 25 e 26, 1º e 2º semestre de 2003, Rio de Janeiro.

BITTENCOURT, Terezinha. “*Oralidade, escrita e mídia: o meio e a mensagem*”. In CEZAR, Marina et al, *Entre as fronteiras da linguagem: textos em homenagem ao Professor Carlos Eduardo Falcão Uchôa*. Rio de Janeiro: Lidador, 2006.

CARVALHO, J. G. Herculano de (1969). *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida, 1969.

COSERIU, Eugenio. *Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*. Madrid: Arco libros, 2007.

_____. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1982.

_____. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro, Presença, 1979.

SAID ALI – sem rótulo.

O maior e mais completo filólogo. O semanticista.

Walmirio Macedo (ABRAFIL, UFF)

Said Ali - Manuel Said Ali Ida -, petropolitano, nasceu em 21 de outubro de 1861 e faleceu no Rio de Janeiro em 27 de maio de 1953.

Homem de atividades múltiplas, foi professor de alemão na Escola Militar e no Colégio Pedro II. Em diversos colégios do Rio de Janeiro, lecionou geografia, alemão, francês e inglês.

Chegou até a publicar, em 1905, um compêndio de geografia elementar. Na rota dos estudos linguísticos, dedicou-se aos estudos sincrônicos e diacrônicos. Em ambos deixou a marca de sua genialidade. Pôde mostrar que esses estudos não se antagonizam, pois muitas vezes abrem luzes recíprocas para compreensão. A discussão de alguns opondo a sincronia à diacronia termina ficando sem sentido.

No título deste artigo /Said Ali – sem rótulo/, quisemos dizer que ele foi soberano no campo linguístico que percorreu.

De muitos outros, podemos dizer que se trata do maior especialista, em, por exemplo, fonética, ou em sintaxe etc. Said Ali foi, por exemplo, o maior sintaticista da língua portuguesa. E isso numa área em que há muitos outros grandes. Mas seria pouco dar-lhe esse rótulo, porque estaríamos reduzindo a sua magnitude nas outras áreas do saber linguístico.

No campo sincrônico, deu-nos, entre outros, a sua Gramática Secundária. A sua bibliografia (livros, artigos) não permite no espaço de um modesto artigo esgotar toda a riqueza, profundidade e originalidade.

Seu interesse pela história da língua levou-o a um trabalho da maior envergadura. No prólogo de sua lexeologia, como parte de sua Gramática Histórica da Língua Portuguesa, Said Ali ressalta o terreno vasto, árido e difícil de lavrar que é a perspectiva histórica que se oferece a quem se lembra de estudar o desenvolvimento de um idioma como o português desde a remota fase dos primeiros documentos escritos até os nossos dias.

Compreendeu a importância da diacronia para os estudos de uma língua, sem diminuir o interesse dos estudos sincrônicos. São dois campos distintos de estudos que merecem atenção e que não se excluem.

Hoje, quando vejo o desprezo de alguns pelos estudos diacrônicos, a figura do Mestre me vem de imediato ao pensamento.

Uma característica de sua exposição teórica é que se baseia rigorosamente em textos que compõem a literatura da língua através dos séculos.

A Gramática Histórica da Língua Portuguesa representa para o estudioso um acervo de informações, de lições de extrema utilidade para os estudiosos, tanto da diacronia como da sincronia.

Hoje, dissemos um pouco acima, que a discussão sincronia /v/ diacronia já não tem sentido. A lição de Bernard Pottier deve estar presente no pensamen-

to de todos. Diz o mestre francês, ao tratar desse fato, que há partidários da sincronia e da diacronia, mas que estas não devem opor-se entre si, pois se trata de visões diferentes do mesmo problema. Essas visões, ao contrário de se oporem, devem complementar-se e não podem ser excludentes. É muito importante saber transitar por ambas, sem misturá-las, administrando a sua ciência, a sua competência.

Assim, foi Said Ali que deu sua contribuição no campo sincrônico, que combateu o excesso do método histórico-comparativo, mas que deixou sua marca nos estudos históricos. E não há nisso nenhuma contradição filológica. Representa o equilíbrio do sábio.

A Gramática Histórica de Said Ali é riquíssima em exemplificações e em informações da maior utilidade para os estudos sincrônicos. Toca muitas vezes em pontos que são ainda hoje motivo de discordância entre alguns gramáticos e dá sua opinião segura. É o caso do /o que/ interrogativo.

IPSIS LITTERIS

Origem e emprego do interrogativo *o que*. Esta forma foi a princípio estranha à língua, mesmo nas interrogações indiretas. Onde mais tarde se generalizou. Restam-nos provas disto em passagens como as seguintes:

Sei bem que (*o que*) *vus* vou dizer. (Canc. 36, 155).

Vedes que (*o que*) *lhe* rogarei (IB. 75,105).

Em muitos casos o sentido era dúbio, ou pelo menos confuso, porque a palavra /*que*/ além de pronome também pode ser partícula (conjunção):

eu bem sei que dizem tanto corresponderia ao inglês *I know what they say* com *I know that they say*. Daí a necessidade de um expediente e este expediente se encontrou nas expressões /*a coisa que*/, aquilo *que*/, ou mais simplesmente /*que*/.

O confronto de /*não sei o que é*/ com frases paralelas /*não sei quem é*/, e /*não sei qual é*/ determinou o escurecimento da noção demonstrativa no vocábulo /*o*/, passando ele a funcionar, nas interrogações indiretas, como reforço do pronome /*que*/.

Admitida a forma /*o que*/ na interrogação indireta esta dado o primeiro passo para sua admissão nas perguntas diretas. Aqui de fato penetrou menos pelos sentido dúbio da forma primitiva do *que* por uma questão de ordem fonética. /*Que*/ tornara-se vocábulo átono; /*o que*/ possuía acentuação forte, que conservou até hoje.

Essa é a opinião do mestre.

Chamou-me atenção, no mesmo texto, o fato de, tratando dos verbos nocionais e relacionais, ressaltar o significado existencial do verbo *SER* cujos

vestígios se encontram em frase como /era uma vez um rei (cf. o latim *adhuc sumus e omnium qui sunt, qui fuerunt, qui futuri sunt.* (Cic.)

Essa visão lembra a de Bernard Pottier, quando no capítulo das vozes, inclui a EXISTENCIAL com destaque para os casos do verbo ser, como o citado por Said Ali.

Não terminariamos este artigo se continuássemos em comentários das ricas informações de sua gramática histórica.

Não podemos omitir a figura de Said Ali como semanticista. Ao longo de seus textos, a referência à semântica é constante.

No Prólogo de seu livro *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, escreveu:

Acima do modo, antigo e exclusivista, de ver as coisas, está a indagação histórica. E a investigação da evolução dos fenômenos não se há de limitar às mudanças de fonema e formas gramaticais, mas estender-se às expressões que com o tempo se foram trocando por outras.

Entra-se no domínio da psicologia e da semântica.

Esse livro, na totalidade de seus textos, deve constituir leitura obrigatória para todos os estudiosos da língua portuguesa.

Chamo atenção especial para o capítulo *Expressões de situação*.

Trata-se de expressões, ou palavras, ou frases que aparecem nas orações, com valor especial para um bom analista, ou desnecessárias, ou de sobra para os que não têm a sensibilidade necessária para compreendê-las. Todos as usam no diálogo. Não são desnecessárias. Muito ao contrário.

Alguns chegaram a chamá-las de expletivos e outros de palavras de realce. O termo expletivo não é uma boa terminologia gramatical, pois na frase tudo tem seu papel. Aqui é a opinião do articulista.

Said Ali nos dá a lição:

É esta situação ou, melhor, são as várias cambiantes de situação existentes no diálogo, na conversação, no trato familiar, que determina o uso dessas expressões concisas, alheias, talvez, à parte informativa, mas capazes de conseguir intuídos que palavras formais não conseguiram. Chamemos-lhes expressões de situação. Elas agendem, ora ao ambiente criado pela presença do ouvinte, ora à situação determinada pelos acontecimentos, ora à disposição do espírito, em virtude de considerações anteriores, quer da pessoa que fala, quer do ouvinte.

Said Ali faz alusão a ‘prováveis pensamentos latentes’, advertindo que não se devem confundir com elipses.

Na sua exemplificação, começa com a palavra /mas/ que, no usual, como conjunção, tem o papel de contradizer, de subtrair algo da anterior, mas que,

num caso particular, serve para fazer referência especial a situação determinada pelo diálogo e pelos acontecimentos.

E exemplifica com o diálogo entre uma criada e o dono da casa sobre alguém que bate à porta:

Dono da casa – Quem é?

Criada - É um senhor.

Dono da casa - Mas quem é?

O /mas/ é resultado de uma situação muito especial, diante de uma resposta pouco esclarecedora, expressando uma impaciência pela referida situação.

O /mas/ pode também indicar franca reprovação a atos alheios, ou provocar uma retomada do diálogo, ou surpresa, ou casos semelhantes, mas todos oriundos de uma situação anterior.

Aponta outros casos que considera expressões de situação que entendendo como verdadeiros esvaziamentos de significados, simplesmente para indicar uma situação nova.

E agora quando volta?

- Eu sei lá? Agora ... só para agosto.

/Agora/ representa uma situação nova. A exemplificação é rica.

Trata-se de um capítulo precioso, de leitura proveitosa para quem gosta de estudar os significados.

No capítulo das alterações semânticas, mostra as mudanças de significado por que passaram várias expressões da língua portuguesa indicando as épocas em que ocorreram.

Trata da extensão do significado, começando com o caso de moléstia e de seu oposto que a semântica chama de restrição. E caminha por várias palavras, como estação, estilo e outras. Trata ainda da polissemia.

Temos neste capítulo a melhor explanação sobre a história da palavra /cabo/ e outras.

É um texto muito rico. Texto de um erudito. De um verdadeiro semanticista. O texto de Said Ali é muito rico e nos leva, ou melhor, nos provoca para pesquisar mais, para estudar mais, para entender mais.

No campo das alterações semânticas, podemos arrolar as palavras /moléstia/, /estação/, /coice/, afogar e outros.

Trata das mudanças de significado com autoridade de semanticista.

Sabe-se que o significado muda no tempo e no espaço e que esse

campo da semântica não mereceu um estudo mais aprofundado por parte dos nossos estudiosos.

O significado pode sofrer dois processos principais de modificação: o da extensão e o da restrição. Ambos se opõem.

Tem-se o caso de embarcar com o significado de entrar em qualquer tipo de condução e não apenas em um barco.

Entende que muitas mudanças de significado são determinadas pela metonímia, pela analogia, pelo eufemismo, pela degradação.

Trata da polissemia e da metáfora. Chega à catacrese (sem indicar o nome), como tipo de metáfora em que qualquer semelhança com a forma basta para a mudança de significado.

Exemplifica com braços do rio, braços da cadeira, por causa da semelhança com a disposição dos membros. Há muitos exemplos, como cabeça de alfinete, cabeça de prego etc.

Indo buscar o significado na história da língua, chama atenção para a nossa expressão /à toa/, que hoje significa /ao acaso/, /a esmo/, mas que na linguagem quinhentista não era outra coisa senão /ser rebocado/.

Interessante é sua observação sobre a palavra /cabo/, do latim caput, cabeça.

A palavra /cabeça/, oriunda de capitium (neutro capitia) assume o lugar de /cabo/, que passou a designar a parte terminal, oposta à cabeça, isto é, a cauda do animal.

Cabo passou a designar o fim, o sítio onde alguma coisa termina, m as caiu em desuso, Dando lugar para rabo e cauda.

Passou a ser equivalente a /enfim, finalmente/.

Hoje o temos no verbo acabar.

Lembra ainda Said Ali que o termo /cabo/ em /cabo de faca, cabo de martelo, de vassoura, de panela/ nada tem a ver com /caput/, mas com o latino /Capulus/ do verbo capere, tomar, pegar.

Trabalho de verdadeiro semanticista. Todos os casos apresentados e estudados com sabedoria. O leitor interessado não pode deixar de ler.

O objetivo deste artigo é motivar o leitor a ler Said Ali.

Enfim, o livro *Meios de expressão e alterações semânticas* pode ser considerado um clássico da nossa literatura linguística que todos devem ler. É um livro sábio que dá informações valiosas em cada página.

REFERÊNCIAS INDICADAS NO TEXTO

SAID ALI, *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, FGV, RIO, 1971.

De sua bibliografia, destaco:

Dificuldades da Língua Portuguesa, primeira edição em 1908 e, em 1919, sai a se-

gunda edição, refundida e aumentada com estudos publicados em jornais e revistas e uma conferência realizada na Biblioteca Nacional em 1914. Esta edição sai com mais seis capítulos.

Versificação Portuguesa, em 1949, pelo Instituto Nacional do Livro.

Meios de Expressão e Alterações Semânticas, em 1951, pela Organização Simões.

Acentuação e Versificação Latinas, em 1957, estudos publicados na Revista de Cultura.

Investigações Filológicas, em 1976, pela Grifo Edições.

Lexeologia do Português Histórico, em 1921, completada em 1923 pela *Sintaxe do Português Histórico*.

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM O PROFESSOR FRANCISCO GOMES DE MATOS

O acadêmico Claudio Cezar Henriques, ocupante da cadeira no 8, entrevistou o Professor Doutor Francisco Gomes de Matos, Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco e sócio correspondente da Academia Brasileira de Filologia.

Ao longo de sua carreira e atuação no ensino de idiomas (e de linguística aplicada), Gomes de Matos desenvolveu estudos e pesquisas em torno do tema da paz comunicativa – ou comunicação para o bem. O manifesto que publicou em 1984 a favor dos direitos linguísticos foi o propulsor da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, assinada em Barcelona, em 6 de junho de 1996, durante a Conferência Mundial dos Direitos Linguísticos.

- Como principal representante no Brasil da chamada Linguística Humanizada, qual sua proposta para que, na escola, os docentes a apliquem?

GOMES DE MATOS: Minha proposta assenta nos princípios e procedimentos descritos em dois livros de minha autoria, *Pedagogia da Positividade: comunicação construtiva em português* (Recife: Ed. da UFPE, 1996) e *Comunicar para o Bem: rumo à paz comunicativa* (São Paulo: Ed. Ave Maria, 2002). São quatro os princípios norteadores da proposta: (1) pensemos primeiro em nosso próximo linguístico; (2) cultivemos uma comunicação construtiva; (3) promovamos a paz comunicativa entre as pessoas; (4) dignifiquemos nossos diálogos do dia a dia.

Para os professores de português aplicarem a proposta, seria necessário propiciar-lhes uma iniciação à Pedagogia da Dignidade e da Paz Comunicativas. Essa disciplina (poderia ser oferecida na graduação e, mais aprofundadamente, na pós-graduação. De caráter eminente prático, focalizaria estes quatro desafios pedagógicos: (1) como aprender e ensinar a perceber a linguagem, as línguas, a língua portuguesa positivamente?; (2) como aprender e ensinar a perceber a função dignificante-humanizadora da linguagem, da língua portuguesa?; (3) como ajudar docentes a vivenciarem o papel de humanizadores (educadores imbuídos de valores como dignidade, justiça, paz, direitos humanos, igualdade, liberdade, positividade e que aplicam esses ideais)?; (4) Como aprender a avaliar a produção textual de nossos alunos à luz de direitos e deveres linguísticos?

- No Posfácio do Dicionário de Linguística e Gramática, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., o senhor incluiu um verbete sobre Linguística Humana. Repito aqui a pergunta que consta do verbete, propondo-lhe que atualize a resposta: Como os usuários de uma língua podem ser mais humanizados linguisticamente?

G.M.: Por um lado, haveria atividades preventivas: como identificar usos desumanizadores de português (nos diversos gêneros de discurso falado e escrito), como aprender a traduzir tais usos humanizadamente. Por outro lado, haveria práticas sistemáticas de seleção lexical (vocabulário) humanizadora (foco em emoções, sentimentos construtivos) e de planejamento e uso de fraseologias humanizadoras, promotoras da compaixão, cooperação, cordialidade, dignidade comunicativas. Saber aplicar o princípio do Amor ao próximo linguístico é um pré-requisito para humanizar-se ainda mais a interação. Cabe à criatividade de cada docente contribuir para essa desafiadora mas necessária missão educacional, preparando conjuntos fraseológicos adequados às diversas situações interativas, por exemplo, fraseologias para o incentivar, para o fortalecimento da autoimagem e autoestima linguísticas, para a comunicação empática (reeducar-se e dizer Você e eu ..., em vez de Eu e você...), para o discordar e o questionar pacificamente, para o reivindicar direitos linguísticos de pessoas que ainda não têm vozes ouvidas pela Sociedade. Essa humanização linguística também se aplicaria nos modos de construir e partilhar conhecimentos, de fazer pesquisas, de nos relacionarmos com a Natureza.

- O senhor considera que há condições para a aplicação da Sociolinguística ao ensino de português?

G.M.: A resposta só pode ser dada com base no conhecimento – limitado – que tenho sobre o ensino de português nos contextos escolares diversos: já existe uma Sociolinguística Aplicada entre nós, representada, por exemplo, pelos livros e pela atuação de Stella Maris Bortoni-Ricardo, cujo último livro, *Formação do Professor como Agente Letrador* (coautoria com Veruska Ribeiro Machado e Salette Flôres Castanheira, publicado pela editora Contexto, 2010), se constitui como contribuição notável à Sociolinguística Aplicada, principalmente quanto ao uso de conceitos de Sociolinguística Interacional. Os protocolos de seis aulas apresentados no livro são uma demonstração bem clara de como um professor sociolinguisticamente orientado pode realizar seu trabalho em classe para o bem comunicativo dos alunos.

Essas propostas aplicativas da Sociolinguística precisam ser incluídas em programas para formação de professores de português (na graduação). No convívio com professores de português no Curso de Especialização em Linguística Aplicada da FAFIRE, Faculdade Frassinetti do Recife, costumo testar o senso aplicativo dos alunos, pedindo que informem como aplicam, em classe, três conceitos-chave: variação linguística, variedades linguísticas e variantes de uso. Com raras exceções, o grupo desconhecia a distinção em Sociolinguística, entre variedades (históricas, geográficas, sociais, individuais...) e variantes (de grafia, pronúncia, lexicais, sintáticas e pragmáticas). Assim, respondo que há condições para aplicar-se a Sociolinguística, mas ainda de maneira muito restrita, principalmente em cursos de graduação ou especialização. A aplicabilidade da Sociolinguística será tanto maior e melhor quanto seus princípios e procedimentos sejam acessíveis e, nesta era da literacia digital, acessáveis a um

maior número de formadores de professores e de educadores que ajudam a honrar a Tradição Brasileira de Ensino de Português.

- Como vê a atual formação de futuros professores de Língua Portuguesa nas universidades brasileiras?

G.M.: Na formação de futuros professores de Português, destaco a atenção necessária ao seu preparo como humanizadores-dignificadores da comunicação em nosso idioma. Ressalto também a indispensabilidade de uma iniciação aos estudos de Criatividade (principalmente linguística) e de alguma experiência em Psicologia Cognitiva, pois a linguagem, ou mais abrangentemente, as linguagens são criações cognitivas. Algumas aplicações desse vibrante e vital ramo da Psicologia bem mereceriam ter um lugar ao sol nas salas de aula, na elaboração de materiais didáticos. No futuro (próximo, espero), a formação de docentes de língua portuguesa incluirá conhecimentos sobre frequência de uso de palavras e expressões resultante de notáveis avanços na lexicografia contemporânea. Nesse sentido, a seleção lexical e locucional do que priorizar será bem mais facilitada.

Assim, ativando o que hoje se chama Educação Imaginativa, antevejo professores de Português cumprindo uma dupla missão: ensinar bem e para o BEM das pessoas, dos grupos, das comunidades, da Humanidade.

R E S E N H A

OSWALD VON WOLKENSTEIN – OBRA POÉTICA

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ/ABRAFIL)
WOLKENSTEIN, Oswald von. Das poetische
Werk. Übersetzt von Wernfried Hofmeister.
Berlin: New York: Walter de Gruyter, 2011.
397 p.

Dentro do cenário acadêmico brasileiro ainda há muito que se trabalhar no campo dos estudos acerca da produção literária em alemão, especialmente no tocante ao período medieval. Destarte, dando continuidade a um esforço de trazer a estudiosos e interessados o riquíssimo material poético, lingüístico e filológico dos **Minnesänger** – trovadores -, iniciamos uma série de resenhas críticas¹ com esse objetivo. Neste momento é hora de apresentarmos um dos maiores representantes do trovadorismo germanófono, por muitos pesquisadores considerado o “último trovador” do mundo germânico, Oswald von Wolkenstein.

Sua data de nascimento presumível situa-se entre 1376 e 1377, assim como o local, possivelmente o castelo de Schöneck em Kiens, na parte italiana do Tirol, mas seu falecimento é atestado no dia 2 de agosto de 1445 em Meran, também localizada na mesma região, sendo enterrado no mosteiro de Neustift em Vahrn, onde sua tumba foi redescoberta em 1973. Exerceu atividades de poeta, compositor (inclusive em

1 - Já fizemos em língua portuguesa as seguintes resenhas de obras em alemão ligadas à *Medievística Germanística*: de Helmut Birkhan: *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 217 p. Parte I: **Althochdeutsche und altsächsische Literatur**. In: KESTLER, Izabela (Org.) *forum deutsch – revista brasileira de estudos germânicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2005. Volume IX, p. 127-129.; *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 217 p. Parte II: **Mittelhochdeutsche, vor- und frühhöfische Literatur**. In: www.brathair.com.br, 5 (1), 2005: p. 141-143; *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 271 p. Parte III: **Minnesang und Sangspruchdichtung der Stauferzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2005. n° 32, p. 152-155; *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2003. 277 p. Parte IV: **Romanliteratur der Stauferzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2005. n° 32, p. 156-159; *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2004. 296 p. Parte V: **Nachklassische Romane und höfische Novellen**. In: www.brathair.com.br, 5 (2), 2005: p. 114-116; *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2004. 233 p. Parte VI: **Heldenepik der Staufer- und vom Anfang der Habsburgerzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2006. n° 34, p. 144-147; *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2005. 339 p. Parte VII: **Minnesang, Sangspruchdichtung und Verserzählung der letzten Staufer- und ersten Habsburgerzeit**. In: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2006. n° 35, p. 150-154; *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2005. 373 p. Parte VIII: **Lehrhafte Dichtung zwischen 1200 und 1300**. In: KESTLER, Izabela. (Org.) *forum deutsch – revista brasileira de estudos germânicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006. Volume X, p. 166-169. Da série **Bibliothek mittelniederländischer Literatur** (Biblioteca da literatura em holandês medieval) saíram à lume as resenhas dos volumes 1, *Karel ende Ellegast / Karl und Ellegast* in: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, ano 15, n° 43, p.175-179, e 2, *A história de Reynaert* in: SILVA, José Pereira da. (Org.) *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, ano 15, n° 44, p.160-164,

alguns manuscritos com suas cantigas encontram-se notações musicais) e diplomata. Dos dez aos 24 anos tornou-se escudeiro de um cavaleiro errante, tendo viajado inclusive para Creta e Espanha. Sua história de vida foi extremamente movimentada, pois participou de inúmeras ações políticas e inclusive militares em defesa ou em oposição a influentes nobres. Todavia, para a Literatura medieval em alemão, sua contribuição possui um significado ainda maior.²

Com um repertório que ultrapassa o número de 130 cantigas, Oswald von Wolkenstein nelas tematiza as viagens, Deus e sexo, disso resultando uma visão bem acurada da realidade social e humana que ele vivenciou em sua atribulada existência. Sua destreza artística o qualifica como o mais importante trovador da fase final da Idade Média e do incipiente Renascimento em língua alemã. Três são os manuscritos, nos quais estão presentes seus poemas:

- a) MS A (Viena), 42 cantigas, completado em 142, e com adição de outros 66 poemas entre 1427 e 1436;
- b) MS B (Innsbruck), de 1432;
- c) MS C (Innsbruck-Trostburg), de 1450, uma cópia de B.

Um ponto digno de comentário é o fato do trovador ser o primeiro poeta de língua alemã que supervisionou, ele próprio, as edições dos manuscritos A e B.

Wernfried Hofmeister, professor titular de Medievalística Germanística³ na Karl-Franzens-Universität em Graz, Áustria, é um conhecedor de Wolkenstein, tendo publicado as obras completas em primeira edição de 1989. Nesta segunda, dada à luz 22 anos depois pela Walter de Gruyter, o autor acrescenta melhoramentos e atualizações à edição anterior. A respeito da postura do editor e a partir de um ponto de vista estritamente filológico, podemos comentar alguns aspectos da obra que nos parecem suscetíveis a indagações.

Primeiramente, algumas palavras acerca do tipo de edição. Os 134 textos do **Minnesänger** são apresentados na tradução para o alemão moderno, o que, para os estudiosos mais tradicionais de Crítica Textual, impossibilitaria a **collatio** com as possíveis variantes e não permitiria sua classificação como edição crítica. A referência para as cantigas de Oswald, base para a obra do pesquisador, é a edição de 1987 organizada por KLEIN.⁴ Contudo, o trabalho de Hofmeister possui outros princípios norteadores, como o autor deixa bem claro nas suas *Considerações introdutórias*. Em suas palavras (2011, p.2), “para poder servir como uma *ponte cientificamente ‘confiável’* entre a transmissão, *i.e.*, da edição crítica dos textos de Oswald e o potencial

2 - As relações entre Literatura e História, com respeito ao Sacro Império Romano-Germânico, são exploradas, por exemplo, em BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Poesia histórica e/ou realidade literária? – Walther von der Vogelweide e a “Alemanha” nos séculos XII e XIII: uma abordagem culturalista. In: www.abrem.org.br/Poesiarealidade.pdf, p.1-14.

3 - Para um melhor detalhamento sobre o assunto cf. BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. O estudo da literatura medieval em alemão no Brasil à luz da Medievalística Germanística – algumas palavras. In: TELLES, Célia Marques & SOUZA, Risonete Batista de. *V Encontro Internacional de estudos medievais – Anais*. Salvador: Quarteto, 2005. p. 258-268.

4 - KLEIN, Karl Kurt (Org.). *Die Lieder Oswalds von Wolkenstein*. Com a colaboração de Walter WEISS e Notburga WOLF. Anexo musical de Walter SALMEN. 3. edição. Tübingen: Max Niemeyer, 1987.

de sentido de sua poesia, mostrou-se como mais apropriada a estrita observância da *fidelidade à palavra*.” Isso fica evidente ao analisarmos o **corpus** dos poemas, pois as versões em alemão moderno não são obrigatoriamente metrificadas nem rimadas. Hofmeister (2011, p. 2), conforme ele mesmo afirma, pretende pautar-se pelo “princípio da adequabilidade semântica”, embora posteriormente procure conferir ao seu texto uma legibilidade “fluida e *’convidativa’*, objetivando uma prosa ritmada.

Cuidado especial dedica o germanista à questão da sequência dos versos, ou seja, à paridade e correspondência entre o original – não mostrado – e sua proposta de tradução, o que, por vezes, devido a peculiaridades e diferenças sintáticas e semânticas entre os dois estratos do idioma alemão, impossibilita a pontuação conforme o seu desejo inicial.

As expressões fraseológicas, abundantes na obra de Wolkenstein, também são estudadas por Hofmeister em sua obra, e para tanto “tais expressões foram, por conseguinte, adequadamente traduzidas e encontram-se eventualmente explicadas por comentários, com o intuito de esclarecer o significado de um termo que, caso contrário, permaneceria obscuro” (2011, p. 4).

Em um segundo momento, que consideramos decisivo para a avaliação positiva do livro do medievalista austríaco, aparentemente não crítico, o catedrático de Graz acrescenta indispensáveis comentários às traduções, no total de 558, todos apensos às cantigas como notas de rodapé. Aqui inserem-se também os debates acadêmicos sobre a fidedignidade dos textos atribuídos ao trovador e aqui discorre-se sobre a questão das variantes – que parecia descartada, como afirmamos parágrafos atrás – no total sete cantigas.

Como exemplo da forma de análise das cantigas citamos os primeiros versos do poema 4 *Ouça, Cristandade!*, no original em **Frühneuhochdeutsch**⁵ (I), a versão de Hofmeister (II) e nossa proposta de tradução (III). Procuramos colocar os versos nos estratos em alemão lado a lado, para melhor visualizar a comparação:

Hör, kristenhait (I)	Hör, Christenheit!* (II)	Ouçã, Cristandade! (III)
I Hör, kristenhait! ich rat dir das mit brüderlichen treuen / du hab got lieb für alle ding, es wirt dich nicht gereuen, und wiltu, das dir wolgeling, dein willen ker von irdischem gelust! / ...	I Hör, Christenheit! In brüderlicher Treue rate ich dir dies: / Liebe Gott mehr als alles andere, / das wirst du nicht bereuen; und wünschst du, dass es dir gut ergehe, so wende dein Streben von irdischen Vergnügungen ab. / ...	I Ouça, Cristandade! Com fidelidade fraternal isto te aconselho: / Ame a Deus mais do que tudo, / Disso não te arrependerás; e caso desejes que tudo fique bem contigo, desvia então tuas ambições dos prazeres terrenos. / ...

5 - Primeiro estágio do alemão moderno, estando em voga entre a segunda metade do século XIV e o século XVI.

Nota-se nestes primeiros versos o tom de apelo à conversão ao leitor/ouvinte, para que este passe a dedicar sua vida aos prazeres do porvir, vivendo para amar a Deus. Como comentário ao texto original assinalamos com asterisco a nota 8, presente na edição de Hofmeister: “Provavelmente baseando-se na citação bíblica *Audi, Israel!*” (2011, p. 18).

As duas partes finais conferem ainda mais credibilidade científica à edição publicada pela de Gruyter. Logo após as cantigas segue-se o capítulo *Bibliografias textuais*, em que se arrolam os autores utilizados para o trabalho com cada uma das 134 cantigas, configurando-se em uma análise que nada deve a uma investigação filológica de peso.

Como último capítulo, Hofmeister brinda o leitor com uma extensa bibliografia, dividida em: Edições, Traduções/Adaptações, Obras de referência científica e Bibliografia de Pesquisa.

A simples relação do conteúdo da *Obra poética*, de Oswald von Wolkenstein, como visto, é suficiente para se depreender que, embora aparentemente introdutório, o trabalho de Wernfried Hofmeister é profundo, filologicamente estimulante, atual e rico, possibilitando na Europa a continuação e renovação, e no Brasil o estabelecimento de um debate acadêmico, inter e transdisciplinar sobre a Idade Média, mais especificamente, sobre um autor ainda pouquíssimo estudado em nossos cursos de História e Germanística.

Em um mundo conturbado pela crise de identidade do homem pós-moderno damos a ele damos a palavra final sobre outro tipo de valor, que, em sua opinião, une o canto à salvação:

19. Es ist ain altgesprochner rat	19. Existe uma antiga sabedoria
X X V I I I	X X V I I I
Wie vil ich [sich,] hör, sing und sag, den louff der werlde strieme, so ist recht an dem jungsten tag ain watsack als ain rieme, ain glogghaus gilt ain essich krüg; dient wir der sel nach irem füg, das si wer unbetwungen, so hett ich wolgesungen.	O que eu também ouço, canto ou digo e sobre o curso do mundo medito: “No dia do Juízo Final um saco de roupas valerá tanto quanto uma tira e um campanário tanto quanto uma caneca de vinagre”. Se quisermos, do modo certo, cuidar de nossas almas, / para que elas não pereçam, então teria cantado por uma boa causa.

MEMÓRIA

Nesta seção, rememoramos a posse do ilustre confrade JAIRO DIAS DE CARVALHO, já falecido, e que ocupou a cadeira 38 da Academia Brasileira de Filologia.

Era professor da UERJ e militou no ensino estadual, sempre com muito empenho e capacidade. Participou, na UERJ, da equipe do notável Mestre Olmar Guterres da Silveira, Titular da cadeira de Língua Portuguesa.

Transcrevemos, a seguir, o discurso de posse do grande mestre que representa mais uma homenagem ao Prof. Leodegário Amarante de Azevedo Filho.

DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO JAIRO DIAS DE CARVALHO SESSÃO DE 5/7/1971

Aprendi com meus mestres a distinguir entre a ambição e a aspiração.

A ambição tortura e angustia. A aspiração é legítima quando flui num curso natural de trabalho e de estudo.

Aspirava por certo a pertencer a esta ilustre companhia, não somente pelo alto prestígio de seu nome, mas principalmente pelo convívio com mestres que, mais que o ensino do idioma, amam e vivem a Filologia, no que ela representa como floração do espírito.

Desde cedo, ligado por laços familiares ao Colégio Pedro II, ouvi com respeito e admiração a legenda de Silva Ramos, João Ribeiro, Said Ali, Quintino do Vale, Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes, José Oiticica, Cândido Jucá (filho), esses mestres que edificaram as bases da filologia portuguesa no Brasil, muito antes que surgissem as Faculdades de Letras com uma plêiade de novos valores.

É significativo ressaltar que o Colégio Pedro II, durante tantos anos único reduto dos estudos superiores de língua portuguesa, volte ao primeiro plano com a Faculdade de Humanidades e com a cessão eventual de suas salas às sessões da Academia Brasileira de Filologia e da Sociedade Brasileira de Romancistas.

Pelo voto generoso de amigos aqui presentes e com a saudação fraternal de Leodegário A. de Azevedo Filho, eis-me chegado à Academia Brasileira de Filologia.

Apraz-me e comove-me que o discurso de recepção o faça o acadêmico Leodegário Amarante de Azevedo Filho, pela mágica e entusiasmo de sua palavra e pelos laços de amizade que nos unem, desde que iniciávamos no velho internato do Colégio Pedro II, em São Cristóvão, uma jornada comum que nos levaria à Universidade e ao magistério público.

Leodegário, pernambucano de nascimento, carioca de coração, é um líder. Os cargos e posições que hoje ostenta, coroando uma carreira ascensional, em que se multiplicam os títulos, as dignidades universitárias e trabalhos publicados, eles os

conquistou pelo estudo e pela perseverança.

Ao contrário daquele alfinete de cabeça grande do “Apólogo” de Machado de Assis, que permanecia onde o espetavam, Leodegário Amarante de Azevedo Filho jamais ficou na contemplação da gloriola transitória.

Tem sido, em educação e em filologia, como em outros campos um moderno bandeirante. E as trilhas por ele abertas servem a todos os que se comprazem no estudo e na pesquisa.

A cadeira n.º 38 da Academia Brasileira de Filologia tem como patrono Mário Barreto, escolhido que foi por seu primeiro ocupante, o professor Jacques Raimundo.

Filho de Fausto Barreto, que tão assinalada contribuição trouxe renovação dos estudos linguísticos no Brasil, Mário Barreto exerceu o magistério em classe e nas seções de linguagem dos jornais da época. As respostas ao consulentes foram mais tarde reunidas em livros que lhe firmaram reputação de notável conhecedor da língua portuguesa, é que, como Antônio de Moraes e Silva, procurou ele fundamentar os ensinamentos gramaticais com a lição dos clássicos.

Em vez do magister dixit, a sanção do uso literário.

Suas lições, apresentadas com notável clareza, constituem por si mesmas um processo de investigação filológica. Abrangem ampla matéria gramatical como se pode ver no “Índice Alfabético e Crítico” que de sua obra organizou Cândido Jucá (filho).

Antecessores ilustres nesta poltrona foram Jacques Raimundo e Augusto Meyer.

O primeiro, professor militante e entusiasmado, distinguiu-se como estudioso dos afro-portuguesismos, a partir da tese com que concorreu a uma das cátedras do Colégio Pedro II – O elemento afro-negro na Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 1933.

Não padece este trabalho de falha comum às obras que trataram da influência africana ou ameríndia: o exagero de tudo atribuir aos africanos ou aos silvícolas.

Inferiorizados socialmente como os índios, os africanos foram, no entanto, trazidos para o convívio doméstico. A ação das mucamas sobre as crianças e os patrões deixou marcados traços no caráter nacional, que podem ser rastreados na culinária, na música popular, no folclore, no sincretismo religioso, tão bem aproveitado por Jorge Amado em seus romances picarescos.

A estrutura da língua culta não foi, porém, afetada. Havia edição clássica e a linguagem, numa sociedade escravocrata, era o divisor entre a massa alarve e a elite europeizada. Um dos meios de acesso social era o domínio do idioma português. Os estudos gramaticais foram cultivados com interesse ao homem de palavra fluente sempre desfrutou de consideração geral.

É na língua popular e no sistema expressivo da linguagem familiar que melhor se pode observar a influência africana.

Augusto Meyer merece toda uma polianteia. Sua produção intelectual é vária e diversificada, vai do memorialismo à poética, do folclore à filologia, da crítica literária à análise estilística: Menino e moço – poesias, Guia do folclore, Prosa dos pagos, A Chave e a máscara, Camões, o bruxo e outros estudos.

NOTA – Provavelmente, falta, na transcrição, o fecho do discurso de Jairo Dias de Carvalho. No entanto, os elementos que reproduzimos constituem uma demonstração da grandeza de um excepcional mestre, que reverenciamos, preservando a memória da Academia Brasileira de Filologia.

A CADEIRA 33 DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA PATRONO – EDUARDO CARLOS PEREIRA

Resumidamente, mostraremos aqui a importância de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) na gramaticologia brasileira. Foi também conhecido por ter abraçado o credo religioso do protestantismo presbiteriano, utilizando-se do jornal *O Estandarte*, que fundou em 1893 e no qual atuou como redator responsável.

O século XIX teve, no método histórico-comparativo, sua principal fonte de análise e investigação da linguagem humana. Houve a eclosão de uma série de gramáticas, utilizando esse método como principal referência teórica e fonte de inspiração. Durante meio século, de 1880 a 1930, prevaleceu uma tendência gramatical de inspiração positivista. Júlio Ribeiro, com a *Grammatica Portuguesa*, consolida no Brasil a concepção de linguagem como um conjunto de regras científicas, *positivas*, que devem ser adotadas como normas prescritivas invariáveis. Só a partir de 1930, é que teremos certa insubordinação frente às normas gramaticais puristas.

Esse período da gramatografia, que abarca também as três primeiras décadas do século XX, aponta para um saber metalinguístico, ainda com um lastro positivista de herança lusitana, principalmente com Adolfo Coelho e Teófilo Braga, com um ideário linguístico voltado para as querelas linguísticas na defesa do purismo e, ainda, para a reforma ortográfica e discussões lexicais sobre estrangeirismos e neologismos por empréstimo.

Essa tendência linguística criou uma cultura normativista que fundamentou os usos da língua portuguesa no Brasil. Nesse período grandes nomes, a começar por Júlio Ribeiro, que inaugurou o método histórico-comparativo, chegando a João Ribeiro (*Gramática portuguesa*, 1887), Maximino Maciel (*Gramática Analítica*, 1887), Pacheco Silva e Lameira Andrade (*Gramática da Língua Portuguesa*, 1887), Eduardo Carlos Pereira (*Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, 1907) e outros.

Eduardo Carlos Pereira foi professor no ginásio de São Paulo, onde atuou até a morte. Suas gramáticas tiveram grande repercussão. Numa entrevista de Evanildo Bechara a Neusa Bastos, da PUC-SP, em 2006, o mestre disse que “Nosso livro de cabeceira era a Gramática de Eduardo Carlos Pereira”. Mas o mestre Bechara, desde menino, descobriu as obras de Said Ali com quem conviveu e aprendeu grandes lições.

Em 1895, Eduardo Carlos Pereira presta concurso público no Ginásio Oficial do Estado de São Paulo e, juntamente com Carlos Lentz, foi aprovado e nomeado como professor catedrático, no mesmo ano.

As principais obras de Eduardo Carlos Pereira, como filólogo e linguista, foram: *Gramática Expositiva* – curso superior (14.2.1907), com 98 edições; *Questões de Filologia* (1908), uma resposta aos críticos da Gramática Expositiva; *Gramática Expositiva* – curso elementar (dezembro de 1907), com 153 edições; *Gramática Histórica* (1916), com 10 edições, comprovando-se a grande aceitação de seus trabalhos.

Em suas gramáticas, tanto utilizou exemplos de Camões, Antônio Vieira, Sá de Miranda, Alexandre Herculano, Castilho, Camilo Castelo Branco e Gonçalves Dias, quanto de filólogos e linguistas mundialmente conhecidos: Diez, Meyer Duce, M. Bréal, Andrés Bello etc., além de João Ribeiro, Cândido de Figueiredo, Rui Barbosa. Daí o ecletismo de sua obra.

Foi responsável pela tradução da Bíblia Sagrada, editada em 1917, uma das mais fiéis em língua portuguesa.

Com esta pequena biografia, cremos que prestamos uma homenagem também a Leodegário Amarante de Azevedo Filho, ocupante, por muitos anos, da cadeira 33 da Academia Brasileira de Filologia, cujo patrono é Eduardo Carlos Pereira.

Manoel P. Ribeiro

NOTICIÁRIO

Nesta seção, reproduzimos palavras de amigos, colegas e de diversas instituições culturais que homenagearam o professor LEODEGÁRIO AMARANTE DE AZEVEDO FILHO.

Primeiramente, transcrevemos os votos de condolências do Presidente do Real Português de Leitura, Antonio Gomes da Costa.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2011.

Exm.^a. Sr.^a

ILKAZEVEDO

Querida Amiga:

Em meu nome pessoal e em nome do Real Gabinete Português de Leitura, venho apresentar-lhe – e a toda a Família – a expressão de nosso profundo pesar pela perda que acabamos de sofrer com a morte do Professor Doutor Leodegário Amarante Azevedo Filho.

Foi um Mestre inesquecível e um Grande Amigo; pautou sua vida pelo estudo e pelo ensino; foi no seio da Família e na nossa Comunidade um Homem exemplar, que sempre lembraremos com imensa saudade e respeito.

Ao chorar sua partida, não temos palavras para enaltecer suas virtudes, nem para louvar seus méritos. Guardaremos suas lições e suas mensagens como testemunhos do quanto fez pelo Brasil e pela cultura portuguesa.

Pedimos a Deus por sua alma e associamo-nos à tristeza de todos.

Com muita estima, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,
ANTONIO GOMES DA COSTA
Presidente

MISSA EM HOMENAGEM A LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

O Jornal A Folha Dirigida, de 3 a 9/2/2011, assim noticiou a missa em homenagem ao Prof. Leodegário:

Neste sábado, dia 5, será realizada uma missa em homenagem ao professor Leodegário Amarante de Azevedo Filho, que faleceu no último domingo dia 30. A cerimônia religiosa será realizada às 12 horas, no Colégio Notre Dame, em Ipanema.

Presidente de Honra da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL) e com mais de 60 anos de magistério, o educador era considerado um dos maiores especialistas em História da Língua Portuguesa do país e o maior especialista da lírica de Luís de Camões do mundo. Inclusive, vinha publicando a lírica completa do escritor, pela editora Imprensa Nacional da Casa da Moeda, do governo de Portugal.

Formado em Direito, Filosofia e Letras, especializado em Línguas Neolatinas, Leodegário era professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Além disso, também era membro da Academia Luso-Brasileira de Letras e da Academia Carioca de Letras.

Desde 1947, quando iniciou sua carreira de educador como professor da rede estadual do Rio de Janeiro, Leodegário Azevedo já ocupou cargos de diretor do curso ginásial do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), diretor do Instituto Estadual do Livro e membro do Conselho Estadual de Cultura do Rio. No final da década de 70, assumiu a vice-presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.

Autor de mais de 70 livros já publicados, o professor Leodegário Azevedo já foi vencedor de três prêmios da Academia Brasileira de Letras (ABL): o prêmio Silvio Romero, de crítica literária; José Veríssimo, de ensaio e erudição; e Machado de Assis pelo conjunto da obra.

Em 2007, foi eleito pela FOLHA DIRIGIDA como uma das personalidades educacionais do ano. Entretanto, sua atuação não ficou restrita apenas ao Brasil. Ele foi professor catedrático da Universidade de Coimbra, em Portugal, e ministrou conferências nas universidades de Granada e Cárceres, ambas na Espanha.

EDUCADORES LAMENTAM A PERDA

A admiração pelo professor Leodegário de Azevedo Filho não era relacionada somente à sua conduta profissional, mas com a figura de ser humano que ele representava. Com uma longa jornada na Educação, Leodegário teve experiência em praticamente todos os segmentos. Atuou como professor do ensino médio da rede estadual do Rio e em universidades. Mesmo quando ocupou cargos importantes como Presidente da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL), como membro da Academia Carioca de Letras e da Academia Luso-Brasileira de Letras, o mestre não deixou de demonstrar sempre seu amor ao magistério e às salas de aula.

Para o professor Edgar Flexa Ribeiro, presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), ter tido a oportunidade de conviver com o professor Leodegário significou aprender com a melhor fonte. Entre tantos atributos, Flexa destaca o modelo de educador que Leodegário sempre representou.

“Ele foi um mestre em toda a extensão do termo, em uma época em que ser professor era ser honrado, homenageado e prestigiado. Ele fez parte de uma geração de professores que eram reconhecidos como tal, respeitados pelo papel que exerciam. O respeito dedicado a ele não vinha só dos alunos, mas dos pais e do Estado. Todos o levavam muito a sério e ele mereceu toda distinção que recebeu em vida”, disse, emocionado, o educador.

O professor Flexa Ribeiro completou, ainda, que o valor de Leodegário será imortal pelas suas realizações e por ele ter depositado esperanças no estudante brasileiro, “() legado dele e ter sido mestre que foi. Seus feitos em sala de aula tonaram possível a formação de milhares de estudantes. Agora, cada um deles levará em si a marca do mestre. Por isso, enquanto viver um aluno, Leodegário viverá”.

Para Paulo Alcântara, presidente do Conselho Estadual de Educação, a perda do professor é irreparável e significará uma ausência irreparável na habilidade que ele exercia como ninguém, a de formar outros professores.

“A perda significa um grande vazio, pela capacidade que ele tinha de “fazer” escola e formar professores. Também pela capacidade dele de articular no movimento das academias do Brasil e de Portugal. Ele tinha a visão de quem cria e gera capacidade de mudança dentro das universidades. Ele criou a mentalidade acadêmica dentro do sentido profissional e científico e fortaleceu as academias, até mesmo a ABL, da qual não era membro, mas era muito participativo”, acrescenta o professor Paulo Alcântara.

ENTREVISTA À FOLHA DIRIGIDA

“Temos que lutar por nossas utopias.” (Prof. Leodegário)

Uma vida voltada para a Educação. Assim é possível definir a carreira do professor Leodegário de Azevedo, que dedicou mais da metade de sua vida para lutar por melhoras no meio educacional do país. Entre suas diversas ações, está a proposta de criação de um Departamento Federal, dentro do Ministério de Educação (MEC), para educação de crianças e adolescentes fora da escola.

Em entrevista à FOLHA DIRIGIDA, publicada na edição do dia 6 de janeiro de 2009, ele contou que o projeto foi sugerido em novembro de 2008, através de uma carta enviada ao senador Cristovam Buarque, e até aquele momento não havia obtido uma resposta. O projeto também previa a criação de uma lei que determinava os seguintes recursos financeiros para o departamento: 5% advindos dos recursos do Imposto de Renda de todos os brasileiros; 5% advindos dos recursos do PIB e 5% advindos de doações de empresas privadas, com direito a desconto na prestação do Imposto de Renda.

Leodegário acreditava que, deste modo, todos os prefeitos brasileiros poderiam exibir uma placa em praça pública com os dizeres: “Aqui não há crianças fora da escola”. “Muitos vão dizer que isso é uma utopia, um sonho, mas nós temos que lutar por nossas utopias. O que não podemos é aceitar a educação como está”, dizia o educador.

Inconformado com a situação da Educação brasileira, o professor lembrava a necessidade de mudanças. Uma delas seria dar mais atenção ao ensino de base, já que assim a defasagem no ensino seria minimizada e o país conseguiria sanar problemas observados em séries posteriores.

“A raiz está no ensino básico, que é a base de tudo. Hoje, a sociedade está abandonada. Os governos deveriam investir mais no ensino básico. A arrecadação do imposto de renda reúne bilhões e bilhões de reais, e onde é aplicada essa verba? Não vemos uma aplicação social efetiva”, criticou, cobrando que o governo assumisse sua função pública de lutar pela evolução social da população através da educação e da cultura.

Além disso, também defendia a implantação do ensino em tempo integral nas escolas e o fim do regime da aprovação automática, o que, na sua opinião, desmoraliza o ensino básico. “O ideal é que o ensino básico seja em horário integral. O diretor de cada unidade escolar deve planejar os horários e as atividades dos alunos e professores. Os professores também deveriam trabalhar em uma escola só e recebendo uma remuneração adequada”, apontava o professor Leodegário.

HOMENAGENS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Na sessão de 26 de março de 2011, com a presença de Ilka Azevedo, viúva do grande mestre, a Academia Brasileira de Filologia prestou grande homenagem ao Presidente de Honra da Academia, com um discurso do seu atual presidente, Prof. Antônio Martins de Araújo, que reproduzimos nas páginas iniciais.

Antônio Martins cita o professor Leodegário de Azevedo, que era presidente de honra da ABRAFIL quando faleceu, como fundamental para a revitalização da academia, que se encontrava no ostracismo. O filólogo, segundo Martins, conseguiu atrair um número maior de participantes de suas assembleias ordinárias, convidando grandes nomes da filologia ibero-românica para fazerem conferências para seus confrades, bem como promovendo cursos rápidos de Língua Portuguesa e Literaturas de Expressão Portuguesa para universitários.



A viúva de Leodegário A. de Azevedo Filho, na homenagem ao ilustre Mestre, em 26/03/2011, ouve o discurso do Presidente Antônio Martins de Araújo.

HOMENAGEM DA ACADEMIA LUSO-BRASILEIRA DE LETRAS

No dia 19.4.2011, a Academia Luso-Brasileira de Letras, situada na Rua Teixeira de Freitas, 5, 3.º andar, Lapa-RJ, recebeu o Prof. Antonio Martins de Araújo, que proferiu discurso de exaltação à obra de Leodegário Amarante de Azevedo Filho.

Abaixo, vemos duas fotos do evento.



O acadêmico Antônio Martins de Araújo discursa na Academia Luso-Brasileira de Letras, em homenagem a Leodegário A. de Azevedo Filho.



O Prof. Antonio Martins de Araújo cumprimenta a viúva de Leodegário, Professora Ilka Azevedo.



O Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho, ladeado pelos colegas portugueses Vítor Manuel Aguiar e Silva e Salvato Trigo, na cerimônia em que recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, Portugal.



Na posse das acadêmicas Edilla Viana da Silva e Luiza Lobo, veem-se Leodegário A. de Azevedo Filho, Manoel Pinto Ribeiro, Antônio Martins de Araújo e Edila Vianna da Silva.



Em reunião na ABRAFIL, Amós Coelho da Silva, Ricardo Stavola Cavaliere, Antônio Martins de Araújo e Leodegário A. de Azevedo Filho.



Silvio Elia, Leodegário A. de Azevedo Filho, Castelar de Carvalho e Gladstone Chaves de Melo.



Leodegário A. de Azevedo Filho, Manoel Pinto Ribeiro, Fernando Ozório Rodrigues, Evanildo Bechara, Ricardo Stavola Cavaliere e Hilda Pereira Ranauro.



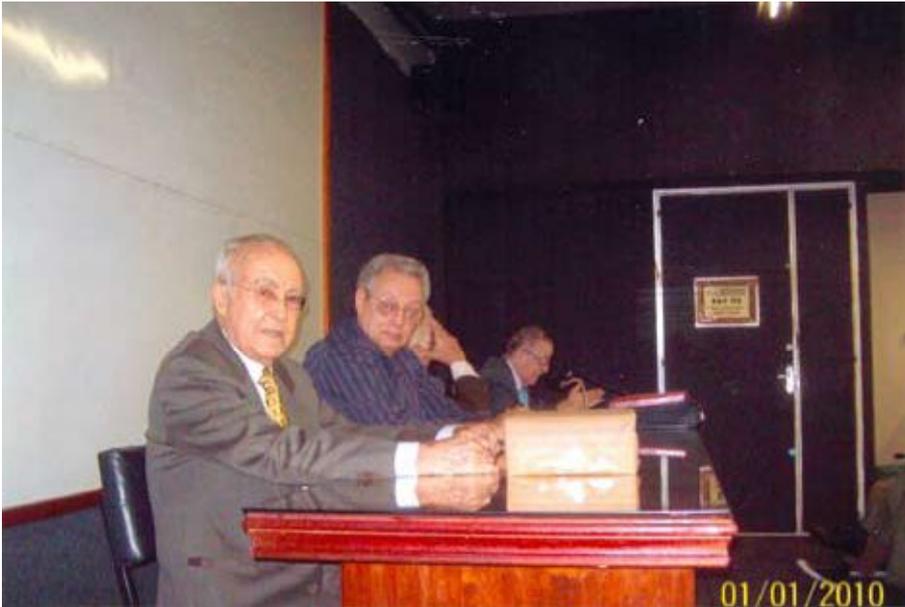
Leodegário A. de Azevedo Filho, Maximiano de Carvalho e Silva e Evanildo Cavalcanti Bechara.



Olmar Guterres da Silveira, Nícia Verdini, Leodegário A. de Azevedo Filho e Antônio Sérgio de Lima Mendonça, na inauguração da sala em homenagem ao Prof. Omar.



**Olmar Guterres da Silveira e Leodegário A. de Azevedo Filho,
Professores Eméritos da UERJ**



Leodegário A. de Azevedo Filho, Manoel P. Ribeiro e Horácio Rolim de Freitas.



Luiz César Saraiva Feijó, Silvio Elia, Leodegário A. de Azevedo Filho e, de lado, Antônio José Chediak.

Leodegário Amarante de Azevedo Filho
★ 1927 † 2011



Leodegário A. de Azevedo Filho na cerimônia de posse do título de Doutor Honoris Causa, na Universidade Fernando Pessoa.

DIAGRAMAÇÃO:
DANILO VILLELA
danilo_villela@yahoo.com.br
8149-5478



GRÁFICA ROWER
RUA FELISBELO FREIRE, 3 - RAMOS
3881-3252//3150
FELIPE OLIVEIRA – 7813-4094
comercial@rowergrafica.com.br
atendimento1@roweegráfica.com.br